

**Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação**

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:  
UM ESTUDO DA *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO***

**Maria Aparecida Pereira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Amarílio Ferreira Junior.

**São Carlos  
2013**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P436sp

Pereira, Maria Aparecida.

Subsídios para a história da educação no Brasil: um estudo da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo / Maria Aparecida Pereira. -- São Carlos : UFSCar, 2014.

212 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Brasil – educação - história. 2. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 3. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. I. Título.

CDD: 370.981 (20ª)



Programa de Pós-Graduação em Educação  
Comissão Julgadora da Tese de doutorado de

Maria Aparecida Pereira

São Carlos 12/12/2013

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Amarílio Ferreira Jr.

Profª. Drª. Márcia Regina da Silva

Profª. Drª. Mariangela de Lello Vicino

Profª. Drª. Suzelei Faria Bello

Profª. Drª. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi

**MARIA APARECIDA PEREIRA**

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:  
UM ESTUDO DA *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO***

**São Carlos  
2013**

*Dedico este estudo à memória de meu pai.*

*“A história é êmula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro”.*

MIGUEL CERVANTES

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Amarílio Ferreira Junior, orientador deste estudo, que desde o mestrado tem me proporcionado a oportunidade de aprender sobre a gênese da própria educação brasileira, sobretudo nos seus aspectos, históricos, filosóficos e sociais.

À Profa. Dra. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, coorientadora deste estudo, pelas suas contribuições e incentivos, sem os quais seria impossível a concretização dessa tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos que também me ajudaram a construir, a fortalecer e a aprimorar a minha formação.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, pela leitura atenta e sugestões que enriqueceram o trabalho.

Ao colega e professor de inglês, Stefano Quintavalle, pela colaboração na elaboração do “*Abstract*” e à professora da Aliança Francesa, Renata Maria Odorissio, pelo auxílio na elaboração do “*Résumé*”.

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais, Antonio (*in memoriam*) e Maria, e a minha tia “Maria José”, minha segunda mãe, pela presença constante, silenciosa e amável, em todos os momentos da minha vida.

Ao meu primo José Carlos e família, que desde o mestrado me hospedou na sua amável casa, todas as vezes que precisei estar em São Paulo para realizar consultas a arquivos históricos importantes e que permitiram desenvolver as minhas pesquisas.

Aos meus amigos, em particular, ao estudante de Informática da USP, Hamilton, que quase sem enxergar, me ensinou a superar os obstáculos, que a vida naturalmente tem.

Às minhas amigas, educadoras e monitoras do Museu da Ciência Prof. Mário Tolentino, pela paciência e ajuda, me incentivando a continuar os estudos.

## RESUMO

Esta tese analisa as contribuições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (Revista IHGSP)* para História da Educação brasileira por meio da análise de artigos publicados neste periódico entre 1895 e 2004. A motivação para o estudo veio da constatação de que a despeito da importância dos Institutos Históricos e Geográficos para a historiografia nacional, o que pode ser comprovado pelos inúmeros estudos acadêmicos realizados, há uma lacuna na historiografia educacional brasileira no que tange a utilização dos periódicos desses Institutos como fontes primárias para a História da Educação. Diante disso, essa tese buscou responder a seguinte questão de pesquisa: quais são as contribuições da *RIHGSP* para a História da Educação no Brasil? A justificativa para essa pesquisa está assentada no entendimento de que o estudo da produção científica nas páginas dessa Revista é relevante para a reconstrução da própria historiografia nacional e para demonstrar o papel que as fontes de informação assumem na disseminação das informações e no desenvolvimento da própria pesquisa científica em Educação. Assim, o objetivo principal da pesquisa foi o de destacar as contribuições da *RIHGSP* para a historiografia da educação brasileira, e os objetivos específicos foram: a) delinear um panorama histórico dos Institutos Históricos e Geográficos no cenário mundial e nacional situando nesse contexto o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*; b) descrever as principais características da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP)*; c) analisar essa produção científica de acordo com os seguintes parâmetros bibliométricos: autoria, temática e distribuição temporal; d) realizar a análise de conteúdo de uma amostra selecionada de 20 artigos da *RIHGSP* relacionados à temática da história da educação. Do ponto de vista metodológico a pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório e caráter descritivo e analítico apoiado nas abordagens da análise bibliométrica e de conteúdo e envolveu o desenvolvimento das seguintes etapas: revisão de literatura; coleta, organização e sistematização dos dados e análise e interpretação dos resultados. Dessa forma, conseguiu-se obter evidências científicas para demonstrar que os textos, publicados na *RIHGSP*, são fundamentais para a história e historiografia da educação brasileira, pois permitem compreender como a elite letrada – representada pelos intelectuais que publicam artigos neste periódico – pensava a educação brasileira.

**Palavras-chave:** História da Educação; Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Historiografia da Educação.



## ABSTRACT

This thesis aims to analyze the contributions of the Journal of the Institute of History and Geography of São Paulo (RIHGSP) for history of Brazilian education through an analysis of articles published in this journal between 1895 and 2004. The motivation for the study came from the fact that despite the importance of Geographical and Historical Institutes for national historiography, which can be proven by numerous academic studies conducted, there is a gap in the historiography of Brazilian education regarding the use of these journals institutes as primary sources for the history of education. Therefore, this thesis aims to answer the following research question: what are the contributions of RIHGSP for the History of Education in Brazil? The justification for this research is grounded in the understanding that the study of scientific production in the pages of this magazine is relevant to the reconstruction of their own national historiography and to demonstrate the role that information sources play in dissemination of information and the development of the research scientific education. Thus, the main objective of the research was to highlight the contributions of RIHGSP to the historiography of Brazilian education, and the specific objectives were: a) outline a historical overview of Geographical and Historical Institutes in national and world stage standing in this context the History Institute and Geography of São Paulo, b) describe the main features of the Journal of the Historical and Geographical Institute of São Paulo (RIHGSP) c) analyze this scientific production according to bibliometric parameters of authorship, thematic and temporal distribution; d) conduct a content analysis of a selected sample of 20 articles RIHGSP related to the theme of the history of education. From the methodological point of view the research was characterized as an exploratory and descriptive study. The analytical approaches were supported in the bibliometric analysis and content analysis and involved the following steps: literature review, collection, organization and systematization of data and analysis and interpretation of results. Thus, it was possible to obtain scientific evidence to demonstrate that the texts published in RIHGSP, are key to the history and historiography of Brazilian education, because they allow understanding how the literate elite - represented by intellectuals who publish articles in this journal - thought education Brazilian.

**Keywords:** History of Education, Journal of the Institute of History and Geography of São Paulo; Historiography of Education

## RÉSUMÉ

Cette thèse vise à analyser les contributions de la Revue de l'Institut Historique et Géographique de São Paulo (RIHGSP) pour l'histoire de l'éducation brésilienne à travers une analyse des articles publiés dans cette revue entre 1895 et 2004. La motivation pour l'étude provenait de la prise de conscience que, malgré l'importance des Instituts de l'histoire nationale, ce qui peut être prouvé par de nombreuses études académiques menées géographique et historique, il ya une lacune dans l'historiographie de l'éducation au Brésil en ce qui concerne l'utilisation de ces revues instituts comme sources primaires pour l'histoire de l'éducation. Par conséquent, cette thèse vise à répondre à la question de recherche suivante: quelles sont les contributions de RIHGSP pour l'histoire de l'éducation au Brésil? La justification de cette recherche est fondée sur la compréhension que l'étude de la production scientifique dans les pages de ce magazine est pertinente pour la reconstruction de leur propre historiographie nationale et de démontrer le rôle que les sources d'information jouent dans la diffusion de l'information et le développement de la recherche l'éducation scientifique. Ainsi, l'objectif principal de cette recherche était de mettre en évidence les contributions des RIHGSP à l'historiographie de l'éducation au Brésil, et les objectifs spécifiques étaient les suivants: a) présenter un aperçu historique des instituts géographiques et historiques au stade debout national et mondial dans ce contexte l'Institut d'Histoire et Géographie de São Paulo; b) décrire les principales caractéristiques du Revue de l'Institut Historique et Géographique de São Paulo (RIHGSP); c) analyser cette production scientifique selon les paramètres suivants bibliométriques : les auteurs des articles; la répartition thématique et temporelle; d) conduite analyse du contenu d'un échantillon de 20 articles RIHGSP rapport avec le thème de l'histoire de l'éducation. Du point de vue méthodologique, la recherche a été caractérisée comme une approche exploratoire et descriptive et analytique pris en charge dans l'analyse bibliométrique et l'analyse du contenu et comportait les étapes suivantes: revue de la littérature, de la collecte, l'organisation et la systématisation des données et des analyses et l'interprétation des résultats. Ainsi, il était possible d'obtenir des preuves scientifiques pour démontrer que les textes publiés dans RIHGSP, sont la clé de l'histoire et de l'historiographie de l'éducation brésilienne, car ils permettent de comprendre comment l'élite cultivée - représenté par des intellectuels qui publient des articles dans ce journal - l'éducation de la pensée brésilienne.

**Mots-clés:** Histoire de l'Éducation Brésilienne; Revue de l'Institut Historique et Géographique de São Paulo; L'historiographie de l'éducation.

## LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
AMSP	Academia de Medicina de São Paulo
CBG	Colégio Brasileiro de Genealogia
CE	Ceará
CEPHAS	Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas
CGRHU	Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo
CPB	Cadastro de Pesquisadores Brasileiros
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPP	Centro do Professorado Paulista
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EUA	Estados Unidos da América
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
IAGP	Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IHP	Instituto Histórico de Paris
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PSD	Partido Social Democrático
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGSP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Dr. Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo

**LISTAS DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Distribuição temporal dos 186 artigos da Revista do IHGSP	79
<b>Tabela 2</b> – Distribuição dos artigos por autor	84
<b>Tabela 3</b> – Distribuição dos artigos de acordo com as categorias temáticas	97

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – Institutos Históricos Estaduais	39
<b>Quadro 2</b> – Instituições congêneres do IHGB	40
<b>Quadro 3</b> - Distribuição da participação feminina no quadro social do IHGB	43
<b>Quadro 4</b> – Sócios fundadores do IHGSP	51
<b>Quadro 5</b> – Relação complementar de sócios fundadores	52
<b>Quadro 6</b> – Relação de sócios admitidos depois da fundação do IHGSP	53
<b>Quadro 7</b> – Comissões Permanentes do IHGSP (1895)	54
<b>Quadro 8</b> – Artigos sobre educação e ensino publicados na RIHGSP	97
<b>Quadro 9</b> – Artigos sobre educação jesuítica no Brasil colonial	101
<b>Quadro 10</b> – Artigos sobre os vultos históricos da educação jesuítica	104
<b>Quadro 11</b> – Artigos sobre os vultos da História brasileira	112
<b>Quadro 12</b> – Artigos sobre a História e Geografia de São Paulo e do Brasil	120
<b>Quadro 13</b> – Artigos sobre o IHGSP e a Revista do IHGSP	125
<b>Quadro 14</b> – Artigos selecionados sobre educação e ensino	134
<b>Quadro 15</b> – Artigos selecionados sobre educação jesuítica	150
<b>Quadro 16</b> – Artigos selecionados sobre os vultos da educação jesuítica	162

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
1.1 O tema e sua justificativa, a questão de pesquisa e seus objetivos	16
1.2 A abordagem metodológica: a análise bibliométrica e análise de conteúdo	17
1.3 Os procedimentos metodológicos	23
1.4 A estrutura da pesquisa e a organização do texto	25
<b>2 PANORAMA HISTÓRICO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS</b>	<b>26</b>
2.1 O Instituto de Paris	26
2.2 A institucionalização do saber histórico: o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	32
2.3 O “Pipocar” do IHGB: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP	48
<b>3 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ARTIGOS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO (RIHGSP)</b>	<b>72</b>
3.1 A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP)	72
3.2 Panorama bibliométrico da produção científica da RIHGSP: 1896-2004	77
3.2.1 A distribuição temporal dos artigos	79
3.2.2 O perfil dos autores	83
3.2.3 As temáticas dos artigos	96
3.2.3.1 Educação e ensino brasileiros	97
3.2.3.2 Educação jesuítica no Brasil colonial	100
3.2.3.3 Vultos históricos da educação jesuítica no Brasil Colonial	104
3.2.3.4 Vultos da história paulista e brasileira	111
3.2.3.5 História e Geografia de São Paulo e do Brasil	119
3.2.3.6 História do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Revista do IHGSP	125
<b>4 A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DA RIHGSP</b>	<b>132</b>
4.1 A historiografia da educação e do ensino	134
4.2 A historiografia da educação colonial jesuítica	150
4.3 A historiografia dos vultos históricos da educação colonial brasileira	161
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>168</b>
<b>6 REFERÊNCIAS</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO ANALISADOS</b>	<b>183</b>

<b>APÊNDICE B - DENOMINAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES DE SÃO PAULO, DE ACORDO COM O DECRETO 16.720, DE 15 DE JANEIRO DE 1947</b>	196
---	-----

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 O tema e sua justificativa, a questão de pesquisa e seus objetivos

Realmente, quando nos propomos a escrever um livro ou uma tese, a necessidade de saber qual destino do trabalho tomar se sobressai, tal como bem expressa Oliveira (1998).

Todo livro traz em si a dúvida do começo: de onde partir, qual destino tomar? Quem escreve deambula, à luz das horas incontáveis, por lugares que quanto mais considera conhecidos menos ciência tem dos seus tantos segredos. Ontem o desafio começava pela folha de papel em branco; hoje, pelo cursor pousado na tela de um monitor de vídeo à espera do primeiro comando. Não importa. A escrita, sem dúvida uma das grandes invenções humanas, desconcerta e encanta. Tal como a roda, rola macia e atravessa caminhos, encurta distâncias, vence atritos que o frenesi de vozes e gestos muitas vezes não pode vencer. Silenciosa, mas nem por isso sempre serena, é capaz de promover o contato entre espíritos que o tempo e o espaço houveram por separar. Por meio dela, os pensamentos ganham estranhos corpos chamados parágrafos. Longos ou curtos, delgados ou densos, transparentes ou opacos, se mostram ao mundo e pedem alguma distinção: o selo solene da crítica ou o rótulo festivo de um rápido olhar. E lá se vão eles, os livros, ou melhor, elas, as garrafas que lançamos ao mar das pessoas. De vaga em vaga, de leitura em leitura, o vidro se parte em muitos cacos. Esse é mesmo sua função. Uns, tão pequeninos, são quase os átomos de nossas ideias; outros, maiores, podem até tocar fundo as almas dos homens. (OLIVEIRA, 1998).

Com isso, temos a sensação de estarmos passeando por lugares que julgamos tão conhecidos, mas que ao mesmo tempo possuem segredos infindáveis. É claro que não quero comparar uma obra literária com uma tese, pois cada uma tem as suas particularidades, e ao pesquisador cabe respeitar os rigores científicos que, por sua vez, precisam estar bem determinados.

Por outro lado, tanto a literatura como a ciência são atividades humanas que tentam nos trazer um pouco de luz sobre o mundo que nos cerca. E nisso ambas representam a escrita, uma das grandes invenções humanas. E tanto o livro como a tese são as garrafas que lançamos ao mar para as pessoas. Nesse caso, aqui se insere a minha tese de doutoramento em Educação.

De imediato, gostaria de mencionar o grande desafio que foi avançar nos meus estudos sobre a História da Educação brasileira, em especial, na Educação Colonial. E juntamente com esse desafio veio a ousadia de escrever, pesquisar e construir elementos



sobre a historiografia brasileira. É claro, que apesar do desafio, não posso negar, também a oportunidade de compreender o quanto a História é crucial para a formação e para o resgate da identidade de qualquer homem.

A História enquanto área de conhecimento foi fundamental para o desenvolvimento dessa tese, na verdade, ela veio complementar a interface que já venho estabelecendo entre outras duas grandes áreas de conhecimento desde o mestrado: a Educação e a Ciência da Informação, pois conforme já assinalaram Hayashi et al (2005, p.3.) a integração desses campos podem se constituir “em importantes contribuições na tarefa de identificar, selecionar, coletar, sistematizar, estruturar sistemas de informação que ampliem o campo de estudos em Educação.”

Dessa forma, considerando a minha trajetória acadêmica, desde a iniciação científica, o mestrado e agora o doutorado, busquei sempre dar continuidade aos meus estudos, contemplando dois interesses fundamentais: aprofundar os mesmos no campo da História da Educação e aliar à pesquisa os recursos metodológicos da área da Ciência da Informação, em especial, o uso da Bibliometria, para desenvolver a análise da produção científica, pois na condição de cientista da informação, penso que avaliar um determinado ramo do conhecimento permite investigar como esse saber está se desenvolvendo e ao mesmo tempo possibilita verificar as contribuições que estes conhecimentos oferecem para resolver os problemas pertinentes à sua própria área, por exemplo.

Meus estudos pós-graduados tiveram início no Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar), na área de Fundamentos da Educação. Nessa oportunidade descobri que o estudo da educação brasileira no período colonial é essencial para os professores que atuam em qualquer nível de ensino, pois somos herdeiros de uma história que começou em 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil. Considerando que a atuação dos jesuítas por tão longo tempo - 210 anos - foi notável e se o objetivo destes era disseminar a palavra de Deus entre os considerados pagãos, eles não mediram esforços para que isso se concretizasse cada vez mais. Não obstante, outro fato me chamou a atenção: a educação jesuítica no Brasil Colônia é um tema pouco explorado pela historiografia da educação que lhe reserva um espaço exíguo nas obras referenciais da História da Educação, conforme já alertaram conceituados pesquisadores da área (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2003; FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2004).

Se a Educação Colonial é um tema pouco explorado pela historiografia da educação, conforme comprovam os estudos de Bittar e Ferreira Junior (1999; 2000, 2001, 2005), Ferreira Junior e Bittar (2004, 2005, 2012), Hayashi et al (2008), Silva, Bittar e Hayashi (2011) e conforme pude constatar na pesquisa de mestrado quando estudei os colégios jesuíticos no Brasil Colonial (PEREIRA, 2008), nada mais natural de que diante dessa constatação e estando agora no doutorado o meu olhar se voltasse para a historiografia da educação brasileira.

Em vista disso, essa tese visa analisar as contribuições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (Revista IHGSP)* para História da Educação brasileira por meio da análise de artigos publicados no período entre 1895 e 2004.

A motivação para o estudo adveio da constatação de que a despeito da importância dos Institutos Históricos e Geográficos para a historiografia nacional, o que pode ser comprovado pelos inúmeros estudos acadêmicos realizados, há uma lacuna na historiografia educacional brasileira no que tange a utilização dos periódicos desses Institutos como fontes primárias para a História da Educação.

Diante disso, essa tese buscou responder a seguinte questão de pesquisa: quais são as contribuições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* para a História da Educação no Brasil?

A justificativa para essa pesquisa está assentada no entendimento de que o estudo da produção científica sobre a educação nas páginas dessa Revista é relevante para a reconstrução da própria historiografia nacional e para demonstrar o papel que as fontes de informação assumem na disseminação das informações e no desenvolvimento da própria pesquisa científica em Educação.

Assim, o objetivo principal da pesquisa foi o de destacar as contribuições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* para a historiografia da educação brasileira, e os objetivos específicos foram:

a) delinear um panorama histórico dos Institutos Históricos e Geográficos no cenário mundial e nacional situando nesse contexto o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*;

b) descrever os principais aspectos e características da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP)*;

c) analisar a produção científica de acordo com os seguintes parâmetros bibliométricos: autoria, temática e distribuição temporal.

d) realizar a análise de conteúdo de uma amostra selecionada de 20 artigos da RIHGSP relacionados à temática da história da educação.

Com base nesses objetivos buscou-se obter evidências científicas para demonstrar que os textos publicados na RIHGSP são fundamentais para a história e historiografia da educação brasileira, pois permitem compreender como a elite letrada – representada pelos intelectuais que publicavam artigos neste periódico – pensava a educação brasileira.

Do ponto de vista metodológico a pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório e caráter analítico e descritivo apoiado nas abordagens da pesquisa qualitativa e quantitativa (DEMO, 1995) visto que recorreu aos métodos de análise bibliométrica e de análise de conteúdo e envolveu o desenvolvimento das seguintes etapas: revisão de literatura; coleta, organização e sistematização dos dados e análise e interpretação dos resultados.

## **1.2 A abordagem metodológica: análise bibliométrica e análise de conteúdo**

Várias definições e conceitos sobre a Bibliometria são encontrados. Em essência essas definições apresentam pontos e aspectos comuns, principalmente, no que diz respeito à importância dessa ferramenta.

Conforme Spinak (1998), a Bibliometria abrange três aspectos: o estudo quantitativo da informação, a disseminação e o uso dessa informação registrada. E para os profissionais da informação, a Bibliometria representa mais que uma ferramenta, na verdade, uma forma de acompanhar o rápido desenvolvimento da ciência. Ainda, conforme Spinak (1998), a Bibliometria pode ser definida como:

a) disciplina com alcance multidisciplinar e que analisa os aspectos mais relevantes e objetivos de sua comunidade, a comunidade impressa;

b) estudo das organizações e de seus setores científicos e tecnológicos a partir das fontes bibliográficas e patentes para identificar os autores, suas relações, suas tendências;

c) estudo quantitativo das unidades físicas publicadas, ou das unidades bibliográficas ou de seus substitutos;

d) aplicação de métodos matemático e estatístico ao estudo do uso que se faz dos livros e outros meios dentro e nos sistemas de bibliotecas;

e) estudo quantitativo da produção de documentos como se reflete nas bibliografias.

De acordo com Hayashi, Hayashi e Martinez (2008, p. 138) “os estudos bibliométricos têm por objeto o tratamento e a análise quantitativa das publicações científicas”. Silva, Hayashi e Hayashi (2011) destacam que

[...] o reconhecimento de que a atividade científica pode ser recuperada, estudada e avaliada a partir de sua literatura sustenta a base teórica para a aplicação de métodos que visam à construção de indicadores de produção e de desempenho científico. Por meio da bibliometria e da cientometria é possível construir indicadores destinados a avaliar a produção científica de indivíduos, áreas de conhecimento e países. Reunidos sob a égide de estudos métricos da informação, tais indicadores tem sido largamente empregados na avaliação de pesquisadores e áreas de conhecimento. (SILVA; HAYASHI; HAYASHI, 2011, p.111)

Conforme sublinha Hayashi (2013, p.73-74), a Informetria é uma área mais ampla que a Bibliometria e abarca a Cientometria, incluindo os seguintes aspectos: estatísticas da linguagem, tais como frequência de palavras e frases; características dos autores; análises de citações, características das fontes publicadas – tais como a distribuição de artigos por disciplinas nos diversos periódicos, uso da informação registrada, obsolescência e crescimento da literatura.

Uma das principais aplicações da Bibliometria é a elaboração de indicadores da ciência e tecnologia. Para Spinak (1998), os indicadores representam uma forma indireta de avaliar algo intangível, por exemplo, a Ciência e a Tecnologia. Por outro lado, os indicadores são considerados sistemas capazes de gerar informação, conhecimento e inovação. Indicadores de ciência e tecnologia podem ser construídos a partir da medição dos insumos aplicados e dos resultados obtidos.

Existem vários tipos de indicadores, como, por exemplo, os indicadores de ligação ou relacionais e os indicadores de atividade. Os de ligação são usados em coocorrência de publicações, citações e palavras. A análise de co-publicação é usada para mostrar a colaboração científica que existe entre pesquisadores, instituições e países. Já os indicadores de atividade são mais simples. São criados mediante a contagem de publicações e têm como finalidade elaborar listas de frequência ou ranking de pesquisadores, instituições, etc.

Nesse contexto, destaca-se que cada estudo é uma forma particular de nos aproximar dessa metodologia, de nos fazer vencer algumas barreiras como a velha

dicotomia entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa, além de nos proporcionar o conhecimento sobre a produção científica brasileira e a reflexão sobre o que fazer, por exemplo, para superar as lacunas que algumas áreas possuem, enquanto outras são muito pesquisadas. Hayashi et al. (2008), pontua, muito bem, esse contexto e ao mesmo tempo destaca que a Bibliometria pode ser aplicada em campos diversos.

Esses estudos complementam, de maneira eficaz, as opiniões e os juízos emitidos pelos especialistas de cada área, proporcionando ferramentas úteis e objetivas nos processos de avaliação dos resultados da atividade científica. A bibliometria pode ser aplicada em campos diversos, entre eles: a) na história das ciências, para traçar a evolução das disciplinas; b) nas ciências sociais, para descobrir as motivações e as redes de pesquisadores; c) na documentação, para recenseamento de publicações científicas; d) na política científica, para fornecer indicadores de produtividade e de qualidade científica e tecnológica, tendo em vista a avaliação dos esforços em pesquisa e desenvolvimento (HAYASHI et al., 2008, p.184).

Por sua vez, a análise bibliométrica sozinha não é suficiente para explicar os indicadores produzidos, necessitando de outros métodos complementares. Conforme comentam Silva, Hayashi e Hayashi (2011), os estudos bibliométricos devem ultrapassar o mero levantamento estatístico puro e simples, e abrir a possibilidade de penetrar no conteúdo dos indicadores produzidos mediante análises mais qualitativas. Em vista disso, a combinação da análise bibliométrica com a análise de conteúdo fortalece as interpretações dos indicadores produzidos na pesquisa.

Desse modo, a análise bibliométrica foi combinada com a análise de conteúdo no desenvolvimento da presente pesquisa. Por análise de conteúdo compreende-se a técnica de investigação utilizada na descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto nos textos científicos e que visa extrair sentido dos textos por meio de unidades de análises, que podem ser palavras-chave, termos específicos, categorias e, ou, temas, de modo a identificar a frequência com que aparecem no texto, possibilitando fazer inferências replicáveis e válidas dos dados. De acordo com Caregnato e Mutti (2006) essa técnica surgiu no início do século XX nos Estados Unidos e visava analisar e interpretar material jornalístico, sendo que mais tarde, nos anos 1960, passou a ser utilizada também em outras áreas das ciências humanas de três formas distintas: pesquisas quantitativas tradicionais que estudam a presença de certas características na mensagem escrita; pesquisas cuja intenção está voltada para o estudo da comunicação não verbal e a semiologia; e trabalhos na área de linguística.

O autor de referência nesse método é Bardin (2004), que definiu a análise de conteúdo como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visando obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições/recepção dessas mensagens. Bardin (2004) postula que para realizar a análise do texto este precisa ser codificado visando a representação do conteúdo. Essa representação se dá por meio de recorte, agrupamento e enumeração do texto. O autor também refere que é possível realizar uma análise categórica do texto, mediante a organização da codificação se dá em três fases: o recorte (escolhas das unidades de análises); a enumeração (escolha das regras de contagem), a classificação e a agregação (escolha das categorias).

A análise categorial é o tipo de análise mais antiga e mais utilizada na análise de conteúdo. Conforme explica Bardin (2004, p.153), esse tipo de análise “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”. A análise categorial também pode ser temática, por meio da construção de categorias conforme os temas que emergem do texto. Em vista disso, é necessário classificar os elementos em categorias de modo a identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento.

De acordo com Bardin (2004) a técnica de análise de conteúdo envolve o desenvolvimento das seguintes etapas: 1) pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação.

Na primeira etapa, também referida como a fase de organização do material, podem ser utilizados os seguintes tipos de procedimentos: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação.

Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro e por fim, a última etapa consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns.

A interpretação da análise de conteúdo poderá ser tanto quantitativa quanto qualitativa, pois permite transpor uma realidade qualitativa (mensagem) para uma realidade quantitativa (dados), em que os resultados podem ser apresentados de forma sistemática ou, até mesmo, estatística. De acordo com Krippendorff (1990) esse método possibilita a existência de diferentes perspectivas, tendo em vista a subjetividade implícita na interpretação dada ao material.

A seguir apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, apresentando a composição do corpus analisado e o delineamento das análises de conteúdo e bibliométrica realizadas.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

Para a constituição do *corpus* de análise, isto é, os artigos publicados na *RIHGSP* recorreram-se aos seguintes passos:

1. Pré-análise do material – utilizou-se o CD-ROM composto com os sumários dos 96 volumes da RIHGSP Este CD-ROM, além de apresentar o conteúdo de cada fascículo, possui um índice geral de 70 páginas.
2. Exploração do material – foi desenvolvida em duas etapas: a) mediante a leitura criteriosa visando à familiarização da pesquisadora com o perfil da RIHGSP, sendo possível identificar a seguinte estrutura do periódico: artigos dos sócios, artigos encomendados a pretexto de alguma efeméride histórica; discursos; laudos históricos; atas das sessões; relatórios da diretoria, balanços de receitas e despesas; necrológicos, reprodução de documentos históricos, lista de doações (livros, medalhas, selos), relação de sócios, b) leitura flutuante do volume índice geral da RIHGSP mediante a leitura atenta e criteriosa de todos os títulos e nomes dos autores dos artigos publicados no período compreendido entre 1895 e 2004 registrados no volume de índice geral;
3. Definição das expressões de busca dos artigos – a leitura do volume de índice geral propiciou estabelecer as seguintes expressões de busca: “educação” e “jesuítas”, por concordarmos com a visão de Bittar e Ferreira Junior (2001) de que é impossível separar da História da Educação a influência dos jesuítas, visto que eles permaneceram por 210 anos em terras brasileiras e tiveram notável influência na educação brasileira. Essas expressões foram utilizadas em cada um dos 96 volumes da coleção e que abarcam o período de 1895 a 2004.

Essas buscas resultaram na seleção de 186 artigos presentes em 71 dos 96 volumes da coleção e compreendendo o período de 1896 a 2004 e que totalizaram 3.567 páginas.

Posteriormente, os 186 artigos foram classificados em seis categorias de análise:

1) **educação e o ensino**, compreendendo artigos que focalizavam a educação brasileira nos diferentes períodos históricos e abrangendo temas como: a criação de cursos superiores, o ensino médio, a instrução e o ensino públicos, os grupos escolares, e personalidades educacionais (Lourenço Filho, por exemplo);

2) **a educação jesuítica no Brasil colonial**, compreendendo artigos que focalizavam **a institucionalização dos espaços educacionais e as práticas pedagógicas dos jesuítas** e abrangiam temas como: a catequese, a colonização e a evangelização, os indígenas, a língua brasileira e as línguas indígenas as aldeias, as missões, as reduções, as casas de bê-á-bá; colégios, o *Ratio Studiorum*, os castigos corporais, as primeiras letras, o catecismo, etc.

3) **os vultos históricos da educação jesuítica no Brasil Colonial**, tais como Anchieta, Nóbrega, e outros epígonos da educação (Alexandre de Gusmão, Diogo Feijó, Quirício Caxa)

4) **os vultos da história paulista e brasileira**, tais como: João Ramalho, Diogo Álvares Correa (o Caramuru), Antonio Raposo Tavares, Amador Bueno, e outros como Bartolomeu de Gusmão, Tiradentes, e historiadores como Varnhagen e Capistrano de Abreu, etc.;

5) **a História e Geografia de São Paulo e do Brasil**, ou seja, artigos que versavam sobre as raízes históricas da fundação da cidade de São Paulo e de outros municípios paulistas (São Vicente, Itu, Santo André, Indaiatuba, Tietê), bem como brasileiros.

6) **a História do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Revista do IHGSP**, isto é, artigos sobre a fundação do IHGSP e discursos proferidos por ocasião das efemérides do Instituto (primeiro aniversário, 40 anos, 44 anos, 47 anos e jubileu de ouro) e da Revista do IHGSP, entre outros.

Em seguida esses 186 artigos foram submetidos à análise bibliométrica visando o estabelecimento dos seguintes indicadores: o perfil dos autores, a distribuição anual dos artigos e as temáticas abordadas tendo como diretriz as categorias previamente estabelecidas, bem como à análise de conteúdo, mediante a leitura integral de uma amostra selecionada de 20 artigos pertencentes às categorias de 1, 2 e 3 listadas anteriormente, por entendermos que nessas categorias os artigos oferecem maiores subsídios para a historiografia da educação brasileira. Além disso, os artigos da



categoria 6 forneceram os elementos para traçar o panorama histórico do IHGSP e da RIHGSP.

#### **1.4 A estrutura da pesquisa e a organização do texto**

Para dar organicidade à pesquisa realizada e o estudo contempla além dessa introdução, três capítulos, a conclusão.

O capítulo dois apresenta o panorama histórico dos Institutos Históricos e Geográficos no mundo e no Brasil, com destaque para a história do Instituto Histórico de Paris (IHP), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)

O capítulo três apresenta os resultados da pesquisa realizada e aborda a história da Revista do IHGSP, e apresenta as análises bibliométrica e de conteúdo dos artigos analisados, constituindo-se, portanto nas contribuições que os artigos da RIHGSP representam para a historiografia da educação brasileira.

O capítulo 4 focaliza 20 artigos que foram selecionados da amostra inicial de 186 artigos, e tem o intuito de apresentar, por meio da exposição de seus conteúdos, os subsídios que podem fornecer à historiografia da educação brasileira.

Por fim, o texto finaliza com as conclusões e uma lista dos autores e obras consultados e que deram o suporte teórico-metodológico da pesquisa, bem como os apêndices elaborados pela autora.

## 2 PANORAMA HISTÓRICO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

*Protetores da memória paulista. Defensores das tradições da civilização bandeirante, moldada pelo esforço da raça heroica que se forjou ao longo dos séculos no planalto de Piratininga. Estas seriam as palavras de apresentação que certamente agradariam ao seletivo grupo de intelectuais polígrafos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na capital do Estado, no ocaso do século XIX. Epítetos que soam aos olhos do leitor atual como uma mistura pouco convincente de arrogância e ingenuidade; mas que se ajustam perfeitamente a essa elite letrada que fazia pouca distinção entre história e memória, e que acreditava no passado – mesmo que imerso em projeções pouco confiáveis –, como um lugar seguro ante as incertezas do presente. (FERREIRA; MAHL, 2011, p.1)*

Neste capítulo apresentamos um panorama histórico<sup>1</sup> do Instituto Histórico de Paris, e o contexto de criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, bem como de sua Revista.

### 2.1 O Instituto Histórico de Paris (IHP)

*A criação (ou recriação) de uma história e de uma memória nacionais (...) nunca partem de uma folha em branco, não sendo arbitrárias, nem ingênuas. (GOMES, 2009, p.12)*

Para enfocar a gênese e a história do Instituto Histórico de Paris (IHP) recorreremos a um conjunto de autores (FARIA, 1965, 1967; CÂNDIDO, 1975; CARRARO, 2002, 2003, 2009, 2009a) que se dedicaram ao seu estudo produzindo trabalhos que se tornaram referência obrigatória.

De acordo com Carraro (2003, p.2) apesar de o IHP ter sido registrado no Ministério da Instrução Pública a 27 de novembro de 1833, só foi autorizado em 24 de dezembro do mesmo ano. E sua primeira assembleia geral só ocorreu três meses mais tarde, em 23 de março de 1834, sob a presidência de Joseph Michaud, da Academia Francesa, e contou com a presença de 38 membros fundadores. Faria (1967) complementa a história desse momento de criação do IHP mencionando que

Em abril de 1834, abre-se o Instituto Histórico em sessão inaugural e contará, nos primeiros tempos, com a presença de grandes nomes do mundo intelectual, tanto da literatura e artes, como da história e das ciências. Comparecem, entre outros, Lamartine, Michelet,

---

<sup>1</sup> Todas as citações retiradas dos diversos números da Revista do IHGSP e do site do IHGSP foram atualizadas de acordo com a ortografia atual.

Chateaubriand, Nepomucène Lemercier, os irmãos Thierry, Barante, Sénancour, Boucher de Perthes, Saint-Hilaire, Ingres, Cherubini, Du Sommerard e muitos outros. (FARIA, 1967, p.47).

Como refere Carraro (2002), apesar de Antonio Cândido ter citado o Instituto Histórico de Paris no seu trabalho de 1975 que se tornou um clássico – *Formação da Literatura Brasileira* – os estudos realizados por Faria (1965, 1967) podem ser considerados um marco no âmbito das pesquisas históricas sobre desse Instituto.

Faria (1965, p.68) no artigo *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris* relata que a motivação para estudar esse tema adveio da sugestão do próprio Antonio Cândido, para que ela aproveitasse uma bolsa que recebera para pesquisar na França, e estudasse a “estada dos nossos primeiros românticos em Paris, entre 1833 e 1836”. Imbuída desse propósito a autora relata que ao consultar arquivos em França sobre esse tema se interessou pela história do IHP, pois “nenhum estudo havia até então sido feito sobre esse Instituto”. E, ao compulsar a documentação encontrou, não apenas “grande número de referências àqueles brasileiros e a muitos outros mais, as quais se estenderam até o ano de 1855, além de um interessante material sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas relações com o Instituto Histórico de Paris” (FARIA, 1965, p. 68-69).

Se, como afirma Carraro (2002, p.24) “o século XIX despontava como o século da história”, uma das instituições responsáveis por contribuir para o sucesso desse século foi o Instituto Histórico de Paris. Assim, na visão dessa autora,

O Instituto Histórico de Paris, criado em 1834, destacou-se por sua proposta de dedicação “exclusiva” aos estudos históricos, objetivando contribuir com sucesso para o “século da história”. No entanto, a partir das ideias debatidas e divulgadas pela Sociedade, evidenciou-se um discurso marcado pela dubiedade. Comprometeu-se, ao mesmo tempo, com o princípio de neutralidade política e com uma proposta de história “útil” e voltada para o “aperfeiçoamento moral da humanidade”. Seja como for, se há algo de ambivalente em suas ideias, seria interessante reportarmos ao próprio contexto social em que se inseria esse pensamento (CARRARO, 2002, p.149).

Dessa perspectiva, Carraro (2002, p. 149-150) vê o IHP como um “filho de seu tempo”, pois

[...] de um lado, o IHP angariou para a história a classificação de “ciência positiva” e, de outro, contribuiu para divulgar ideias que caracterizavam o enfoque de teorias sociais que se destacaram no

período. Pode-se dizer que a história do Instituto, tal como foi estabelecida inicialmente nos esboços do método e praticada ao longo dos anos, mostrou na prática de sua atividade intelectual como poderia ser uma “ciência plena de ensinamentos”. Além disso, demonstrou, com ênfase, como ela poderia trabalhar em função dos interesses morais.

Em seguida, Carraro (2002, p. 150) também argumenta que “mesmo no esforço de estabelecer critérios de objetividade, com o intuito de classificar a história como ciência positiva, a história no Instituto, apesar das boas intenções dos membros, não demonstrou com sucesso o princípio de neutralidade”. Dessa perspectiva, o IHP tinha por objetivo

[...] contribuir para o estabelecimento da história como uma ciência que, embasada em documentos e nas ciências auxiliares, pudesse afirmar sua especificidade de ciência dos fatos. Para fazer uma história positiva e científica, a sociedade recorreu também à tradição filosófica, fato que teve um papel decisivo na construção de um discurso histórico muito íntimo das ciências sociais. (CARRARO, 2009, p. 66)

E, sobre o perfil para a história praticada pelo IHP, a autora explica que,

Se é possível delinear um perfil para a história que ali se procurou fazer pode-se dizer que se tratava de uma história moralizante, essencialmente filosófica, para cujo exercício o historiador assumiu o papel de sacerdote, a quem caberia aconselhar e apontar as “verdades úteis”, contribuindo para o aperfeiçoamento da humanidade. (CARRARO, 2009, p. 66)

Essa autora também publicou outros artigos sobre o IHP (CARRARO, 2003, 2007 e 2009a) além das pesquisas de mestrado (2002) e de doutorado (2009) em que analisa a emergência do pensamento sociológico na França por meio da produção intelectual dos membros do Instituto Histórico de Paris.

Nessa tese (CARRARO, 2009), a visão e conclusões da pesquisadora sobre o IHP foram as seguintes:

- O IHP foi criado em pleno processo de reestruturação da pesquisa histórica, promovida em grande parte pelo Ministério de François Guizot, sob a

Monarquia de Julho<sup>2</sup>. Em vista disso, os objetivos e concepções dos trabalhos ali desenvolvidos não diferiam dessa concepção oficial.

- Ao se filiar na tradição erudição sob a Monarquia de Julho o IHP buscava dotar a pesquisa histórica de cientificidade.
- Além da erudição, o projeto científico do IHP procurou se apoiar na filosofia da história, o que caracterizou uma nítida proximidade com a sociologia e enfatizou a vocação científica da pesquisa história que se pretendia realizar.
- A ideia acerca da utilidade da religião e da moral como instrumentos essenciais para o enfrentamento de problemas sociais, defendidas no IHP, exprime preocupações presentes em vários pensadores sociais da época.
- A personalidade polêmica do secretário perpétuo, Eugène Garay de Monglave, contribuiu para a definição ideológica da sociedade.
- O IHP propôs a definição de uma ciência social por meio da atuação dos membros que se ocupavam da História das Ciências Sociais e Filosóficas.
- O IHP aproximou-se da sociologia por meio da escola bucheziana, liderada por Philippe Buchez, de origem saint-simoniana.
- O objetivo de constituição da ciência social também foi perseguido por outro membro do IHP, Alexandre Victor Courtet (chamado de Courtet de L’Isle). Suas ideias, publicadas no *Journal* e debatidas no interior do IHP, trazem à tona o debate sobre a questão das raças e refletem um objetivo comum à época: elevar a história ou a ciência social à classificação de “ciência positiva”.
- Os debates travados no IHP sobre as pesquisas estatísticas indicam que se buscava na estatística moral um método capaz de oferecer objetividade aos estudos históricos, ao mesmo tempo em que se acreditava poder contribuir, a partir de dados objetivos, para o aperfeiçoamento moral da sociedade.

---

<sup>2</sup> De acordo com Carraro (2009a, p.3) “a Monarquia de Julho foi proclamada em agosto de 1830, após os “Três Gloriosos” – 27, 28 e 29 de julho de 1830; quando o povo de Paris e as sociedades secretas republicanas fizeram uma série de levantes contra Carlos X. Luís Filipe, filho de Luís Filipe José de Orleans, assumiu o poder e tornou-se conhecido como o “Rei dos Franceses”; governou a França sob uma monarquia constitucional de 1830 a 1848”. A autora explica que “nesse momento de intensos debates no qual a questão social estava na ordem do dia”, foi “quando ocorreu a eclosão de vários projetos de reorganização da sociedade”. Com isso, “Academias e instituições como o IHP desempenharam papel decisivo na produção intelectual do século XIX, aplicando uma espécie de “política de pesquisa” e orientando a atividade de pesquisadores pela escolha de temas propostos para concursos e debates”. Além disso, “o século XIX, na França, é considerado o século da história e dos historiadores que contribuíram para formar um discurso histórico e uma comunidade científica. A Monarquia de Julho caracterizou-se como um período especial para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa histórica. Os historiadores da época dispunham de informação e documentação novas e incomparavelmente mais acessíveis e mais completas do que existiu no passado”.

Faria (1965, 1967) também traçou as origens do IHP e o percurso de seu idealizador, Eugène de Monglave – o secretário perpétuo do Instituto, e das relações dele com os jovens brasileiros em Paris, na época de sua fundação. De acordo com Faria (1967)

Monglave liga-se a uma corrente do seu tempo e funda, não sem dificuldades, a primeira sociedade de estudos históricos, dentro das concepções românticas – o Instituto Histórico de Paris. E este é a origem das mais conceituadas agremiações eruditas do fim do século XIX e do século XX, a Sociéte des Études Historiques, praticamente extinta com a segunda guerra mundial.(FARIA, 1967, p.48)

No período compreendido entre a fundação (1834) do IHP até 1856, muitos brasileiros, dentre os quais “alguns dos principais representantes políticos do mundo oficial do Império, participaram das atividades do Instituto”, fato que inspirou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838 (CARRARO, 2003, p. 2). Na visão dessa autora, “pode-se pensar a influência desse grupo sobre intelectuais brasileiros do início do século XIX”.

De acordo com Pinassi (2013) a intensidade das relações ocorridas entre o pensamento social no Brasil, nos anos de 1834 a 1856, conforma o nascedouro do nacionalismo brasileiro, com variadas vertentes da inteligência europeia, através da participação de personalidades brasileiras nos debates e nos trabalhos desenvolvidos junto ao Instituto Histórico de Paris. Tais datas inscrevem o início, que coincide com o ano de fundação do Instituto, e o encerramento da convivência de brasileiros e franceses na referida instituição.

A respeito das ligações do IHP com o IHGB Guimarães (1988, p. 12) lembra que já no início do empreendimento intelectual parisiense encontram-se outros brasileiros, cuja futura atuação no IHGB, e de forma ampla na vida intelectual brasileira do século XIX:

[...] Manoel de Araújo Porto Alegre, ardoroso defensor das estreitas relações entre monarquia e intelectuais. Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres Homem. Os três editaram a revista científico-literária *Nicteroy*, aberta a uma temática variada, e integraram o Institut Historique de Paris entre os 46 membros brasileiros arrolados por Maria Alice de Oliveira Faria para o período 1834-1850, dos quais 26 também faziam parte do IHGB. Os contatos entre as duas instituições estendiam-se ainda à troca de publicações e correspondência, e à abertura de espaço na revista do instituto

parisiense para tratamento de temas e veiculação de notícias relativas ao Brasil. (GUIMARÃES, 1988, p. 12)

E Guimarães (1988, p.13) complementa a influência que a instituição parisiense poderia exercer sobre a brasileira:

Guardadas as especificidades históricas de cada uma, próprias da natureza da discussão da “questão nacional” em seus respectivos espaços de origem, podemos pensar o Institut Historique de Paris como fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico ao IHGB, e instância legitimadora, cuja chancela poderia dar um peso relevante e destaque a uma história nacional em construção, como a brasileira. As implicações de natureza política imbricadas nesse projeto parecem-nos também claras e não menos significativas; articulada ao projeto de construção da Nação, a escrita da história nacional tem assim os seus destinatários, não apenas no plano interno, como também no externo. E é nessas duas frentes que ela se constrói. (GUIMARÃES, 1988, p. 13)

Nos dias atuais, os IHGs são vistos “com relativo preconceito por determinados setores da comunidade acadêmica”, conforme argumenta Callari (2001, p.59), embora tenham sido “os pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e linguísticos”. De acordo com a autora, foram responsáveis, portanto,

[...] pela produção de um saber na própria época em que a separação entre campos diversos do conhecimento estava se delineando e que a história reivindicava para si um estatuto científico, alicerçado em sólida pesquisa documental. Todo esse esforço foi canalizado para a construção da ideia de nação, buscando no passado exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao Brasil. Entretanto, esses “obreiros da história” não possuíam, obviamente, nenhuma formação específica para o historiador nos termos atuais. Eram basicamente membros da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal e políticos de renome. Literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares – carreiras de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite – eram as principais ocupações daqueles que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos. (CALLARI, 2001, p.59)

Vejamos, a seguir, uma síntese histórica da constituição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

## 2.2 A institucionalização do saber histórico: o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

*Não se tratava mais, como até então, de elaborar crônicas e narrativas, mas, ao contrário, impunham-se a pesquisa sistemática e a escrita da história brasileira com base em metodologias adequadas. A fundação do IHGB significava um importante passo rumo à institucionalização e à profissionalização da historiografia (GUIMARÃES, 2011, p. 53)*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nasceu em 1838, fruto da “aspiração de uma entidade que refletisse a nação brasileira que, não muito antes, conquistara a sua Independência” (IHGB, 2013). Como refere a instituição ao apresentar uma síntese de sua fundação:

Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – hoje, por sucessoras, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro –, os secretários, cônego Januário da Cunha Barbosa e marechal Raimundo José da Cunha Matos, apresentaram proposta para a sua criação, concretizada em 21 de outubro daquele ano, em Assembleia Geral, firmada por 27 fundadores, previamente escolhidos. [...] Contou com o patronato do imperador d. Pedro II, a quem foi dado o título de Protetor, o qual incentivou e financiou pesquisas, fez doações valiosas, cedeu sala no Paço Imperial para sede do Instituto, em seus passos iniciais, e presidiu mais de 500 sessões. Os grandes nomes da política, das artes, das letras, da magistratura, do magistério e das atividades produtivas do país têm integrado seu Quadro Social. (IHGB, 2013)

Os 27 sócios fundadores do IHGB foram:

1. Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, chefe da Contadoria Geral do Tesouro.
2. Antônio Alves da Silva Pinto, advogado.
3. Antônio José de Paiva Guedes de Andrada, chefe da Secretaria dos Negócios do Império.
4. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba.
5. Bento da Silva Lisboa, mais tarde barão de Cairú.
6. Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape.
7. Cândido José de Araújo Viana, depois marquês de Sapucaí.
8. Conrado Jacob de Niemeyer, militar e geógrafo.
9. Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II.
10. Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, visconde de Jerumirim.
11. Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha.



12. Inácio Alves Pinto de Almeida, Secretário da Junta de Comércio.
13. Januário da Cunha Barbosa, cônego.
14. João Fernandes Tavares, mais tarde visconde da Ponte Ferreira.
15. Joaquim Caetano da Silva, professor do Colégio Pedro II.
16. Joaquim Francisco Viana, bacharel em matemática.
17. José Antônio Lisboa, deputado da Junta de Comércio.
18. José Antônio da Silva Maia, político e procurador da Coroa.
19. José Clemente Pereira, político.
20. José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo.
21. José Lino de Moura, contador da Caixa de Amortização.
22. José Marcelino da Rocha Cabral, advogado.
23. José Silvestre Rebelo, negociante.
24. Pedro de Alcântara Bellegarde, militar, diretor da Academia Militar.
25. Raimundo José da Cunha Matos, marechal de campo.
26. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desembargador e diplomata.
27. Tomé Maria da Fonseca e Silva, administrador da Recebedoria do Município.

De acordo com Guimarães (1988, p. 9), um exame dessa lista de 27 nomes fornece uma amostra significativa do perfil intelectual atuante no IHGB, pois

[...] a maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte significativa desses 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações ocorridas na Europa em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica. Tal experiência marcará certamente a socialização dessa geração, criada nos princípios de recusa ao ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à casa reinante de Bragança. (...) A diversidade da origem social – o que nos leva a questioná-la como critério único definidor de uma prática tanto política quanto intelectual – é contudo, nivelada por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra, seguida de treinamento e carreira no aparelho do Estado.

Em vista disso, no entendimento de Guimarães (1988, p.9) “é a partir desta perspectiva que a leitura da história brasileira será encaminhada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.”

O Art. 1º do estatuto do IHGB<sup>3</sup> estabelece os objetivos da instituição, que são:

1º Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem. 2º Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo. 3º Ramificar-se nas províncias do Império, para mais fácil desempenho dos fins a que se propunha. 4º Publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 5º Promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcionar esta despesa. (IHGB, 2013)

A primeira sede do IHGB foi, evidentemente, a da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN, em cuja sala de sessões fundou-se o Instituto.

Em 1849 o IHGB mudou-se para o Paço da Cidade, a princípio em dependências do Almoarifado, depois na sala à esquerda da Portaria das Damas e, finalmente, no terceiro pavimento do antigo Convento do Carmo, ao lado da Capela Imperial, onde hoje se acha instalada a Universidade Cândido Mendes, em cuja entrada principal foi aposta, em 2001, placa evocativa.

Guimarães (1988, p. 9) assinala que a inauguração de suas novas instalações no Paço da Cidade, “simbolizaram um novo começo para a vida da entidade e marcam nitidamente um aprofundamento de suas relações com o Estado Imperial”, pois

[...] a partir daquela data, o imperador, cuja presença nos trabalhos do IHGB limitava-se até aquele momento às reuniões anuais comemorativas de sua fundação, passa a ter uma presença assídua e participante, contribuindo dessa forma para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras. Sua intervenção se faz sentir na sugestão de temas para discussão e reflexão de seus membros, no estabelecimento de prêmios para trabalhos de natureza científica e no apoio financeiro que assegura o processo de expansão da instituição. (...) Paralelamente, o instituto passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos da história, da geografia e da etnologia, relegando a segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos. (GUIMARÃES, 1988, p.9)

Com a necessidade de obras no Paço da Cidade, o Instituto funcionou, de junho a agosto de 1906, no Real Gabinete Português de Leitura.

---

<sup>3</sup> Os Estatutos aprovados em 1838 vigoraram até 1851, quando outros foram postos em discussão e votados pelo Corpo Social. Posteriormente, novos Estatutos foram elaborados e aprovados em 1872, 1890, 1906, 1912, 1965, 1991, 1996 e 2003.

Em 21 de outubro de 1913, o Conde de Afonso Celso instalou o Instituto “na ala que edificara para sua sede, ao flanco do Silogeu<sup>4</sup>, na esquina das Avenidas Augusto Severo e Teixeira de Freitas”, o mesmo local em que, em 1972, foi acabada de construir-se e inaugurada a sede atual.

A Lei nº 2.554, de 3 de agosto de 1955, sancionada pelo Presidente João Café Filho, autorizou fosse cedido ao Instituto "o terreno em que foi edificado o Silogeu, à Avenida Augusto Severo, no 4", com várias obrigações, entre elas a de atender ao "reclamação exigido pelos planos urbanísticos municipais". A 10 de setembro de 1958 foi nomeada pelo presidente José Carlos de Macedo Soares uma comissão especial. Uma semana depois, o prof. Adolfo Morales de los Rios Filho traçou o anteprojeto do futuro prédio, que não foi aceito pela Prefeitura, sendo necessárias modificações feitas por firma idônea, a Pan Americana de Engenharia S. A. A execução do projeto coube a diversas empresas, conforme as especializações. O prédio só foi possível construir-se graças a empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal, durante a administração de Pedro Calmon, que também obteria, anos depois, a quitação do débito hipotecário junto ao Governo Federal. A inauguração teve lugar no dia 5 de setembro de 1972 com a presença do Presidente da República, gen. Emílio Garrastazu Médici. (IHGB, 2013)

A primeira sessão ordinária do IHGB teve lugar em 1º de dezembro de 1838. Além da aprovação de nomes indicados para sócios, deve assinalar-se a atuação do cônego Januário da Cunha Barbosa, que apresentou três propostas, todas aceitas: 1ª - que D. Pedro II fosse levado a aceitar o título de protetor; 2ª - que se estabelecesse a maneira mais própria para a troca de informações históricas entre os sócios nacionais e estrangeiros; 3ª - que na sessão seguinte entrasse em discussão: como devem ser determinadas as diferentes épocas da História do Brasil. (IHGB, 2013).

Na inauguração das novas instalações do IHGB no Paço da Cidade, em 15 de dezembro de 1849, Guimarães (1988) comenta que o Imperador assim se expressou a respeito da *Revista do IHGB*:

Sem dúvida, senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi

---

<sup>4</sup> Silogeu – casa ou local para reunião de uma associação literária ou científica. No caso do IHGB, trata-se do prédio que abrigava a sede do Instituto.

pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria. (GUIMARÃES, 1988, p. 11)

*A Revista Trimensal de Geografia e História ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que já foi do *Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* e do *Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, nome que a instituição jamais teve, é hoje, simplesmente, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Nos seus mais de 425 números, editados sem interrupção, a Revista do IHGB constitui-se na mais antiga publicação do gênero em todo o mundo. Além da Revista, o Instituto tem publicado obras avulsas, que atingem cerca de 500 títulos, entre os quais monografias, biografias, catálogos, anais etc.

O primeiro número da Revista do IHGB corresponde ao primeiro trimestre de 1839. A Comissão de Redação estava constituída pelo dr. José Marcelino da Rocha Cabral e o sr. Antonio José de Paiva Guedes. (IHGB, 2013). Na visão de Guimarães (1988) a Revista do IHGB,

Além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar as cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da Revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contida – aliás, parte substancial de seu conteúdo nos primeiros tempos – de artigos, biografias e resenhas de obras. (...) Uma análise do conteúdo da Revista nos revela a incidência de três temas fundamentais, que chegam a absorver 73% do volume de publicações, quer em termos de fontes, quer em termos de artigos e trabalhos, o que atesta o projeto de escrita da história nacional. São eles a problemática indígena, as viagens e explorações científicas e o debate da história regional. (GUIMARÃES, 1988, p. 20)

A criação do IHGB, juntamente com o Arquivo Público do Império, que se somavam à Academia Imperial de Belas Artes, integrou o esforço dos conservadores, para a construção de um Estado imperial centralizado e forte. Além de protetor do IHGB o imperador D. Pedro II foi membro ativo e presidiu centenas de sessões do Instituto. Conforme refere a historiadora Helena Mollo (2005)

Constava ainda da defesa de criação deste Instituto a sua correspondência com o Instituto Histórico de Paris, que era uma

inspiração quanto aos documentos de sua criação, que não se limitava aos trâmites burocráticos, mas aos ideais do instituto parisiense, e, da mesma forma, estendia o compromisso e missão de manter comunicação com todos os institutos da mesma natureza de outras nações. (MOLLO, 2005, p. 1)

No entanto, a História do Brasil, a ser escrita pelos membros do IHGB, deveria ressaltar os valores ligados à unidade nacional e à centralização política, colocando a jovem nação brasileira como herdeira e continuadora da tarefa civilizadora portuguesa. A nação, cujo passado o IHGB iria construir, deveria surgir como fruto de uma civilização branca e europeia nos trópicos. (GUIMARÃES, 1988; GUIMARÃES, 1995). A esse respeito Guimarães é enfático ao ressaltar que “a leitura da História empreendida pelo IHGB, está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo.” (GUIMARÃES, 1988, p. 8). Assim, foi com esse conceito de Nação que o IHGB se legitimou enquanto instituição para sistematizar a historiografia brasileira. Na visão de Diehl (1998):

A fundação do IHGB, em 1838, assenta-se, como instituição cultural, nos moldes de uma academia, como aquelas do iluminismo, e tinha como projeto primeiro traçar a origem da nacionalidade brasileira, aliás, uma das preocupações centrais da historiografia do século XIX. O que nos parece importante observar é que houve um vetor *permanente* ao longo da história do Brasil, uma tentativa de integrar o *velho* e o *novo* numa simbiose de forma que as rupturas fossem evitadas. Isso levou à necessidade de orientar a historiografia para um pacto consensual, questão que aparece no IHGB, herdeiro de uma tradição iluminista e vivenciada como tal por seus membros. O instituto, assim, propunha-se a levar a cabo um projeto dos *novos tempos*, cujo fundamento residia na soberania nacional como critério definidor de uma identidade nacional, sem, no entanto, romper com o passado. (DIEHL, 1998, p.27).

Em 1840, seguindo as tradições da época, o IHGB promoveu um concurso destinado a premiar o melhor plano para a escrita da História do Brasil. O prêmio foi outorgado a Carl von Martius, naturalista, nascido na Baviera (atual Alemanha), que entre 1817 e 1820 havia percorrido, entre outras, as então províncias da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Amazônia. O texto apresentado - *Como se deve escrever a história do Brasil* - embora valorizasse a contribuição portuguesa, especialmente o regime monárquico, salientava, como característica principal na história brasileira, a fusão das raças branca, negra e indígena.

A primeira História do Brasil que procurou seguir o programa do IHGB, entretanto, não foi escrita por von Martius, e sim, por Francisco Adolfo de Varnhagen, diplomata e primeiro-secretário do Instituto. Para a publicação da sua História Geral do Brasil (1854), recorreu a uma enorme massa de documentos inéditos, em boa parte copiada de arquivos europeus.

Em 1851, apesar das mudanças que ocorreram, por causa dos novos estatutos, os membros do IHGB ainda tratavam a história como um processo linear e progressivo, ou seja, procuravam explicar a história brasileira dentro de uma linha evolutiva. Dentro dessas mudanças, lançaram mão de outros conhecimentos como a etnografia, a arqueologia e a linguística, para tornar possível o acesso à cultura dos indígenas, considerados como os portadores da *brasilidade*.

Assim, o tema central passou a ser o indígena, tanto nos debates dentro do IHGB como fora dele: discussões na literatura e na história argumentavam sobre a viabilidade de a nacionalidade brasileira estar representada no indígena. Guimarães, em relação a esse assunto, resgata uma carta de Varnhagen dirigida ao imperador a propósito do indianismo de Gonçalves Dias, quando adverte para “não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao país e ao trono que a opinião se não extravie, com ideias que acabam por ser subversivas, a literatura veicula a imagem do indígena como portador da brasilidade. (DIEHL, 1998, p.31).

Assim, se o IHGB era a instituição legitimadora da escrita da história brasileira, aliada ao verdadeiro caráter nacional, nada mais coerente do que a História ser usada como meio mais do que necessário para aguçar a nacionalidade. Por outro lado, a História e a Geografia juntas eram cruciais para que fosse possível a integridade entre os aspectos físicos e sociais da “Nação” brasileira. A concepção historiográfica ilusionista no IHGB é claramente percebida pelo tratamento linear, no qual o desenvolvimento da história está inserido, representada como *mestra da vida*.

E essa, particularmente, foi a tradição do iluminismo português, católico e restaurador, que influenciaria a geração dos fundadores do IHGB retomando uma linha de continuidade em relação às academias do século XVIII. Essa continuidade histórica, linear e em constante aperfeiçoamento, arrolava ao Brasil, como nação das nações em formação, um papel importante no futuro. (DIEHL, 1998, p.32).

Desde seu início o IHGB estimulou a criação de entidades congêneres nas províncias, hoje estados, e tem convocado e organizado periodicamente Colóquios,

Simpósios, Congressos, Ciclos de Conferências, Encontros, Mesas Redondas, Cursos, Seminários, reunindo os Institutos estaduais, visando criar um Sistema Nacional de Institutos Históricos, que coordena. De acordo com o Quadro 1 a seguir, existem 23 institutos congêneres espalhados pelo Brasil, dentre os quais, encontramos o de São Paulo, fundado em novembro de 1894.

**Quadro 1-** Institutos Históricos Estaduais

<b>Instituição</b>	<b>Cidade</b>
1. Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano	Recife
2. Instituto do Ceará	Fortaleza
3. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	Salvador
4. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	Manaus
5. Instituto Histórico e Geográfico de	Maceió
6. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	Goiânia
7. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso	Cuiabá
8. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais	Belo Horizonte
9. Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia	Porto Velho
10. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina	Florianópolis
11. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	São Paulo
12. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	Aracaju
13. Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal	Brasília
14. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo	Vitória
15. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	São Luiz
16. Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul	Campo Grande
17. Instituto Histórico e Geográfico do Paraná	Curitiba
18. Instituto Histórico e Geográfico do Pará	Belém
19. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
20. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	Natal
21. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul	Porto Alegre
22. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano	João Pessoa
23. Instituto Histórico e Geográfico Piauiense	Teresina

**Fonte:** <http://www.ihgb.org.br>

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também mantém relações com 52 Institutos Históricos municipais de todo o Brasil, cujas fundações tem sido estimuladas pelo IHGB, além de estabelecer convênios de reciprocidade com instituições brasileiras e estrangeiras, conforme pode ser visto no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 – Instituições congêneres do IHGB**

<b>Instituições</b>	<b>Países</b>
Academia de História de Itajubá- Itajubá-MG	Brasil
Academia Barramansense de História – Barra Mansa-RJ	Brasil
Academia Itatiaense de História – Itatiaia - RJ	Brasil
Espaço Cultural José Carlos de Barcelos – Quissamã – RJ	Brasil
Academia Resendense de História – Resende-RJ	Brasil
Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - RJ	Brasil
Academia Nacional de Medicina – RJ	Brasil
Colégio Brasileiro de Genealogia – RJ	Brasil
Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense - RJ	Brasil
Academia Boliviana de la Historia	Bolívia
Academia Chilena de História	Chile
Academia Colombiana de la Historia	Colômbia
Academia de Geografía e Historia de Costa Rica	Costa Rica
Academia de Geografía e Historia de Guatemala	Guatemala
Academia Dominicana de la Historia	República Dominicana
Academia Mexicana de História	México
Academia Nacional de Historia del Ecuador	Equador
Academia Nacional de la Historia	Peru
Academia Nacional de la História	Venezuela
Academia Nacional de la História de la República Argentina	Argentina
Academia Panameña de la Historia	Panamá
Academia Paraguaya de la História	Paraguai
Academia Portuguesa de História	Portugal
Academia Puertorriqueña de la Historia	Porto Rico
Academia Salvadoreña de la Historia	El Salvador
Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay	Uruguai
Real Academia de História	Espanha

**Fonte:** <http://www.ihgb.org.br>

A presidência de honra do IHGB é exercida pelo presidente da república que nela se investe em sessão solene. Os sócios são eleitos por Assembleia Geral, nas seguintes categorias: Eméritos, Titulares, Honorários e Correspondentes, brasileiros e estrangeiros. Os Sócios Institucionais completam o Quadro Social.

Desde a sua fundação ocuparam a presidência da instituição:

1. José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (1838-1847)
2. Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí (1847-1875)
3. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro (1875-1886)
4. Joaquim Norberto de Sousa Silva (1886-1891)
5. Olegário Herculano d'Aquino Castro (1891-1908)
6. João Lustosa da Cunha Paranaguá, Marquês de Paranaguá (1906-1907)
7. José Maria da Silva Paranhos Jr., o Barão do Rio Branco (1907-1912)



8. Afonso Celso de Assis Figueiredo Filho, Conde de Afonso Celso (1912-1938)
9. Manuel Cícero Peregrino da Silva (1938-1939)
10. José Carlos de Macedo Soares (1939-1968)
11. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1968-1985)
12. Américo Jacobina Lacombe (1985-1991)
13. Vicente Costa Santos Tapajós (1992-1995)
14. Arno Wehling (1996-)

Passados 175 anos de sua existência, o IHGB tem se caracterizado por atividades múltiplas, nos terrenos cultural e cívico, bem como pela reunião de volumoso e significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico, à disposição do público, e pela realização de conferências, exposições, cursos, congressos e afins.

De acordo com Callari (2001, p. 60) o IHGB constituiu-se em instituição “pioneira e sólida que, contando com forte subvenção oficial e intervenção pessoal do próprio imperador nos seus 50 primeiros anos”. Em vista disso, enquanto instituição mais duradoura e nacional, “teve atuação decisiva nos debates historiográficos e na sua divulgação, ainda que de maneira indireta, através dos livros didáticos”.

Como refere Callari (2001, p.60), “durante muitos anos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) brilhou solitário como único expoente da produção do saber histórico” e sua hegemonia só seria parcialmente quebrada quando em 1862 foi criado o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). De acordo com a autora,

Todos os institutos locais procuravam se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB – o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, formato das revistas e intercâmbio entre seus membros -; por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional. (CALLARI, 2001, p.60)

Ainda a respeito da composição do quadro social dos IHGs verificou-se que somente em 1965 o IHGB passou a contar com a participação feminina, conforme assinala Ipanema (2010) no artigo em que presta tributo à memória da sócia emérita Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, falecida em 2009. Diz a autora:

Em 1965, em que foi peça fundamental a palavra de Marcos Carneiro de Mendonça, o IHGB elegeu a dra. Virgínia Rau, portuguesa, como sócia correspondente,<sup>3</sup> abrindo o caminho para a participação feminina nos trabalhos do Instituto. Seguiu-se Isa Adonias [1968] e, em 1971, o nome de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha foi acolhido pelos eleitores como a terceira mulher do Instituto. Segundo Calmon, que presidiu a Sessão, em 13 de outubro de 1971, sócios disputaram-se a honra de recebê-la, recaindo sua escolha em Isa Adonias. [...] Segundo Calmon, que presidiu a Sessão, em 13 de outubro de 1971, sócios disputaram-se a honra de recebê-la, recaindo sua escolha em Isa Adonias. Hoje, ninguém atenta mais para, de que sexo é o estudioso que se pretende confrade. Somos 42, em um universo de quase 400 do Quadro Social abrangente, de eméritos, titulares, correspondentes brasileiros e estrangeiros, os de convênio e honorários, ou cerca de 12%. (IPANEMA, 2010, p. 238)

Conforme consta no site do IHGB (2010), a professora Cybelle Moreira de Ipanema foi a primeira a integrar a Diretoria (1986-1987). No referido tributo a Lygia, Ipanema (2010, p.237) enfatiza: “Você entrou para o Instituto, não muito depois de vencida a barreira da oposição entre sócios homens e sócias mulheres, a definir os campos de atuação dos que trabalhavam a História” ao registrar que a participação feminina no Instituto é tardia:

Não é muito, mas começou em 1965, quando o Instituto já contava 127 anos! [...] Quando tomei posse, em distância grande da eleição, Pedro Calmon convocou para me introduzirem três outras confreiras: você, Thalita de Oliveira Casadei e Leda Boechat Rodrigues. Ao grupo formado, em foto, a que se somou Isa Adonias – éramos as cinco únicas do Rio de Janeiro, descontadas a correspondente portuguesa e Alice Canabrava, de São Paulo. (IPANEMA, 2010, p. 238)

Lyra (2010) também ressalta a inserção das mulheres no IHGB, ao mencionar a eleição de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha como membro titular do quadro de sócios:

É pertinente destacar ainda o quase ineditismo que a admissão de Lygia Cunha provocava – ela era a segunda intelectual feminina brasileira a ser ali eleita –, ratificando o pioneirismo do IHGB na admissão de mulheres numa instituição acadêmico-cultural predominantemente masculina, como era o mais usual na época. (LYRA, 2010, p.252)

Em 2011 o quadro social do IHGB contava com 56 mulheres, sendo uma na categoria de sócio benemérito, quatro sócios eméritos, oito na de titulares, cinco na de

honorários brasileiros e dois na de honorários estrangeiros, 13 na de correspondentes brasileiros e 23 nos de correspondentes estrangeiros. O Quadro 3 apresenta a distribuição da participação feminina no quadro de associados, podendo ser considerado um indicador de gênero.

**Quadro 3.** Distribuição da participação feminina no quadro social do IHGB

Categoria de Sócios	Anos			
	1965-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2011
<b>Beneméritos (1)</b>	Isa Adonias (1968)			
<b>Eméritos (4)</b>	Cybele Moreira de Ipanema; Thalita de Oliveira Casadei (1976), Lêda Boechat Rodrigues (1979)	Maria da Conceição de M. Coutinho Beltrão (1989)		
<b>Titulares (8)</b>		Marilda Corrêa Ciribelli (1989)	Esther Caldas Bertoletti (1992); Miridan Britto Falci (1993); Vera Lúcia Bottrel Tostes (1996)	Maria de Lourdes Viana Lyra (2003); Maria Cecília Londres da Fonseca (2004), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2005), Mary Luci Murray del Priori (2006)
<b>Honorários Brasileiros (5)</b>		Celina Vargas do Amaral Peixoto (1988)		Dora Monteiro e Silva de Alcântara; Isabel Lustosa (2007), Vera Lucia C. de Queiróz Andrade (2009), Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (2011)
<b>Honorários Estrangeiros (2)</b>		Daisy Ripodas Ardanaz (1982)		Maria João Espírito Santo Bustorff Silva (2008)
<b>Correspondentes brasileiros (13)</b>		Consuelo Pondé de Sena (1989)	Helga Iracema Landgraf Piccolo; Sonia Maria Demoner (1992); Maria Luiza Marcílio; Maria Beatriz Nizza da Silva; Sonia Ap. de Siqueira (1994)	Elizabeth Madureira Siqueira; Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa (2002); Márcia Elisa de Campos Graf (2004); Lilia Katri Moritz Schwarcz (2006); Laura de Mello e Souza (2009); Maria Efigênia Lage de Resende (2010); Áurea da Paz Pinheiro (2011)
<b>Correspondentes Estrangeiros (23)</b>	Beatriz Bosh (1968)		Alícia Elena Vidaurreta; Leslie Bethell (1992); Marianne L. Wiesebron (1994); Nilda Gulielmi; Olga Fernández Latour de Botas; Carmen Iglesias Cano, Marta Canessa de Sanguinetti (1996); Maria Amalia Duarte (1998)	Susana Monreal (2000); Suzana R. Varese (2001); Beatriz Torrendell (2003); Lydia Magalhães N. Garner; Manuela R. C. M. de Matos Fernandes (2004); Julia Velilla; Beatriz González Oddone; Olinda Kostianovsky; Margarita Duran, Milda Rivarola; Margarita Prieto Yegros; Maria G. Monte de López Moreira; Mabel Causarano (2010)

Fonte: Pereira, Ferreira e Hayashi (2013)

A Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) do IHGB foi criada por meio de portaria de 18 de janeiro de 1967, à qual pertenceriam, automaticamente, todos os sócios do Instituto.<sup>5</sup>

O IHGB também mantém *online* um cadastro nacional de pesquisadores vinculados aos Institutos Históricos (CPB/IHGs) que possui atualmente 308 nomes de membros de instituições que atendem pela denominação de Institutos Históricos e Geográficos, nas diferentes esferas da federação, e que desenvolvem pesquisas nas áreas a que aquelas se dedicam.

Em relação à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* está disponível *online* o conteúdo integral de todos os 457 volumes da coleção abrangendo desde o século XIX (1839-1900), século XX (1901-2000) até o século XXI (2001-2012).

A biblioteca do IHGB foi formada em 1838, por ocasião da criação do IHGB e constitui um dos mais expressivos acervos bibliográficos sobre História do Brasil, possuindo milhares de peças, entre livros e folhetos, nacionais e estrangeiros, recebidos principalmente por doação e permuta.<sup>6</sup>

Por sua vez, o acervo hemerográfico contém uma fonte significativa da História do Brasil nos seus diversos períodos. O seu início foi em 18 de maio de 1839, com o primeiro número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São 166 anos de publicação ininterrupta, sendo constantemente consultada por pesquisadores nacionais e estrangeiros. Os periódicos se distribuem do século XVII em diante, fornecendo importantes informações históricas do cotidiano de cada período. A hemeroteca se inicia com jornais que se propunham a divulgar discursos, extratos da história antiga e moderna, viagens, trechos de autores clássicos, anedotas, etc., dando sequência a outros com fontes insubstituíveis ao quadro da época da independência. Daí por diante, o acervo conta com jornais que caracterizam a política vigente de cada

---

<sup>5</sup> De acordo com informações do site do IHGB, em 1962, por sugestão do sócio Marcos Carneiro de Mendonça, a fim de prepararem-se as comemorações do bicentenário da transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro, e, em 1965, quando da passagem do 4º centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro, constituíram-se comissões, cujos resultados levaram o presidente José Carlos de Macedo Soares a criar a CEPHAS - Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas.

<sup>6</sup> Além das coleções do IHGB, também podem ser consultadas importantes coleções para o estudo da História do Brasil, como a *Coleção Brasileira*, da Editora Nacional, da qual a biblioteca possui a coleção completa de 387 volumes, e a *Coleção Documentos Brasileiros*, da J. Olympio, também completa, com 207 volumes. Também podem ser consultados todos os volumes dos inúmeros congressos e simpósios efetuados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como as diversas publicações editadas pelo IHGB, como a *História do Brasil*, de Heinrich Handelman; a *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius; o *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*; de Eduardo Canabrava Barreiros; *O mais belo panorama do Rio de Janeiro* (1825), de William John Burchell, e muitas outras.

período e assinalam as tendências; jornais em que a linguagem da caricatura e humorismo era ressaltada a cada número, com crônicas comentando os sucessos semanais e os acontecimentos políticos.<sup>7</sup>

Para a recuperação do cenário cotidiano e testemunho até hoje das evoluções próprias ao Brasil o IHGB possui a coleção de almanaques que são em torno de 106 títulos, tendo início com o "*Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*" editado em Lisboa, em 1851. Almanques nacionais, elemento de consulta à adaptação às necessidades próprias de uma parte da boa sociedade brasileira, desta ou daquela cidade, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, etc., em seus diversos períodos também fazem parte desta coleção. A mais numerosa coleção é a do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1844-1929), um indicador estatístico e de consulta, fundado por Eduardo von Laemmert, reformado e reorganizado por Arthur Sauer. Do século XX o IHGB possui o *Almanaque Brasileiro Garnier*, publicado sob a direção de Benjamin Franklin de Ramiz Galvão entre outros.

Também faz parte do IHGB o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cuja função já foi definida no estatuto de 1838, que é a de recolher e organizar os materiais referentes à História e a Geografia brasileiras. Os objetos que constituem o núcleo original do museu são resultantes das expedições científicas como fragmentos humanos, minerais e animais, ruínas de monumentos, máscaras mortuárias e obras de arte além de documentos provenientes de arquivos públicos e privados. Ao longo de mais de um século as aquisições, legados e doações de associados e de instituições enriqueceram a coleção com exemplares representativos dos diferentes momentos da história, tanto do Instituto quanto do Brasil. O Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estende-se pelos espaços de sua sede, onde também se encontram peças de seu acervo. (IHGB, 2013)

Vejamos a seguir como a literatura acadêmica reflete e analisa o IHGB, por meio de pesquisas desenvolvidas por estudiosos dessa instituição<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> O acervo hemerográfico abriga 5.120 títulos e 102.656 fascículos atualmente e já se encontra todo informatizado, podendo ser consultado nos terminais da Sala de Leitura.

<sup>8</sup> Lucia Maria Paschoal Guimarães, sócia titular do IHGB e pesquisadora no campo da Teoria da História e Historiografia tem inúmeros trabalhos sobre a história e historiografia do IHGB. Ver, por exemplo, GUIMARÃES, 1995; 2007. Além disso, o IHGB tem sido objeto de estudo de outros historiadores, entre eles Arno Wehling (2009, 2010) e Manuel Salgado Guimarães (1988). Do mesmo modo, o IHGB e sua revista têm sido objeto de estudo de inúmeras teses e dissertações no Brasil, conforme comprovado na pesquisa desenvolvida por Pereira, Ferreira Junior e Hayashi (2013).

Começamos com um dos principais nomes dos estudos historiográficos no Brasil entre aqueles citados anteriormente, isto é, os trabalhos de Manuel Salgado Guimarães (1988 e 1989)<sup>9</sup> para quem

O pensar a história é uma das marcas características do século XIX, ao longo do qual são formulados os parâmetros para um moderno tratamento do tema. O discurso historiográfico ganha foros de cientificidade num processo em que a “disciplina” história conquista definitivamente os espaços da universidade. Nesse processo, o historiador perde o caráter de *hommes de lettres* e adquire o estatuto de pesquisador, de igual entre seus pares no mundo da produção científica. No palco europeu, onde desde o início do século este desenvolvimento é observável, percebe-se claramente que o pensar a história articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque. (GUIMARÃES, 1988, p.5).

No Brasil, não poderia ser diferente, ao modelo europeu. Para Guimarães (1988, p.5), a produção historiográfica brasileira terá uma profunda marca elitista, *herdeira muito próxima de uma tradição iluminista*.

Com isso, foi dentro de um processo de consolidação do Estado Nacional que se estabeleceu um projeto para que a história brasileira pudesse ser pensada de maneira sistematizada, o que desencadeou a criação do IHGB.

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção a materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (GUIMARÃES, 1988, p.6).

Guimarães (1988), também destaca qual seria a tarefa principal dos letrados do IHGB.

É, portanto, a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de

---

<sup>9</sup> De acordo com Oliveira (2010) a tese de Manuel Salgado Guimarães sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), *A escrita da história no século XIX: historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*, defendida em 1987, na Universidade de Berlim e, em especial, o artigo que a condensa, “Nação e civilização nos trópicos” (1988), estão situados hoje entre os trabalhos de leitura obrigatória para os pesquisadores da história da historiografia brasileira.

gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação Brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. É de novo uma certa postura iluminista – o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade – que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro (GUIMARÃES, 1988, p.6).

Um fato que merece ser considerado sobre a construção dessa identidade nacional é que a ideia de Nação, não significou oposição à metrópole portuguesa, na verdade, a Nação Brasileira “se reconhece enquanto continuadora de certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional”. (GUIMARÃES, 1988, p.6)

E um bom exemplo sobre a questão nacional é a carta de Francisco Adolfo Varnhagen ao imperador Dom Pedro II, na qual declara os fundamentos da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização europeia:

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade. (Varnhagen apud GUIMARÃES, 1988, p.6-7).

Para Callari (2001, p.60), o IHGB durante muito tempo representou o único expoente da produção do saber histórico. Basicamente, uma instituição situada no Rio de Janeiro, a sede da corte, o que lhe possibilitava créditos suficientes para representar toda a nação. Seu quadro reuniu a nata da sociedade e da intelectualidade da época, juntamente com os sócios efetivos e os ditos correspondentes, que eram, por sua vez, provenientes de outras partes do país e do mundo. Com a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), a hegemonia do IHGB foi parcialmente quebrada, e começaram a pipocar<sup>10</sup> novos Institutos com base local, inclusive o de São Paulo, fundado em 1894, e o de Minas que foi fundado, em 1907,

---

<sup>10</sup> Pipocar: termo utilizado por Cláudia Regina Callari no artigo, “*Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*” (2001), como analogia ao crescimento considerável desses Institutos pelo Brasil.

para citar apenas os da região Sudeste. Acrescenta ainda a autora que os demais institutos procuraram seguir o modelo proposto pelo IHGB.

Todos os institutos locais procuravam se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB – o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, formato das revistas e intercâmbio entre seus membros -; por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região na composição da história nacional. (CALLARI, 2001, p.60)

E, ainda, conforme Callari (2001, p.60) o IHGB, bem como, os seus congêneres devem ser considerados, como “operários de seu tempo”, mesmo porque são vistos

[...] com relativo preconceito hoje em dia por determinados setores da comunidade acadêmica, os institutos históricos e geográficos foram pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e linguísticos. Foram responsáveis, portanto, pela produção de um saber na própria época em que a separação entre campos diversos do conhecimento estava se delineando e que a história reivindicava para si um estatuto científico, alicerçado em sólida pesquisa documental. Todo esse esforço foi canalizado para a construção da ideia de nação, buscando no passado exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao Brasil. Entretanto, esses “obreiros da história” não possuíam, obviamente, nenhuma formação específica para o historiador nos termos atuais. Eram basicamente membros da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal e políticos de renome. Literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares – carreiras de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite – eram as principais ocupações daqueles que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos.

### **2.3. O “pipocar” do IHGB: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP**

*Elegendo a cidade de São Paulo como lugar por excelência da modernidade brasileira, tais escritores reelaboraram o discurso épico-regional e o revestiram com imagens futuristas, numa projeção otimista e frequentemente acrítica, presa ao ideário burguês.* (FERREIRA, 2004, p.86)

Nesse contexto, foi instituído em 1º. de novembro de 1894 o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) tendo como principais objetivos a pesquisa e divulgação da história, da geografia e correlatos, principalmente com respeito à cidade e estado de São Paulo.



A primeira diretoria do IHGSP fundamentou os princípios que norteiam a instituição até hoje:

a) promover o estudo e o desenvolvimento da História e Geografia do Brasil e principalmente do Estado de São Paulo e, bem assim, ocupar-se de questões e assuntos literários, científicos, artísticos e industriais, que possam interessar o país sob qualquer ponto-de-vista;

b) publicar uma revista, uma vez ao menos anualmente, dando conta da vida da associação e onde fiquem arquivados os trabalhos que o Instituto julgar úteis e interessantes;

c) manter correspondência e relações com as sociedades congêneres, nacionais e estrangeiras.

Desde a sua fundação, em 1894, até a presente data exerceram a presidência do IHGSP:

1. Cesário Mota Júnior - 1894-1896
2. Manuel Antonio Duarte de Azevedo - 1897-1912
3. Luiz de Toledo Piza e Almeida - 1913-1916
4. Altino Arantes - 1916-1922
5. Afonso Antônio de Freitas - 1922-1930
6. José Torres de Oliveira - 1930-1950
7. Ernesto de Sousa Campos - 1951-1957
8. José Leite Pedro Cordeiro - 1957-1962
9. Aureliano Leite - 1963-1976
10. Ernesto de Moraes Leme - 1976-1978
11. José Pedro Leite Cordeiro - 1978-1985
12. Lycurgo de Castro Santos Filho - 1986-1992
13. Hernâni Donato - 1993-1998
14. Roberto Machado Carvalho - 1999-2001
15. Nelly Martins Ferreira Candeias – 2002-2015

A atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo é Nelly Martins Ferreira Candeias, cujo mandato teve início em 2002 e será encerrado em 2015<sup>11</sup>.

Foram presidentes honorários do IHGSP: Prudente José de Moraes Barros José Maria da Silva Paranhos - Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Afonso d'Escragolle Taunay, Ernesto de Moraes Leme Lycurgo de Castro Santos Filho e Hernâni Donato.

A Ata da Sessão de instalação do IHGSP, publicada no primeiro volume da Revista do IHGSP revela aqueles que estavam presentes na reunião:

Ao 1º dia do mês de novembro de 1894, ao meio dia, nesta cidade de S. Paulo, em uma sala da Faculdade de Direito, reunidos pessoalmente e por procuração, cidadãos em número de sessenta e nove, para o fim de se fundar nessa capital o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo conforme convite anteriormente distribuído por uma comissão composta dos Drs. Domingos Jaguaribe, Estevam Leão Borroul e Antonio de Toledo Pizza, o sr. Dr. Domingos Jaguaribe expos o fim da reunião e propôs para presidi-la o Dr. Cesário Motta Junior, que foi unanimemente aclamado Presidente da assembleia e tomou assento na Mesa, convidando para servirem de secretários os srs. Drs. Antonio de Toledo Pizza e Domingos Jaguaribe que também tomaram assento na Mesa. (RIHGSP, 1895, p.1-2)

Em seguida, a Ata relata como transcorreu aquele momento de fundação do IHGSP, informando que:

O sr. Domingos Jaguaribe leu cartas de diversos cidadãos em que, comunicando não poderem assistir a presente reunião, por motivos imperiosos, declaram aderir a ideia de fundação do Instituto e pede que sejam tidos como presentes e considerados sócios fundadores. O sr. Dr. Antonio de Toledo Pizza e mais algumas pessoas presentes também declaram os nomes de diversos cidadãos que, não podendo comparecer, os encarregaram de dar a sua adesão a ideia que motiva essa reunião e solicitar a sua inclusão na lista dos fundadores, devendo-se considera-los como presentes. Em seguida, o dr. Jaguaribe leu as bases dos Estatutos da Sociedade, que são postas em discussão. Por proposta do dr. Garcia Redondo, é deliberado que o projeto de Estatutos seja aprovado provisoriamente, devendo ser impresso e

---

<sup>11</sup> Conforme informações no site do IHGSP, a atual Diretoria (2012-2014) é composta pela presidenta e vice-presidente (José Carlos de Barros Lima); secretário-geral (Jorge Pimentel Cintra) e ajunto (Jorge Henrique Monteiro Martins); tesoureira-geral (Helena Ribeiro) e adjunto (Mario Albanese) além de três suplentes (Guido Arturo Palomba; Jose Laurentino Gomes; Samuel Moraes Kerr). O Conselho Administrativo é composto por três membros efetivos (Julio Abe Wakahara; Maria Luiza Marcilio; Miguel Parente Dias) e três suplentes (Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbini; Lincoln Etchebehery Junior; Maria Cecília Naclerio Homem). O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos (Liliana Rizzo Piazza; Paulo Roberto Moraes; Rogerio Ribeiro da Luz) e três membros suplentes (Eduardo Alberto Escalante; Heinz Budweg; Paulo Tenório da Rocha Marques). (IHGSP, 2013)

distribuído, para em reunião posterior ser discutido e definitivamente aprovado com as emendas que porventura os sócios apresentassem. (RIHGSP, 1895, p.1-2)

Em seguida, os presentes passam a nomear a Diretoria provisória do Instituto,

[...] sendo eleitos por aclamação os srs. Drs. Cesário Motta Junior, presidente, Domingos Jaguaribe, vice-presidente, Antonio de Toledo Pizza, secretário, Estevam Leão Borroul, Carlos Reis e Conego José Valois de Castro. Por proposta do Dr. Domingos Jaguaribe, unanimemente aceita, foi aclamado presidente honorário do Instituto o sr. Dr. Prudente José de Moraes Barros. Nada mais havendo a tratar, o sr. Dr. Cesário Motta declarou instalado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo dando parabéns ao Estado, congratulando-se com os fundadores de tão importante instituição e especialmente com os iniciadores de tão útil ideia, cuja brilhante realização os deve ter enchido de júbilo, e prometendo tanto quanto pudesse prestar seus serviços a sociedade. (RIHGSP, 1895, p.1-2)

Conforme publicado no primeiro fascículo da Revista do IHGSP, foram 69 os sócios que compareceram e que se fizeram representar à reunião de instalação do IHGSP. No entanto, essa lista apresenta um erro, pois do número 32 salta-se para o 42, o que soma efetivamente 59 nomes.

Contudo, esse erro é corrigido no fascículo 2 do primeiro número da Revista do IHGSP, ao trazer uma relação com 116 nomes dos sócios considerados como membros fundadores do Instituto, conforme relacionado no Quadro 4, a seguir.

**Quadro 4 – Sócios fundadores do IHGSP**

Nomes dos sócios			
1. Alberto Lofgren	2. Dr. Alexandre Florindo Coelho	3. Dr. Alexandre Riedel	4. Dr. Alfredo Ellis
5. Dr. Alfredo Rocha	6. Antonio Augusto da Fonseca	7. Dr. A. Carlos Ribeiro de Andrada M. Silva	8. Dr. Antonio Dino da Costa Bueno
9. Dr. Antonio Evaristo Bacellar	10. Dr. Antonio Francisco de Araújo Cintra	11. Dr. Antonio Francisco de Paula Souza	12. Antonio Moreira da Silva
13. Dr. Antonio Pereira Prestes	14. Dr. Antonio da Silva Prado	15. Dr. Antonio de Toledo Pizza	16. Arthur Goulart
17. Augusto César Barjona	18. Dr. Augusto César de Barros Cruz	19. Dr. Augusto César de Miranda Azevedo	20. Dr. Augusto de Siqueira Cardozo
21. Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	22. Dr. Benedito Estellita Alvarez	23. Dr. Bento Bueno	24. Dr. Bernardino de Campos
25. Dr. Braulio Gomes	26. Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta	27. Dr. Carlos de Campos	28. Dr. Carlos Daniel Rath
29. Dr. Carlos Reis	30. Dr. Cesário Motta Junior	31. Dr. Cincinato Braga	32. Dr. Clementino de Souza e Castro
33. Dr. Constante Affonso Coelho	34. Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe	35. Eduardo Carlos Pereira	36. Emmanuel Vainorden

37. Dr. Ernesto de Moraes Cohn	38. Dr. Eugenio Alberto Franco	39. Eugenio Hollender	40. Dr. Fergo O'Connor de Camargo Dauntre
41. Dr. Fortunato Martins Camargo	42. Dr. Francisco Correa Ramos	43. Francisco Ignacio Xavier de Assis Moura	44. Dr. Francisco Martiniano da Costa Carvalho
45. Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo	46. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves	47. Dr. Gabriel Osório de Almeida	48. Monsenhor Gabriel Prestes
49. Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida	50. Dr. Gustavo Koenigswald	51. Tenente Coronel Henrique A. de Araújo Macedo	52. Henry White
52. Dr. Hermann von Henring	54. Dr. Horace M. Lane	55. Horácio de Carvalho	56. Dr. Hypolito de Camargo
57. Dr. Ignácio Wallace da Gama Cochrace	58. Dr. Jayme Serva	59. Dr. João Alvares Rubião Junior	60. João de Arruda Leite Penteadado
61. Dr. João Nepomuceno Nogueira da Motta	62. Dr. João Nogueira Jaguaribe	63. Dr. João Pedro da Veiga Filho	64. Dr. João Pereira Monteiro
65. Dr. João Ribeiro de Moura Escobar	66. Dr. Joaquim Floriano de Godoy	67. Padre Joaquim Soares de Oliveira Alvim	68. Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida
69. Joaquim de Toledo Piza e Almeida	70. Dr. Jorge Tibiriçá	71. Dr. José Alves de Cerqueira César	72. Dr. José Alves Guimarães Junior
73. José André do Sacramento Macuco	74. Dr. José Batista Pereira	75. Dr. José Cardoso de Almeida	76. José Eduardo de Macedo Soares
77. Dr. José Estácio Correia de Sá e Benevides	78. José Ferraz de Almeida Junior	79. Dr. José Ferreira Garcia Redondo	80. José Francisco Soares Romeo
81. José Maria Lisboa	82. Dr. José de Sá Rocha	83. Dr. José Valois de Castro	84. Dr. José Vicente de Azevedo
85. Dr. Julio Cesar Ferreira de Mesquita	86. Dr. Luiz de Anhaia Mello	87. Dr. Luiz de Toledo Pizza e Almeida	88. Dr. Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna
89. Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo	90. Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles	91. Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo	92. Manoel Marcellino de Souza Franco
93. Dr. Manoel Moraes de Barros	94. Dr. Manoel Pereira Guimarães	95. Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos	96. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Sobrinho
97. Dr. Martinho Prado Junior	98. Dr. Mathias Valadão	99. Dr. Orville A. Derby	100. Dr. Oscar Schwenk d'Horta
101. Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim	102. Dr. Pedro Vicente de Azevedo	103. Dr. Raymundo Furtado Filho	104. Dr. Rodolpho Pereira
105. Dr. Severino de Freitas Prestes	106. Tancredo Leite do Amaral Coutinho	107. Dr. Theodoro Dias de Carvalho Junior	108. Dr. Theodoro Sampaio
109. Theophilo Barbosa	110. Thomaz Paulo de Bom Sucesso Galhardo	111. Tiburtino Mondim Pestana	112. Monsenhor Tristão Araripe
113. Dr. Vicente Liberalino de Albuquerque	114. Dr. Viriato Brandão	115. Dr. Virgílio de Rezende	116. Dr. Wenceslau de Queiroz

Fonte: RIHGSP, 1895, v.1, fasc. 2 p. 71-74

Nessa mesma edição a Revista do IHGSP também publicava a relação de 22 nomes de pessoas que foram consideradas como sócios fundadores, mas que ainda não haviam satisfeito a joia e a primeira anuidade, conforme listado no Quadro 5:

**Quadro 5 – Relação complementar de sócios fundadores**

Sócios fundadores
1. Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima
2. Dr. Antonio Joaquim Ribas
3. Dr. Argimiro Silveira
4. Dr. Arthur César Guimarães*
5. Dr. Augusto Fomm
6. Dr. Carlos Botelho
7. Dr. Cesário Gabriel de Freitas

8. Dr. Estevão Gastão Bourroul*
9. Gal. Francisco Glycerio
10. Dr. Jacob Itapura de Miranda
11. João Candido Martins
12. Dr. Joaquim Nogueira de Almeida Pedroso
13. Dr. José Gabriel de Toledo Piza
14. Dr. José Luiz de Almeida Nogueira
15. Dr. José Machado de Oliveira
16. Dr. José Maria do Valle
17. Jules Martins
18. Lafayette de Toledo
19. Lindorf Ernesto Pereira de Vasconcellos*
20. Dr. Luiz Antonio de Souza Ferraz
21. Manoel Augusto Galvão
22. Dr. Paulo Egydio de Oliveira Carvalho

(\*) Oficiaram declarando não poder fazer parte do Instituto

Fonte: RIHGSP, 1895, v.1, fasc.2, p.75

E, finalmente, entre junho e outubro de 1895 o fascículo 2 do primeiro número da Revista do IHGSP também trazia a relação dos sócios admitidos depois da fundação do Instituto, conforme exposto no Quadro 6:

**Quadro 6** – Relação de sócios admitidos depois da fundação do IHGSP

Sócios Honorários	Sócios Efetivos	Sócios Correspondentes
1. Barão Homem de Mello 2. Bellarmino Carneiro 3. Barão de Paranapiacaba 4. Barão do Rio Branco 5. Dr. Georges Ritt 6. Dr. A. J. de Mello M. Filho 7. Dr. Mart. De F. V. de Mello 8. Dr. Sylvio Romero 9. Dr. Tristão de A.A. Junior 10. Conselheiro Dr. T. A. Araripe 11. Dr. J. J. de Menezes Vieira 12. Dr. J. F. de Assis Brasil 13. Dr. Fred A. da S. Lisboa	1. Dr. Luiz de F. Almeida e Sá 2. Dr. Jorge Maia 3. Dr. Luiz Pereira Barreto 4. Dr. Alfredo Pujol 5. Dr. Leopoldo de Freitas 6. Dr. Eduardo da S. Prado	1. Dr. Oscar Leal 2. Dr. Ernesto G. Penteadado 3. Dr. Henrique Coelho 4. Dr. J. da Costa R. Junior 5. José M. Serzedello 6. Dr. R. P. A. do S. Blak 7. Domingos L. da F. e Silva 8. Eurico Saldanha 9. Dr. Heitor Peixoto 10. Alberto Veiga 11. F.C. de Almeida Moraes

Fonte: RIHGSP, 1895, v.1, fasc.2, p.76

Além disso, outros nomes foram citados como sócios fundadores, conforme constam das atas das seguintes sessões, publicadas na Revista do IHGSP, volume 1, de 1895:

2ª sessão, de 9 de dezembro de 1894 – Osório de Almeida, Alberto Löfgren, Dr. Joaquim Floriano de Godoy, Dr. Hypólito de Camargo, Dr. José Estácio C. de Sá e Benevides, Dr. Rodolpho Pereira, Dr. Augusto Cesário de Barros Cruz, Dr. José Maria Valle;

3ª sessão, de 16 de dezembro de 1894 – João Monteiro, Moura Escobar, Eugênio

Franco, Macedo Soares, Alexandre Florindo Coelho, Padre Joaquim Soares de Oliveira Alvim, Dr. Martinho Prado Junior, Dr. Manoel de Ferraz de Campos Salles, Dr. João Nepomuceno Nogueira da Motta, Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, Dr. Manoel Pereira Guimarães e Gabriel Prestes.

4ª. sessão, de 23 de dezembro de 1894 – Pedro Cardim, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Augusto Cesar Barjona, Lindolfo Ernesto Pereira de Vasconcellos, Henrique Affonso de Araújo Macedo, Dr. Antonio Joaquim Ribas, Dr. José Cardoso de Almeida, Desembargadores Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Dr. Alfredo Rocha e Emanuel Vanorden. Nessa sessão ainda foi proposto fossem admitidos e considerados sócios fundadores todos que aqueles que o solicitassem até o dia 31 de dezembro de 1894.

5ª. sessão, de 30 de dezembro de 1894 – Vicente Liberalino de Albuquerque, José Alves de Cerqueira César, Júlio Cesar Ferreira de Mesquita, Arthur Cesar Guimarães, Augusto Fomm, José Ferreira de Garcia Redondo, Eduardo Carlos Pereira, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Luiz de Anhaia Mello, Jorge Tibiriçá, João Álvares Rubião Junior, Antonio da Silva Prado, Francisco Glicério, Alfredo Ellis, Jayme Serva, Horácio de Carvalho, José Ferraz de Almeida Junior, Bráulio Gomes, Augusto César de Miranda Azevedo, José André do Sacramento Macuco, Cesário Gabriel de Freitas, Joaquim de Toledo Piza e Almeida, João Candido Martins, Fortunato Martins de Camargo, Manoel Alves de Sousa Sá Vianna, José Francisco Soares Romeo, Virgílio de Rezende, Francisco Martiniano da Costa Carvalho, Carlos de Campos, Carlos Botelho, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Jacob Itapura de Miranda.

Ainda nessa 5ª. sessão do IHGSP o presidente Dr., Cesário Motta Junior, seguindo o estipulado no Estatuto da instituição comunicou que foram instituídas dez Comissões Permanentes, conforme discriminado no Quadro 7, a seguir.

**Quadro 7 – Comissões Permanentes do IHGSP (1895)**

<b>Comissões</b>	<b>Membros</b>
Regulamento e Estatutos	Dr. João Pereira Monteiro Dr. Severino Prestes Dr. Estevão Leão Borroul
Admissão de Sócios	Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo Dr. Bento Bueno Dr. Luiz de Toledo Piza e Almeida
Redação da Revista	Dr. Antonio de Toledo Piza Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Dr. Manoel Ferreira Garcia Redondo

História e Estatística de São Paulo	Dr. Antonio de Toledo Pizza Dr. Jayme Serva Lafayette de Toledo
História Geral do Brasil	Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides Dr. José Valois de Castro Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho
Geografia de São Paulo	Dr. Theodoro Sampaio Tancredo do Amaral Dr. Orville A. Derby
Geografia Geral do Brasil	Dr. José Vicente de Azevedo Major Gabriel Prestes Tiburtino Mondim Pestana
Literatura e manuscritos	Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim Horácio de Carvalho Francisco Ignácio Xavier de Assis Moura
Ciências, Numismática e Arqueologia	Dr. Paulo Egydio de Oliveira Carvalho Dr. Gabriel Osório de Almeida Alberto Löfgren
Artes e Indústrias	Dr. Francisco Ferreira Ramos Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo Dr. Ignácio Wallace da Gama Cochrane

Fonte: RIHGSP, v.1, p. 165-166, 1985.

Além disto, o IHGSP registrou, na primeira metade do século XX, a participação de estudiosos do porte de Affonso Taunay, Clovis Bevilacqua, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo, Alcântara Machado, Julio de Mesquita Filho, Mário de Andrade, Orígenes Lessa, Roberto Simonsen e Sérgio Milliet. Desde a sua criação, esta centenária instituição vem assumindo papel relevante na construção da identidade cultural paulista. Esse protagonismo é resultante da presença, entre os seus membros efetivos, de renomados intelectuais, autores de obras significativas da bibliografia nacional.

Mas não apenas de “paulistanos da gema” era composto o quadro de sócios fundadores do IHGSP. Uma personagem de destaque na história do IHGSP e de sua Revista é Orville Adelbert Derby, nascido em 1851 nos EUA onde se graduou em Geologia no ano de 1873, e cuja vida foi inteiramente dedicada à geologia brasileira. De acordo com Tosatto (2001), a primeira vinda de Derby ao Brasil se deu em 1870, ainda como estudante, para participar da Expedição Morgan, liderada por Charles Frederik Hartt, e aqui retornando em 1871 para a segunda Expedição Morgan. Em 1874, terminou o doutorado na Universidade de Cornell, ao defender a tese “*On the Carboniferous Braquiopoda of Itaituba, Rio Tapajós*”. De acordo com Mahl

A partir de então, Derby iniciou uma profícua carreira intelectual no país, onde permaneceu até 1915, data de sua morte. Sua extensa atuação profissional em terras brasileiras, marcada tanto pelas viagens

ao interior do país quanto por atividades de pesquisa em instituições públicas, pode ser dividida em três períodos distintos. Primeiramente radicado na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e 1886, trabalhou no Museu Nacional, além de prestar serviços à iniciativa privada. No final de 1886, iniciou um segundo momento em sua carreira profissional, quando assumiu o cargo de chefe da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, posição que ocupou até 1905. Na cidade de São Paulo, ajudou a fundar o Museu Paulista e o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, participando ativamente da vida intelectual paulista. A terceira e última fase se inicia com o retorno ao Rio de Janeiro, em 1907, onde desempenhou papel decisivo na reformulação da Comissão Geografia e Geológica, aí permanecendo até seus dias finais. (MAHL, 2010, p.1)

Esse autor também comenta que a atuação de Orville Derby não ficou restrita às ciências naturais, pois fez parte do grupo fundador do IHGSP e na revista desse Instituto Derby publicou inúmeros artigos nas áreas de História, Geografia e Etnologia, além de contribuir para a construção de uma visão laudatória da história paulista, escrevendo artigos de história e etnografia, seguindo os modelos de exaltação da história regional, próprios desse tipo de instituição, na virada do século XIX (MAHL, 2012, p316).

No IHGSP Orville Derby conviveu de modo mais direto com “boa parte das personalidades influentes da vida política paulista, além de estar inserido em um espaço de destacado prestígio intelectual, posição desfrutada pelo instituto pelo menos até a década de 1930”. (MAHL, 2012, p.311). Na visão desse autor, a vida de Orville A. Derby no Brasil

[...] coincidiu com um momento de profundas transformações no país, que podem ser observadas, de forma sintética, nas mudanças na estrutura econômica brasileira, deflagradas pelo desenvolvimento da cafeicultura, resultando em uma modernização conservadora; nas agitações republicanas e abolicionistas, influenciadas pelo debate positivista e evolucionista, presentes no fim do Império e no início da República; na maior diversificação social, fruto do grande afluxo de imigrantes que direcionavam-se tanto para o campo quanto para as cidades; e nos movimentos culturais refletindo sobre esse novo mundo onde as máquinas, o discurso científico e a vida urbana tornavam-se cada vez mais influentes, povoando os sonhos e os projetos de modernidade das elites. (MAHL, 2012, p. 313).

Contudo, conforme relata Mahl (2012, p.311-313) “essa facilidade de circulação entre as elites paulistanas não impediu que Derby se envolvesse em uma controvérsia que acabaria enfraquecendo sua posição nos meios intelectuais da capital paulista” e posteriormente “as mesmas cobranças por resultados práticos que aconteceram em São



Paulo voltaram a dificultar sua vida no Rio de Janeiro, agora comandando o Serviço Mineralógico do Brasil” causando-lhe a sensação de desprestígio e insatisfação, as quais culminaram em 1915 com o seu suicídio em um quarto de hotel do Rio de Janeiro, alguns meses após ter se naturalizado brasileiro.

Dentre os sócios mais destacados, no panorama brasileiro do final do século XX, incluem-se Alice Canabrava, Anita Novinsky, Aziz Ab’Saber, Erwin Theodor Rosenthal, Hernani Donato, José Sebastião Witter, Miguel Reale, Nícia Vilela Luz, Odilon Nogueira de Matos, Paulo Bonfim, Samuel Pfromm Neto.

A este contingente reuniu uma nova geração, constituída por personalidades da vida cultural paulista e representantes das mais diversas formações, nas ciências humanas e exatas, que desempenham funções variadas, como professores universitários, escritores e jornalistas, como por exemplo, o jurista Octavio Bueno Magano, o ambientalista Paulo Nogueira Neto, o jornalista José Marques de Melo, o empresário Ruy Althenfelder Silva e a professora Vavy Pacheco Borges. Ferreira e Mahl (2011, p.17) comentam que

O fato de muitos professores da recém-criada Universidade de São Paulo terem pertencido aos quadros associativos do IHGSP – muitos dos quais, como Alfredo Ellis Jr., com bastante desenvoltura–, demonstra a importância desse espaço como um local de sociabilidade bastante respeitado entre os grupos intelectuais paulistas, pelo menos até o final da década de 1930.

Esses autores ainda comentam que o perfil dos sócios do IHGSP não se alterou de forma significativa no período de 1894 a 1940, pois

Apesar da pluralidade de nomes – em 1940, a casa contava com um número aproximado de mil sócios –, a agremiação manteve um aspecto fortemente elitizado, com representantes destacados da vida política, econômica, cultural e social do país. Um exemplo significativo desse perfil se mostra claramente entre os sócios que integravam os grupos políticos dirigentes da nação. Encontramos nas listas dos associados presidentes da República (Prudente de Moraes, Washington Luís, Rodrigues Alves); do Estado de São Paulo (Jorge Tibiriçá, Fernando Prestes, Júlio Prestes), além de dezenas de deputados, senadores e prefeitos, majoritariamente paulistas. Esses mesmos contornos singulares são encontrados quando se expande a pesquisa para as vinculações dos sócios com os setores da vida econômica, cultural e social da nação. (FERREIRA; MAHL, 2011, p. 9)

Na visão desses autores, os associados do IHGSP

[...] interpretavam o tempo transcorrido como testemunho de uma época, que ao tomar as mais diversas formas materiais –, resquícios arqueológicos ou etnográficos, monumentos, ou até corpos exumados –, tornava visível e palpável o que era, antes de tudo, desejo, conceito e abstração direcionados à interpretação do passado. (FERREIRA; MAHL, 2011, p. 5)

Ainda a respeito do IGHSP, esses autores argumentam que o Instituto não era e nem tinha o objetivo de se apresentar como uma associação de caráter popular dado que quando se analisa o perfil socioeconômico de seus sócios verifica-se que

[...] a agremiação não se colocava como um representante da multiplicidade de grupos sociais que se formavam naquela *fremente* São Paulo, que crescia de forma vertiginosa no início do século XX. Ela se reconhecia, antes de tudo, como um espaço genuinamente paulista, representando de forma preponderante os valores daqueles que se consideravam descendentes, física e/ou moralmente, dos *primeiros troncos paulistas*. Assim, o IHGSP se posicionava como um local privilegiado de convívio para os membros das classes dirigentes tanto em nível estadual quanto federal; e foi a partir dessa posição muito bem delimitada e constantemente reavivada nas páginas das revistas, por meio dos estudos genealógicos e das biografias efusivas, que se construiu um conjunto de afirmações e crenças sobre o patrimônio paulista. (FERREIRA; MAHL, 2011, p. 10)

Além disso, Orville Derby ocupa um lugar especial na historiografia brasileira e paulista, haja vista que de acordo com Reis (2011), metade dos artigos publicados por ele na Revista do IHGSP versava sobre História, o que pode demonstrar

[...] um uso do passado para legitimar o presente, ou mesmo para justificar posições e interesses acerca da formação e divulgação de uma imagem positiva sobre o paulista que se embrenhava sertão adentro. Esse objetivo articulava-se com o que pregava o próprio IHGSP, e a historiografia de Derby pode ser entendida não como um *hobby* feito em intervalos de suas outras atividades, mas com o entendimento de que a História era uma ciência que, aliada às demais, produziu um saber característico do século XIX e início do XX. (...) Sua produção historiográfica insere-se num debate maior sobre o bandeirante, com visões e objetivos diferentes, sendo sua atuação na *RIHGSP* anterior à publicação dos autores consagrados como historiadores oficiais de sua época – os já citados Afonso de Taunay, Alfredo Ellis e, posteriormente Alcântara Machado e Cassiano Ricardo. (REIS, 2011, p.8)

Schwarcz (1989, p.48) comenta que também quanto ao funcionamento o IHGSP tinha claras semelhanças ao modelo carioca, com reuniões quinzenais dos sócios nas

quais eram debatidos temas previamente esboçados que, conforme fossem aceitos pela comissão de publicações poderiam ou não figurar entre os artigos da revista anual do IHGSP. A autora destaca o tipo de hierarquia existente, igual à encontrada em associações congêneres que tinham “no *presidente* sua figura de fachada e no *secretário* o verdadeiro artesão do estabelecimento”, e assinala que

Na primeira diretoria, eleita em 1895, por exemplo, a divisão interna já é em si reveladora. Enquanto Antonio de Toledo Piza – historiador e pesquisador do Museu Paulista - ocupava o cargo de secretário, Cesário Motta Júnior, figura eminente da República por sua atividade como ministro do Direito e juris-cônsul, ocupava o posto de presidente da Instituição; o cônego José Valois de Castro representava a Igreja; e o presidente Prudente José de Moraes Barros era aclamado presidente honorário. Outros exemplos de secretários foram: Couto Magalhães, José Torres de Oliveira, Afonso de Freitas e, já em 1932, Plínio Ayrosa. Os sócios beneméritos eram, por vezes, comuns aos institutos em função de sua relevância no cenário nacional, como o foram Barão de Rio Branco e o conselheiro Ruy Barbosa. Já os presidentes o IHGB mantiveram a tradição que imperava quando da seleção para o cargo, como mostram dois exemplos significativos: Manuel Antonio Duarte de Azevedo (1897-1912) foi catedrático da Faculdade de Direito, deputado do partido conservador, ministro da Marinha e da Justiça, conselheiro de Estado, e com a República, senador; e Altino Arantes (1916-1922) que só presidiu as sessões magnas, foi também presidente de São Paulo e da Academia Paulista de Letras. (SCHWARCZ, 1989, p.49)

Do ponto de vista financeiro a situação do IHGSP era favorável e os recursos vinham da “joia paga por seus sócios (todos pertencentes a grupos abastados da região, entre fazendeiros, profissionais liberais e elementos ligados à Igreja) e em parte pelas contribuições cedidas regularmente pelo Estado” Essa situação financeira privilegiada permitiu que em 1908, o IHGSP passasse a realizar suas sessões em sede particular construída a partir de seus recursos próprios. (SCHWARCZ, 1989, p.49).

Em 1933, em um artigo de Nicolau Duarte da Silva, publicado na revista do IGHSP, o autor registrava um depoimento de Taunay no qual o historiador afirmava que “essa era a primeira e todas as associações congêneres do Brasil a gozar de tão grande regalia, muito embora sua curta existência” (SILVA, 1933, p.268).

Passados sessenta anos de sua fundação, em 25 de janeiro de 1954, por ocasião do 4º. centenário da cidade de São Paulo, foi inaugurado o Edifício Sede Ernesto de

Sousa Campos<sup>12</sup>, e naquela ocasião o presidente honorário do IHGSP era Afonso d'Escragnolle Taunay e o presidente, Ernesto de Sousa Campos. O Relatório da Diretoria assim se referia ao novo edifício:

A construção do novo edifício foi o empreendimento culminante das nossas comemorações do IV Centenário considerando-se a vida futura do nosso sodalício. Realmente marca uma época nova na vida da instituição não somente pelas condições de conforto que hoje possuímos como também e principalmente porque se abrem novos horizontes, com as perspectivas financeiras que a nova casa faculta. A abertura de uma nova era para a Metrópole paulistana corresponde, assim, a uma nova fase da nossa agremiação cultural. Coincidência feliz e marcante. (IHGSP, 2013)

Percebe-se, por esse Relatório da Diretoria, a preocupação com a construção do novo edifício:

O problema mais urgente era o da construção do novo edifício. Deveríamos estar preparados convenientemente na ocasião oportuna. E ainda competia cuidar desde logo do novo mobiliário e equipamento; reformando e atualizando o que fosse possível aproveitar do que já existia. Estas providências tomadas juntamente com o plano das obras determinaram considerável economia porque os preços depois subiram astronômicamente. Simultaneamente com o início das obras estudamos, projetamos e contratamos as estantes de aço, as poltronas do anfiteatro, a remodelação do velho mobiliário e adquirimos os aparelhos de projeção (diascópica e epidiascópica), cinema, gravação de som e para reproduções mimeográficas. Tudo isto poderia ser hoje revendido por três ou quatro vezes o valor da aquisição que fizemos. (IHGSP, 2013)

Entre as atividades desenvolvidas por aquela diretoria (1951-1954 e reeleita para 1954-1957) destacavam-se a participação nas seguintes homenagens das comemorações do 4º. centenário da cidade de São Paulo pelo IHGSP:

(1) edificação da nova sede e seu equipamento; (2) edições comemorativas; (3) cunhagem de medalha comemorativa; (4) Congresso de História; (5) exposições de caráter histórico; (6) Curso sobre História de São Paulo; (7) transladação dos despojos da imperatriz Maria Leopoldina Josefa Carolina para o Panteão situado sob o Monumento da Independência. (IHGSP, 2013)

---

<sup>12</sup> O Edifício Ernesto de Sousa Campos, sede do IHGSP localiza-se na cidade de São Paulo, na Rua Benjamin Constant, 158 – 7º. Andar

Para o desenvolvimento dessas atividades, a Diretoria relata que o IHGSP pode contar

[...] com a contribuição de consócios não pertencentes a Diretoria, assim como de funcionários e pessoas estranhas ao nosso quadro social que se empenharam vivamente e eficientemente pelo bom resultado das nossas realizações comemorativas, no decorrer de 1954. Entre os consócios acima referidos destacamos Antônio Silvío Cunha Bueno (recursos financeiros), Tito Lívio Ferreira (congresso e cursos), Eldino Brancante (exposições e trasladação dos despojos de D. Leopoldina), D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (exposição imperial), Fausto Ribeiro de Barros (cinema educativo) se bem que todos de um modo geral se tivessem esmerado em concorrer para o êxito dos grandes empreendimentos promovidos, principalmente no que se refere ao Congresso de História. (IHGSP, 2013)

Como refere Scabin (2011, p.1) as atividades do recém-fundado (1894) Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo representavam “a tentativa de construção de uma História do Brasil por um viés paulista, justificando com um passado glorioso e altivo a crescente influência da elite cafeeira no cenário nacional”.

Lilia Moritz Schwarcz, no texto, *A construção de uma identidade paulista: uma análise do papel desempenhado pelo Museu Paulista e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em fins do século XIX* tece algumas considerações, por exemplo, como era São Paulo no final do século XIX e o quanto seria importante um Instituto para que a cultura e a história não acontecessem apenas no Rio de Janeiro, pois tudo só ocorria nessa cidade.

São Paulo de finais do século XIX poderia ser definido como “uma entidade política à procura de seu destino”. Enriquecida por conta do café, a Província de fato vivenciava uma situação de desequilíbrio: seu predomínio econômico no cenário nacional não encontrava respaldo nem na vida política nem na vida cultural do país. Politicamente, São Paulo possuía uma representação pequena, diante da eminência da corte carioca que dominava o cenário: de lá saíam os grandes políticos e as autoridades de peso. Por outro lado, e o que nos interessa mais de perto, a Província carecia de uma identidade cultural. Tudo ocorria no Rio de Janeiro – os teatros, os saraus, os concertos... – assim como lá se localizavam as grandes instituições de pesquisa do país, dentre eles o Museu Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a faculdade de medicina. Por isso mesmo, a história desse país, recém-independente, que começava a ser contada, começava sempre a partir do Rio, deixando de lado outras realidades e outras histórias mais regionais. Sobretudo no IHGB era uma história oficial que se conformava, passando a impressão de um passado previsível, e sempre datado a partir da vinda da corte portuguesa ao Brasil em

1808. Tudo se passava *no* ou *pelo* Rio, como se a centralidade política e social se refletisse e escorregasse, também, para outras searas. (SCHWARCZ, 2004, p.163).

Schwarcz (2004) traz sobre o IHGSP informações que dizem respeito ao seu papel e importância para a história nacional, aliás, exemplifica tal fato citando a revista do próprio Instituto, publicada no ano seguinte a sua fundação. Salienta que embora esse instituto tivesse as mesmas características que o IHGB, é necessário considerar o contraste em que ambos surgiram caracterizados pelas diferenças entre a monarquia e a república.

Já o IHGSP, fundado em 1894, cumpriu um papel diverso ao mesmo tempo que comum: deveria destacar a diferença, falar da particularidade, mas mostrar, também, como a historiografia paulistana representava um “cadinho” da história nacional. “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, dizia o primeiro artigo da revista recém-inaugurada da instituição (RIHGSP, 1895, p.1), tentando convencer de que por suas páginas passava uma outra história; uma história paulista. E o desafio era grande; afinal tratava-se de minar a supremacia cultural e a história da corte e do IHGB e se afirmar já em um contexto republicano. Por isso mesmo, enquanto o IHGB era profundamente monárquico, o IHGSP, até por contraste, logo mostraria sua vocação republicana (SCHWARCZ, 2004, p.165).

Schwarcz (2004, p.168), também expressa que esse contraste era o que, de certa forma, diferenciava os dois Institutos:

Nem tudo era, porém, igual: muito pelo contrário. O momento de fundação dos dois institutos levava, em primeiro lugar, a fidelidades diferentes. Ou seja, enquanto no IHGB a produção acabou legitimando o Estado imperial – e só muito posteriormente a República – no IHGSP os artigos apoiavam em seu conjunto a nova configuração política. Assim, por exemplo, enquanto o IHGB tradicionalmente comemorou sua “seção aniversária” na data da primeira participação do imperador, o IHGSP nomeou logo de início o então presidente da República, Prudente de Moraes, como seu presidente honorário e benemérito.

Criado na República, em 1894, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo teria como modelo o IHGB, porém com algumas diferenças significativas em relação a este. Na abertura do primeiro volume da Revista do IHGSP, a seção “Ao Leitor” iniciava com a frase emblemática: “*A história de São Paulo é a própria história do Brasil*”. E explicitava os propósitos do IHGSP:

A necessidade de uma associação que promovesse os meios de estudar tantos documentos com os quais se pode vir a conhecer a origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções errôneas sobre fatos que merecem ser devidamente reconhecidos, era uma dessas lacunas que se afigurava difícil de ser preenchida. Felizmente a nossa iniciativa foi coroada do melhor êxito e estamos atualmente gozando do mais útil convívio dos nossos homens de letras, que concorrem com suas luzes para assegurar ao Instituto Histórico a mais brilhante carreira. (RIHGSP, 1895. p.1)

Essa frase provocadora de abertura da *Revista* na visão de Schwarcz (1993)

[...] era uma frase sem dúvida de efeito, mas que, ao abrir o primeiro volume da revista paulista, representava uma clara provocação. Provocação ante o projeto unitário do estabelecimento carioca, que se autodenominou Instituto Brasileiro, supondo um certo consenso que cada vez menos se sustentava. Provocação na intenção que carregava de criar uma “missão paulista”. Essa marca paulista estava presente também na absoluta falta de referências ao estabelecimento carioca, que não aparece nem sequer arrolado entre as associações com as quais o IHGSP manteria comunicação. Reproduziam-se assim, com novos contornos, antigas querelas, que, antes de se limitarem a sua esfera apenas institucional, remontavam a disputas entre as elites dominantes dos dois estados. Com o crescente predomínio das regiões cafeeiras paulistas, e do Paraíba, já na década de 80 do século passado vivia-se uma evidente mudança no equilíbrio interno do país. São Paulo, nesse momento, representava o estado mais dinâmico, não só devido a sua situação econômica privilegiada, como também por contar com melhor nível de integração interna, amplamente garantido por sua extensa rede ferroviária. A nova configuração, por sua vez, não passará imune a esses arranjos institucionais que tenderão a produzir e reproduzir internamente dilemas vivenciados na esfera política e econômica (SCHWARCZ, 1993, p.165-166).

Por sua vez, Schwarcz (1993, 2004) afirma que no novo estabelecimento conviviam duas intenções distintas: seguir o modelo comum idealizado pelo IHGB e destacar uma suposta especificidade paulista, pois o IHGSP cumpriu um papel diverso e ao mesmo tempo em que comum, pois “deveria destacar a diferença, falar da particularidade, mas mostrar, também, como a história paulistana representava um “cadinho” da história nacional”. (SCHWARCZ, 2004, p.165).

Dessa forma, para o IHGSP o caminho era reescrever a história nacional, com base nos exemplos paulistas, ou seja, tinha que “buscar no passado fatos e vultos da história do estado que fossem importantes para a construção de uma historiografia marcadamente paulista, mas que ao mesmo tempo, fossem capazes de dar conta do país

como um todo” (SCHWARCZ, 1993, p.166). E a solução foi o fenômeno do bandeirismo,

Tema que mereceu especial destaque enquanto articulador de uma imagem própria e local foi o fenômeno do bandeirismo: “Todos a obra, ilustres e prezados consócios e cerremos pelo Instituto como si o foram os soldados de um antigo terço que realmente somos os membros da bandeira do passado que procura fazer em múltiplas, em contínuas entradas, o descimento das verdades históricas”. Essa “era dos bandeirantes” estava presente nas revistas de forma reiterada, sendo resgatada como metáfora de uma identidade mais propriamente paulista. São Paulo, que na época da formação do instituto vivia um momento de pujança econômica e política, atribuía ao IHGSP a tarefa de restituir ao estado símbolos de “cultura e civilização”, até então concentrados na corte (SCHWARCZ, 1993, p.166).

E, com isso, o que seria fazer uma história paulista?

Apesar da adoção de modelos similares, mais uma vez a forma encobria particularidades importantes. O momento de fundação dos dois institutos levava, por exemplo, a fidelidades políticas diversas. Ou seja, enquanto no IHGB a produção acabou legitimando o Estado imperial – e só posteriormente a República -, no IHGSP os artigos apoiavam, em seu conjunto, a nova configuração política. Assim, por exemplo, se o IHGB tradicionalmente comemorou sua “sessão aniversário” na data da primeira participação do imperador, o IHGSP nomeou logo de início o então presidente da República, Prudente de Moraes, como seu presidente honorário e benemérito (SCHWARCZ, 1993, p.168).

Não obstante, conforme a lista de assuntos que foram aprovados em 1895 nota-se que os temas de debate eram voltados, essencialmente, para a história ou a geografia paulista. Aliás, as “*Atas das Sessões*” que foram publicadas no primeiro número da *Revista do IHGSP* (1895, p.168), mostram quais seriam as “teses” sobre a história e a geografia paulista que seriam aceitas pela assembleia do IHGSP para serem desenvolvidas em conferências pelos sócios do Instituto:

1. Das divisas de S. Paulo com os estados limítrofes.
2. Da influencia do rio Tietê na civilização de S. Paulo.
3. Missões jesuíticas do Guairá.
4. Da viação férrea em S. Paulo, no passado, presente e futuro.
5. Da geografia medica de S. Paulo.
6. Da flora e fauna de S. Paulo.
6. Influencia do estudo do direito em S. Paulo na civilização do Brasil.
7. Das finanças de S. Paulo, no passado, no presente e no futuro.
8. Da língua portuguesa e das modificações que tem experimentado em S. Paulo.



9. Da imprensa de S. Paulo e de sua influencia desde os seus primeiros tempos. (RIHGSP, 1895, p.168)

Na comemoração dos quatro anos de sua criação, Eduardo Prado<sup>13</sup> proferiu um discurso em sessão magna do IHGSP, ocorrida em 10 de novembro de 1898 e nessa ocasião destacava os propósitos da Instituição:

Há cinco anos, alguns homens, zelosos da Pátria fundavam este Instituto, reunidos com modéstia e quase que no silencio Bom e duplo agoiro de crescimento, de duração e de frutos futuros para essa Sociedade, porque quase sempre temos visto aos grandes fins corresponder a exiguidade dos começos. As maiores árvores têm, muitas vezes, minúsculas sementes. Não se recolheram os fundadores dessa associação à paz de um vale risonho e florido, nem descansaram junto das águas vivas e dos regatos murmurantes, sobre a frescura da relva de veludo, à sombra das faias e das carvalheiras propícias, como aqueles personagens do Decameron, egoisticamente refugiados no meio de encantos, ao tempo em que a peste assolava Florença, para, a salva do perigo, discorrer de amor e de aventuras. (PRADO, 1898, p. 523).

A preocupação que o IHGSP também deveria ter com o passado também era destacada nesse discurso, pois

Desprezar o passado (e a mais forte expressão do desprezo por alguma coisa é não a querer conhecer) – denota no indivíduo degradação intelectual. E num povo, esse sentir demonstra que esse povo está ainda em estado de infantil selvageria porque, diz Cícero, ignorar o sucedido antes de nós é a nossa condenação a sermos crianças perpetuamente. E do que vale, pergunta ainda o mesmo Cícero, a vida do homem se a lembrança dos fatos anteriores não ligar o presente ao passado? (...) Estamos, aqui, numa sociedade de estudos, entre homens que se prezam de ser, como hoje se diz, intelectuais. Para esses, então, que encantos não oferece esse amor do passado? O espírito humano tem sede de certeza e quer sempre um ponto de apoio firme e estável. Se o homem se perturba na oscilação inesperada do tremor de terra, se durante séculos esteve hesitante à beira dos mares e se lhe foi precisa uma tríplice couraça de ânimo e audácia para afrontar as ondas fugitivas e falazes – não é isto uma prova de que a incerteza e a dúvida são perigos, sofrimentos verdadeiros? Ora, entre as coisas incertas deste mundo, a coisa mais certa, com exclusão da morte, é o passado (PRADO, 1898, p. 523).

---

<sup>13</sup> Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901) era filho de Martiniano Prado e Veridiana Prado, casal da aristocracia cafeeira paulista. Era irmão de Caio Prado e ambos foram advogados, jornalista e escritores brasileiros. Eduardo Prado foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e um dos mais importantes analistas da vida política do Brasil. Monarquista convicto era amigo do Barão do Rio Branco, e colaborador da edição de *Le Brésil* em 1889, obra publicada por ocasião da Exposição Internacional de Paris, comemorativa do centenário da Revolução Francesa. Foi membro fundador do IHGSP, na qualidade de sócio correspondente. (ABL, 2013)

E como manter vivo o interesse pelo passado? A educação era um fator principal, pois

O amor do passado nacional, essa demonstração indiscutível da civilização de um país não podemos esperar que se manifeste num instante por todas as camadas da nossa população. É esse amor uma causa de grandeza porque preserva os povos das destruições inúteis, dos vandalismos ignaros, das subversões insensatas, desvarios que têm arruinado tantas nacionalidades. No homem é também um efeito da elevação moral do indivíduo, da educação que a família imprime à criança. (PRADO, 1898, p. 524).

Erudito que era Eduardo Prado recorreu a Schopenhauer para corroborar o entendimento de que o conhecer passado era importante para a História:

Um dos espíritos de mais extraordinária penetração que este século tem produzido, mas que bastante mal tem causado pelo erro moral das suas conclusões, Schopenhauer, sustenta que, sem o conhecimento da História, o homem não sairia da pura animalidade e que a História está para a espécie humana, como a razão está para o indivíduo. “Graças à sua razão, o homem não fica como o animal, fechado dentro dos limites estreitos do presente visível; conhece ainda o passado que é infinitamente mais extenso e a fonte donde decorre o presente.”. Do mesmo modo, continua ainda o filósofo, “um povo que não conhece a sua própria História, está limitado ao presente da geração atual: esse povo não compreende nem sua própria natureza, nem sua própria existência, na impossibilidade em que está de as relacionar com o passado que as explica: e muito menos pode antecipar alguma coisa do futuro. Somente a História pode dar a um povo a inteira consciência de si próprio.” (PRADO, 1898, p. 525)

E conclamava o escritor:

Ora, minhas senhoras e meus senhores, se assim é, tudo quanto no Brasil for um ato positivo de desprezo pelo passado ou uma omissão inteligente do amor desse mesmo passado, será uma mutilação da consciência nacional, será uma tentativa de barbarização. E, ao contrário, toda ação do esforço de natureza a estimular o estudo do passado será um ato civilizador. (PRADO, 1898, p. 526)

Sobre o IHGSP e sua relação com o passado, Eduardo Prado também argumentava que:

A existência deste Instituto e a das demais instituições congêneres do Brasil, não pode ser pois uma coisa indiferente aos olhos do patriota. O fato dele ter durado, de ter trabalhado, de vermos a comemoração

do seu aniversário celebrada com interesse, é para todos nós, um indício consolador de que podemos ter esperanças no futuro. E a confiança de que nem todo o trabalho tem sido perdido é mais uma animação para os nossos esforços. Estes esforços, porém devem ser de todos: da mãe que educa, do mestre que ensina, do escritor que escreve. Todos devem consagrar muito do seu tempo e do seu trabalho a esta obra de patriotismo excelente, que consiste em despertar no brasileiro o desejo de conhecer a sua terra – e de a conhecer nos aspectos do seu vasto céu, do seu largo solo e na memória dos fatos da sua História. (PRADO, 1898, p. 527)

Em relação ao tipo de atividades desenvolvidas pelo IHGSP estas não diferiam daquelas do IHGB, embora mantivessem uma preocupação com a especificidade regional, conforme assinala Schwarcz (1989):

Atos públicos, emissões de selos, cunhagem de moedas, comemoração de historiadores paulistas sobre questões de limites entre São Paulo e outros Estados eram empreendimentos considerados fundamentais, no interior de um estabelecimento que via na história uma forma de celebração e ritualização de um passado, ao menos comparativamente falando, bastante recente. (SCHWARCZ, 1989, p. 50)

E uma forma de acompanhar a atuação do IHGSP está nas páginas do livro da própria instituição “*Jubileu Social (1894-1944)*”<sup>14</sup>, publicado por ocasião dos 110 anos do Instituto e que traz informações sobre a história e a vida dessa tradicional instituição, dentro do cenário cultural paulista. O livro busca apresentar os “feitos” da instituição, ao descrever os elementos que caracterizaram o IHGSP durante o seu primeiro meio século de existência:

**a) Pioneiros e fundadores:** afirma que a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ocorreu ao meio dia no salão nobre da Faculdade de Direito em 1 de novembro de 1894 e resultou da assembleia de intelectuais a convite de Antônio de Toledo Piza, Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho e Estevão Leão Bourroul. Apresenta uma listagem com os nomes das 139 personalidades que deram prestígio e força para que a fundação do instituto fosse possível;

**b) A primeira administração:** destaca que os primeiros administradores do Instituto foram eleitos por aclamação, em caráter interino, com a missão toda especial de consolidar os fundamentos, de traçar as diretrizes para o futuro e de

---

<sup>14</sup> O acesso a esse livro só foi possível devido à visita ao IHGSP, o qual foi gentilmente cedido para consulta no local pela Profa. Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias, atual presidente do Instituto. Aliás, em junho de 2013 estava previsto o lançamento do livro *10 Anos da Memória Paulista: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (2002 – 2012)*, de autoria da presidente do IHGSP, e que atualiza, de certa forma, a história do IHGSP.

aumentar o prestígio do IHGSP. E dentre os estatutos que aprovaram, figuravam as seguintes finalidades para o Instituto: - promover o estudo e o desenvolvimento da História e Geografia do Brasil e, especialmente, do Estado de São Paulo; - publicar uma revista anualmente, ao menos; - manter relações com outras entidades congêneres, nacionais e estrangeiras;

c) **Sede social:** as primeiras sessões do instituto foram realizadas na Escola Normal e no Ginásio do Estado, tendo sido a primeira sede, à Rua 15 de novembro, alugada em maio de 1896. Em dezembro de 1896 o Instituto mudou-se para a Rua Marechal Deodoro, onde ficou até o dia 31 de agosto de 1900, indo depois para a Rua General Carneiro. Em 1904, o Instituto adquire um terreno onde hoje funciona a sua sede, na Rua Benjamin Constant, e inaugura nesse lugar a sua sede em 1909. Por fim, em 1952 inicia a construção de sua nova sede que foi inaugurada em 25 de janeiro de 1954, no mesmo local onde hoje se acha instalado;

d) **“Os Sertões”:** “*Os Sertões*”, de Euclides da Cunha, recebeu do Instituto a primeira consagração pública, em 5 de fevereiro de 1898, devido a larga e profunda influência que ela exerceu sobre a formação dos escritores;

e) **A alma do Instituto:** o Dr. José Carlos Torres de Oliveira, homem de letras e advogado ilustre, no dia 30 de julho de 1943, recebeu as devidas homenagens do Instituto, por ter cuidado da vida material e espiritual de tão gloriosa entidade, durante quarenta anos, como presidente perpétuo. Ele conseguiu através do seu trabalho arguto e vidente fortalecer “a própria alma do instituto”. Durante a sua gestão, por exemplo, regularizou a publicação periódica da revista do Instituto, remodelou a biblioteca, salvou a sede social das picaretas demolidoras, além do fato de consertar as finanças. Tudo isso por causa da sua capacidade de aproveitar a eficacíssima regra de moral prática, muito conhecida na orbe pela denominação de *queima de navios*.

f) **A Revista:** considerada como a publicação mais importante do IHGSP, pois é na revista que ele realmente aparece como instituição cultural. Entretanto, o livro abrange os primeiros 50 anos do Instituto, e expõe apenas os sumários da Revista do IHGSP, referentes ao volume 1 de 1895 até o volume 42 de 1943.

g) **Biblioteca e mapoteca, arquivo e museu:** apesar de possuir um departamento reservado para a biblioteca e para a mapoteca, o Instituto apresentava carência de pessoal para atuar nesse departamento, o que obrigava o bibliotecário e o auxiliar da secretaria executar as mais variadas tarefas. Contudo, vários melhoramentos foram feitos para essas duas secções: como a encadernação de vários volumes e a

restauração de outros, ameaçados pelas traças. Até 16 de setembro de 1944, a biblioteca contava com um total de 12.251 volumes, sendo 6.820 de obras e 5.341 de publicações periódicas. Já as secções de arquivo e museu não possuíam uma organização que permitisse a consulta com facilidade por parte dos estudiosos. O Instituto, por sua vez, tinha uma excelente coleção de fotografias e gravuras e uma galeria considerável de retratos dos grandes vultos nacionais, os quais seriam estadistas do império e homens de ciência;

**h) As grandes comemorações:** foram realizadas em meio século de existência do instituto 820 assembleias, o que corresponde a mais de 16 reuniões por ano e várias destas foram dedicadas à comemoração dos grandes feitos nacionais e dos vultos que desempenharam papel preponderante. Por exemplo, em 20 de maio de 1898, Teodoro Sampaio falava em nome do Instituto para comemorar o IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo da Índia e dois anos mais tarde, no dia 3 de maio de 1900, pronunciava um discurso dotado de muita erudição para comemorar o IV Centenário da Descoberta do Brasil. Manuel Pereira Guimarães consagrou essa ocasião com um folheto contendo as cartas do “venerável” Padre José de Anchieta e a obra de Hans Staden. Outras datas também foram consagradas, como o I Centenário da Independência do Brasil, que foi comemorado com a publicação do “Volume XXII” da revista e o IV Centenário da Fundação de São Vicente com uma série de conferências que foram publicadas no “Volume XXIX” da revista;

**i) Afonso de Taunay:** Afonso José de Carvalho na sessão realizada no dia 5 de março de 1943, fez um estudo para comemorar o primeiro centenário natalício do Visconde de Taunay. Inclusive, o nome de Afonso de Escragnoille Taunay para o Instituto representava a glória que pairava nas altas esferas do saber, juntamente com Varnhagen, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e tantos outros que de maneira excepcional levaram a bibliografia histórica nacional ao mais invejável nível científico. Eis um dos trechos desse estudo, que o livro *Jubileu Social (1894-1944)* destaca

Para nós, particularmente paulistas, Afonso de Taunay, filho do Visconde, possui a singularidade cheia de magias de, não havendo nascido em São Paulo, portar-se como o mais amoroso e extremoso dos paulistas. É ele o mais esforçado historiador de nossa região, de nossa gente, de nossos fastos, de nossas glórias. É o bandeirante excelso das riquezas esmeraldinas da história vicentina, a percorrer bravamente o mundo misterioso das documentações rotas e antigas escapas a outros olhares, e a descobrir nesses arcanos da vida regional

a verdade procurada e por ele reanimada para apresentar-se escorreita e bela às vistas maravilhadas dos estudiosos. (IHGSP, 1944, p.116)

**j) Movimento financeiro:** o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo nunca apresentou uma vida financeira folgada, apesar de receber donativos dos seus sócios e auxílios valiosos dos poderes públicos, tanto em dinheiro quanto em permissão para imprimir gratuitamente as suas publicações nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado;

**k) Os beneméritos:** Em meio século de existência, 19 personalidades, dentre as 1.130 que fizeram parte do instituto, mereceram por excelência o título de sócios beneméritos, são elas: Orville A. Derby (20-9-1899); Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho (20-2-1901); Pedro Augusto Gomes Cardim (5-8-1902); Carlos Reis (20-10-1903); Augusto Cesar de Miranda Azevedo (25-10-1906); Júlio Conceição (5-3-1908); Alfredo de Toledo (5-8-1908); Hermann Von Ihering (5-8-1908); Estevão Ribeiro de Sousa Resende (Barão de Resende) (5-7-1909); Manuel Antônio Duarte de Azevedo (5-7-1909); Lídia de Sousa Resende (20-2-1914); Afonso Antônio de Freitas (26-6-1918); Alberto Penteado (5-8-1930); José Carlos de Macedo Soares (5-8-1930); Artur Vautier (5-10-1931); José de Paula Leite de Barros (5-10-1931); Manuel Pereira Guimarães (5-10-1931); Samuel Ribeiro (5-5-1934); Luiz Carneiro (20-9-1935).

**l) Diretores e datas de eleição:** listagem com os nomes e as datas em que foram eleitos os presidentes honorários, presidentes efetivos, vice-presidentes, primeiros secretários, segundos secretários, suplentes de segundo secretário, tesoureiros e oradores oficiais;

**m) Comissões técnicas:** o Instituto tinha várias comissões: comissões de regulamento e estatutos, comissões de admissão de sócios, comissões de redação da revista, comissões de história, comissões de geografia, comissões de literatura e manuscritos, comissões de ciências, numismática e arqueologia, comissões de artes e indústrias, comissões de contas, comissões de etnografia, comissões de numismática, comissões de filatelia, comissões de genealogia e comissões de etnologia;

**n) Cadastro social:** listagem em ordem alfabética com os nomes e datas de eleição de todos os sócios que fizeram parte do Instituto durante o seu meio século de existência, dentre esses nomes, temos Fernando de Azevedo (21-9-1936) e o Padre Serafim Leite que foi eleito em (20-8-1934).

O acervo completo do IHGSP está atualmente sob a responsabilidade do

Arquivo do Estado de São Paulo<sup>15</sup>. É composto por mais de 5 mil títulos de periódicos produzidos no Brasil e no exterior, abrangendo os séculos XIX e XX.

Esse conjunto é considerado uma das maiores hemerotecas do país em diversidade de títulos, abrangendo uma variedade de mais de 90 mil exemplares que representam a emergência e expansão da imprensa como espaço de manifestação pública dos mais variados grupos sociais e interesses políticos naquele contexto histórico.

Grande parte do acervo é composta por exemplares únicos, ou primeiros exemplares do periódico, ou então por pequenas coleções que tiveram vida efêmera, representantes típicos de um momento em que a imprensa ainda era bastante diversificada, indicando a formação de novos grupos produtores e de públicos leitores para o periodismo nacional.

Desse montante, aproximadamente dois mil títulos referem-se a jornais, folhetos, revistas e outras publicações da imprensa paulista, abrangendo tanto a Capital como o interior do estado de São Paulo.

Apesar de quase desconhecidos das pesquisas acadêmicas e também do grande público, esses periódicos representam dimensões importantes do processo de formação do jornalismo paulista e de sua afirmação enquanto ator político nas disputas públicas no Estado. De todo o acervo do IHGSP, cerca de 2.500 títulos já estão disponíveis para acesso no salão de consultas do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

---

<sup>15</sup> Conforme informa o site do Arquivo Público do Estado de São Paulo, cerca de 2.500 títulos de todo o acervo da hemeroteca do IHGSP estão disponíveis para acesso no salão de consultas do Arquivo do Estado e muitos deles podem ser consultados online no link Jornais e Revistas. (ARQUIVO PÚBLICO, 2013)

### 3 ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO (RIHGSP)

*Se os mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras de alguma permanência, e impedir sua perecibilidade, então essas coisas ao menos em certa medida entrariam no mundo da eternidade e aí estariam em casa e os próprios mortais encontrariam seu lugar no cosmo, onde todas as coisas são imortais, exceto os homens (ARENDR, 2002, p. 72).*

Nesse capítulo apresentamos os resultados da pesquisa realizada. Iniciamos com a história da Revista do IHGSP<sup>16</sup>, em seguida são apresentadas as análises bibliométrica e de conteúdo dos artigos analisados, constituindo-se, portanto nas contribuições que os artigos da RIHGSP representam para a historiografia e a história da educação brasileira.

#### 3.1 A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHSP)

A Revista do IHGSP começou a ser publicada em 1895, um ano após a fundação do IHGSP e até o ano de 2004 já havia publicado 96 volumes.<sup>17</sup>

Compunha o primeiro número da Revista IHGSP dois fascículos, publicados respectivamente em 1895 e 1896.

Nesse primeiro fascículo de 1895, a Revista do IHGSP já anunciava a que vinha na seção “*Ao Leitor*”, e à parte da primeira frase que abre a sessão - *A história de S. Paulo é a própria história do Brasil* - cujo significado emblemático que não deixava dúvidas sobre os objetivos apologéticos da Instituição, afirmava-se:

*A história de S. Paulo é a própria história do Brasil. A necessidade de uma associação que promovesse os meios de estudar tantos documentos com os quais se pode vir a conhecer a origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções errôneas sobre fatos que merecem ser devidamente conhecidos, era uma destas lacunas que se afigurava difícil de ser preenchida. Felizmente a nossa iniciativa foi coroada do melhor êxito e estamos atualmente gozando do mais útil convívio dos nossos homens de letras, que concorrem com suas luzes para assegurar ao Instituto Histórico a mais brilhante carreira. (RHISP, 1895, p.2. Grifos nossos)*

Em continuidade, os propósitos do IHGSP e da Revista eram proclamados da

<sup>16</sup> Todas as citações desse capítulo retiradas das revistas do IHGB e do IHGSP foram atualizadas de acordo com a ortografia atual.

<sup>17</sup> IHGSP comercializa um CD-ROM contendo os textos integrais dos 95 volumes (1895-1999).



seguinte maneira:

A Revista do Instituto é já uma prova de que o trabalho fortifica-se no estudo da história, que tem valor inestimável, e muito pode servir para que os moços aprendam a conhecê-la bem assim para que outros estudiosos companheiros possam no futuro continuar a obra, que é bem pequena, em relação à importância do assunto. Todavia o molde fica traçado, restando a outros modifica-lo e aperfeiçoa-lo até que a nossa história seja a fiel intérprete dos acontecimentos, e o ensinamento útil dos patriotas. (RHISP, 1895, p.2)

Na visão de Ferreira e Mahl (2011, p.4)

[...] os sócios do Instituto localizam o conhecimento histórico em uma posição privilegiada perante os demais saberes. Por conseguinte, exerciam suas atividades como historiadores em consonância com as concepções teóricas preponderantes no século XIX, que entendiam o passado como um amplo espaço de homens e ações adormecidos pela distância temporal e pelo esquecimento. Caberia aos ilustrados de então fazer emergir dessa penumbra os atos de heroísmo e coragem de alguns sujeitos especialmente escolhidos, assim como os fatos dignos de lembrança e exaltação.

Em vista disso, também é válido lembrar que a Comissão de Redação da Revista havia sido constituída na 5ª.sessão do IHGSP, composta por Antonio de Toledo Pizza, Domingos José Nogueira Jaguaribe e Manoel Ferreira Garcia Redondo e embora o texto “*Ao leitor*”, que abre o primeiro número da Revista do IHGSP não tenha uma assinatura especial, reforça o seu caráter de manifesto “na medida em que revela os planos coletivos que esses sócios, *a priori*, julgavam comungar” (FERREIRA; MAHL, 2011, p.4). Para esses autores,

Quanto aos fatos e temas sujeitos à operação histórica, sugere a busca incansável pela “origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções erradas sobre factos que merecerem ser devidamente conhecidos”. E é exatamente nesse anseio de revelar o passado – expressão eloquente de um projeto que é, ao mesmo tempo, cultural e político –, isto é, aquele que poderia contribuir para uma visão panegírica da propalada *civilização paulista*, que suas concepções de patrimônio se evidenciam. (FERREIRA; MAHL, 2011, p.4).

Em seguida, o texto de abertura do primeiro fascículo da Revista do IHGSP, esclarecia aos leitores qual seria o conteúdo da Revista, ao mesmo tempo em que exaltava os propósitos do Instituto na busca por interpretar e dar a conhecer o passado

histórico da civilização paulista:

O Instituto Histórico, iniciando a publicação da primeira parte da “Revista” com alguns trabalhos aprovados em assembleia geral, a fim de serem publicados, continuará a publicação de outros que já foram lidos. É tão interessante o assunto destas publicações, que será certa a procura da “Revista” para leitura daqueles que desejam conhecer o modo sério e consciencioso pelo qual o Instituto vai se desempenhando dos seus patrióticos intuítos. Aos leitores compete julgar se nos desempenhamos dignamente do encargo. (RHISP, 1895, p.2)

O primeiro fascículo de 1895 trazia dois artigos: “*A denominação da Serra da Mantiqueira*”, escrito por Orville Derby e “*Origens republicanas do Brasil*”, por Domingos Jaguaribe. Tais artigos, para serem publicados, eram submetidos à aprovação nas sessões do IHGSP, como pode ser comprovado nesse extrato da Ata da 10ª. Sessão ocorrida em 5 de agosto de 1895:

O sr. dr. Domingos Jaguaribe propõe que seja o seu trabalho - *Origens republicanas do Brasil* submetido à deliberação na presente sessão para o fim de poder ser publicado na Revista, caso seja aprovado visto como até hoje não foi apresentado o parecer da Comissão a qual foi remetido. É aprovado que o dito trabalho do sr. dr. Jaguaribe seja publicado na *Revista do Instituto*. O sr. dr. Theodoro Sampaio procede a leitura de um seu trabalho histórico sobre a fundação da primeira colônia regular dos portugueses em São Vicente, finda a qual foi aplaudido e felicitado. O sr. Presidente consulta a casa se o bem elaborado trabalho que acaba de ser lido deve ou não ser publicado na *Revista*; a Assembleia, sem debate e por votação unânime, responde afirmativamente. (RHISP, 1895, p.182)

Além disso, também integrava esse volume da RIHGSP um discurso do dr. João Monteiro, lido na sessão do dia 10 de julho de 1895, em homenagem à Independência dos Estados Unidos, bem como as Atas das Sessões do IHGSP, da primeira até a décima terceira.

Aliás, na Ata da 1ª. sessão ocorrida em 1º de abril de 1895, os sócios já começavam a delinear o que seria interessante publicar na Revista do IHGSP, haja vista o registro de que

O sr. Duarte Azevedo lembra que seria conveniente dirigir-se uma circular às Câmaras Municipais do Estado solicitando a remessa ao Instituto de documentos que existam em seus arquivos que se refiram a pontos da nossa história ou que tenham importância ou interesse

geral, porque assim obter-se-iam elementos para o estudo das teses a desenvolver para a organização dos trabalhos, tornando-se também uma fonte de material para a “Revista” publicar. (RHIGSP, 1985, p.168)

E na 13ª. Sessão do IHGSP, de 20 de setembro de 1895, na ordem do dia o sócio dr. Antonio de Toledo Piza pedia a palavra para fazer uma exposição e leitura dos trabalhos apresentados ao Instituto, a saber: *Biografia do Padre Jesuíno do Monte Carmelo*, pelo sócio Antonio Augusto da Fonseca e *Oração fúnebre*, pronunciada pelo Padre Diogo Feijó, em Itu, aos 2 de junho de 1821. O plenário deliberou que tais trabalhos fossem publicados na *Revista*. (RIHGSP, 1895, p.186).

O segundo fascículo do primeiro número, publicado em 1896, trazia os seguintes artigos: *Os selvagens de São Paulo*, assinado por C.R.<sup>18</sup>; *Tipos ituanos*: Padre Jesuíno do Monte Carmelo, por Antonio Augusto da Fonseca; *Oração fúnebre*, pronunciada pelo Padre Diogo Feijó, em Itu, aos 2 de junho de 1821 e republicada nesse fascículo, com a explicação de que este discurso havia sido publicado há muitos anos em um folheto cuja edição se encontrava esgotada e a tiragem havia sido “pequena e distribuída entre amigos do finado”. Além desses, ainda foi publicado o trabalho *Estudo crítico: a posse do Brasil meridional. Fundação da primeira colônia regular dos portugueses em São Vicente*, pelo sócio dr. Theodoro Sampaio.

Na visão de Ferreira e Mahl (2011, p. 8-9) os artigos publicados na Revista do IHGSP são marcados “pelo *beletrismo* próprio da intelectualidade do período”, e os autores expressam em seus textos “uma mistura singular de erudição e rebuscamento estilístico, à luz do que entendiam por ciência, transitando entre diferentes gêneros narrativos e temáticos”.

Nesse segundo fascículo a RIHGSP também trazia os Relatórios dos trabalhos e ocorrências do IHGSP apresentados na sessão de encerramento de 25 de outubro de 1895 e respectivos anexos, bem como as Atas das Sessões do IHGSP.

De acordo com Ferreira e Mahl (2011, p. 9)

O período de maior prestígio da revista se estendeu entre a sua fundação e a década de 1930, quando o início das atividades da Universidade de São Paulo marcou um novo momento da vida intelectual paulista e, por que não dizer, nacional. Entretanto, alguns membros do Instituto Histórico de São Paulo também foram

---

<sup>18</sup> Esse artigo era assinado apenas pelas iniciais, o que faz supor que o autor pudesse ser um dos seguintes sócios: Carlos Reis ou Carlos Rath.

incorporados à nova universidade, como Alfredo Ellis Jr., professor de História de Civilização Brasileira; Roberto Simonsen, que teve participação direta na fundação da Escola de Sociologia e Política; e Fernando de Azevedo, docente na Faculdade de Filosofia. Todos exerceram funções docentes na Universidade de São Paulo, tendo passado também pela agremiação paulista.

Saltando para o final do século XX e início do século XXI, vejamos também qual era a autoimagem da Revista do IHGSP, e para isso o texto “Apresentação” no volume 95, publicado em 1999, e de autoria do Presidente da Instituição no triênio 1999-2002, Roberto Machado de Carvalho, é emblemático:

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo é a mais antiga, no gênero, editada no Estado de São Paulo. Foi nos idos de 1895 -105 anos decorridos - pouco depois da fundação do sodalício, que a Revista teve seu lançamento. Já no primeiro volume, dividido em dois fascículos, ela contou com um seletivo grupo de colaboradores e trabalhos de reconhecido valor científico. Nomes como Teodoro Sampaio, Orville Derby e João Monteiro assinaram artigos, pesquisas de campo e de gabinete. Em números subsequentes, outros destacados estudiosos da História. Geografia e ciências correlatas mantiveram o alto prestígio da Revista nos meios culturais. Outros nomes como Antônio de Toledo Piza, Afonso de Feitas. Afonso de Taunay, este por um longo período, Oliveira Lima, Eugênio Egas, deram brilho a Revista. Muitos volumes de nossa Revista transformaram-se em fontes documentais para novos estudiosos - pesquisadores do pretérito e do espaço natural e humano, em especial do Estado de São Paulo. Claro que tivemos momentos de dificuldades, breves interregnos da publicação - o Estatuto pede, ao menos, um volume anual - mas não demora e ela ressurgiu, revigorada e triunfante. Hoje, os 94 volumes publicados representam significativo acervo de conhecimentos a disposição dos interessados, estudos e documentos. As Atas das sessões e os Relatórios anuais trazem preciosas informações sobre as atividades do Instituto e episódios marcantes da história republicana de São Paulo. (CARVALHO, 1999, p.4)

Fazendo “coro” a essa visão, no mesmo número e volume, e assinada da Comissão de Redação da RIHGSP, composta por Alexandre Hecker, Amélia Franzolin Trevisan, Dóli de Castro Ferreira, Hernâni Donato, Juvenal Fernandes, Nelly Martins Ferreira Candeias e Roberto Campos Gomes, a “*Nota da Redação*” corrobora o entendimento do Presidente do IHGSP sobre a Revista:

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo constitui-se em uma das mais antigas publicações em circulação no país, na área das ciências humanas. Desde 1895, ela abriga artigos que representam, sobretudo para os estudos históricos, uma significativa contribuição ao pensamento nacional. Como todas instituições de uma

sociedade em mudança – e a brasileira tem dado provas de como esse movimento pode ser acelerado – também a Revista procura não apenas representar o papel de órgão de divulgação de ideias perfeitamente consolidadas, como estar aberta à participação em embates intelectuais em processo de amadurecimento. Nesse sentido, a Revista do IHGSP assume, contemporaneamente, um duplo papel: além de assentar-se como uma ponte entre pensadores profissionais e amadores da história – o que a leva a admitir em suas páginas uma fértil pluralidade de métodos, periodizações e outras formas de construção do texto analítico – pretende abrir-se para um relacionamento íntimo entre a intelectualidade reunida nas grandes universidades brasileiras e outros trabalhadores do pensamento que têm construído isoladamente a sua trajetória de estudos e pesquisas. Assim, pretende-se dar corpo a uma nova fase da Revista que descortinará um espaço variado de concepções, com o objetivo de contribuir para fertilizar ainda mais o campo do saber histórico em nosso Estado de São Paulo. O lema defendido pela atual presidência de Roberto Machado Carvalho bem consubstancia o momento. Trata-se de ser fiel à tradição, sem descuidar da indispensável modernização. (RIHGSP, 1999, p. 5)

### **3.2 Panorama bibliométrico da produção científica da RIHGSP: 1896-2004**

Nesse tópico apresentamos os resultados da análise bibliométrica e de conteúdo dos 186 artigos selecionados para análise nessa tese. Embora a constituição do “*corpus documental*” já tenha sido descrita na introdução desta tese, é válido retomar as etapas percorridas para a sua operacionalização, ou seja:

1) Pré-análise do material – utilizou-se o CD-ROM composto com os sumários dos 96 volumes da RIHGSP. Este CD-ROM, além de apresentar o conteúdo de cada fascículo, possui um índice geral de 70 páginas.

2) Exploração do material – foi desenvolvida em duas etapas: a) mediante a leitura criteriosa visando à familiarização da pesquisadora com o perfil da RIHGSP, sendo possível identificar a seguinte estrutura do periódico: artigos dos sócios, artigos encomendados a pretexto de alguma efeméride histórica; discursos; laudos históricos; atas das sessões; relatórios da diretoria, balanços de receitas e despesas; necrológios, reprodução de documentos históricos, lista de doações (livros, medalhas, selos), relação de sócios, b) leitura flutuante do volume índice geral da RIHGSP mediante a leitura atenta e criteriosa de todos os títulos e nomes dos autores dos artigos publicados no período compreendido entre 1895 e 2004 registrados no volume de índice geral;

3) Definição das expressões de busca dos artigos – a leitura do volume de índice geral propiciou estabelecer as seguintes expressões de busca: “educação” e “jesuítas”,

por concordarmos com a visão de Bittar e Ferreira Junior (2001) de que é impossível separar da História da Educação a influência dos jesuítas, visto que eles permaneceram por 210 anos em terras brasileiras e tiveram notável influência na educação brasileira. Essas expressões foram utilizadas em cada um dos 96 volumes da coleção e que abarcam o período de 1895 a 2004.

Essas buscas resultaram na seleção de 186 artigos presentes em 71 dos 96 volumes da coleção e compreendendo o período de 1896 a 2004 e que totalizaram 3.567 páginas. Posteriormente, os 186 artigos foram classificados em seis categorias de análise:

1) **educação e o ensino**, compreendendo artigos que focalizavam a educação brasileira nos diferentes períodos históricos e abrangendo temas como: a criação de cursos superiores, o ensino médio, a instrução e o ensino públicos, os grupos escolares, e personalidades educacionais (Lourenço Filho, por exemplo);

2) **a educação jesuítica no Brasil colonial**, compreendendo artigos que focalizavam a institucionalização dos espaços educacionais e as práticas pedagógicas dos jesuítas e abrangiam temas como: a catequese, a colonização e a evangelização, os indígenas, a língua brasileira e as línguas indígenas nas aldeias, as missões, as reduções, as casas de bê-á-bá; colégios, o Ratio Studiorum, os castigos corporais, as primeiras letras, o catecismo, etc.

3) **os vultos históricos da educação jesuítica no Brasil Colonial**, tais como Anchieta, Nóbrega, e outros epígonos da educação (Alexandre de Gusmão, Diogo Feijó, Quirício Caxa, entre outros)

4) **os vultos da história paulista e brasileira**, tais como: João Ramalho, Diogo Álvares Correa (o Caramuru), Antonio Raposo Tavares, Amador Bueno, e outros como Tiradentes, Varnhagen, etc.;

5) **a História e Geografia de São Paulo e do Brasil**, ou seja, artigos que versavam sobre as raízes históricas da fundação da cidade de São Paulo e de outros municípios paulistas (São Vicente, Itu, Santo André, Indaiatuba, Tietê), bem como brasileiros.

6) **a História do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Revista do IHGSP**, isto é, artigos sobre a fundação do IHGSP e discursos proferidos por ocasião das efemérides do Instituto (primeiro aniversário, 40 anos, 44 anos, 47 anos e jubileu de ouro) e da Revista do IHGSP, entre outros.

### 3.2.1 A distribuição temporal dos artigos

Os 186 artigos analisados foram publicados no período compreendido entre 1895 e 2004, abrangendo 62 anos de publicações conforme a seguinte distribuição temporal exposta na Tabela 1. Para fins de melhor visualização<sup>19</sup> dos resultados a tabela foi construída com uma divisão por décadas dentro dos três séculos (XIX, XX e XXI) que abrangem as edições publicadas.

**Tabela 1** – Distribuição temporal dos 186 artigos da Revista do IHGSP

<b>Períodos</b>	<b>Total de artigos</b>
<b>Século XIX</b>	
(1896-1900)	14
<b>Século XX</b>	
1ª. década (1901-1910)	40
2ª. Década (1911-1920)	16
3ª. década (1921-1930)	13
4ª. Década (1931-1940)	20
5ª. Década (1941-1950)	19
6ª. Década (1951-1960)	17
7ª. Década (1961-1970)	19
8ª. Década (1971-1980)	9
9ª. Década (1981-1990)	7
10ª. Década (1991-2000)	11
<b>Século XXI</b>	
1ª. Década (2001-2004)	1
<b>TOTAL</b>	<b>186</b>

Fonte: RHIGSP. Elaboração própria

Em relação à tipologia dos artigos é possível notar que se concentravam em genealogias, biografias, elogios fúnebres, na exposição de documentos históricos, conferências, discursos, comemorações e homenagens, atas, relatórios, estatutos e pareceres, catálogos e acervos, assim como na divulgação de crônicas e notícias.

Os resultados da Tabela 1 mostram que o total de artigos selecionados e publicados no século XIX ainda é pequeno, – 14 artigos, ou seja, 7,5% do total – embora acompanhe a média daqueles publicados em outras décadas do século XX.

Isso talvez tenha acontecido, porque nos anos iniciais de existência do IHGSP e da Revista, como refere o Relatório da Diretoria, “não podia abundar material”

<sup>19</sup> No APÊNDICE A pode ser conferida a lista de referências dos 186 artigos selecionados.

(RIGHSP, 1895, p. 64). Aliado a isso, ainda havia a diretriz de que a Revista do Instituto devia só publicar

[...] trabalhos originais dos srs. sócios, ou inéditos, que tenham mérito, é evidente que no curto período de tempo de existência da associação não podia abundar o material; só ultimamente pode a Comissão de Redação reunir os elementos que devem constituir o 1º. número da Revista, o qual acha-se no prelo e será brevemente distribuído, sendo publicado em dois fascículos, mas formando um só volume. (RIHGSP, 1896, p.64).

Nos seus primeiros anos de existência, apesar dos esforços da Comissão de Redação, a Revista do IHGSP também enfrentou problemas na regularidade da publicação dos exemplares.

O primeiro número, conforme já comentado anteriormente, foi publicado em 1895 e era composto por dois fascículos publicados em 1895 e 1896. Os volumes 2, 4, 5 e 6 abrangeram, respectivamente, os anos de 1896-1897; 1898-1899; 1899-1900; 1900-1901.

Somado a isso, as despesas da Instituição com a construção da sede própria, iniciada em 1904 e inaugurada em 1909, refletiu-se na publicação da Revista do IHGSP, como pode ser observado no seguinte comentário de Taunay, em discurso proferido em 1914:

Refletiram as grandes despesas do ultimo período sobre a publicação da Revista, suspensa durante um certo lapso, até que a normalização da situação financeira viesse permitir á atual diretoria tentar por em dia o nosso órgão. Empenho este caríssimo, que se vai realizando com relativa rapidez. (TAUNAY, 1914, p. 11).

Os problemas com a regularidade da publicação dos volumes da Revista persistiam ainda nas primeiras décadas do século XX, como pode ser observado no relatório dos trabalhos e ocorrências sociais do ano de 1913, apresentado pela Diretoria da Instituição:

O nosso anuário, pela riqueza de documentação, variedade de assuntos, valor dos trabalhos e acertada orientação com que tem sido organizado já granjeou o renome que hoje goza, tem sido publicado com atraso por motivo completamente alheio ao Instituto e a operosa e dedicada Comissão de Redação. Esta, na mais completa harmonia de vistas e de esforços com o Instituto, procurou e conseguiu arredar as dificuldades que empecavam a publicação tratando de pô-la agora em



dia. Para este efeito, a Comissão organizou os tomos XVI e XVII, correspondentes aos anos de 1911 e 1912 e que já estão impressos e em breve serão distribuídos. O volume XVIII entrará para o prelo tão logo que termine a impressão já encetada do tomo I, correspondente a 1895. Com essas providências terá o Instituto, como convém, sua Revista em dia e a respectiva Comissão, cujos inestimáveis serviços a tornam benemérita, mais uma vez fará jus aos aplausos dos consócios que já na sessão de 20 de outubro a distinguiram muito justamente com um voto de louvor. Durante o ano foi distribuído o tomo XV. (RIHGSP, 1913, p.575)

Contudo, conforme mostrado na Tabela 1, quando se adentra ao século XX há uma forte concentração de artigos na primeira década, abrangendo o período 1901-1910, com 40 artigos, isto é 21% do total.

Uma síntese desses artigos e daqueles publicados até o ano de 1914 pode ser encontrada no volume 19 da Revista do IHGSP, que traz o texto da conferência “*Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto*”, proferida na sessão de 14 de janeiro de 1914 por Affonso d’Escragolle Taunay, então orador oficial do IHGSP.

Taunay realizou não só uma espécie de balanço das atividades do IHGSP, mas também dos artigos publicados na Revista do IHGSP durante os vinte anos desde sua fundação em 1894 até 1914. E o orador não economiza elogios para louvar os notáveis esforços dos sócios em produzir textos que em suas palavras constituem-se em “valiosos e (...) interessantes e eruditos estudos” ao mesmo tempo em que “procuram engrandecer a árvore vigorosa nascida da pequena semente, segundo Eduardo Prado, e destinada a ter o vulto dos robles colossais” (TAUNAY, 1914, p. 8 e p.13), embora se preocupe em “estabelecer um patrimônio que acabe com a precariedade da publicação da Revista” (TAUNAY, 1914, p.13).

Em 1993, a edição número 88 da Revista do IHGSP foi dedicada à publicação dos resultados de um ciclo de palestras realizados no IHGSP entre 20 de outubro e 17 de novembro daquele ano, a propósito dos “atos assinaladores do Centenário” e que representavam “no conjunto, a História da Instituição”. Assim, aos palestrantes foi atribuído um tema, conforme palavras de Hernâni Donato<sup>20</sup>, então presidente do IHGSP, concedendo-lhes “liberdade para desenvolvê-los, autenticidade que se revela no muito de pessoal encontrável nos diferentes textos”.

Na visão do presidente, esse volume

---

<sup>20</sup> Nascido em Botucatu, em 12 de outubro de 1922 e falecido em São Paulo, em 22 de novembro de 2012. Foi escritor, jornalista, historiador, professor, tradutor e roteirista. Ocupou cadeiras na Academia Sul-Mato-grossense de Letras e na Academia Paulista de Letras. Foi Presidente do IHGSP e sócio correspondente dos Institutos Histórico e Geográfico de Sorocaba e de Minas Gerais.

Resume a história de nossa entidade, vista e abordada por ângulos que completam o todo. Com esta edição e com reverente pensamento de gratidão aos três idealistas que traçaram os contornos e aos sessenta e nove signatários da ata de fundação, bem como aos associados e aos diretores que lhe deram cem anos de vida, abrimos o ano do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (DONATO, 1993, p. 5)

Assim, nesse ciclo de palestras, Célio Debes – então membro da Diretoria do IHGSP no triênio 1993-1996 e da Comissão da Revista do IHGSP, proferiu a palestra que foi publicada nesse volume 88, e intitulada “*A Revista do IHGSP e a pesquisa histórica*”. Alguns excertos desse artigo dão a real dimensão da importância desse periódico com fonte de informações para a pesquisa histórica. Assim, Debes (1993) ao iniciar o artigo ressalta o papel que os até então 86 volumes publicados representavam para a historiografia brasileira:

O repositório principal dos frutos, esparsos, resultantes das pesquisas que, no campo da História, desenvolveram os integrantes desta Entidade, foi, e é a Revista. Mas, não se limitou a benemérita publicação a acolher essa contribuição. Fez mais, divulgou nesse apreciável de documentos, capazes de propiciar estudos, com a divulgação e a perenização de fontes de nossa História, que jaziam ignoradas. (DEBES, 1993, p. 61)

O autor recorda que tendo o IHGSP ocupado diversas sedes em seus anos iniciais, isso comprometeu a preservação dos números publicados pela Revista a tal ponto que em sessão realizada em 1938, foi apresentada em sessão do Instituto a proposta no sentido de se “autorizar o diretor da Revista a comprar os números raros da mesma, onde os encontrar, devendo, para isso, o mesmo diretor, recorrer aos meios necessários principalmente mediante anúncios em jornais” (DEBES, 1993, p. 62)

Debes (1993, p.62) também menciona a falta de regularidade na publicação da Revista do IHGSP, ao mencionar que

Além disso, não houve, em certo período, constância em sua publicação. É o que se depreende de nota firmada por Eugênio Egas. Foi ela "morosa e a largos intervalos", tanto que, em 1919, reunia os "Elogios Históricos", isto é, os necrológios dos sócios falecidos nos anos de 1916, 17 e 18, mas que, no entanto, só viriam a lume em 1938, no volume 34! (DEBES, 1993, p.62)

O autor também faz reflexões acerca da difusão de papéis de interesse para a

História de São Paulo na Revista, destacando, o Instituto, “no cumprimento de seus desígnios, está aberto a receber esse manancial, e para a sua perenização, conta ele, primordialmente – como veículo de difusão – com sua Revista”. (DEBES, 1993, p. 65). Além disso, também expõe o seu pensamento a respeito dos autores que contribuíram com a Revista do IHGSP e sobre a sua finalidade:

Os autores e os trabalhos destacados neste breve apanhado foram, aqueles, pesquisadores conscienciosos, e, estes, os resultados de seus esforços em busca da **verdade ideal**, conquanto **relativa**, num empenho leal para tornar realidade os objetivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de “promover o estudo e o desenvolvimento da História e Geografia do Brasil e principalmente do Estado de S. Paulo”, objetivos que continua perseguindo com denodo. (DEBES, 1993, p.65. Grifos do autor)

E finaliza com a seguinte reflexão acerca dos arquivos particulares:

A medida em que os arquivos particulares se abrem - e há uma compreensível avareza de parte dos que os detêm - os sucessos consagrados ganham outra dimensão. Vultos insígnies surgem como ídolos de pés de barro e, no reverso, os malvistas crescem em grandeza. Mais se acentua esta realidade, quando a história corrente é manipulada pelos vencedores. E São Paulo, há mais de seis décadas, é o vencido. Os arquivos dos homens que participaram de suas glórias - e que, por isso, justamente, amargaram as agruras da derrota - é que deverão propiciar a restauração dos fatos, permitindo que se possa expungir de nossos fastos a manipulação maliciosa e cínica, que torna tais fastos caricatos. (DEBES, 1993, p. 65).

### 3.2.2 O perfil dos autores

Ao analisar os resultados da pesquisa em relação à autoria dos 186 artigos da Revista do IHGSP verificamos que estes totalizam 119 autores, incluídos aqueles que participam de artigos em coautoria e excluídos aqueles que publicaram mais de um artigo, bem como o artigo assinado pela Redação da Revista, mas cujos autores eram Carlos da Silveira, Nicolau Duarte da Silva e Américo Brasiliense Antunes de Moura.

A distribuição dos artigos por autor pode ser visualizada na Tabela 2, apresentada a seguir.

**Tabela 2 – Distribuição dos artigos por autor**

<b>Autores</b>	<b>Total</b>
Theodoro Sampaio	12
Affonso A. de Freitas; Tito Lívio Ferreira (8 artigos cada)	16
Affonso D'Escragnolle Taunay; Antonio de Toledo Piza (6 artigos cada)	12
Hélio Abranches Viotti	5
Alfredo Gomes; Aureliano Leite; Benedicto Calixto; José Torres de Oliveira; Luiz Tenório de Brito; Manoel de Oliveira Lima (4 artigos cada)	24
Ernesto de Sousa Campos; Eugenio Egas; Gentil de Assis Moura; J. P. Leite Cordeiro; Luiz Gastão D'Escragnolle Doria; Nicolau Duarte Silva; Serafim Leite; Washington Luís (3 artigos cada)	24
Alcibíades Furtado; Álvaro do Amaral; Carlos Penteado de Rezende; Domingos Jaguaribe; Hernani Donato; J. C. Gomes Ribeiro; João Mendes de Almeida; Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa; Monsenhor Camilo Passalacqua; Orville Derby (2 artigos cada)	20
Adérito Calado; Adolpho Augusto Pinto; Affonso José de Carvalho; Alexandre D'Alessandro; Alfredo de Toledo; Alfredo Ellis Júnior; Altino Arantes; Amador Bueno Machado Florence; Antonio Augusto da Fonseca; Antonio Arruda Camargo; Antônio Barreto Amaral; Antônio Celso Ferreira; Antônio Colbacchini; Antônio D'Avilla; Armando de Arruda Pereira; Arthur Goulart; Astor França Azevedo; Augusto Pinto de Siqueira Barros Ferreira; Benedicto Octavio; Candido José da Motta; Carlos Drumond; Carlos Frederico Philippe von Martius; Carlos H. Robertson Liberalli; Célio Debes; Ciro T. de Pádua; Dacio Pires Corrêa; Douglas Michalany; Edgard de Cerqueira Falcão; Eduardo Fernández y González; Eduardo Prado; Enzo de Oliveira; Ernesto Goulart Penteado; Estevão Leão Bourroul; Felix Soares de Mello; Feliz Guisard Filho; Francisco de Campos Andrade; Hélio Damante; Hildebrando Siqueira; Hosannah de Oliveira; Ives Gandra da Silva Martins; J. F. de Almeida Prado; J. Pires do Rio; Joaquim Floriano de Godoy; Jorge Bertolaso Stella; José Carlos de Ataliba Nogueira; José Carlos Rodrigues; José da Frota Gentil; José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho; José Feliciano; José Vieira Fazenda; Júlio de Mesquita Filho; Leão Machado; Leôncio do Amaral Gurgel; Luis Ellmerich; Maria Amália Corrêa Giffoni; Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci; Mário Savelli; Marly Therezinha Germano Percia; Martim Francisco; Moisés Gicovate; Monsenhor Ezequias Galvão da Fontoura; Nilva Rogick Mello; Odilon Nogueira de Matos; Osmar Simões Magro; Paulo Ehrenreich; Ricardo Severo; Roberto Machado Carvalho; Sebastião Almeida Oliveira; Sebastião Pagano; Sergio Milliet; Silveira Peixoto; Venâncio Willeke; Vicente Temudo Lessa (1 artigo cada)	73
<b>TOTAL</b>	<b>186</b>

Fonte: RIHGSP. Elaboração própria

Ferreira (2002, p. 102), ao averiguar o perfil social dos autores e as temáticas dos textos publicados na Revista do IHGSP, verificou que

[...] no conjunto de membros do IHGSP, sobressaía um núcleo de origens e laços sociais muito bem-definidos, constituído de indivíduos beneficiários das fortunas já consolidadas na expansão capitalista de São Paulo e que vinham ocupando os mais importantes espaços do poder político. (...) o capital letrado ostentado por essas famílias era de propriedade basicamente masculina, o que refletia na composição dos sócios do Instituto. (FERREIRA, 2002, p. 102, 104),

A Tabela 2 também permite tecer alguns comentários biográficos sobre alguns dos autores dos artigos da Revista do IHGP, em virtude de sua destacada atuação no IHGSP e suas contribuições para a Revista do IHGSP<sup>21</sup>.

Iniciamos com Theodoro Sampaio, engenheiro, geógrafo, historiador e escritor nascido em Santo Amaro da Purificação, na Bahia (1855) e falecido no Rio de Janeiro (1937), contribuiu de forma importante para o ciclo desenvolvimentista do Brasil da segunda metade do século 19 e início do século 20. Seus pais eram a escrava Domingas da Paixão do Carmo e, supostamente, o padre Manuel Fernandes Sampaio. Theodoro Sampaio nasceu escravo. Foi alforriado no batismo, pelo seu pai. Em 1877, comprou a alforria de sua mãe e de seus irmãos. Conseguiu estudar em bons colégios no Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo pela influência do pai, o sacerdote Manuel Fernandes Sampaio, que, além de comprar a alforria de Domingas, cuidou para que o filho tivesse uma boa educação. Ingressou em 1871 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formaria engenheiro civil.

Durante os estudos universitários, foi convidado a trabalhar como desenhista no Museu Nacional. Formou-se em 1877 e dois anos depois já integrava a “Comissão Hidráulica”, criada por D. Pedro II para realizar estudos sobre os portos e a navegação no interior do país. Convidado para ser o engenheiro chefe da Comissão de Desobstrução do Rio São Francisco, deixa o cargo para trabalhar com o geólogo Orville Derby, nos trabalhos de levantamento geológico do Estado de São Paulo (1886). Entre 1892 e 1903 exerceu as funções de diretor e engenheiro-chefe do Saneamento do Estado de São Paulo e inspetor da empresa canadense *The São Paulo Tramway Light and Power Company*. Suas ideias sobre o desenvolvimento urbano das grandes cidades foram contribuições importantes para a época.

Theodoro Sampaio retornou à Bahia, em 1904, onde desenvolveu e publicou vários estudos científicos. Também escreveu os livros *História da Fundação da Cidade da Bahia* e o *Tupy na Geografia Nacional*, obras que, ainda hoje, são referências bibliográficas importantes em ciências humanas. Como respeitado intelectual foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1894; membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que presidiu em 1922 e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1902). Além dos trabalhos de cunho técnico, foi

---

<sup>21</sup> É o que faremos nesse e no próximo capítulo, toda vez que algum sócio do IHGSP for citado. Ao conhecer a biografia de um autor, passamos a compreender a sua vida e o que o motivou a seguir aquele determinado caminho ou linha do pensamento, além de perceber melhor os acontecimentos da sua época, bem como a sua contribuição intelectual.

autor de trabalhos de geografia, escritos econômicos, sociológicos e, principalmente, históricos. O fato é que suas obras sobre navegação, povos indígenas e saneamento, apesar de datadas, converteram-se em registros eloquentes de um Brasil que começava a se desenhar e reconhecer. (MONTEIRO, 2008; SCHWARCZ, 2011; GUIA, 2013.)

Célio Debes (1993), no artigo “A Revista do IHGSP e a pesquisa histórica”, ao comentar sobre as personalidades que colaboraram com o primeiro número da Revista, assim destacava duas delas: Theodoro Sampaio e Orville Derby<sup>22</sup>:

Abrija nas páginas deste tomo a colaboração de dois nomes que se projetariam no cenário cultural do País. Orville Derby, estudioso americano que, vindo ao Brasil, integrando missão científica organizada nos Estados Unidos, aqui se radicou, especializando-se, principalmente, em Geografia e em Geologia. E Teodoro Fernandes Sampaio, engenheiro baiano, aqui residente, que se dedicou, com êxito, aos estudos históricos, geográficos e linguísticos, sendo de se ressaltar seu destacado *O Tupi na Geografia Nacional*. (DEBES, 1993, p.62)

Ferreira (1995) ao recorrer à crítica historiográfica e literária para abordar os traços distintivos da produção do IHGSP entre 1895 e 1930, também destaca a contribuição de Theodoro Sampaio ao lado de outros autores que,

[...] em numerosos artigos publicados na revista do IHGSP, percebe-se idêntica importância conferida às expressões culturais coletivas, cujo repertório de estudo extravasou o universo das camadas dominantes. A despeito de serem encaradas na perspectiva das elites - denotando ora o preconceito ora a idealização paternal dos grupos subalternos -, elas ajudam a larguear as narrativas políticas ou biográficas, as crônicas sobre os tempos passados e os relatos técnicos de viagem. (...) Em todos esses casos, é curioso observar tonalidades de uma história antropológica que, não raro, mescla-se à literatura caboclista, de grande aceitação no período. Se fosse chamada a defini-la, a historiografia profissional da atualidade diria tratar-se de estudos de cotidiano e mentalidades. (FERREIRA, 1995, p.22)

Theodoro Sampaio foi um assíduo colaborador da Revista do IHGSP, e desde o seu primeiro número publicado em 1895 até 1909 escreveu 24 artigos.

Em 1937, quando Theodoro Sampaio faleceu, “em rápidas frases alinhadas às pressas para atender aos reclamos do ilustre redator da Revista” o seu perfil foi traçado

---

<sup>22</sup> Um breve perfil biográfico de Orville Derby foi traçado no capítulo 2 dessa tese. Na Revista do IHGSP, Orville Derby colaborou com 18 artigos publicados no período entre 1895 a 1907.

por Plínio Ayrosa.<sup>23</sup> que destacou entre os traços positivos da sua personalidade, a serenidade, a sobriedade e o temperamento que nunca se afastou “da linha elegante e de sua alta conduta moral”. Além disso, “ao contrário de muitos historiadores contemporâneos, nunca se aventurou a conclusões históricas sugeridas por documentos e estudos fragmentados, como nunca julgou os vultos históricos à luz exclusiva de seu critério pessoal”. (AYROSA, 1937, p. 274)

Outra personalidade que contribuiu com a Revista do IGHSP foi Affonso d’Escragnolle Taunay. Nascido em Nossa Senhora do Desterro – SC, em 1876 e falecido em São Paulo, em 1958, o biógrafo, historiador, ensaísta lexicógrafo, romancista e professor era filho de Cristina Teixeira Leite e de Alfredo d’Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay. Ao nascer, seu pai era presidente da província de Santa Catarina. Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1900), foi professor substituto da Escola Politécnica de São Paulo (1904) e professor catedrático na mesma Escola (1910). De acordo com Anhezini (2011, p.6)

Paralelamente ao ensino universitário, Taunay também se dedicou ao ensino secundário. Em 1902, ele tomou contato com os projetos de D. Miguel Kruse, diretor do Mosteiro de São Bento, para a construção de um Ginásio ao lado do Mosteiro. A obra foi inaugurada no ano seguinte e Taunay assumiu as aulas de física, química, História Universal e do Brasil naquela instituição. Ainda vinculado aos beneditinos, em 1911 ele inaugurou o curso de História Universal na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Portanto, o filho de Alfredo d’Escragnolle Taunay nascido em Nossa Senhora do Desterro, educado na capital do Império brasileiro e que tinha se mudado do Rio de Janeiro para trabalhar em São Paulo já havia, no final da primeira década do século XX, se firmado como professor destas instituições paulistanas e se casado em 1907 com Sara de Souza Queiroz (1886-1966). (ANHEZINI, 2011, p.6)

Ainda na visão da autora, (2011, p.6) a dedicação de Taunay ao estudo e escrita da história ocorre após ter realizado uma intensa década de trabalho em cumprir as

---

<sup>23</sup> Plínio Marques da Silva Ayrosa (1895-1961) nasceu em São Paulo, foi engenheiro, filósofo, professor de etnografia e especialista em dialetos Tupi e Guarani da USP. Enquanto cursava a escola Politécnica, do Rio, trabalhava como repórter na *Gazeta de Notícias* e, nas horas vagas, dedicava-se aos estudos do Tupi e do Guarani. A convite de Sud Menucci (1892–1984), então Secretário da Educação, iniciou a realização, em São Paulo, de um curso de Tupi e de Guarani. Começou a lecionar em 1931, e, três anos mais tarde, tornou-se Professor Titular da Cadeira de Tupi da Universidade de São Paulo. Em 1934, organizou e prefaciou a reimpressão integral da edição de 1795, do Dicionário Português-Brasileiro e Brasileiro-Português (DICIONÁRIO, 1934) Em 1947, já havia publicado cerca de 120 obras. Logo em seguida, com um grupo de colaboradores, construiu o Museu Indianista, um centro de estudos sobre o índio, sua língua e seus costumes. (DOCUMENTA, GRAMMATICAE ET HISTORIAE, 2013). Foi sócio do IGHSP e no período entre 1930 e 1937 publicou 6 artigos na RIHGSP.

responsabilidades deixadas pelo pai – o que foi objeto de confissão do próprio Taunay a Capistrano de Abreu, em uma conversa ocorrida em 1902. Em vista disso,

Com a publicação, em 1910, do romance histórico *Crônica do tempo dos Filipes*, Taunay deu um importante passo para se tornar um historiador. Foi essa a obra que, primeiramente, foi citada por Max Fleiüss como prova da dedicação de Taunay ao estudo da História do Brasil e, posteriormente, foi avaliada por Ramiz Galvão, relator da Comissão de História. (ANHEZINI, 2011, p.6)

Afonso d'Escragnolle Taunay também exerceu inúmeros cargos: diretor do Museu Paulista a partir de 1917; diretor dos Museus do Estado de São Paulo desde 1923; encarregado do Governo Federal para reorganizar, em comissão, a Biblioteca e o Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (1930); professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (1934-1937). Em dezembro de 1945 foi aposentado por decreto especial em que foi distinguido com o título de Servidor Emérito do Estado de São Paulo. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico de São Paulo, da Academia Paulista de Letras, da Academia Portuguesa de História e sócio correspondente de Institutos Históricos estaduais. Dedicando-se aos estudos historiográficos, Afonso Taunay especializou-se como o grande mestre do bandeirismo paulista, do período colonial brasileiro e da literatura, da ciência e da arte no Brasil, tendo também escrito uma monumental “História do Café”. Foi também um lexicógrafo de reconhecido mérito, especializado, sobretudo na terminologia científica. Sua vasta cultura permitiu-lhe preparar reedições comentadas de autores históricos. (ABL, 2013).

Sobre a sua personalidade, Ernesto Souza Campos<sup>24</sup> assim se expressou: “modéstia natural, bem diferente da falsa modéstia, extrema simplicidade, afabilidade no trato, porte aristocrático, maneiras fidalgas e varonis” (CAMPOS, 1952, p. 13). A seu respeito também assim se manifestou Celio Debes:

Afonso Teixeira de Escragnolle Taunay, uma das figuras máximas da Confraria em que se transformou o Instituto Histórico, teve, de sua vastíssima produção, a primeira peça inserida no volume XIII (págs.

<sup>24</sup> Ernesto de Sousa Campos (1882-1870) formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo (1906) e, posteriormente cursou (turma de 1918) e tornou-se médico pela Faculdade de Medicina de São Paulo e como prêmio de melhor aluno recebeu uma bolsa de estudos da Rockfeller Foundation para estudar nos Estados Unidos. Foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo (1934), Ministro da Educação e Saúde Pública (1946) do governo Gaspar Dutra. Foi presidente do IHGSP (1954-1956) e na Revista do IHGSP contribui com oito artigos no período entre 1953 e 1959. (ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO, 2013).



341-357), mas, dessa produção, parece-nos assinalável a conferência, que constituiu a aula inaugural do curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, proferida em 1911 e intitulada "Os Princípios Gerais da Moderna Crítica Histórica" (XVI/323-344). O autor da História Geral das Bandeiras Paulistas e da História do Café no Brasil foi, no Instituto, orador oficial (1913), Vice-Presidente (1937) e Presidente Honorário (1939), galardão que seus consórcios lhe conferiram, quando esta Associação era dirigida pelo Presidente Perpétuo, José Carlos Maria Torres de Oliveira (DEBES, 1993, p. 64)

Na Revista do IHGSP Afonso d'Escragnolle Taunay foi um assíduo colaborador tendo publicado 43 artigos entre 1908 e 1956.

Mesmo após a sua morte, em 1958, a Revista ainda publicou colaborações suas nos volumes de 1961 e 1979, respectivamente a íntegra de conferência e discurso por ele proferidos respectivamente em 10 de julho de 1932, no salão nobre da Prefeitura Municipal daquela localidade a propósito do centenário de Capivari e o discurso proferido em 26 de abril de 1920 ao se desvendar a coluna rostral<sup>25</sup> comemorativa às monções.

Além disso, na coleção dos 96 volumes da Revista do IHGSP, no período compreendido entre 1952, antes de seu falecimento até 1993, foram publicados 11 textos a seu respeito<sup>26</sup>.

Entre esses é válido destacar um trecho do artigo de Ernesto de Souza Campos, um dos fundadores da Universidade de São Paulo, quando comenta sobre o perfil de educador e pesquisador de Afonso de Taunay:

O programa elaborado por Taunay para a cadeira de História da Civilização pode servir de modelo para instituições congêneres de altos estudos. No ensino secundário não foi menor a contribuição do Prof. Taunay. Durante três décadas ocupou a cadeira de história do Ginásio de São Bento, abrindo novos horizontes à gente moça de São Paulo. No livro "O problema universitário brasileiro", publicado em 1929, por uma comissão composta dos professores Laboriau, Roquete

<sup>25</sup> Coluna rostral é uma espécie de edificação originária da Grécia e da Roma antiga, que costumava ser erguida para comemorar as vitórias militares navais. Na ponta desta coluna há uma esfera armilar, um instrumento de astronomia, aplicado em navegação, que sugere o movimento dos astros. (MONUMENTO, 2013)

<sup>26</sup> 1952 – *Afonso Teixeira d'Escragnolle Taunay* – Ernesto Souza Campos; 1960 – *Afonso de Taunay* - Altino Arantes; *Afonso de Taunay, o professor* - Alexandre d'Alessandro, *Afonso de Taunay, historiador sereno e imparcial* - Pedro Basil Bandecchi, *A família imperial e Afonso de Taunay* - Carlo Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança; *Afonso de Taunay* – Torquato de Souza Soares; *Mestre Afonso de Taunay, o historiador da Pátria* – Tito Lívio Ferreira; 1961 – *Mestre Afonso de Taunay e o Museu Paulista* – Tito Lívio Ferreira; 1971 – *Afonso d'Escragnolle Taunay* – Antonio Barreto do Amaral; 1978 – *Dois historiadores catarinenses: Afonso d'E. Taunay e Lucas A. Boiteux* – Walter F. Piazza; 1993 – *Afonso Taunay e o IHGSP* - Odilon Nogueira de Matos.

Pinto, Vicente Licínio, Leitão da Cunha, Levy Carneiro, Azevedo Amaral e Domingos Cunha, o professor Taunay deu o seu depoimento, discorrendo sobre a “depressão do ensino no Brasil”. (CAMPOS, 1952, p. 16).

Nos necrológios sobre Afonso d’Escragnoille Taunay, o de Altino Arantes<sup>27</sup>, publicado na Revista do IHGSP, em 1960, ressalta também o seu perfil de pesquisador e historiador, sobretudo paulistano:

Grande historiador do Brasil ele o foi com certeza; mas foi, sobretudo, o historiador de São Paulo. Porque do passado e do povo da nossa província ele se constituiu, por excelência, o pesquisador infatigável, o biógrafo pertinaz e minucioso, o narrador fiel, imparcial e lúcido. Percorrei-lhe a vasta bibliografia – tão vasta que mal se concebe tenha sido o trabalho de um só homem – e para logo verificareis que dos tantos livros e monografias que a compõem – a maioria versa assuntos paulistanos, relata fatos registra aspectos e acontecimentos da terra e da gente de Piratininga. (...) Mas a estes numerosos trabalhos, dois outros se sobrepõem em evidente relevo e desde logo impõem à nossa admiração e aos nossos aplausos: “História Geral das Bandeiras” e a “História do Café”: as duas epopeias realizadas pelos nossos maiores; as duas mais altas cumeadas da vida de São Paulo; as duas fatídicas, indeclináveis diretrizes do destino dos paulistas na formação territorial e na expansão econômica da nação brasileira”. (...) É precisamente por isso que Afonso de Taunay, historiador das Bandeiras e historiador do Café, se sagrou, por esse duplo título de benemerência, “o historiador de São Paulo (ARANTES, 1960, p. 50-51, 54).

Por sua vez, Alexandre d’Alessandro<sup>28</sup> engenheiro que cursara a Escola Politécnica (turma de 1906) e fora aluno de Afonso de Taunay na cadeira de Física, relembra um episódio relacionado a uma prova que fora aplicada aos alunos, e ressalta o cuidado de Taunay com a língua portuguesa:

<sup>27</sup> Altino Arantes (1876-1965) Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1895, elegeu-se deputado federal pelo Partido Republicano Paulista (PRP) por quatro mandatos. Eleito em março de 1916; governou São Paulo até 1920. Foi presidente do IHGSP e na Revista do IHGSP publicou 4 artigos entre 1947 e 1960. (CPDOC, 2013)

<sup>28</sup> Alexandre D’ Alessandro nasceu em São Paulo em 29 de março de 1896 e faleceu em 6 de agosto de 1971. Militou durante anos na engenharia de São Paulo, tendo prestado relevantes serviços à cidade. Foi sócio do Instituto de Engenharia de São Paulo (HISTÓRIA DAS RUAS DE SÃO PAULO, 2013). Foi sócio titular do IHGSP e ocupou vários cargos – secretário “ad hoc”, membro da Comissão de Bibliografia e Ciência dos Incunábulo, membro da Comissão de História da Engenharia. Na Revista do IHGSP, além do artigo citado neste capítulo, ainda publicou mais dois artigos no período entre 1956 e 1961. Em 1956, “O Grêmio Politécnico no 56º. Aniversário de sua fundação”, e em 1961, “Antonio Francisco de Paula Souza, fundador e primeiro diretor da Escola Politécnica de São Paulo”. Escreveu também uma obra em três volumes sobre história da Escola Politécnica da USP, publicada em 1943 e 1944, pela Editora Revista dos Tribunais. É digno de estranhamento, portanto, que em dois livros publicados em 2013 sobre os 120 anos da Escola Politécnica da USP, essa obra e a atuação de Alexandre d’Alessandro em prol do resgate da memória da Escola Politécnica não sejam mencionados. No entanto, sua importante contribuição para a história da Escola Politécnica de São Paulo não foi esquecida no trabalho “Os arquitetos da Poli: ensino de profissão em São Paulo”, de Ficher (2005).

Os problemas foram variados, versando sobre massa, movimento, trabalho, etc. e a turma entrou a trabalhar. Havia também uma parte, não propriamente teórica, mas que exigia uma descrição extensa, de um raciocínio também comprido. A essa parte dediquei o máximo de minha atenção, tendo dado aos problemas propriamente ditos, o que me sobrou dessa divagação. Entreguei a prova, julgando-me a mim próprio que não andara de todo mal. Mas, qual seria o critério das notas? Sabíamos que o Dr. Taunay era também um homem justo; mas, uma espécie de intuição, ajudada pela simpatia que eu guardava da sua pessoa, dizia-me que a justiça dele pendia mais para a bondade e que as suas notas seriam fatalmente multiplicadas por esse coeficiente, que nós víamos brilhar na profundidade dos seus grandes olhos expressivos. Tudo isso se confirmou integralmente, no dia em que foram lidas as notas desse primeiro exame parcial de Física. (...) Aí foi que eu tive a mais gostosa surpresa de minha vida de estudante. É que o Dr. Taunay lera o meu nome, pronunciando-o bem devagar e a seguir ajuntou: 19 e meio! (...) Então, o bondoso e acatado mestre, que agora ria mais abertamente, balançando levemente o corpo e tendo as mãos metidas nos bolsos da calça, pediu silêncio e acrescentou textualmente: "meio é da Física e 19 pelo Português". (D'ALESSANDRO, 1960, p. 58-59)

E D'Alessandro finaliza o episódio comentando o apreço de Taunay pela língua portuguesa:

Por ai se vê o quanto o Dr. Taunay prezava a nossa língua, exigindo de nós que a prezássemos também, falando-a ou escrevendo-a com obediência as regras, que a tornam tão elegante e harmoniosa. Nas suas aulas, comprazia-se em chamar a nossa atenção para os prejuízos que adviriam para a nacionalidade com o menosprezo dado ao assunto, em vista da chusma de candidatos aos cursos superiores sem o preparo conveniente para a prática do vernáculo, chegando a prognosticar medidas eliminatórias e até proibitivas para quem não apresentasse tal preparo num período de tempo razoável. (D'ALESSANDRO, 1960, p. 58-59)

Pedro Brasil Bandecchi<sup>29</sup> no necrológio de Taunay ao destacar o seu perfil de historiador argumenta:

---

<sup>29</sup> Pedro Brasil Bandecchi nasceu e faleceu em São Paulo (1917-1997), filho do advogado Floresio Bandecchi, autor de trabalhos jurídicos e literários, e Rosa T. Bandecchi. Estudou humanidades com os padres carmelitas, sendo orador de sua turma. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Em 1947, foi eleito vereador à Câmara Municipal de São Paulo. Secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo, Membro do Conselho Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca e seu Professor titular de História das Ideias Políticas (UNESP). Pertenceu a Academia Paulista de História, Sociedade Paulista de História da Medicina, Sociedade de Estudos Históricos, Federação Brasileira de Centros de Estudos Históricos. (HISTÓRIA DAS RUAS DE SÃO PAULO, 2013). Em 1958 foi empossado como sócio Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Na Revista do IHGSP publicou 23 artigos no período entre 1959 e 1985.

Podemos classificar os historiadores em três grupos: o dos repetidores daquilo que está escrito, uma espécie de historiador “de ouvido”, como testemunhas que sabem porque ouviram dizer; o dos polêmicos, ou mesmo panfletários, que tomam um partido, muitas vezes por questão de simpatia ou antipatia, e ficam, irredutivelmente, naquela trincheira, sem abandoná-la mesmo que o mundo venha abaixo; e, finalmente, o dos que pesquisam documentos, interpretando-os, e buscam, acima de tudo, a verdade histórica. O segundo grupo, no meu entender, vale mais do que o primeiro, pois, tem, pelo menos, a virtude, de provocar a discussão. Agita questões. Mas só o terceiro congrega os verdadeiros historiadores, e a ele pertence Afonso de Taunay. (BANDECCHI, 1960, p.71)

Taunay também foi nomeado de “historiador das bandeiras paulistas”, em homenagem prestada pelo historiador e sócio do IHGSP, em um artigo intitulado “Mestre Afonso de Taunay – o historiador da pátria” (FERREIRA, 1960, p.85-94), por Tito Lívio Ferreira<sup>30</sup>. E por que historiador da pátria e das bandeiras paulistas?

Historiador da Pátria, porque historiador das bandeiras paulistas, discípulo de Capistrano de Abreu, o aluno Afonso de Escragnole Taunay ultrapassou o mestre para tornar-se “*magister magistrorum*”, mestre dos mestres na Bandeirologia, ciência por ele criada. Devemos-lhe, a Mestre Afonso de Taunay, a criação dos mitos históricos. Mito não quer dizer, em face do Tempo - e a História é o Tempo -, ficção ou fantasia. O mito nacional, criado pelo mestre da Bandeirologia, assume as formas da evidência e da realidade, porque ativa um dos sentimentos mais fortes da sensibilidade pátria, o sentimento nacional, ou o sentimento da nacionalidade. (FERREIRA, 1960, p. 85)

Ferreira (1960) também aproveita a homenagem para traçar o perfil de historiador de Taunay, e dessa perspectiva expõe a sua visão sobre a História e os historiadores:

Mestre Afonso de Taunay teve a intuição do historiador em presença da História em potência, quando se debruçou de corpo e alma sobre o

---

<sup>30</sup> O historiador Tito Lívio Ferreira nasceu em Itapuí-SP (1894) e faleceu na capital paulista (1988). Teve uma longa vida toda ela dedicada a história e cultura. Fez os estudos primários em sua terra natal, iniciou o secundário na cidade de Jaú e, terminou-os em Piracicaba. Mais tarde bacharelou-se em Direito pela Universidade Fluminense. Foi um dos fundadores do Centro do Professorado Paulista (CPP) e um dos primeiros a lutar pelo pagamento das férias dos professores na década de 1930. Foi professor dos três níveis. Deu aula de francês no Ginásio Ipiranga, de História Medieval, História das Américas e Histórias da Antiguidade na PUC, São Paulo. Ministrou curso de extensão universitária na PUC de Porto Alegre, RS, em 1962, sobre a História de Portugal. De 1946 a 1963 exerceu o cargo de historiógrafo chefe da Seção da História do Museu Paulista (Museu do Ipiranga). Colaborou durante 30 anos, regularmente, em vários jornais paulistas, entre os quais *A Gazeta* e o *Estado de São Paulo*. Foi titular da cadeira nº 11 da Academia Paulista de Letras, fundador da Academia Paulistana da História, e Diretor do IHGSP. Na Revista do IHGSP publicou 39 artigos no período entre 1941 e 1974.

mistério do documento, para ouvi-lo e compreendê-lo, nesse diálogo amigo entre a inteligência e o passado. Ciência do concreto, porque ciência do documento, a História participa do mito consubstanciado no conhecimento lúcido e grave dos fatos revelados pelo documento. Dai a ciência da explicação e da narrativa. Como narrativa ela oferece ao mundo dos vivos o meio de recriar o mundo já desaparecido. Por isso, retém, prende e empolga a atenção e o interesse, porque o mito histórico se confunde com o mito da nacionalidade. Mas a História é também ciência, organização metódica, sistemática desse concreto, pesquisa num sentido que transpõe, ultrapassa a superfície fascinante do existencial entrevisto. Ao quebrar esse encanto do visível, o historiador quer compreender e quer explicar, porque a História nasce então dessa tomada golpeante da consciência histórica, em vertical, no tempo e no espaço. E assim, a realidade recriada, reproduzida, rediviva, humaniza o mito evocado e atualizado. (FERREIRA, 1960, p. 86-87)

E prossegue Ferreira (1960, p. 87)

Afonso de Taunay "viu" os personagens e revelou o movimento do bandeirismo através do conhecimento histórico, - histórico para ele e não por si mesmo - porque no presente foi procura-lo no passado, para projetá-los no futuro, para torna-los históricos dentro da História. Todos nós agimos de maneira diferente quando tomamos consciência desse momento de historicidade. Mestre Afonso de Taunay o compreendeu como realizando sua existência, como *sendo história* e encontrando nessa via de sua inteligência e de sua cultura, a realidade autêntica surpreendida no Tempo, e seguiu-a, desbravando-a, povoando-a, civilizando-a. Sua inteligência geométrica partiu do universal, o sua cultura arejada encontra aí a sua fonte, na sua própria existência votada aos trabalhos históricos. Ao entregar-se a eles, o historiador se realiza, satisfaz a sua historicidade e esta historicidade toma consciência de si mesma, pela informação, pelo estudo e pela crítica histórica. E as situações de fato se encadeiam, formam uma sucessão de "realidades", ligadas cada uma a um tempo, entrevistas uma vez apenas, embora apareçam unidas na continuidade aparente de uma existência, prolongada na claridade criadora sem o tom do panegírico, nem o estilo do panfleto. (...) Afonso de Taunay desertou o campo infinito da Matemática, a ciência do abstrato, e assumiu compromissos com a ciência do concreto. E preferiu a ciência dos fatos, à ciência dos números: preferiu a realidade à hipótese (FERREIRA, 1960, p. 86-88)

Ao traçar o perfil de historiador de Afonso de Taunay, Tito Lívio Ferreira não se exime de apresentar a sua própria visão de História, ao afirmar que

[...] a História é a imagem do mundo e deve refletir a visão do tempo e da universalidade humana. Ela é a história dos vivos e não dos mortos, porque prolonga o passado no presente e projeta-se no futuro. Por isso, a História é unidade, continuidade e solidariedade, unidade na

vida, continuidade no Tempo, solidariedade na permanência. (FERREIRA, 1960, p. 93).

Nesse contexto é válido fazer um parêntese para mencionar que Tito Lívio Ferreira foi autor da “*História da Educação Luso-Brasileira*”, obra publicada em 1966 e citada em 1971 no texto clássico de Laerte Ramos de Carvalho – reproduzido em 2001 na *Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação* – e posteriormente mencionado nos trabalhos Vidal e Faria (2005), Saviani (2008 e 2009) e no texto de Rosar, Cabral e Sousa (2010).

Vidal e Faria (2005) ao tratarem da historiografia da educação brasileira e comentarem o repertório do que consideram “leituras autorizadas da disciplina” argumentam que algumas obras “legitimavam os trabalhos em história da educação”. Contudo, ao se referirem ao trabalho de Tito Lívio Ferreira (1966) referem que

Constituindo-se em uma exceção, por ser um dos únicos manuais escolares a filiar-se à tradição historiográfica do IHGB, em 1966 veio à luz o livro *História da educação luso-brasileira*, de Tito Lívio Ferreira, publicado pela editora Saraiva. O autor, dentre outras ocupações, havia sido professor primário e secundário, escrivão de paz, diretor de Escola Normal e professor de história e sociologia da educação. Havia sido também historiógrafo-chefe da seção de História do Museu Paulista e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (VIDAL; FARIA, 2005, p. 94).

Por sua vez, Saviani (2009, p. 238) argumenta que os manuais didáticos que subsidiavam os trabalhos dos professores, e publicados entre 1933 e 1966, dedicavam poucas páginas à história da educação brasileira que era “que era avaliada, pela maioria de seus autores, como praticamente inexistente, pouco relevante, com quase tudo ainda por fazer.” Contudo, ao comentar a obra de Tito Lívio Ferreira (1966), dizia que essa publicação era uma exceção a essa regra:

Filiado à tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tito Lívio rechaça a ideia de se aproximar a história da literatura. Para ele “a História não é a favor nem contra ninguém, porque os documentos não são a favor nem contra. Ela se escreve com documentos... em História não há autoridade, há documentos. E a História não existe antes do historiador escrevê-la” (...). Entendendo que a História do Brasil se divide em dois períodos: história luso-brasileira, até 1822 e História Nacional, de 1822 em diante, dedica as 287 páginas do livro, distribuídas em 67 breves capítulos, à educação desde a chegada dos portugueses até o momento da independência. Coerente com sua

filiação teórica baseia sua escrita em farta documentação. (SAVIANI, 2009, p. 238-239).

Rosar, Cabral e Silva (2010, p. 3) inscrevem a obra de Tito Lívio Ferreira ao lado daqueles autores

[...] destacados na construção historiográfica que se tornou clássica pelo seu caráter fundador nesse campo de conhecimento no Brasil, mesmo que não se atribua a esse conjunto de autores uma abordagem homogênea, embora tenha predominado em seus textos a compreensão da história da educação como um conjunto de valores a serem transmitidos, quer sob a ótica da escolástica, quer sob a ótica do liberalismo.

Baseados nas explicações fornecidas por Tito Lívio Ferreira na apresentação de sua obra, Vidal e Faria (2005) comentam que “o autor criticava aqueles que faziam história sem atentar para os documentos, entendendo tal produção como literatura”, pois o mesmo afirmava que: “também o historiador ou historiógrafo não intervém na sociedade humana de outrora nem representa o papel de juiz dos fatos passados em julgado no tempo. Por isso mesmo, em História não há autoridade, há documentos. E a história não existe antes do historiador escrevê-la” (FERREIRA, 1966, p. IX). Assim, é inevitável associar à corrente histórica positivista a visão de história de Tito Lívio. A sua frase “em História não há autoridade, há documentos” reproduz o apego ao documento na clássica assertiva de Fustel de Coulanges (*pas de documents, pas d'histoire*). Aliás, Roberto Machado Carvalho, no artigo publicado na Revista do IHGSP em 1995, comemorativo ao centenário de Tito Lívio Ferreira, assim se expressa ao traçar o perfil desse historiador:

Pesquisador nato, Tito Lívio Ferreira debruçava-se sobre os documentos, procurando neles a verdade sobre os acontecimentos pretéritos. Costumava citar o francês Fustel de Coulanges, autor do clássico *La Cité Antique*: “L'Histoire se fait avec des documents. Pas de documents, pas d'histoire”. A História escreve-se com documentos. Não há documentos, não há História. Escreve o emérito historiador: “A História é a ciência do concreto, a ciência do documento. Compreender e explicar o documento é o papel do historiador consciente, não “conscientizado”. Para isso é preciso “ouvir” o documento na linguagem dele, na linguagem em que foi escrito, porque cada geração, cada sociedade, cada época tem a sua filosofia, a sua psicologia, a sua linguagem próprias. Esta é a linguagem histórica, ou seja, a linguagem ditada pelo documento é a linguagem da História, como a linguagem geográfica é da Geografia, a linguagem jurídica a do Direito, a linguagem médica da Medicina, a linguagem

sociológica da Sociologia, a linguagem filosófica da Filosofia, a linguagem científica da Ciência, a linguagem técnica da Tecnologia. Logo, a História está em todas as ciências e é a mais difícil de todas as ciências, por ser a ciência das ciências. Nesse caso, não há História antes do historiador escrevê-la com documentos e na linguagem dos documentos. Portanto, conclui, nenhuma ciência, nenhuma civilização, nenhuma nação existe sem História. E o documento é tudo quanto a mão do homem deixou na paisagem do tempo”. (CARVALHO, 1995, p. 118)

### 3.2.3 As temáticas dos artigos

Em relação às temáticas, os 186 artigos analisados foram classificados em seis categorias temáticas e a Tabela 3 apresenta essa distribuição.

**Tabela 3** – Distribuição dos artigos de acordo com as categorias temáticas

<b>Categorias temáticas</b>	<b>Total de artigos</b>
Educação e ensino	22
Educação jesuítica no Brasil Colonial	32
Vultos da história da educação jesuítica no Brasil Colonial	28
Vultos da história brasileira	29
História e Geografia de São Paulo e do Brasil	53
História do IHGSP e da Revista do IHGSP	22
<b>Total</b>	<b>186</b>

Fonte: RIHGSP. Elaboração própria

As três primeiras categorias da Tabela 3 estão ligadas à educação, sendo que “educação e ensino” é representada por 22 artigos (11,8% do total).

A “educação jesuítica no Brasil Colonial” e seus “vultos históricos” estão representados por 32 e 28 artigos cada, e juntos somam 32,2% do total de artigos, o que vem demonstrar a importância que a ação educacional dos jesuítas – correspondente aos 210 anos em que estes estiveram no Brasil – teve nos estudos do IHGSP. Assim, os 82 artigos sobre a temática da educação totalizam 44 % do total de artigos.

Por sua vez, 53 artigos (28,5% do total) referem-se à história e geografia de São Paulo e do Brasil. Somados aos 29 artigos (15,5% do total) que focalizam os vultos da história brasileira, verifica-se que ambas as temáticas alcançam 44,1 % do total de artigos analisados. Esses achados comprovam os propósitos do IHGSP em dirigir



majoritariamente os seus estudos a historiografia paulista e brasileira. Junte-se a esses os 22 (11,8%) artigos sobre a história do IHGSP e sua Revista o que totaliza 105 artigos, ou seja, 56,5% do total de artigos.

A seguir apresentamos detalhamos cada um dessas categorias temáticas, bem como oferecemos um panorama geral do conteúdo dos artigos encontrados em cada uma delas.

### 3.2.3.1 Educação e ensino brasileiros

Essa categoria temática compreende 22 artigos publicados no período compreendido entre 1911 e 1998 e que focalizaram a educação e o ensino brasileiros em diferentes períodos históricos. O Quadro 8 apresenta a distribuição dos artigos, de acordo com ano de publicação, os autores e os títulos.

**Quadro 8 – Artigos sobre educação e ensino publicados na RIHGSP**

Ano	Autores	Títulos
1911	Affonso D'Escragnolle Taunay	Os princípios da moderna crítica histórica
1911	Luiz Gastão D'Escragnolle Doria	Fundação dos cursos jurídicos
1923	Ernesto Goulart Penteado	A instrução popular em São Paulo
1931-1932	Armando de Arruda Pereira	São Paulo, berço da engenharia nacional
1938	Vicente Temudo Lessa	Um sábio educador [o bispo Azeredo Coutinho]
1952	Tito Livio Ferreira	Grupos escolares paulistas e seus patronos
1956	Ernesto de Sousa Campos	Escolas rurais: origem, evolução e estado atual do problema
1957	Astor França Azevedo	João Lourenço Rodrigues, educador insigne, historiador consumado
1959	Ernesto de Sousa Campos	Origens do ensino da engenharia e da medicina no Brasil
1959	Tito Livio Ferreira	A Universidade de Coimbra, Camões e Manoel da Nóbrega
1960	Edgard de Cerqueira Falcão	Sesquicentenário da criação do ensino médio oficial no Brasil
1961	Alexandre D'Alessandro	Antônio Francisco de Paula Souza, fundador e primeiro diretor da Escola Politécnica de São Paulo
1965	Aureliano Leite	A propósito da criação de uma universidade - documento inédito
1970	Ernesto de Sousa Campos	Colaborações: origem, evolução e desenvolvimento da instituição universitária brasileira
1970	Nilva Rogick Mello	Onde se dá conta de mensagem inédita de Campanha da Princesa a Pedro I pleiteando a criação de uma universidade em Minas Gerais
1971	Antônio D'Avilla	Um educador brasileiro: Almeida Júnior
1973	Alfredo Gomes	Educação a religião
1985	Mário Savelli	Meio século da universidade
1987	Maria Amália Corrêa Giffoni	Subsídios para a história da Escola de Educação Física da USP
1991	Moisés Gicovate	Lourenço Filho o educador
1996	Hélio Abranches Viotti	Ensino público em São Paulo entre 1551 e 1759
1998	Marly T. Germano Percia	A educação pública no interior do estado de São Paulo

Fonte: RIHGSP. Elaboração própria

Os resultados do Quadro 8 apontam que os 22 artigos sobre “educação e ensino” foram escritos por 20 autores, pois Tito Lívio Ferreira comparece com dois artigos e Ernesto de Sousa Campos, com 3 artigos.

Entre os temas abordados nos artigos encontram-se a criação de cursos e de instituições de ensino superiores no Brasil.

Assim, foram focalizados os cursos jurídicos de Recife e de São Paulo; o ciclo evolutivo do ensino de Engenharia no Brasil, com destaque para o fato de que o berço da engenharia nacional localizava-se no estado de São Paulo; as origens do ensino de Engenharia e de Medicina no Brasil, destacando Ernesto de Sousa Campos (1959, p. 184) que “se São Paulo não tinha a primazia do ensino de Engenharia, possuía as divisas de instituidor do ensino oficial da Medicina”; a história da Escola de Educação Física da USP, da Escola Politécnica de São Paulo. Além disso, abordam a criação de uma universidade em Minas Gerais e da Universidade de Coimbra em Portugal, bem como sobre a instituição universitária. Outros artigos abordam um dos criadores do ensino comercial e econômico no Brasil e em Portugal (bispo Azeredo Coutinho) e outros tratam do ensino médio, da instrução e do ensino públicos. Há artigos sobre as escolas rurais, os grupos escolares paulistas e seus fundadores, bem como sobre personalidades educacionais (João Lourenço Rodrigues, Lourenço Filho, Almeida Junior) e defensores do ensino público, como, por exemplo, Antonio Francisco de Paula Souza.

Na impossibilidade de comentar cada um desses 22 artigos da categoria temática “educação e ensino” – e posteriormente, no capítulo 4 dessa tese, faremos a análise de conteúdo de uma amostra do total de artigos – selecionamos para comentar um deles, publicado em 1952, por Tito Lívio Ferreira, sob o título “Grupos escolares paulistas e seus patronos”.

O pretexto do autor para a escrita do artigo foi um decreto do governo paulista, de 15 de janeiro de 1947, sobre a denominação de 102 estabelecimentos de ensino. Embora o autor mencione o número do decreto como sendo 1.672, na verdade o correto é 16.720<sup>31</sup>, datado de 15 de janeiro de 1947. Por meio desse decreto, na visão de Tito Lívio Ferreira (1952) buscava-se

[...] cultivar a memória de vultos nacionais e de homens cujas vidas estão ligadas à formação histórico-social de cidades paulistas, com

---

<sup>31</sup> A informação correta do número do Decreto consta da página 159 do referido artigo.

mandar gravar-lhes os nomes nas frontarias de estabelecimentos de ensino, em localidades onde esses pioneiros, fundadores, povoadores viveram, trabalharam, sofreram e morreram. (...) A justificativa aposta a cada nome de patrono, revela, na síntese biográfica, o historiador que as foi carinhosamente traçando. (FERREIRA, 1952, p.155-156)

Esse decreto foi assinado por José Carlos de Macedo Soares, sócio e presidente perpétuo do IHGSP, naquela data pelo interventor federal em São Paulo tendo como secretário da Educação Plínio Caiado de Castro e como diretor geral da Secretaria de Governo o poeta Cassiano Ricardo (ALESP, 1947).

Tito Lívio Ferreira também faz considerações a respeito da identidade do historiador incumbido pelo interventor federal de traçar as sínteses biográficas dos patronos escolhidos, o sócio do IHGSP José Pedro Leite Cordeiro, a respeito de quem assim se expressava: “inteligência moça e arejada ao serviço da pesquisa histórica e um dos mais formosos espíritos desse sodalício. E se lhe pronuncio o nome nesta oportunidade, é porque ele bem merece os nossos louvores e aplausos”. (FERREIRA, 1952, p. 158)

Além disso, o autor também dá sua interpretação a respeito do ato do interventor federal do governo paulista, que ao propor essas denominações aos grupos escolares, demonstrou

[...] de maneira cabal, de forma notável, embora voltado para a solução dos altos problemas administrativos de nossa terra, como está inteiramente identificado com o seu talento de historiador erudito. E assim o autor de "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial" e de "Santo Antonio de Lisboa Militar no Brasil" e de tantas outras obras de investigação histórica, reacende a lareira de nossas tradições históricas, com reavivar-lhe as chamas do civismo, em nossos estabelecimentos de ensino. (FERREIRA, 1952, p.158)

Em vista da publicação desse decreto, Tito Lívio Ferreira propõe que o IHGSP consigne na ata dos trabalhos do Instituto um voto de aplausos e louvores ao embaixador José Carlos de Macedo Soares e interventor federal em São Paulo, pela “beleza cívica” do decreto 16.720, de 15 de janeiro de 1947, que dá denominações a mais de cem grupos escolares, levando em conta

[...] a história dos municípios em que estão localizados, rende tributo e homenagem aos fundadores e precursores, ou aos filhos ilustres de cidades nossas, levando os atuais moradores a se recordarem deles; institui ou dá ocasião de instituir, entre professores e alunos, o culto

do passado, pois todos eles saberão ou procurarão saber quem foram os patronos dos respectivos estabelecimentos; ensina as crianças e aos adolescentes a nossa história e chama a atenção do povo para as nossas tradições, com exaltar o civismo de nossos maiores; focaliza os nomes de Dom Duarte, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, Orville Derby, Pedro Taques, Capistrano de Abreu, Pandiá Calógeras, Diogo de Faria, Frei Gaspar da Madre de Deus, Bartolomeu Bueno da Silva, e em decretos posteriores, os nomes de Francisco Cardona, para Mogi-Mirim e Antônio Cândido de Camargo, para Limeira, além de em decreto especial e com a mais longa justificação, salienta a personalidade mareante de Afrânio Peixoto; revela o espírito cívico de um governo a cuja frente se acha o Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estadista e homem de letras, historiógrafo e homem de governo, e, para orgulho nosso, membro integrante de nosso venerando sodalício; grava, nas frontarias desses estabelecimentos de ensino de nossa terra, nomes de cientistas, historiadores, professores, linhagistas de projeção nacional e de bandeirantes. Fundadores e povoadores de cidades paulistas, figuras evocativas cujas vidas estiveram vinculadas para todo o sempre a esses lugares onde viveram, penaram, trabalharam e morreram. Assim sendo levar-se-á, por ofício, ao conhecimento de Sua Excia. o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares a nossa resolução, extensiva a Sua Excia. o Sr. Dr. Plínio Caiado de Castro e ao Dr. José Pedro Leite Cordeiro, pela brilhante contribuição de ambos, ao recordar, reviver e reavivar esses vultos do passado, projetados no presente e engrandecidos no futuro (FERREIRA, 1952, p. 158-159).

É interessante notar que a lógica que presidia a escolha do patrono dos grupos escolares recaía, na maioria das vezes, a personalidades da vida política nacional e local, sendo muito poucos educadores ou pessoas ligadas à educação. O exame das biografias desses patronos corrobora esse entendimento, pois entre 102 nomes (APÊNDICE B) encontramos apenas nove que, de alguma forma, possuem ligações com o campo da educação: Lamartine Delamare, Padre Leonardo Nunes – o padre voador, Desembargador Manuel Jorge Rodrigues, Pedro Teixeira de Queiroz, Brasília Machado, Clóvis Bevilaqua, Joaquim Ignácio Ramalho, Barão de Ramalho, Capistrano de Abreu.

### **3.2.3.2 Educação jesuítica no Brasil colonial**

Nessa categoria temática encontram-se 32 artigos publicados no período compreendido entre 1896 e 1991. Os autores desses artigos totalizaram 25, pois cinco deles (Antonio de Toledo Piza, Hélio Abranches Viotti, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Serafim Leite e Theodoro Sampaio) contribuíram com mais de um artigo.

Essa categoria temática abrange artigos que focalizavam a institucionalização dos espaços educacionais e as práticas pedagógicas dos jesuítas e incluindo temas como a catequese, a colonização e a evangelização, os indígenas, a língua brasileira e as línguas indígenas, as aldeias, as missões, as reduções, as casas de bê-á-bá; colégios, o *Ratio Studiorum*, os castigos corporais, as primeiras letras, o catecismo, etc., conforme pode ser observado no Quadro 9, a seguir.

A abordagem dessas temáticas, por envolver o resgate de vários aspectos da história da colonização do Brasil, resultou em artigos mais extensos que totalizaram 707 páginas, entre os quais se destacam os dois artigos de Antonio de Toledo Piza, sobre a expulsão dos jesuítas (89 páginas); dois artigos de Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa (116 páginas) sobre a Capitania de S. Vicente no século XVI através do epistolário dos jesuítas; o artigo de von Martius sobre o estado do direito entre os autóctones do Brasil (62 páginas); e o artigo de Ciro T. de Paula (137 páginas) sobre o negro no planalto (do século XVI ao século XIX).

**Quadro 9 – Artigos sobre educação jesuítica no Brasil colonial**

Ano	Autores	Títulos dos artigos
1896-1897	Theodoro Sampaio	Memoria sobre a igreja do Colégio dos Jesuítas de S. Paulo
1898	Antonio de Toledo Piza	A Expulsão dos Jesuítas em 1640: trabalho servindo de introdução ao manuscrito sobre o mesmo assumpto
1898	Antonio de Toledo Piza	Expulsão dos jesuítas e causas que tiveram para ela os paulistas desde o ano de 1611 até o de 1640, em que os lançaram fora de toda a capitania de São Paulo e S. Vicente
1898	Monsenhor Camilo Passalacqua	Estudo da tribo selvagem do Pury em Campos. Descrição do baptismo de um indígena: petição de beatificação do venerável Anchieta, assumptos comunicados ao Instituto
1990-1901	Theodoro Sampaio	O tupi na Geografia nacional: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo
1903	Monsenhor Camilo Passalacqua	O apóstolo S. Thomé na América
1903	Theodoro Sampaio	Os Guaianás da Capitania de São Vicente
1905	Benedicto Calixto	Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém
1906	Carlos Frederico Philippe von Martius	O estado do direito entre os autóctones do Brasil
1908	J. C. Gomes Ribeiro	Os indígenas primitivos de S. Paulo (Guaianazes, Tapuias ou Tupis?)
1908	Theodoro Sampaio	A proposito dos Guaianazes da Capitania de S. Vicente
1908	Affonso A. de Freitas	Os Guaianás de Piratininga
1909	Gentil de Assis Moura	A primeira lei de liberdade dos índios do Brasil (em 30 de julho de 1609)
1913	Alcibiades Furtado	A colonização no Brasil
1932	José da Frota Gentil	Os jesuítas e a fundação de São Paulo
1937	Serafim Leite	Os jesuítas e os índios Maromomis na Capitania de São Vicente

1937	Serafim Leite	O Colégio dos Meninos de Jesus em S. Vicente
1941	Altino Arantes	IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus - (1540-1940)
1941	José Torres de Oliveira	O Colégio de Itu do meu tempo
1941	Antônio Colbacchini	A catequese dos índios Bororos nos sertões do Mato Grosso
1942	Ciro T. de Pádua	O negro no planalto (do século XVI ao século XIX)
1950	Luiz Tenório de Brito	O Pátio do Colégio e a sede do governo de São Paulo
1952	Tito Livio Ferreira	No quarto centenário da chegada à Bahia do fundador de São Paulo
1956	Alfredo Gomes	Da homossexualidade ao dismorfismo sexual entre os indígenas e a questão da moral ameríndia
1959	Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	Esboço histórico da Capitania de S. Vicente no século XVI através do epistolário dos jesuítas
1959	Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	Esboço histórico da Capitania de S. Vicente no século XVI através do epistolário dos jesuítas : segunda parte
1966	Venâncio Willeke	A missiologia de Frei Vicente do Salvador
1973	Carlos Drumond	Primeira parte: curso de história colonial de São Paulo, os indígenas de São Paulo quando da chegada de Cabral
1974	Luis Ellmerich	A música no São Paulo Colonial
1986	Hélio Abranches Viotti	Carta do Provincial Padre José de Anchieta ao Rei Filipe II
1991	Hernani Donato	Capítulo inicial da história da educação no Brasil: as escolas e as confrarias de Manoel da Nóbrega
1991	Hélio Abranches Viotti	Epígonos de Nóbrega e Anchieta na história de Indaiatuba

Fonte: RIHGSP. Elaboração própria

Um exemplo do conteúdo dos artigos dessa categoria temática é o artigo “*A música no São Paulo colonial*” de autoria de Luis Elmmereich. O autor focaliza o uso de instrumentos musicais usados pelos indígenas no Brasil Colonial, tais como tipos de chocalhos, trombetas de madeira, flautas de bambu, de ossos humanos ou de animais, e comenta que as músicas eram “pobres de melodia e monótonas” e as “danças de coreografia rudimentar” (ELMMERICH, 1971, p. 61). O autor argumenta que:

Os jesuítas, logo após o descobrimento do Brasil, notaram a boa disposição dos índios para a música. Manuel da Nobrega dizia: "Com a música e a harmonia me arrisco a atrair todos os indígenas. "Os padres ensinarem-lhes então o cantochão para as festa religiosas e a tocarem flauta e viola. Simão de Vasconcellos diz o seguinte a respeito das aptidões musicais dos nativos: "São afeiçoadíssimos a música e os que são escolhidos para cantores de igreja, prezam-se muito do ofício, e gastam os dias e as noites em aprender. e ensinar outros. Saem destros em todos os instrumentos. charamelas, flautas. trombetas, baixões, cornetas e fagotes. Com eles beneficiam em canto de órgão vésperas, completas, missas, procissões, tão solenes como entre os portugueses". (ELMMERICH, 1971, p. 61).

Ellmerich (1971) também recorre aos primeiros historiadores do Brasil, o viajante alemão Hans Staden e o viajante francês Jean de Lery, para mostrar a atração

que a música exercia sobre os índios. O primeiro descreve como as índias de Ubatuba colocaram diversos chocalhos em seu corpo, obrigando-o a dançar de acordo com um canto entoado por mulheres que o rodeavam. E também se refere às orgias e às danças dos selvagens. O segundo faz referências aos instrumentos musicais e às danças indígenas.

O padre Leonardo Nunes, chamado pelos indígenas Aberebebê (padre voador) também é lembrado por Elmmereich (1971, p. 62), pois ao instalar a primeira escola em São Vicente, ensinava com a colaboração do padre Antonio Rodrigues, o canto e a flauta:

Fundado o Colégio de Piratininga em 1554, o jesuíta Antonio Rodrigues foi ali o primeiro mestre de música. José de Anchieta não somente traduziu para o tupi orações e textos necessários para a catequese, mas escreveu também peças teatrais, compondo a respectiva música, onde os índios representavam, cantavam e tocavam. Empregou ainda o cateretê, dança típica dos indígenas, para ser executado nas festas da Santa Cruz, Espírito Santo, N. S. da Conceição e São Gonçalo. (ELMMERICH, 1971, p. 62).

Em seguida, Elmmereich (1971, p. 62) passa a focalizar a música trazida pelos negros africanos, que a partir de 1539 foram trazidos ao Brasil como escravos, lembrando que “os instrumentos desses africanos eram, na quase totalidade, de percussão e as suas músicas caracterizam-se pelo ritmo sincopado; as danças, sensuais ou violentas”. Ao comparar as suas músicas com a dos indígenas argumentava:

Todos esses povos africanos tinham nível cultural superior ao do aborígene brasileiro. Enquanto o indígena foi impiedosamente dizimado pelo invasor branco e conseqüentemente, cada vez mais afastado do litoral do país, o negro, devido ao seu convívio com os brancos e a inevitável mestiçagem, foi adquirindo costumes e conhecimentos dos seus senhores incluindo aí a música europeia. Esta, no início, portuguesa, logo é enriquecida por elementos espanhóis e árabes; durante os séculos VIII-XV, a Península Ibérica esteve parcialmente sob dominação dos mouros. De 1580 a 1640, o Brasil foi colônia espanhola, pois nesse período Portugal pertencia a Espanha. A "guitarra mourisca", trazida pelos espanhóis, tornou-se o instrumento mais popular no Brasil - o violão. (ELMMERICH, 1971, p. 62).

Em relação à música praticada pelos bandeirantes, Elmmereich (1971, p. 62) afirma que “os bandeirantes, nas suas entradas pelo sertão, apenas usavam tambores”. Posteriormente, no século XVIII, refere que estava em vigor em todo o Brasil o

“Código Filipino”, no qual constava a proibição de “dar música de noite” isto é, “não eram permitidas as serenatas”. Em seguida, Elmmereich passa a discorrer sobre a música no final do último quartel do século XVIII, quando a população de São Paulo não passava de 6.000 habitantes. Nesse período destaca-se o estilo musical da Missa a oito vozes e instrumentos.

Já adentrando ao século XIX Elmmereich (1971, p.63) enfoca os instrumentos musicais da época – dando conta, por exemplo, da chegada em 1820 do primeiro piano em São Paulo, embora registre a existência em Embu, de um órgão que remonta ao século XVII.

A modinha – gênero musical trazido pelos colonizadores portugueses – também é focalizada por Elmmereich (1971, p. 64), bem como o fato de que com a vinda da família Real ao país, a arte musical tomou considerável impulso. Refere o autor, que o príncipe D. Pedro tinha regulares conhecimentos de harmonia e contraponto e tocava cinco instrumentos e entre suas composições encontram-se missas, *Te Deum* para quatro vozes e orquestra, executado por ocasião do batizado da princesa Maria da Glória (1829) e uma ópera, cuja sinfonia foi executada em Paris (1832), além do “Hino da Independência” e o “Hino da Carta”, que depois passou a ser o Hino Nacional Português até a proclamação da República naquele país (ELMMERICH, 1971, p. 65).

### 3.2.3.3 Vultos históricos da educação jesuítica no Brasil Colonial

Totalizaram 28 os artigos sobre os vultos históricos da educação jesuítica no Brasil colonial (Quadro 10) e foram publicados no período entre 1896 e 2004, escritos por 22 autores.

**Quadro 10** – Artigos sobre os vultos históricos da educação jesuítica

Ano	Autores	Títulos
1896-1897	Arthur Goulart	Alexandre Gusmão: estudo literário-biográfico
1896-1897	Theodoro Sampaio	A propósito do nome de Caramuru
1907	Manoel de Oliveira Lima	O padre Manoel de Moraes
1908	Affonso A. de Freitas	Os Gusmões
1913	Benedicto Octavio	Padre Anselmo
1937	Affonso de Carvalho	Anchieta e Pindobuçú
1938	José Torres de Oliveira	Anchieta e a pacificação dos índios
1943	Tito Livio Ferreira	Nóbrega, fundador de São Paulo e apóstolo do Brasil
1944	Luiz Tenório de Brito	Padre Belchior de Pontes



1952	J. P. Leite Cordeiro	Padre Manoel da Nóbrega
1953	J. P. Leite Cordeiro	Onde pairam os restos mortais de Nóbrega, Anchieta e Manuel de Paiva?
1956	Eduardo Fernández y González	O venerável padre José de Anchieta e a sua nacionalidade
1956	Luiz Tenório de Brito	Nóbrega - homem de estado
1959	Augusto Pinto de Siqueira	Homenageado o padre Manuel da Nóbrega em sua terra natal
1966	J. P. Leite Cordeiro	Relíquias de Anchieta
1968	Leão Machado	Anchieta, fundador da literatura brasileira
1968	Alfredo Gomes	O exemplo de Anchieta
1968	Carlos H. Robertson Liberalli	Anchieta, o naturalista
1969	Antônio Barreto Amaral	José de Anchieta poeta
1969	Hélio Abranches Viotti	As relíquias de Anchieta
1970	Tito Livio Ferreira	Os restos mortais de Anchieta
1970	Tito Livio Ferreira	Padre Manoel da Nóbrega
1970	Augusto Pinto de Siqueira Barros Ferreira	Centenário de Manoel da Nóbrega
1986	Antonio de Arruda Camargo	Padre Manoel de Paiva: patrono. (discurso de posse de Antonio Arruda Camargo)
1987	Hélio Abranches Viotti	Diogo Nunes, herói brasileiro da catequese americana
1988	Douglas Michalany	Padre Manuel da Nóbrega
1988	Odilon Nogueira de Matos	Pe. Quirício Caxa
2004	Ives Gandra da Silva Martins	Nóbrega, Portugal, São Paulo e o Brasil

Fonte: RIHGSP. Elaboração própria

A maioria desses artigos abrangem aspectos da vida e obra de José Anchieta e Manoel da Nóbrega, e outros epígonos da educação colonial brasileira.

Cinco artigos focalizam os padres Manoel de Moraes, Anselmo de Oliveira, Belchior de Pontes, Manoel de Paiva e Quirício Caxa. É válido, portanto, uma breve síntese dos artigos de Oliveira Lima (1907), Octávio (1913), Brito (1944), Camargo (1986) e Matos (1988) que enfocaram a vida e obra desses vultos da educação jesuítica.

Padre Manoel de Moraes, de acordo com Manoel de Oliveira Lima<sup>32</sup> (1907, p.331), foi missionário jesuíta e praticante calvinista, “andou vestido de roupeta e “de grã com traçado, chapéu e trancelim” como gente de guerra, fez voto de castidade no Brasil e casou duas vezes na Holanda, foi língua do gentio, capitão de índios nas guerras de Pernambuco e comerciante de pau-brasil”. Em 1639, foi “denunciado por haver abjurado a religião católica e vivido escandalosamente entre os cismáticos, julgado e

<sup>32</sup> Manoel de Oliveira Lima, nasceu em Recife (1867) e faleceu em Washington-DC (1928). Foi escritor, crítico, embaixador do Brasil em diversos países e professor visitante na Universidade de Harvard. Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras. Em 1913 o Senado brasileiro vetou a indicação do nome de Oliveira Lima para a chefia de nossa legação em Londres, sob a acusação de monarquista. O veto se deveu à interferência, naquela Casa, do Senador Pinheiro Machado. (ABL, 2013). Foi sócio do IHGSP e na Revista do IHGSP publicou 10 artigos.

condenado à revelia pela Santa Inquisição”. E, na sua defesa, afirmou repetidas vezes nutrir o intento de apresentar-se à mesa do Santo Ofício desde a sentença, a fim de eximir-se das suas culpas, umas reais, outras imaginárias, porquanto, declarava, pecara gravemente contra a honestidade, mas nunca contra a fé (OLIVEIRA LIMA, 1907, p.331-332).

O artigo de Benedicto Octavio<sup>33</sup> (1913) focaliza Joaquim Anselmo de Oliveira, o Padre Anselmo. Como 12º. Vigário da paróquia de São Carlos, em 21 de fevereiro de 1832 tomou posse como “vigário colado” da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, da freguesia da vila de São Carlos<sup>34</sup>. Nas quase vinte páginas do artigo o autor retrança a história da Igreja Matriz de Nossa Senhora Conceição, abordando entre outros aspectos, a data da primeira missa em Campinas, bem como apresenta uma pequena biografia da vida do Padre Anselmo.

Nascido em Guaratinguetá em 1802, recebeu as ordens eclesiásticas em 1825, servindo à terra onde nascera, e posteriormente como vigário de Lorena e de São Roque (1829), sendo que em 1831 obtém a vigararia da Vila de São Carlos, onde permaneceu até 1838, quando tomou posse como cônego penitenciário do cabido do bispado paulista. Em 1846 pregou diante de D. Pedro II e além de receber a comenda da ordem de Cristo foi convidado a pregar um sermão no batizado do príncipe herdeiro Alfonso.

O artigo de Octávio (1913) também traz um resumo do sermão pregado pelo padre Anselmo em 1868, na festa de Pentecostes, em Campinas. Apresenta também algumas minúcias curiosas, entre elas o fato de o Padre Anselmo ter batizado o compositor Antonio Carlos Gomes. Embora sua passagem pela Vila de São Carlos tenha sido breve – o seu paroquiato campineiro durou apenas 6 anos, de 1832 a 1838 – isso não o impediu de se envolver em questões políticas, pois afirma Octávio (1913, p. 248), “o vigário Anselmo foi abolicionista num tempo em que tocar na escravatura

---

<sup>33</sup> Embora conste da página de rosto do artigo a autoria de Benedicto Octavio, na p. 239 do volume 18 (1913) da RIHGSP, na p. 241, após o título “Padre Anselmo” aparece como autor A. Antonio Corrêa de Lemos. Não conseguimos dirimir essa dúvida de autoria, e mantivemos Benedicto Octavio como autor, pois é assim que aparece no sumário da Revista e no volume de índice. Sobre ele, encontramos uma biografia que informa ter nascido em Campinas, em 1871 e falecido em 1927. Dá conta que não cursou escolas superiores. Trabalhou como tipógrafo, foi funcionário da Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Secretário da Câmara Municipal de Campinas. Escreveu comédias e dramas, e foi membro da Academia Paulista de Letras. (PRÓ-MEMÓRIA DE CAMPINAS-SP, 2013). Foi sócio correspondente do IHGSP, e na Revista do IHGSP só publicou o artigo sobre o Padre Anselmo. (PRÓ-MEMÓRIA DE CAMPINAS-SP, 2013).

<sup>34</sup> Vila de São Carlos refere-se ao atual município de Campinas. Em 1772 demarcou-se o local para a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora Conceição, instalando-se definitivamente a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso e fundando-se a povoação. Com a chegada de fazendeiros de várias cidades paulistas o bairro rural do Mato Grosso foi transformado em freguesia, depois em Vila de São Carlos (1797) e, posteriormente (1842) em cidade de Campinas (IBGE, 2013).

nefanda ainda era o maior dos crimes”, o que criou contra ele animosidades dos escravagistas de então.

O artigo de Luiz Tenório de Brito<sup>35</sup> (1944) refere-se ao discurso proferido em uma sessão do IHGSP a propósito do tricentenário de nascimento do padre jesuíta Belchior de Pontes. Nascido provavelmente em 1644, uma vez que só consta a data do seu batizado ocorrido em 6 de dezembro desse ano, a data e o local de seu nascimento é objeto de controvérsias, de acordo com inúmeras biografias consultadas por Brito (1944, p. 176).

O autor detém-se em digressões sobre esses dois aspectos e após dar como local de nascimento do padre Belchior de Pontes, “pouco mais de duas léguas do centro da cidade de São Paulo” (BRITO, 1944, p. 178) pergunta sobre o motivo que determinou a queda sobre a memória do Padre Belchior, do véu de esquecimento que a envolve. Para o autor, a resposta pode ser buscada nas palavras de Batista Pereira, colhidas em sua obra “Contra o vandalismo e o extermínio”:

Já expliquei na “Cidade de Anchieta” o processo pelo qual certas correntes de ideias tentaram eliminar dos anais paulistas a obra dos jesuítas, obra sem exemplo na historia no dizer do maior dos nossos racionalistas, o insuspeito Capistrano de Abreu. Da passageira voga dessas ideias decorreram o repudio e o esquecimento das nossas mais altas tradições. Nem só isso: a deturpação de figuras que o mais elementar espirito de justiça precisa reintegrar a sua legitima individualidade. Haja vista esse admirável Belchior de Pontes, que durante cinquenta anos palmilhou as estradas de Piratininga zelando pelos índios Seu prestigio de oraculo era a melhor garantia de uma vila em que a proporção dos senhores para os apesados era a de 20 para um. Quanto não lhe deve a família paulista, ermada de seus chefes, afundados no sertão Tudo se lhe ignorava da vida. Júlio Ribeiro, o grande gramático, à míngua de documentos, caricaturou-o com um lápis primário e rocambolesco, adotou aquelas receitas dos romancistas do Sena que deliciavam os "concierges" de Paris com o "ragout" de uma Companhia de Jesus Mão Negra. O antibrasileiríssimo Pombal confiscara e queimara a sua ingênua mas ótima biografia pelo padre Manoel da Fonseca, que lhe procedeu a um

---

<sup>35</sup> Luiz Tenório de Brito nasceu em Pernambuco (1887). Vindo ainda jovem para São Paulo, segue a carreira militar no Corpo de Bombeiros, galgando a patente de sargento. Em 1919 obtém a patente de 1º. Tenente, e durante dez anos, até 1930, permaneceu no exercício do cargo de Ajudante de Ordens, provido no Palácio do Governo, em São Paulo. Em 1924 é promovido ao posto de Capitão, e em 1929, ao de Major. Em 1930, é nomeado prefeito de Itapeverica da Serra. Durante a Revolução Paulista de 1932, comanda o Regimento “9 de Julho”. Em 1933 é promovido ao posto de Tenente-Coronel. Em 1935 solicita e é transferido para a reserva e nessa mesma data é promovido ao posto de Coronel. Em 1941 é eleito sócio efetivo do IHGSP e aí ocupa o cargo de 2º. Secretário. Em 1967, seus 80 anos é festivamente comemorado em sessão especial do IHGSP, ocasião em que os discursos em sua homenagem são publicados na Revista do IHGSP. (CARVALHO, 1990) Nessa Revista publicou 9 artigos, no período entre 1944 e 1971.

inquérito "in loco" sobre a vida, ouvindo ainda muitos dos paulistas de prol que o haviam conhecido. Só depois da reimpressão desse preciosíssimo documento pelo nosso preclaro Taunay, foi o neto de Grous restituída sua verdade. Só então se pôde ver como era falso o Belchior de Júlio Ribeiro exibido à nossa ignorância como um Romeu de batina prestes a afogar-se no ténue e pedestre Pirajuçara, promovido a Iguaçú. Só então São Paulo soube que contava na sua historia uma figura tão suave como a do pobrezinho de Assis e tão eficiente como Anchieta. Só então soube que um neto de índios continuou durante meio século a obra dos grandes jesuítas da fundação de que fora discípulo. (BAPTISTA PEREIRA apud BRITO, 1944, p. 177-178)

Prossegue Brito (1944, p.178) no paralelismo entre Belchior de Pontes e Anchieta, pois estavam os dois apóstolos irmanados pelos “altos sentimentos humanos e a mesma ação evangelizadora” e cujas vidas “voltadas ao sacrifício e que nas ásperas lides da catequese” experimentaram toda sorte de sofrimentos. Para o autor, o terreno espiritual e o espírito evangelizador são traços fundamentais da comparação entre ambos, o que se verifica “no jogo das línguas em voga, o latim, o português e a nativa em recíprocas traduções como eficiente meio de facilitar o aprendizado ao catecúmeno”. (BRITO, 1944, p. 179). Em seguida, o autor traça os feitos do Padre Belchior, no desempenho de suas atividades de pároco, catequista e missionário. No final do artigo, o autor conclama a tirar do esquecimento em que permanece a figura do padre Belchior de Pontes, mormente quando se comemora o tricentenário de seu nascimento.

A vida do Padre Manoel de Paiva foi focalizada por Antonio de Arruda Camargo<sup>36</sup> em artigo publicado em 1986, a propósito de sua posse no IHGSP, uma vez que o referido padre é seu patrono no Instituto e na Academia de Letras de São Paulo.

De acordo com o autor, o padre Manoel de Paiva nasceu por volta de 1509, em Águeda, distrito de Aveiro, Portugal. Essa data imprecisa do seu nascimento é comentada por Serafim Leite, no livro “Artes e Ofícios dos Primeiros Jesuítas do Brasil”, pois os catálogos antigos “tornavam quase impossível esclarecer com exatidão, a data e o lugar de nascimento de grande número de padres e irmãos da Companhia de Jesus” (CAMARGO, 1986, p. 155).

---

<sup>36</sup> Antonio Arruda Camargo nasceu em Serra Negra-SP, em 1909. Era jornalista e atuou em jornais em Avaré, Presidente Prudente, Santo Anastácio, Bragança Paulista e na capital. Participou do movimento constitucionalista de 1932. Trabalhou também no “Diário do Comércio e Indústria” e “As Folhas”. Na imprensa dedicou-se a assuntos econômico-sociais, sobre educação, saúde e história. Defensor da escola rural, e possui título curso de História de São Paulo com tese laureada. Radialista, poeta, romancista e conferencista tem vários trabalhos publicados. Em 8 de dezembro de 1967 a Câmara Municipal de São Paulo concedeu-lhe o título de “Cidadão Paulistano”. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1967) Tomou posse como sócio titular do IHGSP na sessão de 3 de junho de 1981 (RIHGSP, p.415)

Contudo, sabe-se que padre Manoel de Paiva ingressou como sacerdote na Companhia em 1548 e embarcou em Lisboa com sete meninos órfãos que seriam aproveitados nos serviços da catequese, tendo chegado à Bahia em março de 1550, em companhia dos inacianos Afonso Brás, Francisco Pires e Salvador Rodrigues e faleceu em 1584. (CAMARGO, 1986, p. 155).

Em 1551, o padre Manoel de Paiva substituiu o padre Manoel da Nóbrega que fora chamado de seus deveres de Padre Superior, na Província do Brasil. E em carta de 1554, o padre Manoel Pires declara que o padre Paiva, recém-chegado da capitania de Ilhéus, encontrava-se na Bahia, como Superior, juntamente com João Azpilcueta Navarro, Salvador Rodrigues e Vicente Rodrigues. Isso mostra, de acordo com Camargo (1986, p. 156) o alto conceito que o padre Manoel de Paiva desfrutava na congregação jesuíta, sendo talvez, “o mais amado de Nóbrega que confiou a ele a tremenda responsabilidade de chefiar o grupo de padres e irmãos que, três anos mais tarde, enviaria ao Planalto para fundarem o Colégio de Piratininga”. De acordo com Camargo (1986)

Nóbrega, desde o início, instou com as autoridades civis e religiosas de Portugal, para que fosse designado um bispo para o Brasil. Foi o grande desgosto da sua vida. Dom Sardinha não estava a altura do cargo. Faltou-lhe o entendimento da sua missão, numa terra que estava se formando. Não percebeu a importância histórica da sua vida, naquela antemanhã da vida brasileira. Encastelou-se na sede do Bispado, não quis ser Bispo de Bugre, numa terra de Bugres. Não estava preparado para os métodos revolucionários da catequese que usou de todos os artifícios para penetrar o coração do índio e ganhar-lhe a confiança. Em seu ortodoxismo condenou esses métodos, criando grande inimizade entre a sua pessoa e os padres da Companhia de Jesus. Horrorizou-o, por exemplo, o fato do padre Manoel da Nóbrega mandar anunciar, pelas ruas da Bahia e Vila Velha, distante meia légua, a venda, em hasta pública, do padre Manoel de Paiva, alegando que o fazia para, com o produto da venda, comprar roças para o sustento dos meninos. No dia aprazado para a venda, presentes as autoridades, explicou o padre Manoel da Nóbrega que usara de tal expediente para experimentar o espírito de humildade e obediência do padre Paiva. (CAMARGO, 1986, p. 156-157)

O autor também relata o seguinte episódio relacionado à vida do padre Manoel de Paiva:

Em carta dirigida ao Padre Simão Rodrigues, escrita em julho de 1552, relata, o bispo, com indignação, o fato de os padres da Companhia de Jesus levarem os meninos bugres, às igrejas, nos dias

de festa e domingos, de cabelos compridos, a dançar e cantar canções selvagens, ao som de instrumentos bárbaros, as mesmas canções e os mesmos instrumentos usados nas festas canibalescas. Até os padres participavam dos cantos e danças, e o bispo, esquecido de que Davi dançara e cantara diante da Arca do Senhor, denuncia, nominalmente, o padre Salvador Rodrigues. (CAMARGO, 1986, p.157)

E sobre a participação do padre Manoel de Paiva na fundação do Colégio de Piratininga, Camargo (1986) relata que

A fundação de um colégio nos Campos de Piratininga, de há muito, estava nas cogitações de Manoel da Nóbrega, até como ponto de partida para a conquista do sertão. (...) Em 1553 reúnem-se, em São Vicente, as figuras mais destacadas da Companhia de Jesus; Manoel da Nóbrega que visitara o Planalto, Francisco Pires, Diogo Jacome, Pedro Correia, Antonio Rodrigues, Manoel de Chaves, João de Souza, Mateus Nogueira e Manoel de Paiva. É a primeira vez que *se reúne*, no Brasil, no mesmo local, um tão grande número de inacianos, e muitos deles figurarão, no ano seguinte, como co-fundadores de São Paulo. No Planalto, nesse ano, já acertada a fundação do Colégio, Manoel da Nóbrega prevendo futuras desavenças com o fronteiro da Borda do Campo, procurou um entendimento com João Ramalho. Declara o grande organizador do Brasil Político-Social: "Para maior ajuda é parente de Paiva que aqui o conheceu". Em 1554, quando as rivalidades entre Piratininga e Santo André achavam-se tensas, o padre Anchieta escreveu que o Padre Paiva se valeu do laço do sangue, bem chegado que reconheceu existir entre si e Ramalho, para pleitear em favor de São Paulo. Esse parentesco não impediu o agravamento da situação, o próprio Manoel de Paiva ameaçado de espancamento e morte, pelos filhos de Ramalho, ao impedi-lo de assistir missa, por ser excomungado. Nesse mesmo ano (1554) Manoel de Paiva retoma ao Colégio de São Vicente. E Anchieta relata: "Paiva é grande pregador, embora não letrado. Tem o falar rude do aldeão e o povo o estima e muito se espera dele". No ano seguinte, (1555) José de Anchieta volta ao assunto: "Aumenta a edificação dos portugueses com as pregações do Padre Paiva" (CAMARGO, 1986, p. 157-158)

Camargo (1986, p.158) conclui o artigo afirmando que "há 427 anos Manoel de Paiva, designado por Manoel de Nóbrega para chefiar o grupo que viria a fundar o Colégio de Piratininga, oficiou a primeira missa no Planalto".

Fechando o conjunto de cinco artigos sobre os padres com destacada atuação no Brasil Colonial, em 1988 a Revista do IHGSP publica um breve artigo intitulado

“Quirício Caxa”, escrito por Odilon Nogueira de Matos<sup>37</sup> e que objetiva dar conta do pouco que sabe sobre o biógrafo de Anchieta.

De acordo com Matos (1988) o próprio Serafim Leite – e tido como um dos maiores historiadores da obra jesuítica no Brasil – faz um breve relato da biografia de Quirício Caxa:

Sabe-se que ingressou na Companhia de Jesus em 1559, vindo para o Brasil na sétima leva de missionários, em 1563. Pregador de fama, foi também professor de teologia e vice-reitor do Colégio da Bahia. Desempenhou importantes tarefas no campo missionário a que se consagrou. Serafim Leite chega a afirmar que depois da morte de Nóbrega, era Caxa quem resolvia todos os problemas difíceis da Companhia - e que deveriam ser muitos - na Província do Brasil. Viveu 36 anos na América, tendo falecido em 1599, poucos meses depois de haver-se desincumbido da tarefa que lhe confiara o Pe. Pero Rodrigues, e da qual resultou a primeira biografia de Anchieta. Era de nacionalidade espanhola, mas de formação portuguesa, tal qual seu biografado.

Matos (1988) informa que um ano após o falecimento de Anchieta, em 1598, por incumbência do Pe. Pero Rodrigues, Quirício Caxa compôs um códice denominado “Breve relação da vida e morte de Pe. José de Anchieta”, que permaneceu inédito até 1934, quando, por iniciativa do Padre Serafim Leite foi publicado na revista “*Brotéria*”, de Lisboa.

O propósito de Matos, portanto, foi o de registrar as subseqüentes reedições dessa obra de Caxa, o que ocorreu, respectivamente em 1937 (Coleção Brasileira); 1946 (Edição do Ministério da Educação); 1948 (edição “Autores e Livros”); 1957 (edição Joaquim Ribeiro); 1956 (edição Basil Bandecchi); 1981 (edição Unisinos); 1988 (edição Padre Viotti).

### **3.2.3.4 Vultos da história paulista e brasileira**

Essa categoria engloba 29 artigos escritos por 27 autores sendo que a maioria dos artigos foi publicada entre 1896 e 1941, e apenas um em 1971.

---

<sup>37</sup> Nasceu em Piratininga-SP (1916) e faleceu em Campinas (2008). Historiador, especialista em história regional e história da música. Licenciado em História e Geografia pela USP, instituição na qual foi professor e também lecionou na PUC-SP, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Fundação Cásper Líbero, FAAP, Faculdade de Filosofia de Taubaté, Faculdade de Filosofia de Marília (hoje UNESP) e PUC-Campinas, onde criou e publicou 140 números da revista acadêmica *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Pertenceu à Academia Paulista de Letras, Academia Paulista de História, sócio emérito do IHGB e sócio do IHGSP. (PRÓ-MEMÓRIA DE CAMPINAS-SP, 2013). Na Revista do IHGSP colaborou com 16 artigos publicados entre 1978 e 1998.

Tais artigos (Quadro 11) focalizaram vultos da História brasileira e em particular a de São Paulo, tais como: João Ramalho, Diogo Antonio Feijó, Antonio Raposo Tavares, Amador Bueno, e outros como Bartholomeu de Gusmão, Tiradentes, Pedro I, José Bonifácio e historiadores como Varnhagen e Capistrano de Abreu, etc.

**Quadro 11** – Artigos sobre os vultos da História brasileira

Ano	Autores	Títulos
1896-1897	Candido José da Motta	Feijó: oração fúnebre
1906	Estevão Leão Bourroul	O padre Feijó
1908	Eugenio Egas	O padre Feijó
1925	Affonso A. de Freitas	Os restos mortais do Padre Diogo Antonio Feijó
1925	Affonso A. de Freitas	Quem descobriu os despojos de Feijó?
1925	Affonso A. de Freitas	Filiação, puerícia e adolescência do Padre Feijó
1902	Theodoro Sampaio, Orville Derby, Antonio Piza, João Mendes de Almeida Junior	João Ramalho era analfabeto?
1902	Manoel Pereira Guimarães	João Ramalho, parecer
1902	Theodoro Sampaio	A propósito de João Ramalho
1902	Francisco de Campos Andrade	João Ramalho, contribuição para a sua reabilitação
1902	J. C. Gomes Ribeiro	João Ramalho: sua fé e nobreza
1902	João Mendes de Almeida	Qual foi o principal chefe da nação Tupi em Piratininga
1904	Leôncio do Amaral Gurgel	João Ramalho perante a história
1904	Washington Luis	Antonio Raposo
1904	Washington Luis	O testamento de João Ramalho
1907	José Vieira Fazenda	O voador [Bartholomeu Lourenço de Gusmão]
1907	Hosannah de Oliveira	Padre Bartholomeu de Gusmão
1907	José Feliciano	Tiradentes e a educação cívica
1908	Manoel de Oliveira Lima	Francisco Adolpho Varnhagen (Visconde de Porto Seguro)
1908	José Carlos Rodrigues	Biografia de F. A. de Varnhagen
1910	Benedicto Calixto	Bartholomeu de Gusmão. A sua época - o padre e a inquisição - a história e a lenda
1911	Luiz Gastão D'Escragnolle Doria	Homens e épocas: Pedro I e José Bonifácio
1911	Luiz Gastão D'Escragnolle Doria	Homens e épocas: As viagens de Vincent Leblanc
1913	Alcibiades Furtado	Os Schetz da Capitania de S. Vicente
1932	Affonso D'Escragnolle Taunay	João Ramalho e Santo André
1941	Affonso D'Escragnolle Taunay	A aclamação de Amador Bueno e a controvérsia a esse respeito
1941	Alfredo Ellis Júnior	A aclamação de Amador Bueno
1941	Aureliano Leite	Amador Bueno, estadista colonial
1971	Brasil Bandecchi	Capistrano - de estudante vadio a orientador de mestres

Fonte: RIHGSP – Elaboração própria



De acordo com o Quadro 11, a vida e obra do padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843) e João Ramalho (1493-1580) foram perscrutadas inúmeras vezes pelos autores da Revista do IHGSP, principalmente nos artigos publicados nos anos de 1902, 1904 e posteriormente em 1932.

O debate sobre João Ramalho dividia os historiadores paulistas do IHGSP nas páginas da Revista do IHGSP, conforme expuseram Ferretti e Capelato (1994) e Scabin (2011).

A discussão sobre João Ramalho teve início a propósito de uma indagação de José Luís Alves, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que em reunião daquele Instituto em março de 1899, sobre quem teria sido o primeiro a chegar ao Brasil: se Cabral ou João Ramalho. Para averiguar essa questão recorreu-se ao testamento de João Ramalho e conforme explica Scabin (2011)

Enquanto a proposta teve pouca repercussão no próprio IHGB, os paulistas acolheram o tema e deram início a um debate acalorado. A indagação em questão referia-se à veracidade do testamento de João Ramalho, documento citado pelo monge beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus no século XVIII e que não havia sido encontrado por nenhum outro historiador até então. Propôs José Luís Alves que se lançassem os historiadores à caça desse documento, do qual deveria haver “copia na Biblioteca do mosteiro S. Bento de S. Paulo ou de Santos”, além de procurar averiguar o caso com a documentação do tempo. A polêmica envolvendo o testamento de João Ramalho dizia respeito à controversa conclusão que dele tirava Frei Gaspar: o patriarca dos paulistas teria chegado ao Brasil por volta de 1490, antes da frota de Cabral, e antes mesmo de Cristóvão Colombo chegar à América. Tal conclusão estava presente no manuscrito “Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações”, terminado em 1784 e publicado postumamente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1840. Essa afirmação valeu ao monge pesadas críticas de Candido Mendes de Almeida que o acusava de criador de fábulas e falsificador de documentos (RIHGB, 1877: 277, ss.). (SCABIN, 2011, p.2)

A partir de 1902 essa discussão envolve o IHGSP, mas conforme explica Scabin (2011, p. 2), o Instituto não buscava reafirmar a primazia de João Ramalho sobre o descobrimento, pois nem seus detratores ou defensores iriam questionar que o primeiro a chegar ao Brasil seria Pedro Álvares Cabral, haja vista que “os historiadores paulistas respeitavam a proeminência do navegador português na descoberta da nacionalidade”. e (FERRETTI; CAPELATO, 1999, p.12)

Na realidade, no IHGSP “o debate concentrou-se em alguns aspectos da vida de João Ramalho, buscando apresentá-lo ora como um herói modelo da paulistanidade, ora como um violento e analfabeto apresador de índios” sendo que “a corrente ramalhística iria insistir principalmente na parcialidade da documentação jesuítica” (SCABIN, 2011, p. 2-3).

De acordo com Ferretti e Capelato (1999, p. 12), o debate sobre João Ramalho dividiu o IHGSP em duas alas: a dos jesuítas, sob a égide de Eduardo Prado, e os demais que pretendiam reabilitar João Ramalho, pois

[...] ambas as figuras disputaram o lugar privilegiado na representação da identidade paulista e nacional. O debate seguiu mantendo basicamente o mesmo teor das discussões acima apresentadas. Com algumas variações de argumentos e posturas mas, no geral, seguindo a mesma tendência dicotômica: ou nobilitadora ou desqualificadora (FERRETTI; CAPELATO, 1999, p. 12).

Os paulistas, na visão de Ferretti e Capelato (1999, p. 13) tiveram que “definir o perfil de João Ramalho que durante todo o século XIX havia sido desqualificado pelos historiadores do IHGB”. A corrente afinada com Eduardo Prado

[...] procurara desqualificar João Ramalho, preferindo apostar na valorização do jesuíta. Porém, no final da contenda, prevaleceu a corrente reabilitadora de João Ramalho preocupada, não com a concorrência entre jesuíta e bandeirante, mas com a colocação como responsáveis pela grandeza de São Paulo. Na realidade, o que todo este debate, visando a reabilitação de João Ramalho, representava era a tentativa de construção simbólica da figura do Bandeirante. (FERRETTI; CAPELATO, 1999, p. 13).

Para tanto foi constituída em 29 de março de 1902 (RIHGSP, 1902, p.546) uma Comissão do IHGSP, composta por Teodoro Sampaio, Orville Derby, Antonio de Toledo Piza, João Mendes Junior e Manuel Pereira Guimarães, que inicialmente buscou emitir um parecer sobre o analfabetismo de João Ramalho. O veredito da Comissão foi que João Ramalho era provavelmente judeu e analfabeto – não sabia escrever seu próprio nome e a grafia diferia muito nos diversas assinaturas encontradas, as quais teriam sido feitas por diferentes pessoas – e basearam sua conclusão por análise grafológica das assinaturas de Ramalho presentes no que restavam das atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo. Há uma longa discussão a respeito da inclusão de um “C” invertido, encontrado nas assinaturas de João Ramalho, o que levou a Comissão

do IHGSP a identificar esse sinal como um símbolo judeu, ou seja, o *kàf* – letra simbólica do alfabeto hebraico. Outros, entretanto, associavam esse sinal a um símbolo maçônico, elmo de cavaleiro (sinal de nobreza), rabisco arbitrário, ou símbolo do cargo que ocupada (RIBEIRO, 1902, p. 424).

O parecer da Comissão, de acordo com Scabin (2011), além dessas conclusões, reafirmou a avaliação sobre João Ramalho feita pelo jesuíta Simão de Vasconcelos, na “Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil” (1663), na qual descrevia João Ramalho como “homem por graves crimes infames, e atualmente excomungado” (VASCONCELOS, 1865: 47), frase que seria repetida em praticamente todos os textos do debate, e sempre refutada pelos ramalhistas. (SCABIN, 2011, p.4). Na visão desse autor,

No decorrer das argumentações pró-Ramalho, a reabilitação moral do personagem acaba por assumir maior destaque do que a negação de seu judaísmo e analfabetismo. Era importante para aqueles que procuravam apontar no “patriarca” as qualidades de toda a “estirpe paulista” que se lhe seguiu, combater a visão negativa que prevaleceu sobre ele durante todo século XIX e era agora reafirmada pela comissão do IHGSP. (SCABIN, 2011, p.4).

Por sua vez, o ponto de inflexão dessa discussão aconteceria em 1904, quando Washington Luís<sup>38</sup> encontra uma cópia do polêmico testamento de João Ramalho entre os papéis de José Bonifácio, dando ensejo ao artigo que foi publicado na revista do IHGSP, sob o título “O testamento de João Ramalho” (RIHGSP, 1902, p. 563-569). Esse documento lançou luzes sobre o debate, pois os ramalhistas, até então só tinham à sua disposição para reabilitar “o patriarca” as cartas jesuíticas dispersas nas diversas obras de Serafim Leite. Scabin (2011, p. 5) explica que:

Seguindo o procedimento com o qual abordavam toda a documentação, os partidários do alcaide-mor de Santo André desqualificavam as descrições negativas que dele faziam os inicianos, atribuindo-as à inimizade que para com ele nutriam. Dessa maneira, segundo Campos Andrade (RIHGSP, 1902: 370), a figura de Ramalho estava envolta em nebulosidade “criada pelas informações

---

<sup>38</sup> Washington Luís Pereira de Souza nasceu em Macaé-RJ (1869) e faleceu em São Paulo (1957). Foi advogado, historiador e político brasileiro. Décimo primeiro presidente do estado de São Paulo, décimo terceiro presidente do Brasil e último presidente da República Velha. Sua biografia política foi construída no estado de São Paulo. (BRASIL. PLANALTO, 2013). Foi sócio do IHGSP e na Revista do IHGSP colaborou com a publicação de 4 artigos entre 1903 e 1956. Foi homenageado pela RIHGSP, em 1970, com 4 artigos escritos respectivamente por Lucas Nogueira Garcez, Monteiro de Barros, Ernesto Leme e Rafael Luiz Pereira de Souza.

transmitidas pelos sócios da Companhia de Jesus, sua tradicional inimiga”. Apesar disso, julgavam-se capazes de extrair das cartas, nas entrelinhas dos ataques jesuíticos, informações objetivas que acreditava capazes de justificar a construção positiva que faziam do fundador de Santo André. Outro esforço empreendido pelos partidários de Ramalho foi o de afastar a narração presente nas cartas jesuíticas do século XVI daquela presente na crônica posterior de Vasconcelos (SCABIN, 2011, p.5-6).

A utilização e leitura que se fazia dessas cartas eram aleatórias, pois retiravam fragmentos das informações desejadas, além de desconsiderarem a totalidade da carta e sua relação contextual e intertextual, completando as lacunas temerariamente com especulações diversas (SCABIN, 2011, p.7).

Contudo, a reabilitação do bandeirante é focalizada no artigo de Andrade<sup>39</sup> (1902), que lança mão de uma carta de Anchieta, de 1556, para mostrar as problemáticas que envolviam a evangelização, com a tendência de nomadismo dos indígenas, o reconhecimento da necessidade do uso da força pelos inacianos, tirando as seguintes conclusões:

1º. Que os padres da Companhia reconheceram ser necessário o emprego da força para que a catequese tivesse resultados, e dela faziam uso; 2º. Por um instinto de liberdade nata, os catecúmenos eram levados a libertar-se da sujeição eclesiástica, preferindo acolherem-se à autoridade paterna, seguindo os pais em habitação e costumes; 3º. Os próprios pais levavam consigo boa parte dos moços; 4º. A maior parte deles mudava-se para outros lugares, onde pudesse viver livremente (sob a proteção de Ramalho, por exemplo); 5º. O próprio Anchieta disto não se maravilhava; achava natural dos silvícolas a vida quase nômade, inconstante, que levavam, mesmo porque a satisfação das necessidades da vida cotidiana pela caça e pela pesca a isto os obrigara, os habituara...e ainda desta vez confirmava o prólogo que diz que o hábito é uma segunda natureza (ANDRADE, 1904, p. 392)

Posteriormente, o debate entre os ramalhistas e anti-ramalhistas no IHGSP foi taxado por Taunay (1953) de “indeterminado e ocioso”, debate que na visão de Scabin (2011, p.9) não somente ficou restrito a esses mesmos autores, “mas se resumiu basicamente a uma contraposição entre os ramalhistas (Frei Gaspar e Pedro Taques) e os anti-ramalhistas (influenciados principalmente pelo jesuíta Simão de Vasconcelos)”.

---

<sup>39</sup> Não localizamos uma biografia de Francisco de Campos Andrade, apenas conseguimos saber que ele era major e foi proprietário da Fazenda Salto Grande, localizada no atual município de Americana. Em 1902 foi admitido como sócio do IHGSP e na Revista do IHGSP publicou apenas um artigo (1902).

A síntese interpretativa desse debate sobre João Ramalho pode ser buscada na conclusão de Scabin (2011) ao referir que

A obsessão em construir um patriarca que servisse aos objetivos políticos do presente revelou muito pouco sobre o João Ramalho do século XVI e sobre a própria época, que os autores viam com a lente da normatização política do século XIX, buscando na documentação oficial, como as ordenações reais, o que seria a prática política concreta. Ainda assim, pudemos ver como a insistência dos ramalhistas em apontar a parcialidade das fontes jesuíticas levou-os a considerar a subjetividade presente na escrita das cartas, ligada a questões políticas da vida no planalto; procedimento que não utilizaram a maioria dos historiadores que até hoje se serviram dessa documentação. Não se tratava, porém, de um procedimento de leitura ao qual todas as fontes eram submetidas, mas apenas aquelas (ou aqueles trechos) arbitrariamente consideradas do campo inimigo (SCABIN, 2011, p.10)

Na passagem do século XIX para o século XX, essa discussão sobre João Ramalho, na visão de Ferretti e Capelato (1999) foi determinante

[...] na elaboração de uma imagem positiva e heroica do bandeirante, mediante a relativa marginalização da figura do jesuíta. Até a fundação do IHGSP, apesar da elite paulista muito louvar as figuras proeminentes de sua história, relativamente pouca coisa se sabia sobre os paulistas do século XVII, aqueles que posteriormente foram chamados de Bandeirantes. [...] Foi no IHGSP, e principalmente após o debate sobre João Ramalho, que se deu contorno à figura do bandeirante como símbolo da proeminência paulista frente às demais unidades da nação. Porém sua exaltação ficou reservada para os anos 20 e 30 quando, em função do acirramento dos conflitos políticos entre as elites regionais e os diferentes grupos sociais, a elite paulista mobilizou o símbolo bandeirante para servir nas lutas políticas do presente. Neste momento rompeu-se definitivamente a postura conciliadora, que procurava unir "Jesuítas e Ramalhos", e a figura do Bandeirante assumiu um lugar de proeminência incontestável. (FERRETTI; CAPELATO, 1999, p. 13)

Os autores concluem, portanto, que

Num momento em que a representação do bandeirante foi difundida como símbolo incontestável da identidade paulista e brasileira, João Ramalho, o "primeiro bandeirante", assumiu o primeiro lugar no Panteão dos Heróis. Em contrapartida, a imagem do jesuíta passou a ser atacada com a difusão da tese de que o intento dos inicianos era de construir um famigerado "Império Teocrático" no coração da América do Sul. (FERRETTI; CAPELATO, 1999, p. 14)

Outro artigo entre os 29 da categoria temática “vultos da história” focalizava a vida de Vincent Leblanc, viajante francês nascido no ano de 1554, em Marselha e que registra no seu livro “As viagens de Leblanc”, sua passagem pelo Brasil.

Esse é o mote do artigo de Luiz Gastão d’Escragnole Dória<sup>40</sup> (1911) que traduz alguns trechos do livro, após sua leitura na Biblioteca Nacional de Paris, nos quais se destacam os limites geográficos do Brasil e os usos e costumes indígenas. Interessante, essa observação de Leblanc, conforme relatada por Taunay (1911, p. 355):

Os índios não têm alfabeto e nem caracteres. Faltam-lhe as letras F, L, R, podendo afirmar-se que não possuem nem fé, nem lei, nem rei. Entregam-se a adivinhações e às superstições dos seus sacerdotes. Por tradição antiga têm conhecimento obscuro do dilúvio universal. Alguns acreditam nas recompensas e nos castigos após a morte. Outros não creem nisso. Mas todos acreditam na imortalidade da alma e na integridade da pessoa humana, julgando ficar tal e qual eram em vida ou pouco antes de falecer. Enterram os mortos. Colocam alimentos, para alguns dias, nas sepulturas, assim como ai deixam a rede ou cama de algodão. Não conhecem rei ou superior que lhes dê ordens. (TAUNAY, 1911, p. 355-356)

Outros dois artigos – de José Vieira Fazenda<sup>41</sup>, intitulado “O voador” (FAZENDA, 1907) e “Padre Bartholomeu de Gusmão” (OLIVEIRA, 1907) de autoria de Hosannah de Oliveira<sup>42</sup> – e abordavam a vida e obra do padre Bartolomeu de

---

<sup>40</sup> Luís Gastão d’Escragnole Dória nasceu (1869) e faleceu (1948) no Rio de Janeiro. Filho do general Luiz Manuel das Chagas Dória e de Adelaide d’Escragnole Taunay Dória. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da USP, concluindo o curso no ano de 1890, mas não enveredou pela advocacia, empregando-se como editor do diário dos debates do Senado Federal. A partir de 1906 foi professor história no Colégio Pedro II, da cidade do Rio de Janeiro. De 1917 a 1922 foi diretor do Arquivo Nacional do Brasil e editor do respectivo periódico. Foi membro de 12 sociedades científicas e literárias (WHO IS WHO, 1935) e sócio correspondente do IHGSP e na Revista do IHGSP publicou um artigo.

<sup>41</sup> José Vieira Fazenda nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1847 e faleceu em 19 de fevereiro de 1917. Formou-se em Belas Letras e em Medicina, profissão que exerceu na Santa Casa da Misericórdia e numa clínica na Rua do Cotovelo, onde morava. Em 1895 e 1896 foi intendente municipal, e na mesma época começou a escrever para revistas e jornais da cidade, como “A Notícia”, do qual foi regular colaborador. Como bibliotecário IHGB — cuja sala de leitura hoje leva seu nome —, travou contato com importantes intelectuais da época, como o historiador Capistrano de Abreu, e teve acesso a documentos históricos para suas pesquisas. (O GLOBO, 2012). Foi sócio do IHGSP e na Revista do IHGSP publicou 3 artigos entre 1907 e 1908.

<sup>42</sup> Hosannah de Oliveira nasceu em 1902 em Belmonte, na Bahia, e faleceu em 1996. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1927. Aluno laureado subiu, com esforço próprio, todos os passos da carreira universitária: livre-docente, em 1938; catedrático interino, de 1941 a 1946; catedrático efetivo, por concurso, a partir de 1946. Seu conhecimento científico aliado à condição de humanista fizeram dele um notável pediatra, tendo sido considerado, durante décadas, o mais importante do estado. Ensinou e clinicou por mais de sessenta anos, quando, aos 89 anos encerrou a carreira profissional. Foi fundador da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Sociedade Bahiana de Pediatria, da Associação Médica Brasileira, da Associação Bahiana de Medicina, do Conselho Regional de Medicina da Bahia e da Academia de Medicina da Bahia. (MÉDICOS ILUSTRES..., 2013). Foi sócio correspondente do IHGSP e publicou um artigo (1907) na Revista do IHGSP.

Gusmão, bem como retratam o feito maior de Bartolomeu de Gusmão – a invenção do aeróstato (balão) operacional, a que chamou de “passarola” e do qual obteve a patente em 1707, sendo a primeira patente de invenção outorgada – por D. João VI - a um brasileiro.

Bartolomeu de Gusmão nasceu em São Vicente-SP, em 1865 e faleceu na cidade de Toledo-Espanha, em 1724. Era o quarto filho do casal Francisco Lourenço Rodrigues e Maria Álvares, teve mais dez irmãos. Oliveira (1907, p. 253) comenta que seis irmãos professaram as ordens religiosas: padre Simão Alves, jesuíta; frei Patrício da Santa Maria, franciscano; padre Ignácio Rodrigues, jesuíta; frei João de Santa Maria, carmelita; Paula Maria e Archangela da Conceição, clarissas. Em 1738 Bartolomeu adotou o nome de “Gusmão”, e homenagem ao seu irmão que também foi seu preceptor e protetor, o jesuíta Alexandre de Gusmão.

Viajou para Portugal e na volta ao Brasil, em 1702 requer as ordens sacerdotais, tendo estudado humanidades com os jesuítas, embora nunca tenha pertencido à Companhia de Jesus (FAZENDA, 1907, p. 230). Em 1708, já sacerdote, retorna a Portugal matriculando-se na Universidade de Coimbra, e posteriormente se instala em Lisboa. Oliveira (1907, p. 253) relata que “por seus talentos oratórios, grande ilustração e serviços à pátria foi ele nomeado capelão da Casa Real portuguesa, tendo conquistado o grau de doutor em direito canônico pela Universidade de Coimbra.” Foi vítima de campanha insidiosa de difamação e foi acusado pela Inquisição de simpatizar com os cristãos-novos. Esses aspectos do processo inquisitorial são focalizados no artigo de Fazenda (1907).

### **3.2.3.5 História e Geografia de São Paulo e do Brasil**

Nessa categoria temática foram identificados 53 artigos escritos no período entre 1916 e 1978 por 42 autores, já que alguns deles contribuíram com mais de um artigo, entre eles Affonso A. de Freitas, Álvaro do Amaral, Antonio de Toledo Pizza, Benedito Calixto, Domingos Jaguaribe, Eugênio Egas, Gentil de Assis Moura, e Theodoro Sampaio.

As raízes históricas da fundação da cidade de São Paulo – tema recorrente entre os historiógrafos do IHGSP - e de outros municípios paulistas (São Vicente, Itu, Santo André, Indaiatuba, Tietê), bem como e de outros estados brasileiros eram focalizados nos artigos dessa categoria, que abarcavam ainda a fundação de colégios (São Luiz) e

conventos (Santa Clara), as línguas indígenas, as bandeiras e os bandeirantes, conforme mostra o Quadro 12, a seguir.

**Quadro 12 – Artigos sobre a História e Geografia de São Paulo e do Brasil**

Ano	Autores	Títulos
1916-1921	Affonso A. de Freitas	Folganças populares do velho São Paulo
1898-1899	Antonio de Toledo Piza	Crônicas dos tempos coloniais: a miséria do sal em São Paulo
1898-1899	Antonio de Toledo Piza	Crônicas dos tempos coloniais: o militarismo em São Paulo
1899-1900	Orville A. Derby	Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais
1933-1934	Serafim Leite	A fundação de São Paulo
1898-1899	Theodoro Sampaio	São Paulo de Piratininga no fim do século XVI
1986-1897	Antonio Augusto da Fonseca	Tipos ituanos
1898	Antonio de Toledo Piza	Sucessos da Província de Santa Cruz, que vulgarmente se chama Brasil, manuscrito lido, com uma introdução
1903	Theodoro Sampaio	Da evolução histórica do vocabulário geográfico no Brasil
1903	Washington Luís	Contribuição para a História da Capitania de São Paulo - Governo de Rodrigo Cesar de Menezes
1904	Theodoro Sampaio	Restauração histórica da Villa de Santo André da Borda do Campo
1905	Theodoro Sampaio	A fundação da cidade de São Paulo
1906	Paulo Ehrenreich	A etnografia da América do sul ao começar o século XX
1908	Benedicto Calixto	A Villa de Santo André da Borda do Campo e a primitiva povoação de Piratininga
1909	Eugenio Egas	S. Paulo - a cidade
1909	Eugenio Egas	S. Paulo - fundadores da cidade
1909	Gentil de Assis Moura	Um problema histórico-geográfico: onde foi o assento da Villa de Santo André da Borda do Campo
1909	Theodoro Sampaio	Um problema histórico-geográfico: onde foi o assento da Villa de Santo André da Borda do Campo
1910	Benedito Calixto	A Villa de Santo André da Borda do Campo e a primitiva povoação de Piratininga
1912	Domingos Jaguaribe	O Império dos incas
1912	Manoel de Oliveira Lima	A conquista do Brasil, conferência realizada na Sociedade de Geografia de Bruxelas
1913	Joaquim Floriano de Godoy	Rápida notícia histórica da província de S. Paulo
1913	Martim Francisco	Em Guararapes
1914	Gentil de Assis Moura	As bandeiras paulistas
1915	Alfredo de Toledo	Os médicos nos tempos coloniais
1915	Domingos Jaguaribe	Palavras indígenas
1925	Adolpho Augusto Pinto	Monumento comemorativo da fundação de São Paulo
1925	Affonso A. de Freitas	Piratininga exumada
1925	Affonso A. de Freitas	A igreja de São Miguel
1925	Dacio Pires Corrêa	Tietê ou Tieté?
1925	Felix Soares de Mello	O Rio de São Francisco a suas tradições
1928	Jorge Bertolaso Stella	As línguas indígenas da América
1928	Monsenhor Ezequias Galvão da Fontoura	Os padres do Patrocínio
1929	J. Pires do Rio	Traços da evolução econômica do Brasil



1930	Feliz Guisard Filho	Convento de S. Clara
1932	Affonso José de Carvalho	Os primeiros anos de São Paulo
1932	Ricardo Severo	Origem e factos da expansão portuguesa no Brasil até 1530
1937	J. F. de Almeida Prado	Iconografia paulista
1937	José Torres de Oliveira	A palavra do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
1937	Sergio Milliet	Recenseamentos antigos do Brasil
1938	Sebastião Almeida Oliveira	Vestígios de hábitos aborígenes nos usos e costumes sertanejos
1940	Hildebrando Siqueira	Apontamentos históricos
1942	Affonso d'Escragno Taunay, Osmar Simões Magro, Antonio Piccarolo, Tito Lívio Ferreira	Quem fundou São Paulo?
1951	José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho	A fundação de São Paulo
1959	Ataliba Nogueira	Fundação de São Carlos - parecer do IHGSP
1961	Sebastião Pagano	O Brasil e suas relações com a coroa da Espanha ao tempo dos Felipes (1580-1640)
1965	Júlio de Mesquita Filho	Reflexões sobre uma grande data
1966	Luiz Tenório de Brito	A paz com o Tamoio
1968	Hélio Damante	Trilogia Ituana: os padres do Patrocínio, as irmãs de S. José e Colégio de São Luiz
1971	Alfredo Gomes	Fundação de São Paulo
1973	Álvaro do Amaral	A fundação de São Paulo
1974	Álvaro do Amaral	A fundação de São Paulo e a expansão geográfica do Brasil
1978	Silveira Peixoto	O jornal e os jornalistas nas lutas da independência

Fonte: RIHGSP – Elaboração própria

Entre esses 52 artigos, três chamaram a atenção o de Domingos Jaguaribe (1915), o de Alfredo de Toledo (1915) e o de Silveira Peixoto (1978), por fugirem dos temas usuais – a fundação de São Paulo e os bandeirantes – publicados na Revista do IHGSP, conforme pode ser visto nas sínteses apresentadas a seguir.

O artigo de Jaguaribe<sup>43</sup> (1915) intitulado “Palavras indígenas: com suas etimologias e tradução portuguesa” é baseado no relatório do naturalista La-Cerda<sup>44</sup>, no

<sup>43</sup> Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho nasceu em Fortaleza-CE (1848) e faleceu em Santos-SP (1926). Seus pais eram Domingos J. N. Jaguaribe e Clodes Santiago de Alencar Jaguaribe, o Visconde e a Viscondessa de Jaguaribe. Formou-se médico na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro (1874) exerceu a medicina em Limeira, Rio Claro e São Paulo. Historiador e republicano escreveu trabalhos sobre a história das origens republicanas no Brasil. Dedicou-se ainda aos vultos do passado Na vida política foi deputado pelo Ceará e São Paulo. Ao lado de Antonio de Toledo Piza e Estevão Luis Bourroul compôs a tríade fundadora do IHGSP, sendo declarado seu Presidente Perpétuo. (CORDEIRO, 1952, p.135-138). Escreveu ainda *A arte de formar homens de bem-oferecidas às mães de família* (1890) e tradutor do *Manual de Instrução Cívica* (1890), originalmente escrito pelo suíço Numa Droz, um dos primeiros manuais escolares de civismo publicados nos primeiros anos do regime republicano brasileiro (VIEIRA, 2009). Na Revista do IHGSP publicou seis artigos entre 1895 e 1918.

<sup>44</sup> Trata-se, provavelmente, de Francisco José Lacerda de Almeida, viajante que tratou do assunto no “Diário de viagem pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, nos anos de 1789 a 1790”, citados por Theodoro Sampaio no artigo “O tupi na geografia nacional”, publicado pela RIHGSP, em 1915.

trabalho do Frei Francisco dos Prazeres, sobre a etimologia das palavras dos Tupinambás e do relatório de Barboza Rodrigues, sobre o Vale do Amazonas, publicado em 1835, do qual Domingos Jaguaribe extraiu uma série de palavras que têm aplicação nos nomes usados em São Paulo. Assim, a lista dessas palavras é apresentada em quatro páginas com os nomes, raízes e significação.

Por sua vez, o artigo de Alfredo de Toledo<sup>45</sup> (1915), “Os médicos nos tempos coloniais” aborda aqueles que exerciam a medicina na época colonial ainda que não fossem habilitados por graus acadêmicos. O autor comenta a falta de médicos que ocorreu não apenas nos primeiros tempos da Colônia, mas perdurou nos séculos XVII e XVIII. Toledo (1915) relata a atuação de vários médicos diplomados que exerceram a medicina em São Paulo nos tempos coloniais.

Por último, mas não menos importante, é o artigo de José Benedito Silveira Peixoto<sup>46</sup> (1978) que apresenta um histórico da imprensa e dos jornais brasileiros. Inicia esse histórico com a iniciativa de Hipólito José da Costa, que em 1808 lançou em Londres o primeiro jornal brasileiro – o “Correio Brasiliense” ou “Armazém Literário”, segundo Peixoto.

Também focaliza a existência de casas impressoras no Brasil, dando conta daquelas tímidas iniciativas que remontavam ao início do século XVIII, bem como as censuras a que estavam sujeitas. Adentra ao século XIX, com o estabelecimento no Brasil da imprensa régia, lembrando, contudo, que apesar de iniciativa importante do governo em estabelecer tipografias, impunha a censura prévia ao que era publicado, pois “nada aqui era encaminhado à impressão sem o consentimento dos censores” (PEIXOTO, 1978, p. 75).

Na visão de Peixoto (1978) a censura à imprensa começa a cair com a Revolução Pernambucana de 1817, que clama pela liberdade de imprensa. O governo, por meio de decreto de 1821, acaba por sustar a censura quanto aos manuscritos, mas

---

<sup>45</sup> Sobre Alfredo de Toledo não obtivemos dados biográficos. Sócio do IHGSP desde 1901, em 1908 foi declarado sócio benemérito do Instituto, tendo exercido, em 1912 e 1913 a vice-presidência do IHGSP. Na Revista do IHGSP publicou oito artigos no período entre 1901 e 1918.

<sup>46</sup> Nasceu e faleceu (1909-2006) em São Paulo. Foi acadêmico, advogado, escritor, jornalista, professor, veterano das Revoluções de 1930 e 1932, que ocupou a cadeira número 1, da Academia Paulista de Letras de 1990 a 2006. Exerceu o jornalismo desde os 16 anos, e trabalhou nos jornais A Gazeta, O Estado de São Paulo, A Razão, Correio da Manhã, Diário Nacional, Folhas. Foi professor de Jornalismo e Diretor da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero e professor emérito de Direito na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. (CRETELLA JR., 2006). Foi sócio do IHGSP e na Revista do IHGSP publicou 15 artigos entre 1974 e 1998.

cuida de fazê-la incidir sobre as provas tipográficas. Em 28 de agosto de 1821, D. Pedro expede o seguinte aviso que abolia a censura prévia:

Tomando S. A. Real em consideração quanto é injusto que depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores ou editores inesperados estorvos a publicação dos escritos que pretendem imprimir: E o mesmo Senhor servido mandar que não se embarace por pretexto algum a impressão. (D. PEDRO apud PEIXOTO, 1978, p. 75)

Em seguida, o autor comenta sobre a imprensa periódica surgida no país após 1821– se é que se poderia chamá-la assim, pois se tratava de duas dezenas de folhetos avulsos e opúsculos publicados no Rio de Janeiro. Cita também o “Diário do Rio de Janeiro”, surgido em 1821, editado pelo português Zeferino Vito de Meireles, e que publicava notícias e anúncios gratuitos, mas que apesar da popularidade era omissa em política, visto que “nem noticiou a proclamação da Independência” limitando-se apenas a “inserir editais referentes ao acontecimento na edição de 24 de setembro” (PEIXOTO, 1978, p. 76).

Na sua visão, o primeiro periódico que lutou pelos interesses do país foi o “Diário Constitucional”, que começou a circular na Bahia em 4 de agosto de 1821. Em seguida, lista outros periódicos que tinham um perfil mais político e que lutavam pela causa da Independência, e por isso seus editores sofreram as agruras das violências contra a imprensa livre – empastelamento dos tipos, prisão e violência.

Na visão de Peixoto (1978, p. 79) a Independência brasileira “foi também fruto da pregação daqueles jornalistas intemorados, da imprensa que se deu toda à causa de nossa emancipação - cooperando, decisiva, a Maçonaria, que a sustentou”.

No contexto da tipologia de artigos que se constituíam em “pareceres” dos IHGSP, o artigo de José Carlos de Ataliba Nogueira<sup>47</sup>, publicado em 1959 destaca-se por encerrar uma polêmica a respeito da fundação de São Carlos (SP) que “incendiou” a cidade por ocasião das comemorações do seu primeiro centenário, que ocorreria em 1857. A população e os historiadores locais dividiram-se entre os botelhistas – partidários do conde Antonio

---

<sup>47</sup> José Carlos de Ataliba Nogueira nasceu e faleceu em Campinas-SP (1901-1983). Foi jurista, político e professor. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1925). Foi promotor público em Itapetininga e em São Paulo. Foi professor titular da Faculdade de Direito da USP, orador do Centro Acadêmico XI de Agosto e participou da história da Campanha Civilista de Ruy Barbosa. Como político foi fundador do Partido Social Democrático (PSD), deputado federal pelo estado de São Paulo e Secretário da Educação deste mesmo estado. (CGRHU, 2013). Foi sócio do IHGSP e na Revista do IHGSP publicou 3 artigos entre 1942 e 1973.

Carlos de Arruda Botelho – e os, que postulavam ser Jesuíno José Soares de Arruda o fundador. Seria preciso definir o verdadeiro fundador para ser homenageado.

Provocações públicas, artigos em jornais, livros, seminários... Tudo valia para provar que um ou outro era o “verdadeiro fundador” da cidade. Em defesa do Conde do Pinhal estava sua neta Maria Cecília Botelho Ferraz, e, ao lado de Jesuíno de Arruda estava o advogado e historiador Theodorico de Camargo. Na versão “botelhistas”, o demarcador da Sesmaria do Pinhal, Carlos José Botelho, antes de morrer, se comprometera a doar as terras necessárias à constituição do patrimônio em louvor a São Carlos Borromeu, construção da capela e para a construção de casas e ruas necessárias ao povoamento. O local demarcado para a construção da capela, contudo, ficara no interior do quinhão de terras que teria sido adquirido por Jesuíno, por compra efetuada junto a herdeiros de Botelho. Mas, dada a amizade com o falecido, Jesuíno e sua mulher teriam se comprometido a satisfazer aquela última vontade, procedendo eles à doação de parte de sua área à Igreja, tendo ainda, requerido e obtida a licença para a construção da capela. Além de Jesuíno outros filhos e genros de Carlos José Botelho teriam feito doação de parte de suas terras à Câmara Municipal de Araraquara para loteamento de arruamento que possibilitasse o desenvolvimento da povoação, sendo que, um deles, Antonio Carlos de Arruda Botelho, na condição de presidente da Câmara Municipal de Araraquara tomara todas as providências para a regularização da urbanização, dotando, ainda, a povoação de outros melhoramentos. (VERRI FILHO, 2013, s.p.)

O resultado do debate foi que, nas comemorações oficiais do centenário da cidade, o homenageado acabou sendo Antonio Carlos de Arruda Botelho.

No entanto, após compulsar e analisar documentos da Cúria Metropolitana de São Paulo, da Cúria Diocesana de São Carlos, das atas da Câmara Municipal de Araraquara, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e dos cartórios das escriturarias judiciárias tanto de Araraquara quanto de São Carlos, a Comissão de História do IHGSP – composta por Ataliba Nogueira (relator), Plínio de Barros Monteiro, Maria Conceição M. Ribeiro e Aureliano Leite - encerra a controvérsia dando a ambos a primazia pela fundação de São Carlos:

São Carlos do Pinhal foi o termo de oneroso e rude sacrifício por parte de homens de têmpera forte, de longa data presos à terra. Na linguagem por demais repetida das crônicas, era este o lento e silencioso sacrifício de levantar povoados. Muitos sem dúvida o suportaram, mas é impossível deixar de ressaltar o nome de Carlos José Botelho, o de cada. Qual dos seus filhos (especialmente Antônio Carlos de Arruda Botelho), o de seus genros e o de Jesuíno José Soares de Arruda. É o que resulta do exame dos testemunhos existentes a respeito e divulgados, principalmente, por d. Maria Cecília Botelho Ferraz, dr. José Soares de Arruda, J. David Jorge, dr.

Teodorico Leite de Almeida Camargo e professor Jorge Balestrini. (ATALIBA NOGUEIRA, 1959, p. 180)

Aureliano Leite, um dos membros da Comissão, ainda pede o acréscimo, na última linha desse texto, após “Balestrini”, da expressão: “além do exame do parecer do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. (RIHGSP, 1959, p.180).

### 3.2.3.6 História do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Revista do IHGSP

Compõem essa categoria 22 artigos escritos por 20 autores, dos quais um deles, publicado no ano de 1939 é assinado pela “Redação”, composta naquele ano por Carlos da Silveira, Nicolau Duarte da Silva e Américo Brasiliense Antunes de Moura.

O Quadro 13 permite verificar a distribuição de artigos sobre essa temática.

**Quadro 13** – Artigos sobre o IHGSP e a Revista do IHGSP

Ano	Autores	Títulos
1898	Eduardo Prado	Discurso do Aniversario da fundação do Instituto Histórico de S. Paulo, lido pelo dr. Eduardo Prado, em sessão magna do mesmo Instituto em 10 de novembro de 1898
1907	Manoel de Oliveira Lima	A Biblioteca Brasiliense do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues
1914	Affonso D'Escragnolle Taunay	Os quatro primeiros lustros de vida do instituto
1933-1934	Nicolau Duarte Silva	40°. aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
1933-1934	Nicolau Duarte Silva	Arquivo e Museu do Instituto - publicação de documentos históricos - documentos sobre a revolução de 1842, em São Paulo
1938	José Torres de Oliveira	O 44°. aniversário do Instituto e os sócios falecidos durante o ano social findo - discurso proferido na sessão magna de 1 de novembro de 1938
1939	REDAÇÃO [Carlos da Silveira, Nicolau Duarte da Silva e Américo Brasiliense Antunes de Moura]	O quarto presidente honorário do instituto - a redação
1942	José Carlos de Ataliba Nogueira	Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo: o 47°. aniversário do Instituto - elogio histórico dos sócios falecidos em 1941
1949	Affonso D'Escragnolle Taunay	Jubileu do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1944): discurso do Sr. Affonso de E. Taunay
1949	Tito Lívio Ferreira	Os presidentes efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - discurso do Sr. Tito Lívio Ferreira
1949	Aureliano Leite	Os quatro presidentes honorários do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: discurso do Sr. Aureliano Leite
1949	Affonso D'Escragnolle Taunay	Discurso pronunciado em 9/11/1944, pelo Sr. Affonso de E. Taunay, por ocasião da inauguração do seu retrato a óleo no salão nobre do Instituto
1949	Altino Arantes	Discurso do Sr. Altino Arantes

1949	Amador Bueno Machado Florence	Discurso do Sr. Amador Bueno Machado Florence
1949	Enzo de Oliveira	Os fundadores ainda vivos - discurso do Sr. Enzo de Oliveira
1965	Carlos Penteado de Rezende	A biblioteca em 1963
1991	Adérito Calado	Bibliotecas, livros & papéis
1993	Roberto Machado Carvalho	A fundação do IHGSP. Os idealizadores e a sessão inaugural. Cesário Morta Jr., o primeiro presidente. As antigas e a atual sede
1993	Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	Prudente de Moraes, primeiro presidente honorário
1993	Célio Debes	A Revista do IHGSP e a pesquisa histórica
1995	Antônio Celso Ferreira	Entre a tradição e a modernidade, entre a história e o romance - IHGSP: 100 anos
1995	Hernani Donato	Sessão do Centenário - discurso do presidente Hernani Donato

Fonte: RIHGSP – Elaboração própria

Os artigos dessa categoria versavam sobre a fundação do IHGSP e discursos proferidos por ocasião das efemérides do Instituto (primeiro aniversário, aniversários de 40 anos, 44 anos, 47 anos e jubileu de ouro), da Revista do IHGSP.

Um conjunto de quatro artigos abordam a biblioteca, o museu e o arquivo do IHGSP, a saber: Manoel de Oliveira Lima (1907), Silva (1933-1934), Rezende (1965) e Calado (1991).

O artigo de Manoel de Oliveira Lima (1907) apresenta detalhadamente o catálogo comentado de cerca de livros que integram a coleção “Brasília” de José Carlos Rodrigues, oferecido à biblioteca do IHGSP. O “Catálogo Rodrigues” era composto por 680 páginas abrangendo 2.646 números, cada um correspondente a um livro ou periódico, e atingia até o ano de 1822, dado que a produção literária após essa data seria objeto de outro catálogo, pois o colecionador já possuía mais de 6.000 exemplares inscritos. Na visão de Oliveira Lima (1907, p.659) “é mais completo que o catálogo Garraux de livros franceses e latinos sobre o Brasil” e “transforma esse inventário num repositório excelente de dados e de informações de uso contínuo para os devotos da bibliografia brasileira ou mesmo americana.” (OLIVEIRA LIMA, 1907, p. 661).

Por sua vez, Nicolau Duarte da Silva<sup>48</sup> (1933-1934) no artigo “Arquivo e Museu do Instituto – publicação de documentos históricos – documentos sobre a revolução de 1842, em São Paulo” apresenta a decisão do IHGSP de publicar os documentos históricos que compõem o acervo “Casa de São Paulo”. Coube, portanto, ao Nicolau

<sup>48</sup> Não obtivemos a biografia de Nicolau Duarte da Silva. Foi sócio efetivo do IHGSP, ocupou a Direção da Biblioteca e Mapoteca e do Arquivo e Museu do IHGSP (1932), além de compor, por vários anos a equipe de redação da Revista do IHGSP onde publicou, no período entre 1930 e 1961, quatro artigos.

fazer a apresentação dos documentos relacionados ao “movimento revolucionário de 1842” provindo do arquivo particular da família do Barão de Jundiá, que tomou parte nos acontecimentos em defesa do governo. Essa documentação foi oferecida ao IHGSP pelo sócio José Francisco Teles de Queiróz, que agora publica esses originais em “fac-símile”, bem como preserva a ortografia original.

O artigo de Carlos Penteado Rezende<sup>49</sup> (1965) intitulado “A biblioteca em 1963” na realidade é um breve relatório das atividades desenvolvidas pelo setor sob a sua Direção, já que ocupava o cargo de 1º. Bibliotecário do IHGSP. Entre as ocorrências relatadas, há menção aos pedidos de demissão apresentados pelas bibliotecárias-auxiliares Irene Lerche e Sofia Ferraz, e a admissão da nova bibliotecária-auxiliar, Hebe Penteado. Informa o total de 1.076 consulentes no ano e a reorganização da seção de periódicos, bem como as doações recebidas durante o ano, que totalizaram 245 novos livros. Também comenta sobre o excesso de obras em duplicatas, constante do acervo, o que se por um lado representa um patrimônio para o Instituto, por outro lado é um “peso morto, ocupando espaço, e desligadas de sua atividade cultural que poderiam ser postas em outros lugares à disposição de estudiosos” (REZENDE, 1965, p. 243). Por esse motivo, conclamava a Diretoria a uma resolução do problema, pelas vias da doação, permuta ou venda.

O artigo de Calado<sup>50</sup> (1991), que ocupava o cargo de 2º. Bibliotecário do IHGSP, e intitulado “Biblioteca, livros & papéis” tratava-se na realidade de uma resenha do livro de Will Durant “História da Civilização” e compilava alguns dados “a respeito da maneira pela qual surgiram as primeiras bibliotecas e o que constituíam em suas origens”. (CALADO, 1991, p. 163).

Outros artigos enfocavam a biografia de presidentes do IHGSP e outros consistiam em discursos dos presidentes ou de sócios da entidade.

Três desses 23 artigos já foram focalizados nesse capítulo e no capítulo 2 dessa tese (PRADO, 1898; DEBES, 1993; FERREIRA, 1995) e se referiam à história do

---

<sup>49</sup> A única nota biográfica de Carlos Penteado de Rezende diz que é bacharel em Direito pela USP. Publicou artigos sobre música e a Academia da Escola de Direito de São Paulo. Sócio emérito do IHGSP publicou quatro artigos na Revista do IHGSP no período entre 1956 e 1975.

<sup>50</sup> Adérito Augusto de Moraes Calado tomou posse no IHGSP em 1986. Nessa ocasião proferiu um discurso enfocando a vida e obra de João Augusto de Toledo, nome que designou como seu patrono, e que foi um educador que atuou nas décadas de 1920 a 1940, em várias cidades, entre elas São Carlos-SP, sendo contemporâneo de Sud Mennucci, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, João Lourenço Rodrigues, entre outros. João Augusto de Toledo foi professor na Escola Normal de São Carlos e em 1916 tornou-se lente vitalício dessa Escola, ai permanecendo até 1921 quando foi removido para a Escola Normal de Campinas. Participou como relator da IV e V Conferência Nacional de Educação. Adérito Calado publicou 7 artigos entre 1986 e 1995 na Revista do IHGSP.

IHGSP. Outro conjunto de artigos também se refere às comemorações dos aniversários do IHGSP: os quatro primeiros lustros do Instituto são celebrados por Eduardo Prado (1898); os vinte anos, por Affonso d'Escragnolle Taunay (1914); Nicolau Duarte da Silva (1933-1934) festeja os 40 anos do IHGSP, enquanto que José Torres de Oliveira (1938) comemora os 44 anos e José Carlos Ataliba Nogueira o 47º. Aniversário. Na véspera de completar 100 anos o Instituto é objeto de reflexão de Carvalho (1993). O jubileu de ouro do IHGSP é exaltado por Afonso d'Escragnolle Taunay (1949) e o centenário por Hernani Donato (1995) e Antonio Celso Ferreira (1995).

Vejamos, pois, o que diziam esses autores sobre a trajetória histórica do Instituto.

O artigo de Affonso d'Escragnolle Taunay (1914) é uma conferência proferida enquanto orador oficial do IHGSP, na sessão de 25 de janeiro de 1914. O autor inicia seu discurso enfatizando que aqueles que “hoje promovem o progresso da nossa instituição pertencem ainda, em grande parte, à categoria dos ardentes e dedicados fundadores do 1894”, motivo pelo qual ainda não havia tempo suficiente para que no Instituto se instalasse a noção de “gerações”. Em seguida, o orador expõe a estratégia de sua abordagem: lembrará a todos os feitos que marcaram os vinte anos do IHGSP pontuando pelo retrospecto da atuação dos fundadores e demais sócios que já não se encontram entre os demais, em virtude de seus falecimentos. E assim, as onze páginas do artigo dão conta de aspectos como transcorreu a primeira reunião de fundação do Instituto, como foi realizada a adesão dos sócios, a constituição das comissões do Instituto, a criação da biblioteca, os prédios que serviram de sede do Instituto, e a criação da Revista do IHGSP.

Em relação à criação da Revista do IHGSP, Taunay (1914) louva a iniciativa que permitiu ao Instituto, já nos seus primórdios, criar esse importante veículo de comunicação, como também descreve as contribuições dos autores – a maioria composta por sócios do IHGSP – desde o primeiro volume (1895) até o volume 14 (1909). Ao abordar a temática desses artigos, Taunay (1914) também aproveita para destacar as atuações dos autores nas atividades do Instituto.

Os 40 anos do IHGSP foram enaltecidos no artigo de Silva (1933-1934) que tem o propósito de “divulgar algumas notas sobre essa instituição bandeirante” (1933-1934, p. 265). E com esse objetivo o autor faz uma espécie de relatório das atividades desenvolvidas nesses oito lustros e rememora: a fundação do IHGSP, as primeiras



sessões, o edifício social, as publicações, o patrimônio, a composição das diretorias e as atividades desenvolvidas durante as diferentes gestões.

Por sua vez, o discurso de José Torres de Oliveira<sup>51</sup> (1938) a propósito das comemorações dos 44 anos do IHGSP, foi marcado pelo elogio histórico dos falecidos membros do Instituto. O orador pede desculpas à plateia, pois essa incumbência seria de um orador convidado pela Diretoria em substituição ao orador oficial, e que por motivo pessoal de última hora, declinou do convite. Sendo assim, apesar da preleção de Oliveira acontecer de modo improvisado, o orador faz uma síntese histórica e biográfica dos homenageados: Estevão Leão Bourroul, Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho e Antonio de Toledo Piza, destacando o pensamento comum que os uniram no propósito de fundar o IHGSP. O orador também explana sobre as biografias e atuação do Conde Afonso Celso, do Prof. Ramón Roca Dordal e do Barão de Studart, sócios honorários do Instituto; bem como, Júlio Conceição, sócio benemérito; e Antonio Evaristo Bacelar, sócio fundador.

Ataliba Nogueira (1942, p. 385) segue a mesma lógica de Oliveira (1938) ao discursar sobre o 47º. Aniversário do IHGSP: “Ocupar-me-ei, na primeira parte deste discurso, em recordar, de modo extremamente sucinto, os nossos sócios falecidos, durante o ano que finda” e reserva a segunda parte “ao encomio do estudo das investigações históricas e de sua oportunidade, no ano que se inaugura”. Assim, são exaltados os perfis dos sócios falecidos: Manuel Braga Monteiro, João da Silva Campos, Luiz Carneiro, Amílcar Roberto Alves, Comendador João Manuel Alfaia Rodrigues e Carlos Malheiro Dias.

Por ocasião do jubileu de ouro do IHGSP foram publicados 6 artigos exaltando a efeméride:

a) Affonso d’Escragnolle Taunay (1949, p. 147), que embora anuncie que irá fugir ao discurso tradicional de analisar e louvar os feitos dos sócios falecidos durante os cinco decênios do Instituto, limita-se a “recordar a memória dos sócios eminentes dos primeiros anos de existência do Instituto” sendo que nessas rememorações faz uma retrospectiva dos artigos publicados na Revista do IHGSP;

---

<sup>51</sup> José Carlos Maria Torres Dias de Oliveira nasceu em 1869 e faleceu em 1950. Ingressou na Academia do Largo São Francisco onde obteve o grau de bacharel em Direito (1889). Foi promotor público em Cunha, Juiz Municipal em São Luís do Paraitinga e Promotor público interino em Jaboticabal. Pertenceu a várias associações (IHG de Campinas, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte, Instituto Heráldico e Genealógico de São Paulo, Sociedade Numismática Brasileira). (GOMES, 1970, p.257-266; CORDEIRO, 1953). Foi presidente do IHGSP no período 1930-1950 e depois Presidente Perpétuo. Colaborou com 17 artigos na RIHGSP.

b) Tito Lívio Ferreira (1949) e Altino Arantes (1949) dissertam, respectivamente, sobre os presidentes efetivos do IHGSP (Cesário Mota Junior, Manoel Duarte de Azevedo, Luiz Piza, Altino Arantes, Afonso de Freitas e José Torres de Oliveira) e sobre os presidentes honorários, os políticos Prudente de Moraes e Rui Barbosa e os historiadores Barão do Rio Branco e Affonso d'Escagnolle Taunay;

c) três artigos, respectivamente de Altino Arantes (1949), Amador Bueno Machado Florence (1949) e Enzo de Oliveira (1949), sendo os dois primeiros compostos por votos de louvor e rápidas palavras de agradecimentos pela honra de compor os quadros do Instituto, além de lembranças sobre os primeiros presidentes; enquanto que o último orador que explanou sobre a vida e atuação de alguns dos 138 sócios fundadores já falecidos, além de realizar um esboço biográfico daqueles que ainda estão vivos, a saber: Francisco Martiniano da Costa Carvalho, Manoel Pereira Guimarães, Bento Bueno, Cincinato Braga e Carlos Botelho.

Os preparativos para o centenário do IHGSP foram postos em ação em 1993, por ocasião dos 99 anos do Instituto, e resultaram em outro conjunto de artigos escritos por Roberto Machado de Carvalho (1993), Célio Debes (1993) e Maria Lucia de Sousa Rangel Ricci (1993) que abordaram, respectivamente: a) a fundação do Instituto, os idealizadores e a sessão inaugural, as antigas e sede ocupada naquela ocasião pelo IHGSP, bem como os feitos do primeiro presidente, Cesário Mota Jr; b) a Revista do IHGSP; c) o primeiro presidente honorário do IHGSP, Prudente de Moraes.

Finalmente, os volumes 90 e 91 da RIHGSP publicados em 1995 trazem dois artigos sobre os cem anos do IHGSP: no primeiro, o autor (FERREIRA, 1995) salienta alguns traços distintivos da produção historiográfica do Instituto, de 1895 até o final da década de 1930, enquanto que o segundo trata-se do discurso de Hernâni Donato, então presidente do Instituto, que rememora a fundação do IHGSP e as atividades comemorativas do ano do centenário. Também é digno de mencionar o “Relatório das atividades assinaladoras do ano centenário”, publicado nesse ano de 1995, na edição de número 91, no qual são detalhadas, mês a mês, as atividades comemorativas do centenário e que oferecem um quadro da intensa programação desenvolvida em 1994.

Como vimos até aqui a tipologia dos artigos publicados na Revista do IHGSP era composta de genealogias, biografias, elogios fúnebres, na exposição de documentos históricos, conferências, discursos, comemorações e homenagens, atas, relatórios, estatutos e pareceres, catálogos e acervos, assim como na divulgação de crônicas e notícias.

Finalmente, é válido lembrar uma marca distintiva da RIHGSP assinalada por Auler (2009) que é a de construir ou perpetuar a imagem-símbolo do bandeirante “desbravador” e do jesuíta “civilizador” do gentio. Na visão da autora,

[...] a *RIHGSP* torna-se uma ideia associada ao símbolo, primordialmente pelo trabalho do próprio tempo e, em parte pela ação dos homens, indo encontrar-se como elemento simbólico do patrimônio desta memória nacional específica. Os discursos fundadores funcionam como referência básica no imaginário que constituem as diferentes falas da *RIHGSP*. Esses discursos se tornam referências na construção da memória nacional. Trata-se de pensar como os diferentes processos discursivos se relacionam. Como uns vão se constituindo em relação aos outros. Como é possível reconhecer um discurso fundador através do modo pelo qual ele se instala como tal no conjunto dos processos discursivos? No que se refere a *RIHGSP*, podemos inferir que o discurso fundador pode ser observado na representação do bandeirante, enquanto forma legitimadora de determinada camada social; e, também, podemos encontrá-lo na representação do jesuíta. (AULER, 2009, p. 143).

No próximo capítulo apresentamos outros resultados da pesquisa realizada, desta vez enfocando os artigos referentes às seguintes categorias temáticas: “educação e ensino”, “educação jesuítica no Brasil Colonial” e “vultos da história da educação jesuítica no Brasil Colonial”. Essas categorias reúnem 82 artigos (44% do total) dos quais será selecionada uma amostra visando à análise de conteúdo.

#### 4 A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DA RIHGSP

*[...] o mundo está cheio de histórias, de acontecimentos e ocorrências e eventos estranhos, que só esperam ser contados e a razão pela qual geralmente permanecem não contados é, segundo Isak Dinesen, a falta de imaginação (ARENDE, 2003, p. 88).*

Neste capítulo apresentamos o resultado da análise de conteúdo de 20 artigos de selecionados entre os 186 classificados nas três categorias temáticas. Selecionamos artigos apenas dessas três categorias por entendermos que as demais já foram suficientemente exploradas no capítulo 3 e pelo fato de que o conteúdo dos artigos dessas categorias pode iluminar o conhecimento a respeito da história da educação brasileira, e especialmente sobre a educação colonial, tão pouco explorada nas pesquisas acadêmicas brasileiras, conforme as visões de Bittar e Ferreira Junior (2010), Ferreira Junior e Bittar (2005) e Hayashi et al (2008).

A escolha dos artigos não foi pautada em uma amostra estatística estratificada, mas seguiu as orientações metodológicas da pesquisa social, conforme preceituadas por Minayo (2001). Para a autora, pode ser considerada uma amostra ideal aquela que reflete as múltiplas dimensões do objeto de estudo. A amostragem boa é, portanto, aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas definições.

Esta autora também argumenta que nas pesquisas qualitativas a amostragem é realizada com base em uma parte da população pesquisada. De acordo com essa visão, nessa etapa da pesquisa a escolha dos 20 artigos foi pautada nos seguintes critérios:

- a) o número não é muito grande, mas permitiu que a pesquisadora fosse capaz de conhecer bem o objeto de estudo.
- b) não houve uma preocupação maior com a generalização dos resultados.
- c) visou à necessidade de um maior aprofundamento e abrangência da compreensão dos achados da pesquisa.

É importante ainda esclarecer que ao adotar a abordagem qualitativa para definição da amostra estudada, o critério fundamental não foi o quantitativo, mas sua possibilidade de incursão. Ou seja, buscou-se garantir que a amostra selecionada a permitisse à pesquisadora: a) compreender o seu objeto de estudo – os artigos publicados na Revista do IHGSP; b) identificar e analisar dados não mensuráveis, como por exemplo, entendimento de razões, significados e motivações de um determinado

grupo de indivíduos (a elite letrada e intelectual de São Paulo e do Brasil nos séculos XIX e XX, representada pelos sócios do IHGSP, e que publicaram artigos na Revista do IHGSP) em relação a um problema específico (a história da educação brasileira).

Para analisar o conteúdo desses 20 artigos, conforme já detalhado na introdução, seguimos os passos da metodologia preceituada por Bardin (2004).

O fio condutor da análise desses artigos é o conceito de historiografia – entendida aqui como a expressão e o produto de uma prática intelectual – e que de acordo com a literatura de referência possui vários significados, a saber: “história da história” (RODRIGUES, 1978; 1981); a “análise crítica do conhecimento histórico e historiográfico, e do seu processo de produção, reconhecendo, portanto, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica” (LAPA, 1981, p.18-19); ou ainda a visão de historiografia como “uma obra da História”, ou seja, aquela que trata de “obras elaboradas, não de documentos” (IGLÉSIAS, 1972, 1988, 2000).

Sem desconsiderar essas concepções de historiografia Torres (1996, p. 56) explica melhor esse conceito:

[...] a historiografia tem a ver com construção e interpretação, pois ela é o conhecimento historicamente localizado num contexto intelectual e numa estrutura socioeconômica, política e mental. A historiografia é toda produção do conhecimento histórico (ou de outras áreas de conhecimento) referente a determinado tema e período. Não é história (processo), nem é somente conhecimento histórico, mas o conhecimento situado na historicidade de seu acontecer, sendo história-processo na dimensão de sua contemporaneidade. A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreendermos – numa preocupação de totalidade – esse passado. Na historiografia estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das ideias desfigurará com o passar do tempo. Portanto, a historiografia, de produção intelectual, passa a vestígios de um determinado acontecer para quem a analise; portanto, o conhecimento histórico observado a partir de uma perspectiva de historicidade em processo torna-se objeto de análise ou história-processo no plano do vestígio escrito. (TORRES, 1996, p.56-57)

Além disso, no contexto das reflexões sobre as concepções de historiografia e válido lembrar que não há neutralidade na produção do saber, pois “não há como negar a historicidade do indivíduo que constrói verdades” (TORRES, 1996, p.56). Esse entendimento vem corroborar a crítica que Schaff (1983) faz ao positivismo por relegar à imparcialidade ao sujeito que elabora o saber.

No que tange à prática historiográfica do IHGSP essa se constituiu na produção e edificação de um saber sobre a terra e a gente de São Paulo visando a busca de uma identidade regional e,

[...] na recriação (sempre mítica) do passado, elas buscavam as energias capazes de garantir coesão social e durabilidade cultural para uma sociedade acometida por intensas e rápidas mudanças. Ao se projetarem para o futuro, deixaram entreveros conteúdos utópicos próprios aos regionalismos e nacionalismos (FERREIRA, 2002, p. 353)

As próximas seções apresentam os resultados da análise de 20 artigos que refletem em seu conteúdo a escrita historiográfica do IHGSP sobre o ensino e a educação, a educação jesuítica no Brasil colonial e os vultos dessa educação que foram objeto de destaque pela elite intelectual letrada paulista.

#### 4.1 A historiografia da educação e do ensino no IHGSP

No contexto dos 22 artigos sobre essa temática quatro artigos foram selecionados para análise nesse capítulo, a saber:

**Quadro 14** – Artigos selecionados sobre educação e ensino

Ano	Autores	Títulos
1923	Ernesto Goulart Penteadó	A instrução popular em São Paulo
1956	Ernesto de Sousa Campos	Escolas rurais: origem, evolução e estado atual do problema
1970	Ernesto de Sousa Campos	Origem, evolução e desenvolvimento da instituição universitária brasileira
1996	Hélio Abranches Viotti	Ensino público em São Paulo entre 1551 e 1759

Fonte: RIHGSP. Elaboração própria

O artigo de Ernesto Goulart Penteadó<sup>52</sup> (1923), intitulado “A instrução popular em São Paulo” é resultado de uma conferência comemorativa ao centenário da Independência, realizada no IHGSP, em 20 de agosto de 1922.

O autor inicia o artigo com um resumo da história da pedagogia, definindo-a como sendo “a arte de educar a infância, ou o conjunto dos princípios e dos meios de

<sup>52</sup> Ernesto Goulart Penteadó era “paulista da capital, formado em Direito pela Academia de São Paulo, emérito educador e provector advogado, 1º. Juiz de Paz do distrito do Brás, representante do povo em diversos triênios da municipalidade da capital, membro efetivo e secretário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” (RIHGSP, 1923, p.309).

educação” (PENTEADO, 1923, p. 313). Em seguida, divide a história da pedagogia em três momentos, ou “largas experiências nas quais o espírito humano pode colher muitos e muitos fatos”, a saber:

A primeira é-nos ministrada pela civilização indo-semítica, predominante no período histórico conhecido pelo nome de “antiguidade oriental”; a segunda é constituída pela evolução e plena floração dos dois grandes ramos arianos, romano e grego: a terceira, finalmente, desenvolve-se através de toda a idade média, moderna e contemporânea. As sociedades, que viveram durante o período indo-semítico, não passam da primeira fase educativa, como também não passam da primeira fase social; dentre as que se expandem no segundo, o grupo ateniense é que atinge uma florescência mais vicejante e, portanto, em que melhor se verifica a lei evolutiva dos sistemas educativos; as sociedades latino-germânicas, destinadas a viver desde o começo da idade média até os tempos modernos, são, finalmente, as que nos oferecem uma experiência mais completa e decisiva. (PENTEADO, 1923, p.313)

E nesse resgate da história da pedagogia, Penteado (1923, p. 323) chega até Lutero que, de acordo com sua visão é um “notável orientador no campo das teorias pedagógicas”, pois como o reformador dizia “a força da sociedade reside na boa educação que lhe dá cidadãos instruídos, cordatos e honestos”. Na visão de Penteado (1923, p.323) Lutero não só democratiza e exata a escola,

[...] deduz, de uma maneira clara e positiva, dos princípios proclamados pelo movimento protestante, a forma que convém à verdadeira operação educativa; quer que o aluno “ouça, veja e aprenda alegremente”, isto é, construa por espontaneidade própria, habilmente guiada, as suas próprias noções. (PENTEADO, 1923, p.323)

Na visão de Penteado (1923) até o século XVIII a democratização nas escolas é um fato, apesar de ser o seu único progresso, pois nos países de língua alemã, nos séculos XVI e XVII, o professor ainda é o sacristão. O século XVIII produz um pequeno esforço de arrancar das mãos da Igreja a escola popular e no século XIX são criadas as primeiras escolas normais.

Penteado (1923) também menciona os pequenos progressos no campo educativo ao longo dos séculos, seja em países católicos ou não, constatando que apesar dos progressos experimentados pela operação educativa, a disciplina escolar ainda continuava sendo bárbara, podendo-se dizer que “o aluno se instruí, mas não se educava” (PENTEADO, 1923, p. 323). E para corroborar esse entendimento cita o fato

que se contava a respeito de um professor alemão, falecido em 1782, que dera, durante a sua vida profissional “911.597 pauladas, 124.010 açoites, 10.235 bofetadas e 7.905 puxões de orelha”.

Em seguida, Penteado (192, p. 323) passa a discorrer sobre Pestalozzi e Froebel, a quem cabem a honra de iniciar uma nova fase histórica na educação, voltada para a instrução popular, sendo que ambos encerram o ciclo dos grandes pedagogistas.

A partir daí, Penteado passa a defender a sua “tese” sobre a instrução popular, e recorre novamente ao passado histórico brasileiro, iniciando com Nóbrega e Anchieta, a quem denomina como os “verdadeiros precursores do ensino verdadeiramente popular no Brasil” (PENTEADO, 1923, p. 325). Assim, rememora fatos históricos da atuação desses missionários jesuítas no Brasil Colonial no tocante à catequese dos índios e à instrução popular.

Até 1846, na visão de Penteado (1923, p. 329) “a instrução popular conservava-se mais ou menos estacionária”. Assim, o autor passa a dissertar sobre a instrução popular no Estado de São Paulo, baseando seu arrazoado no repertório das leis provinciais de 1835 a 1875 e destacando que entre essas apenas a lei nº. 34, de 16 de março de 1846, dá à instrução pública certo cunho determinado. Desse modo, dá destaque a alguns pontos que julga importante dessa referida lei, a saber:

Art. 1º. – A instrução primária compreende a leitura, escrita, teoria e prática da aritmética até proporções inclusive noções gerais de geometria prática, gramática e língua nacional e princípios da moral cristã e da religião do Estado.

Art. 2º. – A instrução primária do sexo feminino constará das mesmas matérias, com exclusão da geometria e limitada a aritmética, à teoria e prática das quatro operações e também das prendas que servem à economia doméstica.

Art. 3º - O governo estabelecerá escolas públicas de instrução primária, em todas as cidades, vilas e outras povoações que, atenta ao número da população reunida julgar em circunstâncias apropriadas, sujeitando a aprovação da Assembleia Provincial.

Art. 4º. – Nas povoações em que as escolas do sexo feminino forem frequentadas por mais de 60 alunos, poderá haver mais uma escola, adicionando-lhes noções gerais de geografia e história, especialmente do Brasil e noções das ciências físicas aplicáveis aos usos da vida. Naquelas em que as do sexo feminino forem frequentadas por mais de 40 alunas, também poderá haver mais uma, adicionando-lhes noções gerais de geografia, história e música.

Tristes tempos, pois, esses do século XIX, em que o preconceito de gênero se impunha na educação feminina e tinha força de lei, mas que para o historiador do



IHGSP não se constituía em questão a ser comentada, reafirmando assim a postura acrítica dessa historiografia. Em relação à prática dos castigos, a legislação de 1846 ainda normatizava no Art.14, o programa dos exames, os castigos e a duração diária dos exercícios.

Penteado (1923, p.331-335) historia a seguir as legislações paulistas no período 1868 a 1921, a respeito da instrução pública. Na sua visão o ensino público, no estado de São Paulo tivera o seu período áureo, a contar de 1893 a 1903, pois:

De evolução em evolução, chegamos até a presente época, em que a instrução popular, difundida pelos poderes públicos atingira o grau mais elevado. Outrora, a instrução popular até certo ponto, era acanhada. Já examinamos o programa de ensino que nos dá notícia a lei n. 24, de 16 de Março de 1846. Era um programa simples e fácil de ser executado, bem como também o era, o da lei n. 54, de 15 de abril de 1868 e seu consequente regulamento de 18 de Abril de 1869.

Em seguida, Penteado (1923, p. 337) passa a discorrer sobre as estatísticas existentes sobre o ensino no Estado de São Paulo, comparando-as com as exíguas estatísticas no âmbito nacional – das quais só se conhece uma parte delas – haja vista que situação da instrução pública em São Paulo não é excedida “em zelo e devotamento”, no resto do país ainda se desconhece a real situação, haja vista que em 1915 existiam matriculados em todas as escolas primárias, 910.542 alunos, para uma população escolar desconhecida e uma população geral avaliada em 20 milhões. E caso houvesse cotejo com as estatísticas internacionais seria impossível evitar o vexame.

Penteado (1923, p. 340-342) pinta o quadro do ensino público na Inglaterra, onde se encontram “bons edifícios escolares e admirável organização do ensino” e detalha o método de ensino nas escolas elementares do School-Board (Conselho Escolar) de Londres:

[...] escrita a letra vertical, quase exclusivamente; nada de letras góticas e floreadas; a questão é que o menino ou menina escreve ligeiro e legivelmente. Idioma: inglês, repetidos exercícios de leitura, ortografia e composição: estudo incidental da gramática. Nos dois graus superiores, começa o estudo da literatura inglesa, e no sexto grau, estudam trabalhos de autores como Shakespeare e outros. Aritmética diária e praticamente desde os graus inferiores. Constantes exercícios de análise e cálculo mental. Geografia e história: além de mapas, exercícios cartográficos pelos alunos, textos feitos por bons mestres e quadros cromo-litografados. Usam-se muito as projeções luminosas. Não há escola que não tenha três ou quatro lanternas e, na secretaria do Conselho, há grande quantidade de vistas que circulam

entre as escolas, segundo requisição dos professores. Em geografia, cosmografia, zoologia, botânica e história, as projeções são um grande meio de ensino na Inglaterra. A física e a química ensinam-se teórica e praticamente nas escolas elementares. Não se usa texto algum; nos primeiros graus o professor ensina oralmente e faz ligeiras experiências que os alunos observam com interesse e, em seguida, dá explicação do modo mais claro e conciso. Nos dois últimos graus os alunos trabalham nos laboratórios; cada um tem seu lugar fixado, com tudo o que necessita, e nestes salões figuram grande quantidade de aparelhos e produtos para os respectivos trabalhos. Este sistema de ensino dá os mais salutareos resultados, pois que os alunos tomam o maior interesse nos estudos que eles mesmos procedem. (PENTEADO, 1923, p. 341-342)

Na sequência, Penteado (1923, p. 342) discorre sobre a complementariedade que deve haver entre instrução e educação, pois se a instrução é a “alavanca da civilização que destrói os muros da ignorância”, apenas ela “não basta ao homem, é mister que coexista a educação”. Para o autor

Há entre a educação e a instrução, uma distinção essencial, que entretanto não destrói a união desses dois elementos inseparáveis do sistema. A instrução é um ramo da educação, e é preciso não perder de vista que é um ramo subordinado. A instrução dá conhecimento e aptidões; a educação fortifica as faculdades pelas quais esses conhecimentos são adquiridos e postos em prática; a instrução ensina; a educação dá aptidão para fazer bom uso do que se tem aprendido; a instrução habilita para tal ou tal carreira da vida, em tal circunstância; a educação dá regras gerais aplicáveis a todas as carreiras a que o homem se possa destinar, sem todavia olvidar seu destino futuro, além da vida terrena. (PENTEADO, 1923, p. 343)

Na sua visão a instrução pública deve ser obrigatória, não se devendo deixar “ao menino ou ao adolescente, a liberdade de ser ignorante e de ser inferior aos outros homens intelectual e moralmente”. Em vista disso é necessário difundir a instrução popular, por todos os meios, embora esse fato acarrete “sacrifícios ao Estado, e até mesmo a particulares”. (PENTEADO, 1923, p.343-344).

O autor também enumera os meios pelo qual se tem feito propaganda da instrução popular: a imprensa, os livros, as conferências. Ressalta ainda a ação das Lojas Maçônicas, principalmente a Loja América, localizada na capital, que em 1868 fundara duas escolas noturnas de primeiras letras, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino, sendo que ambas foram muito bem frequentadas e a maioria dos alunos era composta por operários que, após a jornada de trabalho, iam para as escolas em busca de instrução.

Penteado (1923) também tece elogios a outras iniciativas educacionais, citando: a) a iniciativa de D. Anália Franco, educadora que mantivera escolas e asilos na capital e no interior do Estado; b) a inauguração, em 1873, da Sociedade Propagadora da Educação Popular e que anos depois passou a chamar-se Liceu de Artes e Ofícios; c) por último, o autor refere aos poderes públicos do Estado, que mantém um grande número de escolas noturnas, para a qual concorrem os operários, constituindo-se verdadeiramente na difusão da instrução popular, prestando grande serviço àqueles que não podem frequentar o grupo escolar durante o dia.

As escolas rurais foram objeto de estudo do artigo de Ernesto de Sousa Campos<sup>53</sup> (1956), em que o autor traça sua “origem, evolução e estado atual” além de fazer referências a sua atuação quando titular da pasta da Educação e Saúde no Governo do General Dutra. Nesse aspecto, cita os pontos principais do seu programa de ação quando assumiu essa pasta:

1. ampliar o âmbito universitário;
  2. movimentar a ação supletiva da União, nos domínios do ensino primário;
  3. batalhar pelo melhoramento do ensino de segundo grau;
- E no campo da Saúde Pública, desvendar novos horizontes:
1. criando a Campanha contra tuberculose, nas cidades;
  2. a Campanha contra a malária no “hinterland” (inútil cuidar educar sem cuidar simultaneamente da saúde)
  3. dando ao departamento da criança, maior expansão. (CAMPOS, 1956, p. 313)

Como enfatizava Ernesto de Sousa Campos, para executar plano tão ambicioso era necessário recorrer a verbas especiais. No entanto, uma dessas fontes de rendas dedicadas aos problemas da educação e saúde “estava inteiramente absorvida pela receita geral da república, ou por destinação que se não enquadrava senão longinquamente aos temas educacionais e sanitários”. (CAMPOS, 1956, p. 314). Em vista disso, o autor discorre sobre como foi preciso mostrar ao Presidente Dutra – e este acabou acatando as sugestões – de que era necessário colocar a taxa de educação e saúde dentro do limite de seu verdadeiro destino. Assim, ficou estabelecido que:

[...] as verbas designadas para ação supletiva da União, em relação ao ensino primário, seriam aproximadamente de 70% para prédios escolares, 25% para educação do adulto e adolescentes e 5% para

---

<sup>53</sup> Nesse ano de 1956, Ernesto de Sousa Campos ocupava a presidência do IHGSP.

bolsas de estudo, destinadas ao aperfeiçoamento de professores, inspetores e pessoal técnico de serviços educacionais. (CAMPOS, 1956, p. 317)

Em relação às escolas rurais, Ernesto de Sousa Campos relata com riqueza de detalhes como foram pensados e construídos esses estabelecimentos educacionais para além da área urbana:

Cuidamos de projetar imediatamente as escolas que deveriam ser situadas na zona rural e construídas economicamente. Consideramos porém ser indispensável que tais escolas, embora muito modestas, deveriam ter a casa da professora anexa. Seria o único meio de fixá-la no local e dar-lhe condições dificilmente conseguidas, por outra forma, na zona rural. Pretendendo construir prédios muito simples com materiais e preço pouco elevados e existentes, com facilidade, em cada região, não pudemos aprovar o projeto elaborado pelo departamento técnico respectivo do Ministério. Resolvemos, então, fazer pessoalmente o projeto cuja maquete foi logo executada. Tudo muito singelamente composto. E para ser executado em madeira, alvenaria de tijolo ou qualquer outro meio. Em essência, o que se desejava era uma sala de aula de um lado, e do outro a casa da professora; no meio o recreio coberto, para os dias de chuva. Tudo sob teto comum e construído em terreno de 100 metros por 100, para permitir arborização, recreio ao ar livre e horta. Viajando pelo interior do Brasil, temos visto e visitado, com emoção, estas escolinhas onde mestres e alunos gozam de conforto suficiente e onde se faz a preparação básica da nossa juventude. (CAMPOS, 1956, p. 317)

Em seguida, Ernesto de Sousa Campos apresenta os termos da exposição de motivos que apresentou em 13 de maio de 1946 ao Presidente da República, juntamente com o projeto do decreto-lei que fixou as bases de auxílio às unidades federadas para construção dos prédios escolares.

Além disso, Ernesto de Sousa Campos também refere que visando combater o analfabetismo, pretendia que as escolas normais e rurais fossem diferentes das urbanas. Para isso, deveriam “ter menor currículo e portanto menor número de anos de curso”, sendo imperativa a regra de “preparar professoras ou regentes em grande número e imediatamente”, evitando-se com isso a tendência para a corrida em procura das grandes cidades. Embora soubesse que “tais ideias poderiam ir contra os cânones rígidos de pedagogia acadêmica” o autor relata que tinha “um plano fatível, de emergência, compatível com a situação clamorosa que ainda se encontra no Brasil, em relação ao ensino primário”, visto que “na próspera metrópole paulista existiam atualmente 30.000 crianças sem escola”. (CAMPOS, 1956, p. 318).

Para por em prática esse plano de ação, Ernesto de Sousa Campos relata que contou com um levantamento estatístico que estabeleceu as condições de fornecimento de recursos às várias unidades federadas, sendo enviada carta-convite aos chefes de governo estaduais ou dos territórios, assim como ao prefeito do Distrito Federal.

Outra ação importante para viabilizar esse plano de ação foi a adoção, pelo INEP de um conjunto de normas relacionadas a: 1) Fundo Nacional de Ensino Primário; 2) Prédios Escolares; 3) Cursos de Adultos e Adolescentes analfabetos; 4) Estabelecimento de percentual de 5% para Concessão de Bolsa de Estudos destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal de serviços de inspeção e orientação do ensino primário, a critério do INEP; 5) Criação de cursos para professores primários, inspetores e diretores de escola e ainda cursos sobre organização dos serviços centrais da administração da educação; 6) Regulamentar as bolsas e exigências para a seleção de candidatos a esses cursos, bem como alojamento e transporte de pessoal; 7) expedir os regulamentos de ensino dos territórios; 8) aproveitar a experiência do INEP nos planos de organização dos serviços de educação de alguns territórios; 9) estudar os programas de ensino primário, a fim de expedir os programas mínimos; 10) ativar o levantamento sobre a situação da estrutura dos órgãos da Administração da Educação Estadual; 11) ativar pesquisas sobre o redimensionamento da rede de ensino primário, em cooperação com o IBGE e as secretarias e departamentos de Educação dos Estados e Territórios; 12) realizar um estudo completo da rede de ensino primário, em cooperação com o IBGE, a fim de poder sugerir aperfeiçoamentos aos governos e dar uma orientação mais adequada na distribuição dos prédios escolares a serem construídos com os recursos do Fundo. (CAMPOS, 1956, p.311-321).

O objetivo dessas medidas era na visão do INEP “tornar a rede escolar brasileira mais flexível e adaptada aos núcleos da população e de tal modo que o déficit escolar possa ter uma progressiva redução a taxas insignificantes na atual administração” (CAMPOS, 1956, p. 321).

Esses foram os elementos de sustentação da exposição de motivos do decreto-lei apresentado ao Presidente da República pelo então Ministro da Educação e Saúde Ernesto de Sousa Campos. O foco recaía, principalmente, sobre as fontes de recursos para a construção dos prédios escolares, aquisição de equipamento e material didático para os alunos.

Além disso, percebendo que naquela ocasião a Constituinte estava finalizando os trabalhos de reestruturação da Carta Magna, Ernesto de Sousa Campos relata que

estranhou que naquela peça não existisse um capítulo especial sobre Educação e Cultura. Isso o levou a estabelecer contatos com alguns constituintes e com o relator – antigo Ministro da Educação – e redigiu, em colaboração, uma emenda em que se concentravam todos os dispositivos constitucionais sobre o assunto, a qual veio ser aprovada. Com isso:

Se este excelente dispositivo constitucional não está sendo executado, nenhuma culpa cabe ao. Legislador nem aos que se interessaram por uma solução tão simples do problema. Ficaria assim, praticamente, o compromisso do Estado reduzido ao fornecimento de recursos complementares especialmente no que se refere às escolas rurais. (CAMPOS, 1956, p. 323).

Ernesto de Sousa Campos também refere o importante apoio que recebeu de Anísio Teixeira, na época diretor do INEP, que elaborou várias tabelas e quadros com dados sobre a construção de 5.837 escolinhas rurais, a concessão de mais 6.877 e estando em construção mais 703.

Por fim Ernesto de Sousa Campos faz algumas reflexões sobre o uso que estava sendo feito da taxa de Educação e Saúde na manutenção de instituições universitárias, que passaram a ser custeadas pela União. Na sua visão:

[...] não podemos ser contrários a esta aplicação, mas seria necessário elevar de muito a taxa de Educação e Saúde, para que esta sangria não prejudique a solução capital do problema, para o poder público, que é o de dar pelo menos o ensino primário a todos os brasileiros. Somos de parecer que a função essencial do Estado, pelos governos federal, estadual e municipal, consiste em ministrar a educação primária e secundária a todos os brasileiros. No tocante ao ensino superior, deveria o Estado limitar-se a um pequeno número de organizações universitárias que servissem de modelo, deixando esse capítulo da Educação a cargo da iniciativa particular, como acontece com extraordinário êxito nos Estados Unidos da América do Norte. (CAMPOS, 1956, p. 326).

Ernesto de Sousa Campos também não era imune a um “bom sistema de bolsas, com reembolsos graduais após a formatura”, o que permitiria que os “deserdados da fortuna pudesse pagar o ensino superior, fornecido através de instituições privadas e honestamente controladas pelo Estado”. Pautava seu entendimento no fato de que

[...] os privilegiados que conseguem graduar-se pelas escolas superiores têm diante de si horizontes tão largos, sob o ponto de vista cultural, técnico e financeiro, que não nos parece justo que o Estado se

empenhe, a fundo, nesse problema, deixando para segundo plano os dois graus de ensino a que nos referimos, que deveriam estender-se a todos os brasileiros.(CAMPOS, 1956, p. 326)

De outra feita, em 1970, Ernesto de Sousa Campos colabora com a historiografia da educação e do ensino produzida pelo IGHSP ao publicar um artigo que aborda a “Origem, evolução e desenvolvimento da instituição universitária brasileira”. (CAMPOS, 1970, p. 5-12). O autor inicia enfatizando que

É realmente difícil de compreender como ocorreu lentamente o processo universitário em nosso país. Desde a descoberta *do* Brasil, em 1500, até o estabelecimento da primeira universidade brasileira, em 1920, decorreram quatrocentos e vinte anos. Mais de quatro séculos se escoaram sem que a ideia, aliás esboçada na era quinhentista, tomasse corpo e se concretizasse. E, assim mesmo, o núcleo de 1920 era, naquela hora, de molde artificial. Não dispunha da estruturação indispensável em organizações do gênero. Consistia em um agrupamento, no papel, de escolas existentes que continuaram a manter funcionamento independente. A reitoria era decorativa. E aquelas escolas eram devotadas a formação de profissionais nos domínios da medicina, do direito, da engenharia, da farmácia, etc. Não existia, naquele grupo, instituição que se dedicasse ao estudo e progresso das ciências e da cultura, sob os mais diversos aspectos. Era um núcleo ausente nos campos de pesquisas. Professores só exerciam este mister no momento em que ministravam as aulas, pois viviam essencialmente do exercício de profissão liberal, às vezes bem diferente das disciplinas que tinham a seu cargo. Os alunos, assaz numerosos, geralmente nem eram conhecidos pelos seus apressados mestres. Não existia, em fim, a fundamental Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (CAMPOS, 1970, p. 5)

O autor elabora uma “linha do tempo” mostrando como outros povos vindos da Espanha e da Inglaterra iam fundando ao norte, ao sul e ao centro, no continente e em ilhas do Atlântico e do Pacífico, as suas universidades, para mostrar como o Brasil fica ausente desse movimento que tem início na era quinhentista em países como a República Dominicana, o Peru e o México. Posteriormente, de 1600 a 1700, “mudos permanecemos”, assistindo à criação, nos Estados Unidos, da Universidade de Harvard; na Universidade de Córdoba, na Argentina; da Universidade Maior Real e Pontifícia de São Francisco Xavier, na Bolívia; da Universidade de São Carlos, na Guatemala; e, na Filipinas, da Universidade de São Tomás. A isso, o Brasil continuava “contemplativo, indiferente ou cego” (CAMPOS, 1970, p. 6).

Nos séculos seguintes (1700-1800 e 1800 a 1900) nada aconteceu por aqui, pois continuávamos a “contemplar o azul do céu” e nem mesmo “a contemplação do que se passava em outros países irmãos despertava a nossa apatia”.

Enquanto decorreram períodos do Brasil Colonial, da sede da monarquia portuguesa, com D. João VI, do primeiro e segundo impérios, e os primeiros vinte anos da República ficamos na mais “completa imobilidade, quanto a esse capítulo da máxima importância para o progresso e desenvolvimento de uma nação” (CAMPOS, 1970, p. 6).

Eis que, em 1920, surge a Universidade do Rio de Janeiro, e sua organização foi fundamentada pela

[...] reunião das escolas profissionais existentes, frouxamente ligadas a uma reitoria que tinha, por assim dizer, caráter ornamental. As diversas Faculdades existentes não se entrosaram. Matérias idênticas ou afins, eram professadas em cadeiras independentes. Nenhum vestígio existia de pesquisa científica, nem poderia existir porque o magistério era exercido por profissionais que só permaneciam nas escolas o tempo exato de ministrar as suas aulas. E iam os professores para o exercício de suas profissões, algumas vezes bem diversas da disciplina que lecionavam. Não existia aparelhamento técnico-científico, apreciável. As fontes bibliográficas eram deficientíssimas, principalmente na existência ou atualização do que se avolumava diariamente no cenário mundial, e nos mais variados idiomas. Regime de tempo integral inexistente. Edificações impróprias, mal adaptadas e exíguas para o número crescente de alunos, etc. (CAMPOS, 1970, p. 7).

Passados sete anos, em 1927 surgia a Universidade de Minas Gerais, que foi regulamentada em 1931 e que incorporou os mesmos moldes da Universidade do Rio de Janeiro, isto é, sem a existência de uma Faculdade unicamente devotada aos estudos científicos e culturais, nem Institutos de ordem puramente cultural ou científica. E, somente em 1931 é que veio a Lei que estabeleceu as bases fundamentais para a universidade brasileira. Em 1934, constituíram-se mais duas universidades: a de São Paulo (em janeiro) e a do Porto Alegre (em novembro), mas “foi a de São Paulo que se estruturou dentro dos moldes universitários vigentes nas grandes instituições congêneres, das grandes nações do mundo” (CAMPOS, 1970, p. 7).

Em seguida, Campos (1970) passa discorrer sobre sua atuação frente à Pasta da Educação, em 1946, quando concentra seus esforços sobre a questão universitária:

Eu queria universidades ao norte do país. As quatro que existiam estavam situadas ao sul. No Norte, onde se despertara a nossa



civilização, pela influência jesuítica e pela criação da primeira escola de nível superior - a de medicina - nada existia nesse particular. E assim, tomamos a iniciativa pessoal, de criar as universidades da Bahia e de Pernambuco. Não houve imperativos políticos, nem solicitação ou sugestão dos educadores de lá. Receberam a iniciativa de surpresa, um deles que depois foi o primeiro reitor, tomou conhecimento da iniciativa, ao ler a notícia do seu chamado ao Rio de Janeiro, lendo, quando transitava em um coletivo, o telegrama inserto em um jornal diário. Só ao chegar a sua escola, onde era diretor, encontrou o convite oficial. E, assim, por iniciativa ministerial, apoiada pela clarividência do Presidente Eurico Gaspar Dutra, fundaram-se as duas universidades da Bahia e do Recife. E estava, em projeto, a do nordeste, com sede em Fortaleza, quando deixei o Ministério. (CAMPOS, 1970, p. 8).

Sobre o seu interesse para os assuntos universitários, Campos (1970) justifica que o mesmo adveio da edição, em 1938, por conta própria, de um livro de 407 páginas, intitulado “Problemas universitários”, que foi uma espécie de “grito de alarme” a respeito da “precária situação do ensino universitário da nossa pátria no panorama universitário internacional”, pois ocupávamos o último lugar entre as nações civilizadas.

Nada mais natural, portanto do que o meu vivo interesse por este assunto ao assumir a pasta da Educação, em 1946. Não assumiria o posto se não fosse aceito o meu programa, logo apresentado ao ser convidado. Não tendo vocação para a política partidária, jamais tendo pertencido a qualquer partido desse gênero, não me interessaria aquela alta posição no governo da República se não pudesse pôr em prática os meus anseios educacionais, pelos quais, anos a fora, tinha eu me batido arduamente, pela palavra escrita e falada. Foram aceitos os nossos planos que versavam sobre a fundação de novas universidades e sobre a fundação de escolas primárias rurais, especialmente ao longo das nossas fronteiras. (CAMPOS, 1970, p. 8).

Em seguida, Ernesto de Sousa Campos enumera os seus esforços como parte integrante do Governo, para a ampliação das universidades no país, citando criação de uma universidade do Paraná, sendo que tendo existido a Universidade do Paraná, criada localmente em 1912, os paranaenses consideraram que em 1946 houve uma restauração, a que se sucedeu, mais tarde, a federalização.

Além disso, Campos (1970) revela a sua preocupação com a inexistência, no Brasil cristianíssimo, de universidade católica.

O Bispo de Campinas desejava uma instituição desse gênero. A ideia evoluíra, mas não saía da atmosfera de cogitações. Os jesuítas do Rio de Janeiro conseguiram do Ministro que me antecedeu, em breve período ministerial, que um decreto determinasse ali uma universidade

católica, embora não existisse naquela época, agrupadas, naquele centro, as três escolas superiores exigidas para composição do gênero. Não existiam estatutos aprovados. Era, portanto, uma iniciativa incompleta. Coube-me o privilégio de outorgar oficialmente o referido diploma legal. (CAMPOS, 1970, p. 9).

E sobre a sua atuação na fundação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e posteriormente em outras instituições congêneres, Campos (1970) relata que soubera que a arquidiocese de São Paulo estava pensando em promover, por ocasião do IV Centenário de São Paulo, a fundação de uma universidade:

Argumentei que era melhor fundar imediatamente, achando-se, na chefia dos negócios da educação quem tanto ansiava pelo empreendimento. Sua eminência concordou. E imediatamente processaram-se os estudos preliminares e definitivos. Resultou que alguns meses mais tarde era fundada, com aprovação federal, a Universidade que logo se tomou Pontifícia: Universidade Católica e Pontifícia de São Paulo. Cinco universidades constituíram-se em menos de seis meses. Saíamos de uma estagnação de um quarto de século para um impulso novo. Das quatro universidades passávamos para nove. E todas aquelas cinco novas universidades, bem fundadas, tomaram logo grande incremento. Abriram-se ali novas escolas e cursos variados. Construíram-se novas instalações. Largas áreas de terrenos foram adquiridas ou doadas, para expansão. A Pontifícia de São Paulo desdobrou-se em outra, a de Campinas. (CAMPOS, 1970, p.10)

E assim, a partir desse movimento, outras universidades se estabeleceram no Brasil. Na visão de Campos (1970, p.10), isso foi um “*déclenchement*”, isto é,

Abriu-se o ferrolho de uma porta que por séculos estivera fechada ou apenas entreaberta. O Brasil tomou conhecimento de que estava retardado neste aspecto de capital importância para as nações do nosso tempo: a preparação, em larga escala e em alto nível, no sentido científico, cultural e técnico. Nem todas as universidades que se vêm formando em nossa terra são perfeitas. E algumas são até bem deficientes. Mas era preciso levar ao povo brasileiro, no seu “interland”, o culto da universidade que gradativamente vai ganhando alento e aperfeiçoamento. Pela negativa é que não chegaríamos a dotar o Brasil de preparação em alto grau. (CAMPOS, 1970, p.10)

Em seguida, Campos (1970, p. 11-12) passa a discorrer sobre as malgradadas tentativas de se implantar universidades no Brasil, remontando ao período colonial, quando entre os jesuítas que aqui chegaram, um deles – o padre Marçal Beliarde – no fim do século XVI, pretendeu fundar uma universidade, mas foi contrariado no seu

propósito, por um visitador da Angola que por aqui passou. Mais tarde, esse visitador ocupando o cargo de Beliarte, pretendeu criar a instituição que havia desaconselhado, mas viu seu projeto cair por terra pelos mesmos argumentos que alinhara contra a iniciativa do padre Beliarte.

As frustradas tentativas de criação de universidades – e que ocorreram na Inconfidência Mineira; no reinado de D. João VI; com Pedro I, após a Independência – também foram abordadas por Campos (1970), que enumera 30 iniciativas que não foram levadas a cabo.

Por fim, Campos (1970, p.11) comenta que “hoje no Brasil com mais de oitenta milhões de habitantes, possui quase quarenta universidades, alcançando uma para cada dois milhões, proporção bem razoável”.

Por sua vez, o ensino público em São Paulo, entre 1551 e 1759 é abordado em um artigo do padre Hélio Abranches Viotti<sup>54</sup> que traz a cronologia das atividades educacionais exercidas no país pelos padres jesuítas. Para o autor, o ensino dos jesuítas inicia com fundação da “escola de catecúmenos”, em São Vicente, um ano após a chegada em 1550 do padre Leonardo Nunes. Nessa mesma escola, um ano depois, começam os estudos primários os órfãos de Lisboa, alunos chegados da Bahia com Manuel de Paiva, em 1552, e também filhos, brancos e mestiços, dos colonos vicentinos. Em 1553 houve uma primeira tentativa de ensino secundário, mediante aulas ministradas por um estudante de Lisboa, desterrado para o Brasil.

Com a chegada de Anchieta, véspera de Natal desse mesmo ano de 1553, começou, por ordem de Nóbrega, esse ensino, para os

---

<sup>54</sup> Filho de Policarpo de Magalhães Viotti e Marieta Abranches Viotti, nasceu em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, a 15 de outubro de 1906. Faleceu no dia 28 de novembro de 2000, em Belo Horizonte, Minas Gerais, aos 94 anos. Sacerdote jesuíta. cursou o ensino médio no Colégio Anchieta da cidade serrana fluminense de Nova Friburgo, Aos 15 anos entrou para o Noviciado na Companhia de Jesus. No Colégio Máximo, de Nova Friburgo, cursou Filosofia e Ciências e Letras. Lecionou diversas disciplinas, especialmente História do Brasil. Em 1934, foi cursar Teologia na Argentina, no Colégio Máximo de São Miguel, ordenando-se sacerdote em 19 de dezembro de 1936, em Buenos Aires. Brillante orador. Diretor do Colégio São Luís, em São Paulo, de 1946 a 1949. Fundador e primeiro Diretor da Faculdade de Economia São Luís, em 1948. Professor de Doutrina Católica na Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae de 1949 a 1952. Reitor do Colégio Antonio Vieira, em Salvador, Bahia, de 1958 a 1959. Diretor da Casa de Anchieta – Monumento Histórico da Fundação de São Paulo, desde 1969. Foram tão profundos seus estudos sobre a vida de Anchieta, que acabou por se transformar na maior autoridade sobre esse Padre jesuíta, tendo liderado o processo de beatificação e postulado a causa da canonização de Anchieta. Autor de cerca mais de 200 artigos em revistas e jornais, a maioria versando sobre os jesuítas. Foi membro dos Institutos Históricos e Geográficos de: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, e São Vicente-SP; do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba-SP; do Instituto Genealógico Brasileiro; da Associação de Professores Universitários de História e da Sociedade de Estudos Históricos. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA, 2013).

candidatos ao sacerdócio na Companhia de Jesus e outros jovens, já ali reunidos anteriormente por Leonardo Nunes, como vimos. Com isso, tinha princípio propriamente, na Capitania de São Vicente, o ensino médio, baseado, especialmente no estudo do latim. (VIOTTI, 1996, p.67)

Mais tarde, com a chegada das Constituições da Companhia de Jesus e o parecer de Luis da Grã, vindo em 1556 da Bahia, a chamado de Nóbrega, “foi concedida, à Casa de São Paulo, até então uma residência apenas, na categoria jurídica de "colégio", o primeiro colégio dos jesuítas na América” (VIOTTI, 1996, p. 68). Contudo, como explica o autor

A vinda dos habitantes de Santo André, em 1560, para junto do Colégio, ou na expressão dos camaristas dessa vila, do "mosteiro" de São Paulo, aumentou a princípio o número dos discípulos de Anchieta, mas já no ano seguinte de 1561 desceu o colégio para São Vicente. Em 1562, porém, está presente Anchieta em Piratininga, durante o ataque dos índios rebeldes contra a nova vila. Por 1563, entretanto, com a ida dos discípulos jesuítas de Anchieta para a Bahia, para ali serem ordenados, cessara nesta capitania o ensino do 2º. grau. As aulas do curso de primeiras letras, estas não se interromperam. Foram mais tarde, contudo interrompidas pela expulsão dos jesuítas (ostensivamente contrários às bandeiras de apresamento), no período de 1640 a 1653. Já então, desde 1631, se reabriu o "colégio" para os filhos dos moradores de São Paulo. Após 16 11, pela inauguração da paróquia, digo da igreja paroquial, passara a igreja do colégio e a casa dos jesuítas a denominar-se de Santo Inácio, em homenagem ao fundador da Ordem. (VIOTTI, 1996, p. 68)

O sistema de educação que vigorava no Colégio de Santo Inácio era conhecido na Companhia de Jesus como o “*Ratio Studiorum*”, isto é, um programa de ensino que fora baseado no “*modus parisiensis*”, pois foi em Paris que se reuniram em torno de Santo Inácio seus primeiros companheiros e, após larga experiência nos colégios da Europa, foi finalmente aprovado em 1599, tendo no século seguinte plena aplicação. (VIOTTI, 1996, p.69)

O autor menciona ainda a reinstalação dos jesuítas no seu colégio de São Paulo, em 1653, dando prosseguimento ao trabalho educativo dos fundadores da cidade, e cita vários superiores e reitores que atuaram nos séculos XVII e XVIII. No entanto, o ensino entre os paulistas não se disseminou apenas em São Paulo, vila e cidade, mas a fundação do Colégio de Santos, em 1653, e a escola aí mantida, desde 1585, pelos jesuítas, assumia a categoria de “colégio”. Desse modo, “a expansão do ensino,

evidentemente, iria prosseguir na capitania, como no Brasil em geral, no século XVIII, não fosse a perseguição pombalina.” (VIOTTI, 1996, p. 70).

Viotti (1996, p.71) também apresenta a estrutura do ensino clássico no colégio da Companhia de Jesus, ou seja, o curso de Humanidades estava estruturado em: gramática, dividida em três classes: ínfima, média e suprema; as Humanidades propriamente ditas; a Retórica, ao todo cinco classes, que se subdividiam em graus. A classe ínfima se desdobrava em até quatro graus, mas num só ano podiam ser percorridos dois ou mais desses graus.

E quais eram os textos adotados e estudados nos colégios do Brasil? Viotti (199, p. 71) apresenta a relação:

Para o estudo da Gramática, o texto universalmente adotado era o do insigne Manuel Álvares, ao qual fazia boa companhia a Prosódia (à moda de Dicionário Latino-Português) de Bento Pereira. Autores indicados nos colégios do Brasil, que pautavam naturalmente o seu ensino pelos programas de Portugal, deveriam ser, mais ou menos, os seguintes: 1) Classe ínfima: Fábulas de Fedro, Cartas de Cícero; 2) Classe média, no 1º. grau, outras Cartas de Cícero, *Tristia* de Ovídio, Bucólicas de Virgílio; no 2º. grau: *De Officiis* de Cícero, Metamorfoses de Ovídio, Geórgicas de Virgílio e as Fábulas de Fedro; 3) Classe suprema: *De amicitia* e *De senectute* de Cícero, seu discurso *Post Reditum*, cantos da Eneida de Virgílio, *De Belo gallico* de César, Quinto Cúrsio etc. Para a classe de Humanidades. De natura Deorum e Quaestiones tusculanae de Cícero, suas orações *Pro Marcello*, In *Catilinam*, Odes de Horácio, César, Salústio etc. Para a classe de Retórica: *De oratore* de Cícero, *Institutio oratoria* de Quintiliano, Odes de Horácio, outros cantos da Eneida, Tácito, Tito Lívio etc. Para o Grego, iniciado já nas classes de Gramática: Demóstenes, os Diálogos de Luciano etc. (VIOTTI, 1996, p. 71)

Nos quatro anos do magistério do padre Manuel Correia na capitania de São Paulo (1732-1735) este revelou não só os seus dotes excelentes pedagógicos ao interessar os alunos para as matérias, mas também mediante exortações inculcou-lhes a prática regular da religião, conseguindo atrair alguns alunos para a vida religiosa e sacerdotal.

A sua saída do Colégio São Miguel para prosseguir os estudos no Rio de Janeiro, em 1735, anunciada pelo provincial e visitador, mereceu o seguinte comentário do comandante da praça de Santos “tirá-lo daqui é provocar um levante”. E, um quarto de século depois, em 1760, quando os jesuítas saíram do Colégio São Paulo, “afastando-se com escolta militar para o exílio, decretado por Pombal, rumo ao litoral, a massa

popular os acompanhou até fora da cidade desfeita em lágrimas”. (VIOTTI, 1996, p. 72).

## 4.2 A historiografia da educação jesuítica no Brasil colonial

Conforme já mencionado anteriormente essa categoria temática abrangeu 32 artigos que resgataram vários aspectos da história da colonização do Brasil: a expulsão dos jesuítas; a Capitania de S. Vicente no século XVI através do epistolário dos jesuítas; o estado do direito entre os autóctones do Brasil; o negro no planalto do século XVI ao século XIX. Todos esses 32 artigos fornecem um consistente panorama histórico da educação jesuítica no Brasil colonial. Para análise nesse capítulo foram selecionados os seguintes seis artigos, conforme discriminados no Quadro 15

**Quadro 15** – Artigos selecionados sobre educação jesuítica no Brasil Colonial

Ano	Autores	Títulos dos artigos
1913	Alcibiades Furtado	A colonização no Brasil
1932	José da Frota Gentil	Os jesuítas e a fundação de São Paulo
1937	Serafim Leite	O Colégio dos Meninos de Jesus em S. Vicente
1941	Nicolau Duarte da Silva	IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus - (1540-1940)
1941	José Torres de Oliveira	O Colégio de Itu do meu tempo
1991	Hernani Donato	Capítulo inicial da história da educação no Brasil: as escolas e as confrarias de Manoel da Nóbrega

O artigo de Alcibiades Furtado<sup>55</sup> (1913) “A colonização no Brasil” é a transcrição de uma “memória” apresentada pelo autor no Segundo Congresso Brasileiro de Geografia. Dividida em três partes, apresenta uma descrição detalhada de como ocorreu a colonização no Brasil entre os séculos XVII e XIX. Informa, por exemplo, que no tempo do padre Cardim (fim do século 16) a população nas capitanias de Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, São Vicente, Santos e São Paulo era composta por 4.360 habitantes. (FURTADO, 1913, p. 126).

Em seguida, o autor menciona a determinação de D. João V, já em 1740, da primeira colonização sistemática para o Brasil, o autor explicita a sua visão do que considera ser a colonização, visto que ela ocorreu com “gentes dos Açores e Madeira,

<sup>55</sup> Não obtivemos uma biografia de Alcibíades Furtado, a não ser que foi sócio honorário do IHGSP e no período entre 1908 e 1913 escreveu quatro artigos que foram publicados na RIHGSP.

para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dizemos sistemática, porque não consideramos colonização o arranchamento e transmutação de índios de uma para outra capitania nem o tráfico africano”. (FURTADO, 1913, p. 126).

No século XIX, na visão do autor, a colonização ocorre em virtude do decreto de 25 de novembro de 1808, que permitiu dar sesmarias para estrangeiros no Brasil. O sistema adotado na organização das colônias quanto à forma de propriedade e participação do trabalho era o da pequena propriedade, de três modos: colônia comunitária, mantendo a comunhão na terra, fazenda em que a parceria do produto da terra é adotada e fazenda com colonos assalariados.

O artigo “Os jesuítas e a fundação de São Paulo” escrito pelo padre jesuíta José da Frota Gentil<sup>56</sup> (1932) é fruto de uma conferência ministrada aos sócios do IHGSP no contexto das comemorações do IV Centenário da fundação de São Vicente.

As conferências ocorridas nessa ocasião tinham por objetivo por em alto relevo o fato histórico de 1532, que “marcou o início de nossa formação nacional e, despertar, na memória da geração atual, os feitos gloriosos e as figuras brilhantes dos heróis que contribuíram, com mais ou menos eficiência, para a realização do faustoso acontecimento” (OLIVEIRA, 1932, p. 9)

De acordo com Gentil (1932, p.177) o objetivo da conferência consistia em sintetizar os esforços dos jesuítas para a consolidação da Capitania de São Vicente e a fundação da pauliceia, sua metrópole, o que significaria “escrever um dos capítulos mais interessantes de um livro já parcialmente esboçado por mãos de mestres. Este livro, porém, a juízo deles próprios, ainda não se escreveu – a História da Companhia de Jesus no Brasil”<sup>57</sup>. Para o autor,

Reconhecer as benemerências da Companhia de Jesus na evangelização dos índios, no seu aldeamento, na fundação e no desenvolvimento de Piratininga e não penetrar a razão íntima dessa força, seria para um historiador falta imperdoável. Seria estacar no vestíbulo e contemplar o exterior do edifício, seria ver os factos sem lhes dar cabal explicação. Se Piratininga medrou e com ela toda a

---

<sup>56</sup> Filho de José Gentil Alves de Carvalho e Maria Amélia da Frota nasceu a 19 de junho de 1898, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Faleceu em agosto de 1989, no Rio de Janeiro. Sacerdote jesuíta, ele ingressou na Companhia de Jesus em 1915. Iniciou o curso superior na Universidade Gregoriana de Roma, em 1926. Ordenou-se em 28.07.1929, na Igreja de Santo Inácio, em Roma. Professor do Colégio Anchieta em Nova Friburgo-RJ. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Genealógico Brasileiro. Sócio Honorário do Colégio Brasileiro de Genealogia a partir de 1988. Agraciado com a Medalha Anchieta – da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. (CBG, 2013).

<sup>57</sup> É interessante essa observação de Gentil (1932) pois a monumental obra “História da Companhia de Jesus no Brasil” escrita pelo padre jesuíta Serafim Leite estava em curso e só viria a público em 1938.

Capitania de S. Vicente de modo a ser hoje um orgulho do Brasil, é porque seu berço, sua infância e seu crescimento foram bafejados pelo espírito cristão, por este espírito que, penetrando no coração do índio, despojou-o de seus instintos selvagens e, regenerando os brancos que o contato da barbárie depravara, irmanou-os uns e outros numa língua e numa religião, uniu-os em lares santos e abençoados, aldeou-os em povoações ao redor da Cruz, a cuja sombra puderam aspirar aos benefícios de uma vida civil e cristã. (GENTIL, 1932, p. 177-178).

Na sequência, Gentil (1932) comenta que no começo da colonização tudo era precário e a tarefa dos inicianos no Brasil era dupla: poucos e sem auxílio nenhum. O artigo aborda as dificuldades enfrentadas pelo padre Leonardo Nunes – o padre voador – naqueles primeiros tempos da catequização. O quadro da inauguração oficial de São Paulo é descrito por meio da ação de 12 “filhos de Inácio” que em 25 de janeiro de 1554 se ajoelharam em torno do altar de Manoel de Paiva. E como era o método de ensino e a catequese dos índios? Gentil (1932) remete a duas obras que podem fornecer subsídios sobre essa questão: uma monografia de Américo de Novaes, irmão de Anchieta e outra do jesuíta J. M. de Madureira, que compilou e exauriu enorme material sobre essa questão. No entanto, esclarece que

Na escola de Leonardo Nunes (...) haviam aprendido as crianças os elementos de ler, escrever e contar, arte essa mais difícil que a solfa para as missas cantadas. Os jesuítas, que ao chegar a São Vicente tinham pensado logo em recrutar irmãos línguas para a catequese, ampliavam agora as primeiras tentativas de Pedro Corrêa e Manuel Chaves, na arte da gramática, no vocabulário e nos preciosíssimos opúsculos tupis do padre José. (GENTIL, 1932, p. 189).

A atuação do padre Leonardo Nunes (1550-1554) também é abordada por Serafim Leite<sup>58</sup> (1937) no artigo “O Colégio dos Meninos de Jesus em São Vicente”. Inicia relatando a chegada em fins de 1549 e início de 1550, de Leonardo Nunes que veio acompanhado de dez ou doze meninos, “com a intenção formada de abrir escola de instrução e catequese” e,

---

<sup>58</sup> Serafim Soares Leite, nascido em São João da Madeira – Portugal, 1890 e falecido em Roma em 1969, foi um padre jesuíta, poeta, escritor e historiador português que viveu muitos anos no Brasil, primeiro na adolescência e, posteriormente na idade madura, como pesquisador da atuação dos padres da Companhia de Jesus, catequizadores e educadores em terras brasileiras a partir do século XVI. Pela sua obra monumental, *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*, publicada em 1938 em 10 volumes, recebeu o “Prêmio Alexandre Herculano”. Em 1954, por ocasião do IV Centenário de São Paulo, incentivado por Sérgio Buarque de Holanda, publica “Carta dos primeiros jesuítas no Brasil”. Sua obra é considerada referência no contexto da historiografia brasileira no que se refere a atuação dos religiosos da Companhia de Jesus no Brasil. (VIOTTI, 1999). Na revista do IHGSP escreveu 3 artigos entre 1933-1937.



[...] na sua entrada aos campos de Piratininga, trouxe outros meninos, filhos dos povoadores portugueses e dos índios, com os quais, juntos a outros de S. Vicente, começou a ler e a escrever, e a alguns mais hábeis, latim. Os órfãos portugueses aprendiam a língua tupi. (LEITE, 1937, p. 35).

E como era o ensino ministrado pelos jesuítas e quem eram os alunos nessa época inicial da colonização brasileira e paulista? Leite (1937) explica que quando Nóbrega chegou disse:

Em casa têm os meninos os seus exercícios ordenados. Aprendem a ler e escrever, e vão muito adiante, e alguns a cantar. E outros, de melhor engenho, aprendem já a Gramática. Aproveitam em devoção. Cremos que virão estes a ser verdadeiros operários pela muita esperança que nos dão seus princípios. (...) Eram 7 irmãos grandes e muitos meninos órfãos e outros filhos dos gentios, dos quais não queremos já tomar senão os grandes e principais, por não termos com que os manter; e quanto ao vestido sofre-se que os meninos andem nus. (LEITE, 1937, p. 36)

De acordo com Leite (1937, p. 37) o Colégio pensado por Nóbrega tinha a mesma forma jurídica daquela dada na Bahia, quando por lá instituiu a Confraria dos Meninos de Jesus, sendo que a base econômica dessa instituição seria dada pelos bens doados pelo irmão Pero Correia, e para dirigi-lo dois mordomos e um provedor, uma vez que os padres reservaram para si “somente a erudição e doutrina dos meninos”. Assim, o Colégio dos Meninos de Jesus foi inaugurado em 2 de fevereiro de 1553.

Os artigos de Silva (1941) e Oliveira (1941) foram publicados no contexto das comemorações do IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus - (1540-1940) Silva (1941). Essas comemorações ocorreram em 15 de julho de 1941, no IHGSP que atendeu a uma convocação da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas para a realização da 7ª. Conferência comemorativa desse acontecimento. Ao abrir essa sessão, o presidente do IHGSP, Altino Arantes, assim se referiu:

Para nós, brasileiros, e que algo conhecemos da nossa história, a fundação da Companhia de Jesus é um fato que diz respeito muito de perto da História do Brasil, porquanto, segundo a frase célebre de Capistrano de Abreu, “para saber e conhecer d História do Brasil, é preciso conhecer-se a História da Companhia de Jesus”. (ARANTES, 1941, p.4)

Assim, o presidente perpétuo do IHGSP, José Torres de Oliveira dá início a sua conferência intitulada “O Colégio de Itu do meu tempo”, com o intuito de reverenciar seus antigos mestres e neles reconhecer “o muito que fizeram para educar meu coração e formar o meu espírito” (TORRES, 1941, p. 5). Com esse propósito, o artigo aborda o Colégio São Luís, onde ocorreu a infância do conferencista, durante os anos de 1879 a 1882. Essa era uma oportunidade, na visão do autor de mostrar como

[...] nos seus colégios, ministra educação e ensino a tão discutida e, ao mesmo tempo, odiada e amada "tropa de assalto", organizada por Santo Inácio de Loiola em 1534, para combater a dissidência luterana, milícia esta que, em nosso País, por inestimáveis serviços, teve assinalado relevo quase desde os albores da nacionalidade. (OLIVEIRA, 1941, p. 5)

O autor inicia com uma breve biografia de São Luís, o patrono do Colégio de Itu, jovem de 23 anos apenas (1568-1591) que, pouco mais que um noviço da Companhia de Jesus, faleceu sem ainda ter recebido as ordens maiores do sacerdócio. Treze anos após a sua morte, pelos milagres comprovados, foi beatificado e em 1726 foi santificado pelo papa Benedito XIII. Este, portanto, é o Santo sob cuja égide foi instalado em 1867 o Colégio de Itu, colégio este transferido para São Paulo, em 1918 e que passou a ter a sede na Avenida Paulista.

Em seguida Oliveira (1941) rememora os mestres do Colégio de Itu, os professores notáveis que ensinavam Português Adiantado, Retórica, Latim Adiantado, Inglês, Grego, Alemão, Francês, Geografia, Aritmética, Geometria, e na área musical ainda havia aulas de piano, violino, e que fornece um quadro do currículo oferecido aos alunos naquela época.

Também foram lembrados os irmãos auxiliares sem ordens religiosas, mas com votos de castidade, pobreza e castidade, e que atuavam nos serviços gerais: pintura, farmácia, sapataria, cozinheiro, pedreiro, roupeiro. Esse era o quadro de pessoal mobilizado para fazer funcionar o Colégio, que naquela época era em regime de internato, sendo que os alunos eram distribuídos em três divisões: pequenos, médios e grandes.

Havia também no Colégio o cultivo das belas artes, com banda de música e orquestra, teatro e até uma Arcádia Gregoriana, isto é, uma associação literária. E, para afervorar o culto à S. S. Virgem, existia também uma associação piedosa Congregação de Nossa Senhora do Bom Conselho.

Além disso, Oliveira (1941, p. 11) também comenta a fama que o Colégio granjeou por sua “modelar disciplina e competência do professorado” dando uma pálida ideia de que o ensino era ministrado com pulso forte, mas ao mesmo tempo, com respeito. Os “condiscípulos notáveis” também não foram esquecidos pelo autor, os quais seguiram posteriormente carreiras de sucesso no âmbito da política, da religião, do ensino, entre outras. Ao finalizar o artigo, Oliveira (1941) argumenta que os jesuítas

[...] não obstante a modelar organização de seus colégios e o devotadíssimo amor empregado na formação do caráter e no aperfeiçoamento do coração humano, em todo o mundo, nem sempre lograram os jesuítas seus nobres intentos. Assim é que, se foram discípulos bem aproveitados um São Francisco de Sales e um Bossuet, não o foram Galileu, Descartes, Buffon e muito menos terrível François Arouet, tão conhecido pelo pseudônimo de Voltaire. Entretanto, é bom recordar que das grandes celebridades que têm enchido a terra com a fulguração de seus gênios, receberam ensino dos Padres Jesuítas, além dos já mencionados, mais Corneille, Reumur, Pothier, Molière, Lalande, Ducange, Muratori, Cassini, Calderon, Goldoni, e muitos outros. (OLIVEIRA, 1941, p. 14-15).

Finalmente, o último artigo selecionado é uma excelente síntese da ação pedagógica dos jesuítas. Trata-se da conferência proferida por Hernâni Donato<sup>59</sup> no Ateneu Paulista de História, Casa de Anchieta, em 25 de setembro de 1970, intitulada “Capítulo inicial da história da educação no Brasil: as escolas e as confrarias de Manoel da Nóbrega” e publicada na RIHGSP em 1991. O autor inicia o artigo com uma epígrafe que, acredita, representaria um dos propósitos e pensamentos com que Manoel da Nóbrega teria ao chegar ao Brasil:

Reunamos os jovens sem distinguir cor, classe, origem; ignoremos o que nos pareça costumes viciosos, pecados; demos-lhes por igual, amor em Cristo, caridade fraterna, boa instrução; e forjaremos neste Mundo Novo, comunidade harmoniosa, feliz, capaz de provocar santa inveja na velha Europa. (DONATO, 1991, p.83)

E Donato (1991, p. 82) sintetiza, no parágrafo a seguir, os propósitos da missão educacional jesuítica:

Começaria com a infância. Brancos, índios e mamelucos, vindos do abandono nas ruelas lisboetas ou do esconso do mato brasílico

---

<sup>59</sup> Foi Presidente do IHGSP e sócio correspondente dos Institutos Histórico e Geográfico de Sorocaba e de Minas Gerais.

cimentariam a futura sociedade. Se maus os homens, a terra seria má; se ignorantes, a terra seria bruta; se incrédulos, a terra seria hostil. Nóbrega reclamava do rei e da Companhia, a missão de reunir, instruir, catequizar a infância da grei nascente.

Além disso, Donato (1991) estruturou o artigo nas seguintes seções: Quem educar a quem; Cantando e dançando formamos um povo; Trabalhem para que os meninos possam estudar; E quanto às meninas? Também o ensino profissional; Dos benefícios da boa organização; Bons ventos em São Vicente; Evitando Babel. Esses sugestivos subtítulos são uma espécie de resumo da atuação pedagógica dos jesuítas no Brasil, especialmente aquela desenvolvida por Manoel de Nóbrega. Vamos, pois, aos aspectos principais abordados no referido artigo.

Na seção “Quem educar a quem”? Donato (1991, p. 82) refere que se “conhecia o valor da educação vivendo num tempo em que não se educava”, pois em toda a Europa, apenas alguns mosteiros asilavam a educação e a cultura, e mesmo o ensino ali ministrado não atendia a uma função social, mas era destinado à renovação dos quadros. Assim, o significado de ensinar, nesses locais, era o de preparar para o sacerdócio.

A seguir, Donato (1991) apresenta o quadro da falta de instrução e escolas em Portugal após as guerras da consolidação do reino, em que não só o povo era iletrado, mas também a burguesia, a fidalguia e a casa real. “Na França, 1548, é que João III foi buscar mestres com que povoar o Real Colégio das Artes, e dez anos depois, em todo o reino existiam apenas 60 escolas primárias”. (DONATO, 1991, p. 82). E como era a situação do Brasil nessa época, ele indagava e respondia:

Pois no Brasil, graças a Nóbrega apenas desembarcado, em abril de 1549 abre-se uma "escola de ler e escrever". Ainda não existia a cidade da Bahia e ele instalou, no Arraial do Ferreira, a primeira escola brasileira. Cartilha e catecismo: “convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã...”

Prossegue o autor, na seção “Cantando e abraçando formamos um povo”, afirmando que “a leitura, a escrita, o catecismo eram muito e eram pouco”. Assim, para “soldar as peças com que estender a fé e o império, ensinar não bastava”, e impunha-se “a convivência, o reunir no refeitório, no dormitório, no recreio, a gente do futuro” A isto, chamava de “amalgamar um povo” (DONATO, 1991, p. 83). Onde aconteciam as aulas? E como eram as escolas e os alunos? Ele explica:

A aula transferiu-se para o recinto urbano. Nóbrega continuava apressado. Foi chegar ao novo endereço e começar a construir escola. E a dar corpo ao plano de tecer uma sociedade. Do Colégio dos Meninos Órfãos, Lisboa, chegaram sete garotos. Material a ser muito trabalhado. Traziam mágoas, rancores. "... moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes" conforme transcrição que fez Serafim Leite de certos documentos. Recebidos por Nóbrega e agasalhados juntamente com "órfãos da terra, que havia muitos, perdidos e faltos de criação". Portugueses de ambas as margens atlânticas. Porém Nóbrega ambicionava mais para bem manipular a sua receita. Convidou os "filhos dos gentios quantos se pudessem meter em casa". Portugueses, mamelucos, índios. Só o tempo, largamente decorrido, incluiria nas aulas brasileiras o outro elemento-vertente: o filho do negro. Mas, segundo o entender do tempo e do lugar, estavam recolhidos na escola nobreguense fundamentos da raça que deveria dominar o novo mundo português. (DONATO, 1991, p. 83).

E o entendimento "entre as raças reunidas sob o seu teto" é observada por Nóbrega, ao verificar que "os meninos que nos mandaram de Lisboa, com seus cantares atraem os filhos dos gentios". E assim, "cantando, abraçando, rindo, explicando, sob orientação do padre (...) esses meninos conheceram-se uns aos outros e a si mesmos. Iriam elaborar um povo e a sua língua". Por isso, "o modo de ser daquelas crianças e a disciplina metódica do jesuíta daria sons e contornos a língua geral ou brasílica, melhor estruturada e largamente difundida no século seguinte". (DONATO, 1991, p. 83).

"Trabalhem para que possamos estudar" esse era, na visão do autor, o mote dos jesuítas. Nóbrega percebera que para manter os mais de duzentos que estudavam e participavam das atividades, era necessário alimentar essas "bocas vorazes". A saída foi pedir a Tomé de Souza terras para produzir comida e tecido. Recebeu-as, em 1549, em Água dos Meninos, e embora fossem terras cruas, pôs todos – índios e eles mesmos – a roçar e a fazer mantimentos para os meninos. As doze vacas chegadas de Cabo Verde e apoderadas por Nóbrega transformam-se em leite para os garotos e os resultados da escola em Água dos Meninos começa a surtir efeito, com a lavoura organizada e a plantação de algodão, que serve para produzir vestimentas:

Camisolões alvejando ofícios e procissões, filhos de indígenas admitindo vestes. Ler, escrever, rezar, abraçarem-se, rirem juntos, aprenderem as línguas, plantar, tecer, costurar, cozinhar. A escola tinha largas ambições, forjar portugueses e cristãos capazes de manter o império e a fé na América lusitana. Tarefa para sacerdote e patriota. (DONATO, 1991, p. 84).

Mas, “E as meninas”? O que se passava com elas? Tinham acesso às escolas de bê-á-bá? Como era o seu cotidiano no Brasil Colônia? Donato (1991, p.84) mostra como a educação feminina era encarada naqueles tempos:

Meninos na escola, meninas a solta. Panorama aborrecido aos olhos do padre Manoel. O problema, antigo, seu bem conhecido desde a Europa. Em Lisboa que por aqueles dias somava cinquenta mil habitantes, somente duas senhoras estavam autorizadas a ensinar moças de boa família a "ler e a laves". No mais, por toda parte vigorava o espírito da Ordenação que determinava: "... ensinem-se os machos a ler, escrever e contar e as fêmeas a cozer, lavar e fazer renda e todos os demais misteres que as mulheres por suas mãos usam, e a todos os bons costumes". (DONATO, 1991, p. 84).

Os bons costumes que os lusos ensinavam eram difíceis de ser passados às meninas índias e mamelucas, e Nóbrega julgou-se com força para mais um pioneirismo: trabalho social e educacional em favor das meninas, mas não foi bem sucedido, pois: “Para elas, o intento era aborrecido, violentador da sua natureza. Para os brancos, privados delas, era escandaloso e inconveniente. O resultado, decepcionante.” (DONATO, 1991, p.84). Decepcionado, Nóbrega pede à rainha Catarina a imediata instituição, na Bahia, da educação feminina. Mas,

Pobre idealista: apesar da sua eloquência e do vulto do problema, seriam necessários duzentos anos para que o projeto fosse entendido e as mulheres acolhidas em salas de aula para receber educação além do treinamento para “cozer, lavar e fazer renda...” (DONATO, 1991, p. 85).

Na seção “Também o ensino profissional” Donato (1991) retrata a preocupação de Nóbrega em conseguir meios para prover o ensino, visto que “ensinar era prover”: roupas, utensílios e comida. Antes de dedicar-se ao objetivo principal – dar aulas – eram necessárias ferramentas, máquinas, teares, transporte. Cabe, portanto, a Nóbrega, a primazia do ensino profissional brasileiro:

Enquanto o irmão Diogo Jacome ensinava curumins e mamelucos a ler e a escrever, o jovem coimbrão desterrado revelava os mistérios da iniciação na gramática latina e a casa vibrava com ensaios de canto coral e de rústicos instrumentos de sopro, Nóbrega zelava por todos eles e organizava a primeira oficina-escola: "mando ensinar a alguns moços da terra... ferreiros e tecelões". Haveria até certa regularidade no curso, entregue a competência do irmão Mateus Nogueira (nome indicado para o patronato do ensino profissional): “A esta casa deu

Nosso Senhor um irmão ferreiro, mui bendita alma. Este mantém meninos com o seu trabalho...” (DONATO, 1991, p. 85).

Em “Dos benefícios da boa organização”, Donato (1991) mostra que conforme cresciam os internos, aumentavam os encargos, e Nóbrega sozinho não conseguia atender a tudo, o que implicou na organização e divisão de tarefas, por meio das Confrarias, “o primeiro movimento aglutinador de fundo cultural, educacional e socioeconômico inventado no Brasil” (DONATO, 1991, p. 85). As Confrarias tinham como objetivo básico fundir raças, cores, costumes, em um tipo de homem e em uma crença:

[...] “... repartindo os rapazes (os lisboetas) ...e com estes se juntaram outros dos gentios e órfãos da terra, mestiços, para a todos remediar”. Remediar quer dizer ensinar, vestir, alimentar, proporcionar convívio. (DONATO, 1991, p. 85).

E como funcionavam as Confrarias? Os jesuítas cuidavam de ensinar e da tarefa espiritual, enquanto que seculares qualificados passaram a cuidar, conforme suas inclinações, da administração ou da produção nas oficinas e lavouras. A instalação dessa infraestrutura requereu trabalho e Nóbrega organizou-as segundo o direito civil, mantendo-as obedientes ao direito eclesiástico.

Em “Bons ventos em São Vicente” Donato (1991) relata o trabalho de Nóbrega que mesmo antes de consolidar a entidade baiana, cuidou de firmar-se em São Vicente:

Elegeu 12 (ou teriam sido 10?) lisboetas, deu-lhes por mentor o padre Leonardo Nunes e instruiu-os tão bem que em meados de 1550, portugueses, curumins e mamelucos erguiam com suas mãos e a ajuda popular, o alojamento nas cercanias da biquinha famosa, marco da vila e da cidade. Um ano decorrido, em agosto, ficou pronto o arcabouço da igreja que deveria centralizar a vida da Confraria. Em 1552, janeiro, missa e sermão consagratórios da nova casa. Nóbrega pode exclamar: “grande casa e boa igreja; ao menos em Portugal não a temos ainda tão boa”. (DONATO, 1991, p. 86).

Estabelecia-se, assim, a primeira escola em chão paulista: um internato que abrigou 55 meninos – brancos e mestiços – que se dividem em dois tipos de vida: europeia, pois aprendem gramática latina e doutrina cristã; e ameríndia, ocupando parte do dia na caça e na brincadeira. Todos ainda encontravam tempo para amassar o barro e carregar material para ampliar a escola, igreja e anexos:

Eram “sete irmãos grandes e muitos meninos órfãos e outros filhos dos grandes e principais (chefes indígenas) ... quanto ao vestido sofreu os meninos andarem nus” clamava Nóbrega, em carta ao padre Simão. Para dar remédio às dificuldades, planifica, pede. Instituiu a Confraria dos Meninos de Jesus de São Vicente, deu-lhe provedor e mordomo, moveu-se diplomaticamente entre os desavindos Brás Cubas e Pero Correia, agiu como empresário esforçado e ardiloso até obter terras, sesmarias em Peruíbe, na direção de Itanhaém e até escravos para fazê-las produzir. ”. (DONATO, 1991, p. 86).

Na seção “Evitando Babel” Donato (1991, p.86) descreve as preocupações de Nóbrega com a sua obra que crescia e para isso era necessário que houvesse “ordem, amor, esforço dirigido”, uma vez que “o colorido mosaico racial firmava-se” com “indígenas falando português; lisboetas expressando-se em tupi; mamelucos, numa e noutra língua.” O relato entusiasmado de Nóbrega, criador dessa obra educacional dá conta de que “Aprendem a ler e a escrever e vão muito avante; outros a cantar e tocar flauta. E outros mamelucos, mais destros, aprendem a gramática” (DONATO, 1991, p.86), No entanto, mesmo sendo aquela realização um trabalho de um homem santo, era obra de um homem, isto é, o fundador deveria confiar a outros homens e sujeita-la à mudança dos tempos, conforme explica Donato (1991):

Nóbrega viu-a crescer, produzir resultados, iniciar a educação profissional e artística no Brasil, enviar a Portugal meninos mestiços e índios “para voltarem homens de confiança”. Porém, teve igualmente de testemunhar o desaparecimento de parte de sua criação, as confrarias, os colégios. (DONATO, 1991, p. 87).

Na Bahia, em maio de 1558, começam a aparecer os lamentos: os meninos gentios fugiam para o mato, voltando aos seus. Isso acontecia por causa da introdução da palmatória, castigo de estilo europeu trazida por Antonio Blasques, e denunciada por Luis da Grã a Inácio de Loiola. Mas, havia quem perguntasse se a dispersão não teria servido de sementeiras, para levar à selva a palavra, as artes, as técnicas, aprendidas na escola, nas Confrarias. Donato (1991, p.87) mostra como Nóbrega enfrentava essas mágoas:

Submisso às regras, calou-se. Cumprira o que se impusera. Havia colégios reunindo e educando. O de São Vicente transferira-se para São Paulo onde um irmão espanhol, José de Anchieta, alcançava êxito no trato com os gurizinhos Guaianá. As Confrarias e as escolas haviam democratizado o ensino, harmonizado as raças, formando os primeiros guias para a penetração ao interior, dera consistência ao



sistema defensivo português, formara artesãos para a forja, o tear. (DONATO, 1991, p.87)

O primeiro e mais acalentado sonho de Nóbrega era que “Nosso Senhor era servido de haver casa para rapazes dos gentios e aqueles que vinham para a todos estes ensinar e depois de desbastados aqui um pouco, poderem em Espanha aprender letras e virtudes, para voltarem depois homens de confiança”. (DONATO, 1991, p.87).

Para Donato (1991) Nóbrega era um visionário, pois pressentia, em pleno 1551, a necessidade básica nacional: a formação de homens de confiança.

### **4.3 A historiografia dos vultos da educação jesuítica**

O culto aos vultos históricos praticado na historiografia do IHGSP se inscreve na celebração dos feitos e dos homens ilustres, dignos de serem lembrados pela posteridade. Como refere Enders (2000, p.41), no Brasil a tarefa de recensar e homenagear os grandes mortos cabe principalmente aos membros das instituições culturais e artísticas.

Salgado (1989) também mostrou em seu estudo sobre o IHGB que esse Instituto recebeu a missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas. Na visão de Enders (2000, p. 41)

O recenseamento dos grandes homens extrapola, além disso, o debate acadêmico. A administração da posteridade, por suas implicações sociais, produz o encontro da história com a memória, mistura campos intelectuais e políticos. (ENDERS, 2000, p.41)

No IHGSP não era diferente, e a preocupação biográfica está presente nas páginas da RIHGSP, que publicou inúmeros retratos biográficos de “ilustres personalidades” da vida nacional, particularmente aqueles nascidos ou que tiveram destacada atuação no território paulista.

Especificamente, sobre o período colonial, foram muitas as biografias publicadas na RIHGSP, revelando que o gênero biográfico ocupou lugar central na historiografia paulista, principalmente sobre Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, e contribuiu para a propagação e conhecimento da vida e obra desses missionários jesuítas.

Nesse contexto, tendo como foco a biografia de Anchieta Barbosa (2006) comenta que esse gênero historiográfico:

[...] ao aplicar a biografia anchietana (...) os critérios de científicos de objetividade histórica, deve-se considerá-la despida de aparato crítico, sujeita a idealizações e priva de precisão quanto à cronologia, as referências topográficas, pessoais e documentárias (BARBOSA, 2006, p.12).

Ressalva ainda a autora, que algumas biografias, contudo, respeitam certa objetividade científica e oferecem um discreto aparato crítico no que diz respeito à atividade missionária da Companhia de Jesus no Brasil.

Assim, entre os 28 artigos da categoria temática “vultos da educação jesuítica”, 18 se referem aos dois principais personagens da educação jesuítica no Brasil colonial: Nóbrega (8 artigos) e Anchieta (10 artigos), conforme mostra o Quadro 16. Entre esses 18 artigos foram selecionados para análise apenas aqueles 10 artigos referentes à Anchieta, uma vez que a vida e obra Nóbrega já foi analisada na seção anterior.

**Quadro 16** – Artigos selecionados sobre os vultos da educação jesuítica

Ano	Autores	Títulos
1937	Affonso de Carvalho	Anchieta e Pindobuçú
1938	José Torres de Oliveira	Anchieta e a pacificação dos índios
1956	Eduardo Fernández y González	O venerável padre José de Anchieta e a sua nacionalidade
1966	J. P. Leite Cordeiro	Relíquias de Anchieta
1968	Alfredo Gomes	O exemplo de Anchieta
1968	Carlos Henrique Robertson Liberalli	Anchieta, o naturalista
1968	Leão Machado	Anchieta, fundador da literatura brasileira
1969	Antônio Barreto Amaral	José de Anchieta poeta
1969	Hélio Abranches Viotti	As relíquias de Anchieta
1970	Tito Livio Ferreira	Os restos mortais de Anchieta

Fonte: RIHGSP. Elaboração própria

Iniciamos com o artigo intitulado “Anchieta e Pindobuçú”, publicado em 1937 e de autoria de Affonso de Carvalho<sup>60</sup>, em que o autor apresenta detalhes da atuação de Anchieta no episódio da Confederação dos Tamoios – a revolta liderada pela nação indígena Tupinambá, e que ocupava o atual litoral norte paulista, contra os colonizadores portugueses entre 1556 e 1567 que pretendiam promover a colonização

<sup>60</sup> Affonso José de Carvalho nasceu em 1868, em São Bento do Sapucaí e faleceu em São Paulo, em 1952. Formou-se em Direito, em 1889 e iniciou sua carreira de jurista em 1890, como promotor público de Atibaia, e posteriormente juiz de direito de sua terra natal até 1910, quando foi removido para a cidade de Franca. Dessa comarca galgou todos os degraus de acesso judiciário, sendo empossado como Ministro do Tribunal de Justiça do Estado em junho de 1927, e aposentando-se como desembargador em 1936. Foi sócio correspondente e depois sócio efetivo do IHGSP, tendo publicado cinco artigos na RIHGSP, no período compreendido entre 1912 e 1937. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1955).

mediante a escravização dos índios. O personagem principal dessa história é Pindobuçu – ou Palma Grande – chefe dos Tupinambás.

Rememoremos um pouco como ocorreu a Confederação dos Tamoios<sup>61</sup>. A rivalidade entre as diferentes nações indígenas, associada à necessidade de força de trabalho escrava para o empreendimento da colonização, fez com que portugueses e guaianases se lançassem sobre os tupinambás, aprisionando a aldeia do chefe tupinambá Caiçuru, sendo que todos os tupinambás aprisionados foram levados às terras de Brás Cubas.

Com a morte de Caiçuru no cativeiro, seu filho, Aimberê, insuflou uma revolta e fuga do cativeiro, indo para as terras da capitania do Rio de Janeiro e constituindo o conhecido entrincheiramento de Uruçumirim, que ficou conhecido como confederação dos Tamoios, passando a ser o chefe dessa retaliação contra os portugueses, junto com Cunhambebe. Aimberê reuniu-se com os demais chefes tupinambás: Pindobuçu e Coaquira e sob a liderança de Cunhambebe e com o apoio de outras nações indígenas, como os goitacases, os Tupinambás organizaram uma aliança contra os guaianases e portugueses. Com a morte de Cunhambebe, durante uma epidemia, Aimberê passou a ser o líder da confederação. A estratégia de Aimberê consistiu em ampliar ainda mais a confederação, de modo a incluir o apoio dos guaianases. Para isso, pediu a Jagoanharó, chefe dos guaianases e sobrinho de Tibiriçá, que o convencesse a deixar os portugueses e a se juntar à confederação. Tibiriçá pareceu concordar com o sobrinho e propôs que a confederação o encontrasse, a fim de desfecharem um ataque final contra os portugueses. Entretanto, Tibiriçá permanecia fiel aos portugueses e, quando os Tamoios chegaram, matou seu sobrinho Jagoanharó. Os Tamoios, contudo, previam a traição do cacique Tibiriçá e avançaram sobre os guaianases e sobre os portugueses, infligindo-lhes pesada derrota, que resultou também na morte de Tibiriçá.

Com a interferência de Nóbrega e Anchieta, no episódio conhecido como Paz de Iperoig (atual Ubatuba), foi selada uma trégua, em que os portugueses foram obrigados a libertar todos os indígenas escravizados. No entanto, o fim dessa trégua se deu com os portugueses e deu com o fortalecimento da colonização portuguesa, com os portugueses se lançando sobre as aldeias indígenas, matando e escravizando a população. Os tupinambás foram se retirando em direção à baía de Guanabara. E, em 1567, com a chegada de reforços para Estácio de Sá – que fundara dois anos antes a vila de São

---

<sup>61</sup> Essa síntese histórica sobre a Confederação dos Tamoios e da atuação dos jesuítas foi baseada no texto de Barbosa (2006) e Perrone-Moisés e Stztutman (2010).

Sebastião do Rio de Janeiro – iniciou-se e a etapa final de expulsão dos franceses e de seus aliados Tamoios da Guanabara, tendo lugar a dizimação final dos Tupinambás e a morte de Aimberê quando da Guerra de Cabo Frio.

Mesmo com a derrota final dos Tamoios, o empreendimento colonizador português compreendeu que seria difícil usar como força de trabalho os indígenas, dadas as rivalidades entre as tribos e a permanente desvantagem numérica. A possibilidade de rebeliões e de dizimação dos assentamentos coloniais era muito alta.

Pois bem, o propósito de Carvalho (1937) nesse artigo não é apenas rememorar esse episódio, mas principalmente retratar como se davam as relações entre os jesuítas e os índios, para isso escolhendo Pindobuçu e Anchieta como personagens principais. Assim, a sua descrição de Pindobuçu diz que o chefe dos Tamoios:

Era este um dos principais da tribo tamoia, com aldeia vistosa a cavaleiro de Iperoig. Já não era moço, e sobre a fronte cor de oca já pesava a experiência cruenta das pelejas. Conhecia a lusos e franceses e reputava aos segundos seus fieis aliados contra os inimigos de sua terra e de sua liberdade. Nos primeiros sucessos de Guanabara granjeara a estima do monge franciscano André Thevét, que o considerava um dos melhores reis da selva. O próprio senhor de Villegaignon, rigoroso com toda a gente, lhe dera prova de acatamento e amizade, reconhecendo-o sem duvida de proveito para seus planos de dominação. A seu talhe agigantado devia a alcunha significativa de Palma Grande com que o brindara o respeito dos brasis do litoral. Sua voz encorpada, em meio das algazarras inconvenientes, acalmava, no momento preciso, a irritação da grei. (CARVALHO, 1937, p. 17)

A amizade de Pindobuçu para com Anchieta também é descrita por Carvalho (1937, p.18), reputando-a “muito sincera, nascera espontânea desde o primeiro dia, desde o primeiro encontro na simpatia que ressumbrava daquele semblante moço, daqueles olhos azuis e tranquilos durante as praticas diurnas”. Carvalho (1937, p.18) também relata que Pindobuçu “experimentara Anchieta oferecendo-lhe algumas das mais belas raparigas da devesa”, e do apóstolo recebeu o rechaço com um gesto afirmando que era pecado. E como reagiu Pindobuçu? Carvalho (1937) conta que

Impossível o pecado! exclamara o ofertante. “Padre José, tu não podes ser insensível, disse, naquilo mesmo que toda a gente apetece”. Como resposta o moço catequista mostrou-lhe as disciplinas de tiras resistentes com que castigava as tentações e expulsava prazeres que Deus abominava. E houvera um espanto nos olhos do maioral selvícola diante desse homem que voluntariamente fustigava as carnes para renunciar aquilo que, no pensar do tamoio, mais pagava a pena de

viver. Parecia aquilo a Pindobuçú um caso tão novo, tão estranho! E se convencera logo de que o jovem padre e o seu velho companheiro privavam com Tupã. E pusera-se a interrogar o seu amigo, como oito ou nove anos antes o fizera ao monge franciscano de Guanabara, sobre coisas que poderiam suceder apos a morte, e sobre o que deveria praticar para alcançar longa vida, saúde e sossego. (CARVALHO, 1937, p.18)

Anchieta foi ganhando a confiança de Pindobuçú pelo viés da educação, saciando a sua curiosidade ao mesmo tempo em que lhe passava os ensinamentos bíblicos, conforme o relato detalhado de Carvalho (1937, p.18-19) que mostra como a amizade entre ambos foi construída:

E si o educador lhe explicava que todo o bem e toda a força vinham de Deus, que premiava os bons e punia os maus, razão essa pela qual todos deveriam amá-lo e temê-lo, Pindobuçú indagava curioso: "Mas porque temê-lo?". E o mestre lhe respondia ás perguntas contando as coisas gloriosas e as coisas terríveis do mistério religioso. Então, maravilhado, silenciava o morubixaba, para logo mais interrogá-lo de novo, pois queria aprender, queria saber, mas isso devagar, dizia, porque não podia caber tudo de uma vez em sua cabeça. E mostrava-se alegre, edificado pelas gravuras bíblicas que o padre lhe ia exibindo. E lhe adviera assim um recrudescer de afetos, que já nem mais admitia da parte dos de sua aldeia uma palavra desrespeitosa ou imprudente capaz de magoar as suscetibilidades de seu novo amigo. (CARVALHO, 1937, p.18)

Carvalho (1937, p. 18) também expõe a sua visão sobre Pindobuçú: “era o contrachoque das brutalidades indígenas”:

Bom e valente Pindobuçú! Nenhum dos demais chefes litorâneos o alcançava em capacidade e valor. Era a autoridade, a proteção, a energia, a bondade. Sem duvida que de larga fama e respeito se rodeavam a cordato Coaquira, o feroz Aimberê, o prudente Cunhambebe, nas aldeias da bulhenta e valorosa tribo. Nenhum deles, entretanto porfiava com Palma Grande em prol da paz. (CARVALHO, 1937, p. 25).

E vários episódios são relatados pelo autor envolvendo confrontos entre Anchieta e os indígenas, entre eles Aimberê e Paranapuçú, filho de Pindobuçú. Nessas várias situações Grande Palma ficara do lado dos jesuítas, pois

Pindobuçú, em certo da superioridade moral dos dois jesuítas sobre os indígenas de sua região, admirava-os incondicionalmente, máxime a Anchieta, num entusiasmo cheio de dedicação e amor. Era um a Cordura valente que se compadecia do que julgava uma debilidade

inferior. Outro, a Veneração, que estimava e protegia. (CARVALHO, 1937, p. 26).

E, ao final do artigo, Carvalho (1937, p.27) comenta sobre a amizade entre Pindobuçú e Anchieta, quando este rumava de volta para São Vicente, o sentimento do missionário que acenava “entre sentidas lágrimas, os seus adeuses aos novos amigos de Iperoig, deveria seu pensamento envolver, mais complacente e mais carinhoso, o vulto gigantesco de Palma Grande”.

Outro artigo, de José Torres de Oliveira (1937) intitulado “Anchieta e a pacificação dos índios”, também aborda o episódio da Confederação dos Tamoio.

Essa era a historiografia do IGHSP sobre o episódio da Confederação dos Tamoio. Como referem Perrone-Moisés e Stztutman (2010, p.402) este “episódio atua na historiografia nacional como um mito fundador”. No entanto, na visão desses autores, a guerra dos Tamoio “não consistiu num movimento “nativista”, contra a colonização e pela retomada da terra e da liberdade dos índios, ou seja, não foi uma “guerra de “índios” contra “europeus”, pois as fontes descrevem claramente a guerra que estourou na região da Guanabara configurada como um duplo sistema de alianças, havendo “índios” e “europeus” de ambos os lados” (PERRONE-MOISÉS; STZTUTMAN, 2010, p. 404).

Outro grupo de artigos publicados na RIHGSP também abordam aspectos da vida e obra de Anchieta relacionando-os também a sua atuação no campo da ciência e das artes, como é o caso dos seguintes artigos:

Alfredo Gomes (1968), “O exemplo de Anchieta” que elabora uma cronologia histórica da atuação do missionário jesuíta, desde o seu nascimento em 1534 até 1553.

Antonio Barreto do Amaral (1969), “José de Anchieta poeta”, mostra a face poética do missionário jesuíta, dando a ele o título de “primeiro poeta do Brasil”.

Carlos Henrique Robertson Liberalli (1968) disserta sobre “Anchieta, o naturalista”, apontando no jesuíta os traços de homem de ciência.

Leão Machado (1968) explana sobre “Anchieta, o fundador da literatura brasileira”.

Outros três artigos, respectivamente de José Pedro Leite Cordeiro (1966), Hélio Abranches Viotti (1969) e Tito Lívio Ferreira (1970) abordam as “Relíquias de Anchieta” e “Os restos mortais de Anchieta”. Os autores detalham aspectos referentes às relíquias e aos restos mortais de Anchieta e tecem a verdadeira “peregrinação” no

país e no exterior – leia-se, Portugal – em busca desses objetos pessoais (por exemplo, a jaqueta de José de Anchieta) e dos restos mortais do jesuíta – considerando-os elementos importantes para o culto de sua memória. Nesse contexto é válido citar o seguinte trecho do artigo de Viotti (1969, p. 221) que bem ilustra o significado desses elementos – relíquias e restos mortais - para preservar e manter o culto desse vulto da história nacional:

Diversa costuma ser a sorte, que toca aos restos mortais dos santos da Igreja Católica, daquela que geralmente cabe aos despojos dos homens comuns. Foi depois da libertação da Igreja no século IV, que se expandiu o culto exterior aos heróis do Cristianismo, os mártires principalmente. No Oriente, sempre mais propenso a exteriorização dos sentimentos, teve origem o culto das relíquias, através da exumação dos restos mortais dos apóstolos, dos bispos, sobretudo dos mártires, para trasladá-los a templos e lugares, onde sua presença, suscitando maiores homenagens, beneficiasse espiritualmente maior número de fiéis. (VIOTTI, 1969, p. 221)

Finalmente, o artigo de Eduardo Fernández y González (1956), intitulado “O venerável padre Anchieta e sua nacionalidade” apresenta uma longa discussão a respeito desse aspecto da vida do missionário jesuíta: a sua nacionalidade espanhola, que por diversas vezes havia sido contestada. Ao longo de 28 páginas, e por meio de relatos históricos e recorrendo a aspectos da geografia de Portugal e Espanha o autor defende a nacionalidade espanhola de José de Anchieta:

[...] o que nos levou a esta longa dissertação histórica para recolocar a verdade no seu verdadeiro lugar: - isto é, demonstrar que a nacionalidade do Venerável Padre José de Anchieta é espanhola tanto pelo sangue como pelo solo, o que ninguém de boa fé pode negar. Mas se a cegueira voluntária, "a pior de todas", não quer deixar ver assim, nós não temos o poder de dar vista aos cegos. Que o Santo Anchieta faça mais um dos seus milagres iluminando aqueles que, num momento de incompreensão, lhe negam, entre outros atributos a sua própria nacionalidade. (FERNÁNDEZ Y GONZÁLEZ, 1956, p. 93)

Esse é, portanto, o panorama da historiografia da história da educação na Revista do IHGSP.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da investigação retomamos a questão de pesquisa – quais são as contribuições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* para a História da Educação no Brasil?

A pesquisa destacou as contribuições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (RIHGSP) para a historiografia da educação brasileira, além de fornecer elementos para delinear um panorama histórico dos Institutos Históricos e Geográficos no cenário mundial e nacional situando nesse contexto o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e descrever as principais características da RIHGSP.

O recurso à metodologia da análise bibliométrica foi fundamental para analisar a produção científica da RIHGSP, de forma a traçar um perfil dos autores, as temáticas abordadas e a distribuição temporal dos artigos publicados. Finalmente, realizamos a análise de conteúdo de uma amostra de 20 artigos relacionados à temática da História da Educação.

A justificativa para a realização dessa pesquisa assentou-se no entendimento de que o estudo da produção científica nas páginas dessa Revista foi relevante para a reconstrução da própria historiografia nacional e para demonstrar o papel que as fontes de informação assumem na disseminação das informações e no desenvolvimento da própria pesquisa científica em Educação, principalmente em relação aos períodos históricos correspondentes à Colônia, mediante o protagonismo dos jesuítas, e ao Império.

Ao longo dos três capítulos que compuseram o texto dessa tese esperamos ter respondido à questão de pesquisa e cumprido esses objetivos. Assim, em relação à questão de pesquisa podemos concluir que as contribuições da RIHGSP para a historiografia da educação brasileira se fez presente ao longo dos 186 artigos analisados.

A estratégia metodológica adotada permitiu atingir os objetivos específicos de delinear o panorama histórico dos Institutos Históricos e Geográficos de Paris, do Brasil e de São Paulo, e as principais características do IHGSP e da Revista do IHGSP. Para tanto, lançamos mão de uma ampla revisão de literatura consultando obras de referência no âmbito da História, bem como utilizamos o próprio material da Revista do IHGSP, isto é, os artigos nela publicados e que faziam referência à história do Instituto e da Revista.



A abordagem bibliométrica permitiu cumprir o terceiro objetivo específico que foi analisar os 186 artigos de acordo com parâmetros bibliométricos, a saber: distribuição temporal dos artigos, perfil dos autores e temáticas dos artigos. Não nos limitamos a aspectos meramente quantitativos, mas, por meio da análise de conteúdo de alguns artigos foi possível dar um contorno qualitativo ao tratamento dos resultados obtidos.

Por último, mas não menos importante, o cumprimento do último objetivo – que foi o de identificar e selecionar da produção científica da Revista do IHGSP um conjunto de artigos que contribuem para historiografia da educação brasileira – permitiu mostrar a importância dessa fonte histórica que é a Revista do IHGSP como subsídio à história da educação brasileira.

Dessa forma, esperamos que as evidências científicas encontradas possam ter demonstrado que os textos, publicados na RIHGSP, são fundamentais para a história e historiografia da educação brasileira, pois permitem compreender como a elite letrada – representada pelos intelectuais que publicam artigos neste periódico – pensava a educação brasileira no período estudado.

E ainda mais, a análise dos artigos publicados na RIHGSP também possibilita entender o papel de “intelectual orgânico” que esse periódico cumpriu no sentido de se construir a chamada identidade nacional baseada no legado herdado do período colonial e a sua continuidade por meio da Monarquia ocupada por soberanos descendentes diretamente da família real portuguesa.

Para os intelectuais signatários dos artigos publicados na Revista do IHGSP, a identidade nacional brasileira era uma consequência direta do protagonismo evangelizador e civilizador levado a cabo pelos padres da Companhia de Jesus, desde 1549, junto às populações indígenas, africanas e portuguesas que foram se amalgamando e se tornando brasileiros ao longo dos séculos que se seguiram a ocupação, a partir de 1530, do imenso território brasílico.

Assim, os artigos publicados pela RIHGSP confirmam que esse processo civilizador ocidental cristão, que plasmou a formação societária brasileira, estava assentado, inicialmente, nas casas de bê-á-bá e, depois, nos colégios regidos pelo *Ratio Studiorum* e as Constituições que regiam o funcionamento da Ordem religiosa criada por Inácio de Loyola.

## 6 REFERÊNCIAS

ABL. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Afonso D'E Taunay**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=35&sid=88>> Acesso em outubro de 2013.

ABL. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Manoel de Oliveira Lima**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=429&sid=347>> Acesso em outubro de 2013.

ABL. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Eduardo Prado**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=483&sid=356>> Acesso em outubro de 2013.

ALESP. Assembleia Legislativa de São Paulo. **Decreto 16.720, de 15 de janeiro de 1947**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=98784>> Acesso em setembro de 2013.

AMSP. ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO. Ernesto de Sousa Campos. 2013. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/?pg=academicos&idioma=1>> Acesso em novembro de 2013.

ANHEZI, K. Comemoração, memória e escrita da história: o ingresso de Afonso de Taunay no IHGB e a reintegração do pai. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, 2011. P.1-16.

ARANTES, A. Afonso de Taunay. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.58, p. 49-54, 1960.

ARANTES, A. IV Centenário da fundação da Companhia de Jesus: 1540-1940. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 41, p.3- 4, 1941.

ARANTES, A. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.44, p. 190-191, 1949.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Novo acervo digitalizado**. 2013. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimprensa\\_edicoesanteriores5/](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimprensa_edicoesanteriores5/)> Acesso em outubro de 2013.

ATALIBA NOGUEIRA, J. C. Fundação de São Carlos: parecer do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, relator professor Ataliba Nogueira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 57, p. 175-180, 1959.

ATALIBA NOGUEIRA, J. C. Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo: o 47

aniversário do instituto - elogio histórico dos sócios falecidos em 1941. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 41, p. 385-394, 1942.

AULER, C. M. das N. A revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: um lugar de memória. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, v.1, n.1, 2009.

AYROSA, P. Theodoro Sampaio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.33, p.273-277, 1937.

BANDECCHI, P. B. Afonso de Taunay, historiador sereno e imparcial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 58, p. 67-71, 1960.

BARBOSA, M. F. M. **As letras e a cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência missionária de José de Anchieta, S. I. (1534-1597)**. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2006. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=xQfYluwjNC0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>> Acesso em novembro de 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. Educação jesuítica no Brasil Colônia. **Série Estudos: periódico do mestrado em educação da UCDB**. Campo Grande, n.12, p.135-143, jul./dez., 2001.

BITTAR, M; FERREIRA JUNIOR, A. Infância, catequese e aculturação no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n.199, p.452-463. set./dez., 2000.

BITTAR, M; FERREIRA JUNIOR, A. A pedagogia da escravidão nos sermões do Padre Antonio Vieira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206/207/208. p. 43-53. jan./dez., 2003.

BITTAR, M; FERREIRA JUNIOR, A. Casas de bê-á-bá e evangelização jesuítica no Brasil do século XVI. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.22, n.8, p.153-181, jan./abr., 2005.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n.196, p.472-482, set./dez., 1999.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. **O estado da arte em história da educação colonial**. 2010. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_079/](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_079/)> Acesso em: outubro de 2010.

BRASIL. PLANALTO. **Informações presidenciais: Washington Luís Pereira de Sousa**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/informacoespresidenciais/washington-luis>> Acesso em novembro de 2013.

BRITO, L. T. de. Padre Belchior de Pontes. **Revista do Instituto Histórico e**

**Geográfico de São Paulo**, v. 44, 1<sup>a</sup>. Parte, p. 175-184, 1944.

CALADO, A. A. de M. Biblioteca, livros & papéis. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 86, p. 163-170, 1991.

CALLARI, C. R. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.21, n.40, p. 59-83, 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei 127, de 29 de abril de 1955**: denomina Desembargador Affonso de Carvalho a rua sem nome que se inicia na Rua Paulo Eiró, na Vila Buarque. São Paulo: 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1955/00/00/0A/JO/00000AJOQ.PDF>> Acesso em novembro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projeto de Decreto Legislativo 31/67, de 8 de dezembro de 1967**: concede o título de cidadão paulistano ao sr. Antonio Arruda Camargo. São Paulo: 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1967/00/00/08/TE/000008TE8.PDF>> Acesso em novembro de 2013.

CAMARGO, A. A. Padre Manoel de Paiva: Patrono. Discurso de Posse de Antonio de Arruda Camargo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 81, p. 155-158, 1986.

CAMPOS, E. de S. Afonso Teixeira d'Escragnole Taunay: professor. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 47, p. 9-20, 1952.

CANDEIAS, N. M. F. **10 anos da memória paulista**: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (2002-2012). São Paulo: Escrituras, 2013.

CARRARO, E. C. **O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CARRARO, E. C. **O Instituto Histórico de Paris: elementos para uma pré-história da sociologia**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CARRARO, E. C. Courtet de l'Isle e o Instituto Histórico de Paris: a ideia de raça na origem da Sociologia. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia - GT29: Teoria Sociológica, 2009a.

CARRARO, E. C. **História e Ciências Sociais no Instituto Histórico de Paris**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007.

CARRARO, E. C. **O Instituto Histórico de Paris: moralidade e ciência social**. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2003, Campinas. Campinas, UNICAMP, 2003, p.1-28.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, Regina Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto & Contexto: Enfermagem**, v.15, n.4, p.679-684,

dez. 2006.

CARVALHO, R. M. Apresentação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 95, p.3, 1999.

CARVALHO, R. M. A fundação do IHGSP. Os idealizadores e a sessão inaugural. Cesário Morta Jr., o primeiro presidente. As antigas e a atual sede. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 88, p.19-36, 1993.

CARVALHO, R. M. O centenário de Tito Lívio Ferreira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 90, p.114-124, 1995.

CARVALHO, R. M. Cronologia do Cel. Luiz Tenório de Brito. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 85, p. 250-256, 1990.

CBG. COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. **Padre Hélio Abranches Viotti**. 2013. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/galeria-socios/helio-abranches/>> Acesso em novembro de 2013.

CBG. COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. **Padre José da Frota Gentil, S. J.** Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/colégio/quadro-social/socios-honorarios/jose-da-frota-gentil/>> Acesso em novembro de 2013.

CGRHU. Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **José Carlos de Ataliba Nogueira**. 2013. Disponível em: <[http://drhu.edunet.sp.gov.br/site\\_secretario/secretarios/sec\\_11.asp](http://drhu.edunet.sp.gov.br/site_secretario/secretarios/sec_11.asp)> Acesso em novembro de 2013.

CORDEIRO, J. P. L. Domingos Jaguaribe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 48, p.135-138, 1952.

CORDEIRO, J. P. L. José Carlos Torres de Oliveira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 50, p.167-174, 1953.

CPDOC. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Altino Arantes**: biografia. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/altino\\_arantes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/altino_arantes)> Acesso em novembro de 2013.

CPRM. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Orville Adelbert Derby**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=528&sid=8#PTSECE-INS>> Acesso em outubro de 2013.

CRETELLA JR., J. C. **Discurso de posse na Academia Paulista de Letras, em 10/8/2006**. 2006. Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br/discursos-acad-atuais/39-jos%C3%A9-cretella-j%C3%BAnior-cadeira-n%C2%BA-1.html>> Acesso em novembro de 2013.

CURTIUS, E. R. **Literatura europeia e idade média latina**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1996.

D'ALESSANDRO, A. Afonso de Taunay, o professor. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 58, p.55-66, 1960.

DEBES, C. A Revista do IHGSP e a pesquisa histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.88, p. 61-65, 1993.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DICIONÁRIO PORTUGUÊS-BRASILIANO E BRASILIANO-PORTUGUÊS. Reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2ª parte, até então inédita, organizada e prefaciada por Plínio M. da Silva Ayrosa. São Paulo: Imprensa Oficial, 319 p.

DIHEL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOCUMENTA GRAMMATICAE ET HISTORIAE. **Ficha descritiva 003**. 2013. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dl/documenta/fichas\\_descritivas/Ayrosa\\_1934.htm](http://www.fflch.usp.br/dl/documenta/fichas_descritivas/Ayrosa_1934.htm)> Acesso em novembro de 2013.

DONATO, H. Apresentação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.88, p. 5, 1993.

DONATO, H. Sessão do Centenário - discurso do presidente Hernâni Donato. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 91, p. 26-28, 1995.

ENDERS, A. "O Plutarco brasileiro": a produção de vultos nacionais no segundo império. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n.15, p.41-62, 2000.

ELMMERICH, L. A música no São Paulo colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.71 p. 61-66, 1974.

FARIA, M. A. de O. Monglave e o Instituto Histórico de Paris. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.2, 1967.

FARIA, M. A. de O. **Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

FAZENDA, J. V. O voador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 12, p. 229-243, 1907.

FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: EDUNESP, 2002.

FERREIRA, A. C. Heróis e vanguardas, romance e história: os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional. In: PESAVENTO, S. J. (Org.) **Escrita, linguagem e objetos: leituras de história cultural**. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 81-114.

FERREIRA, A. C. Entre a tradição e a modernidade, entre a História e o romance: IHGSP 100 anos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 90,

p.14-26, 1995.

FERREIRA, A. C.; MAHL, M. L. Preservação e patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). **Patrimônio e Memória** (Unesp), v.7, n.1, p. 3-18, jun. 2011.

FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica** (1870-1940). São Paulo: Edunesp, 2002.

FERREIRA, T. L. **História da educação luso-brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1966.

FERREIRA, T. L. Mestre Afonso de Taunay: o historiador da pátria. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 58, p. 85-93, 1960.

FERREIRA, T. L. Grupos escolares paulistas e seus patronos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 47, p. 155-159, 1952.

FERREIRA, T. L. Os presidentes efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 44, p. 163-171, 1949.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. Pluralidade linguística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil colonial. **Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, v.25, n. 86, p. 171-195, jan./abr., 2004.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil colonial. **Revista Brasileira de Educação**. v.17, n.51, p.693-751, set./dez., 2012.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A gênese das instituições escolares no Brasil: os jesuítas e as casas de bê-á-bá no século XVI. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.18, n.1-2, p.35-54, jan./dez, 2005.

FERRETTI, D. J. Z.; CAPELATO, M. H. R. João Ramalho e as origens da nação: os paulistas nas comemorações do centenário da descoberta do Brasil. **Revista Tempo**, UFF, v.4, n.8, 1999. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg8-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf)> Acesso em novembro 2013.

FICHER, S. **Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2005.

FLORENCE, A. B. M. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 44, p. 191-194, 1949.

FURTADO, A. A colonização do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 18, p.125-146, 1913.

GENTIL, J. da F., S. J. Os jesuítas e a fundação de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 29, p. 173-192, 1932.

GOMES, A. IV. Dr. José Torres de Oliveira. **Revista do Instituto Histórico e**

**Geográfico de São Paulo**, v.67, p. 257-270, 1970.

GOMES, A. de C. A República, a história e o IHGB. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GUIA GEOGRÁFICO DA BAHIA. **Theodoro Sampaio (1855-1937)**. Disponível em: <<http://www.bahia-turismo.com/historia/teodoro-sampaio.htm>> Acesso em outubro de 2013.

GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, jul./set 1995.

GUIMARÃES, L. M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, M. L. S. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional. In: WEHLING, Arno (Org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista de Estudos Históricos: Caminhos da Historiografia**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, M. L. S. **Historiografia e nação no Brasil**: 1838-1957. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

HISTÓRIA DAS RUAS DE SÃO PAULO. **Alexandre d'Alessandro**. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>> Acesso em novembro de 2013.

HISTÓRIA DAS RUAS DE SÃO PAULO. **Pedro Brasil Bandecchi**. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>> Acesso em novembro de 2013.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Reflexões preliminares sobre produção do conhecimento em educação jesuítica no Brasil Colonial. In: VI SIMPÓSIO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA - UNIVERSIDADE E CONTEMPORANEIDADE: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, 2005, Marília. **Anais...** Marília, UNESP, 2005. p. 22-29.

HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M.; MARTINEZ, C. S. Estudos sobre jovens e juventudes: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 27, p. 131-154, 2008.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. História da educação brasileira: a produção científica na biblioteca eletrônica SCIELO. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.29, n.102, p.181-211, jan./abr., 2008.

HAYASHI, M. C. P. I. Afinidades eletivas entre a cientometria e os estudos sociais da ciência. **Filosofia e Educação** (Unicamp), v.5, n.2, p. 57-88, 2013.



IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Campinas**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/campinas.pdf>> Acesso em setembro de 2013.

IGLÉSIAS, F. **Os historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

IGLÉSIAS, F. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 55-78, 1988.

IGLÉSIAS, F. Comentário ao roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS. **Anais...** São Paulo, 1972.

IHGB. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Disponível em: <[www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br)> .

IHGB. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Resenha histórica**. 2013. Disponível em: ><http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php> >Acesso em novembro de 2013.

IHGB. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Quadro social**. Disponível em: < <http://www.ihgb.org.br/ihgb3.php>>. Acesso em: jan. 2011

IHGSP. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Jubileu Social (1894-1944)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

IHGSP. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Diretoria**. Disponível em: <<http://www.ihgsp.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/diretoria.php?sid=11>> Acesso em setembro de 2013.

IHGSP. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Registro Histórico**. Disponível em: <<http://www.ihgsp.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/apresentacao.php?sid=545>> Acesso em setembro de 2013.

IPANEMA, C. M. de. Bilhete para Lygia Cunha. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 171, n. 448, p. 235-240, jul./set. 2010.

JAGUARIBE, D. Palavras indígenas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.20, p. 323-328, 1915.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

LAPA, J. R. do A. **Historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEITE, SERAFIM, S. J. O Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente: o padre Leonardo Nunes (1550-1554). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 33, p. 35-38, 1937.

LIMA, M. de O. O padre Manoel de Moraes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.12, p.331-346, 1907.

LIMA, M. de O. A Biblioteca Brasiliense do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.12, p. 658-662, 1907.

LYRA, M. de L. V. Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha: intelectual erudita e pioneira no estudo da iconografia no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 171, n. 448, p. 245-254, jul./set. 2010.

MAHL, M. L. . Orville Adelbert Derby: ciência e vida intelectual em São Paulo (1886-1905). In: XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010, Franca. **Anais...XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. Franca: Anpuh - SP, 2010.

MAHL, M. L. Orville Adelbert Derby: notas para o estudo de sua atuação científico-intelectual em São Paulo (1886-1905). **Revista de História (USP)**, v. 167, p. 295-320, 2012.

MARTINS, N. N. **10 Anos da Memória Paulista**: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (2002 – 2012). São Paulo: Escrituras, 2013. 960p.

MÉDICOS ILUSTRES DA BAHIA E DO SERGIPE. **Hosannah de Oliveira**. Disponível em: <<http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/02/163-hosannah-de-oliveira.html>> Acesso em novembro de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MOLLO, H. A construção do passado em história geral do Brasil. Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. **Actas...**, 2009, Lisboa.

MONUMENTO enaltece a fase de ouro das monções. 2013. Disponível em: <<http://www.itu.com.br/regiao/noticia/monumento-enaltece-a-fase-de-ouro-das-moncoes-20110217>> Acesso em setembro de 2013.

MONTEIRO, Felipe. Theodoro F. Sampaio (1855-1937). **Revista de História**, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/theodoro-f-sampaio-br-1855-1937>> Acesso em outubro de 2013.

MUGNAINI, R.; QUONIAN, L. Bibliometria em países em desenvolvimento: notas para discussão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2002. **Anais...** Fortaleza: SBBDCI, 2002.

O GLOBO. José Vieira Fazenda. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/17/jose-vieira-fazenda-medico-escriptor-amante-da-cidade-436325.asp>> Acesso em novembro de 2013.

OCTÁVIO, B. Padre Anselmo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 18, p.241-255, 1913.

OLIVEIRA, R. J. de **Utopia e razão**: pensando a formação ético-política do homem contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

- OLIVEIRA, Maria da Glória. A historiografia da historiografia brasileira e suas evidências. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v.10, p.274-278, dez. 2010.
- OLIVEIRA, J. T. de. O 44º. aniversário do Instituto e os sócios falecidos durante o ano social findo - discurso proferido na sessão magna de 1 de novembro de 1938. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 35, p. 5-12, 1938.
- OLIVEIRA, J. T. de Discurso inaugural. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 29, p. 7-12, 1932.
- OLIVEIRA, E. de. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 44, p. 195-214, 1949.
- OLIVEIRA, H. de. Padre Bartholomeu de Gusmão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 12, p. 253-261, 1907.
- PEIXOTO, J. B. T. O jornal e os jornalistas na luta pela independência. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 74, p. 72-79, 1978.
- PEREIRA, M. A. **Colégios jesuíticos no Brasil colonial na produção científica de teses e dissertações**. 2008. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- PEREIRA, M. A.; FERREIRA JUNIOR, A.; HAYASHI, M. C. P. I. Os Institutos Históricos e Geográficos no Brasil: estudo bibliométrico do banco de teses da CAPES. In: HAYASHI, M. C. P. I.; FARIA, L. I. L.; HAYASHI, C. R. M. (Orgs.) **Bibliometria e cientometria: estudos temáticos**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013. p. 229-246.
- PERRONE-MOISÉS, B.; SZTUTMAN, R. Notícias de uma certa confederação Tamoio. **Mana**, v. 16, n.2, p. 401-433, 2010.
- PINASSI, M. O. O Instituto Histórico de Paris e o pensamento brasileiro entre 1834 e 1856. 2013. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/13835/o-instituto-historico-de-paris-e-o-pensamento-brasileiro-entre-1834-e-1856/>> Acesso em novembro de 2013.
- PRADO, E. Discurso do Aniversário da fundação do Instituto Histórico de S. Paulo, lido pelo dr. Eduardo Prado, em sessão magna do mesmo Instituto em 10 de novembro de 1898. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.3, p.523-534, 1898.
- PRÓ-MEMÓRIA DE CAMPINAS-SP. **Personagem: Benedicto Octávio**. Disponível em: <<http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2008/01/personagem-benedicto-octvio.html>> Acesso em novembro de 2013.
- PRÓ-MEMÓRIA DE CAMPINAS-SP. **Personagem: Odilon Nogueira de Matos**. Disponível em: <<http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2008/02/personagem-odilon-nogueira-de-matos.html>> Acesso em novembro de 2013.
- REIS, P. A. dos. Orville Adelbert Derby: sua atuação historiográfica na Revista do

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em torno da elaboração de um mito paulista: o bandeirante (1895-1907). In: OLIVEIRA, Camila Aparecida Braga; MOLLO, Helena Miranda; BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual**. Ouro Preto: EdUFOP, 2011. p. 1-10.

REZENDE, C. P. de. A biblioteca em 1963. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 61, p. 242-243, 1965.

RIBEIRO, J. C. G. João Ramalho, sua fé e sua nobreza: subsídios para a revisão de um processo secular. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 7, p.423-438, 1902.

RICCI, M. L. de. S. Prudente de Moraes, primeiro presidente honorário. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.88, p. 37-42, 1993.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Actas das sessões, até a décima terceira**. v.1, fascículo 1, p.159-186, 1895.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Ao leitor**. v.1, fascículo 1, p.I-II, 1895.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **1ª. Sessão Ordinária, em 25 de janeiro de 1895: ordem do dia**. v.1, fascículo 1, p.168, 1895.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **10ª. Sessão em 5 de agosto de 1895: ordem do dia**. v.1, fascículo 1, p.182, 1895.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **13ª. Sessão Ordinária, em 20 de setembro de 1895: ordem do dia**. v.1, fascículo 1, p.186, 1895.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO **Nota da Redação**. v. 95, p.3, 1999.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO **Relatório dos trabalhos e ocorrências do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no ano de 1913**. v.13,p.575, 1908.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO **Relatório dos trabalhos e ocorrências do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no ano de 1895, apresentado pela Diretoria na Sessão de Encerramento, em 25 de outubro de 1895**. v.1, fascículo 2, p.68, 1896.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Ata da Sessão de 3 de junho de 1981**. v.78, p.415, 1982.

RIHGSP. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Ata da 5ª. Sessão Ordinária 20 de março de 1902: ordem do dia**. v.7, p.545-546, 1982.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da história do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, J. H. **Filosofia e história**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ROSAR, M. de F. F.; CABRAL, M. R.M.; SOUSA, M. S. de. A historiografia em construção nos processos de ensino e pesquisa da história da educação no Brasil. In: **Anais...IX JORNADA DO HISTEBR**, Belém-PA, 2010. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada9/trabalhos.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/trabalhos.html)> Acesso em outubro de 2013.

SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **ECCOS**, v. 10, n. esp., p.147-167, 2008.

SAVIANI, D. A produção em história da educação na pós-graduação. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande-MS, v.15, n.29, p. 235-251, 2009.

SCABIN, R. C. A discussão sobre João Ramalho no IHGSP: construção da memória e leitura documental. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH. **Anais...**,26, 2011. São Paulo.

SCHAFF, A. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983.

SCHWARCZ, L. K. M. A construção de uma identidade paulista: uma análise do papel desempenhado pelo Museu Paulista e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em fins do século XIX. In: BUENO, E. (Org). **Os nascimentos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p.163-189.

SCHWARCZ, L. K. M. “**Os guardiões da nossa história oficial**”: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989.

SCHWARCZ, L. K. M. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. In: \_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)** São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 129-184.

SCHWARCZ, L.K.M. Theodoro Sampaio ajudou a integrar o país. **Folha de S. Paulo**, 22 jan. 2011. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2201201134.htm>>

SILVA, M. R. da.; BITTAR, M. ; HAYASHI, M. C. P.I. Produção científica em dois periódicos na da área de Educação. **Avaliação (Unicamp)**, v.16, p.655-674, 2011.

SILVA, N. D. da. 40º. aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 31, 1933-1934, p. 263-276.

SILVA, N. D. da. Arquivo e Museu do Instituto - publicação de documentos históricos - documentos sobre a revolução de 1842, em São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 31, 1933-1934, p. 227-308, 1933-1934.

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n.2,

p. 141-148, 1998.

TAUNAY, A. D'E. Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto: conferência proferida na Sessão de 25 de janeiro de 1914 pelo orador oficial Dr. Affonso D'Escragnolle Taunay, sócio efetivo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.19, p.3-13, 1914.

TAUNAY, A. D'E. Jubileu do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1944): discurso do Sr. Affonso de E. Taunay. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.44, p.147-162, 1949.

TOLEDO, A. Os médicos nos tempos coloniais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 20, p. 369-375, 1915.

TORRES, L. H. O conceito de história e de historiografia. **Biblos**, Rio Grande, v. 8, p.53-59, 1996.

TOSATTO, P. **Orville A. Derby**: o pai da Geologia do Brasil. Rio de Janeiro: DNPM - Museu de Ciências da Terra; CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2001.

VERRI FILHO, O. **Plataforma Verri**: São Carlos e sua fundação. 2013. Disponível em:  
<<http://www.plataformaverri.com.br/index.php?bib=1&local=book&letter=S&idCity=116&idCategory=1&idBook=901>> Acesso em novembro de 2013.

VIDAL, D. G.; FARIA, L. G. M. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, C. S. A tradução como ato político: Dr. Domingos Jaguaribe e o Manual de Instrução Cívica de Numa Droz. **Revista de História**, v.161, p.165-189, 2º. sem 2009.

WEHLING, A. **De formigas, aranhas e abelhas**: reflexões sobre o IHGB. Rio de Janeiro: IHGB, 2010.

WEHLING, A. Unidade, diversidade e sociabilidade: o IHGB nos seus 170 anos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p. 201-208, jan./jun. 2009.

WHO IS WHO IN LATIN AMERICA: a biographical dictionary of outstanding. **Dória, Luis Gastão D'Escragnole** (verbete). New York: Stanford University Press, 1935.

**APÊNDICE A****RELAÇÃO DOS 186 ARTIGOS DA REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO<sup>62</sup>**

---

<sup>62</sup> As grafias dos títulos dos artigos foram atualizadas de acordo com as atuais normas da língua portuguesa.

ALMEIDA, J. M. de. Qual foi o principal chefe da nação Tupi em Piratininga? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 7, p. 449-457, 1902.

ALMEIDA PRADO, J. F. Iconografia paulista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 32, p. 299-314, 1937.

AMARAL, A. B. José de Anchieta poeta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 66, p. 213-217, 1969.

AMARAL, A. A fundação de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 70, p. 43-56, 1973.

AMARAL, A. A fundação de São Paulo e a expansão geográfica do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 71, p. 5-26, 1974.

ANDRADE, F. C. de. João Ramalho: contribuição para sua reabilitação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 7, p. 369-420, 1899-1900.

ARANTES, A. IV Centenário da Fundação da Companhia de Jesus - (1540-1940). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 40, p. 3-4, 1941.

ARANTES, A. Discurso do Sr. Altino Arantes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 44, p. 190-191, 1949.

ATALIBA NOGUEIRA, J. C. de. Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo: o 47º aniversário do instituto - elogio histórico dos sócios falecidos em 1941. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 41, p. 385-394, 1942.

ATALIBA NOGUEIRA, J. C. de. Fundação de São Carlos - parecer do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 57, p. 175-180, 1959.

AZEVEDO, A. F. João Lourenço Rodrigues, educador insigne, historiador consumado. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 54, p. 257-280, 1957.

BANDECCHI, B. Capistrano: de estudante vadio a orientador de mestres. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 69, p. 67-94, 1971.

BOURROUL, E. L. O padre Feijó. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 11, p. 249-260, 1906.

BRITO, L. T. de. Padre Belchior de Pontes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 44, p. 175-184, 1944, 1ª. Parte.

BRITO, L. T. de. O Pátio do Colégio e a sede do governo de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 45, p. 15-28, 1950.

BRITO, L. T. de. Nóbrega: homem de estado. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 53, p. 385-394, 1956.

BRITO, L. T. de. A paz com o Tamoio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**



de São Paulo, v. 62, p. 79-88, 1966.

CALADO, A. Bibliotecas, livros & papéis. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 86, p. 163-170, 1991.

CALIXTO, B. Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.10, p.488-505, 1905.

CALIXTO, B. A Vila de Santo André da Borda do Campo e a primitiva povoação de Piratininga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.13, p.209-228, 1908.

CALIXTO, B. Bartholomeu de Gusmão. A sua época - o padre e a inquisição - a historia e a lenda. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.15, p.311-322, 1910.

CALIXTO, B. A Vila de Santo André da Borda do Campo e a primitiva povoação de Piratininga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.15, p.253-264, 1910.

CAMARGO, A. de A. Padre Manoel de Paiva: patrono. (discurso de posse de Antonio Arruda Camargo). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.81, p.155-158, 1986.

CAMPOS, E. de S. Escolas rurais: origem, evolução, estado atual do problema. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.53, p.313-326, 1956.

CAMPOS, E. de S. Origens do ensino da engenharia e da medicina no Brasil **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.55, p.181-184, 1959.

CAMPOS, E. de S. Colaborações: origem, evolução e desenvolvimento da Instituição Universitária Brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.67, p.5-12, 1970.

CARVALHO, A. J. de. Os primeiros anos de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.29, p.193-218, 1932.

CARVALHO, A. J. de. Anchieta e Pindobuçú. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.33, p.15-28, 1937.

CARVALHO, R. M. de. A fundação do IHGSP. Os idealizadores e a sessão inaugural. Cesário Mota Jr., o primeiro presidente. As antigas e a atual sede. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.88, p.19-36, 1993.

COLBACCHINI, A. A catequese dos índios Bororos nos sertões do Mato-Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.40, p.275-294, 1941.

CORDEIRO, J. P. L. Padre Manoel da Nóbrega. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.49, p.9-28, 1952.

CORDEIRO, J. P. L. Onde pairam os restos mortais de Nóbrega, Anchieta e Manuel de Paiva? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.50, p.9-18, 1953.

- CORDEIRO, J. P. L. Relíquias de Anchieta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.62, p.29-40, 1966.
- CORRÊA, D. P. Tietê ou Tieté? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.23, p.279-300, 1925.
- D'ALESSANDRO, A. Antônio Francisco de Paula Souza, fundador e primeiro diretor da Escola Politécnica de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 59, p.411-418, 1961.
- D'ÁVILA, A. Um educador brasileiro - Almeida Júnior. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 69, p.51-66, 1971.
- DAMANTE, H. Trilogia Itaúna: os padres do Patrocínio, as irmãs de S. José e Colégio de São Luiz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 65, p.159-164, 1968.
- DEBES, C. A Revista do IHGSP e a pesquisa histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 88, p.61-65, 1993.
- DERBY, O. A. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 5, p. 240-278, 1899-1900.
- DONATO, H. Sessão do Centenário - discurso do presidente Hernâni Donato. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 91, p. 26-28, 1995.
- DONATO, H. Capítulo inicial da história da educação no Brasil: as escolas e as confrarias de Manoel da Nóbrega. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 86, p. 82-87, 1991.
- DORIA, L. A. d' E. Fundação dos cursos jurídicos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 16, p. 404-409, 1911.
- DORIA, L. A. d' E. Homens e épocas: D. Pedro I e José Bonifácio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 16, p. 398-401, 1911.
- DORIA, L. A. d' E. Homens e épocas: as viagens de Vincent Leblanc. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 16, p. 347-356, 1911.
- DRUMOND, C. Primeira parte: curso de história colonial de São Paulo, os indígenas de São Paulo quando da chegada de Cabral. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 70, p. 5-10, 1973.
- EGAS, E. O padre Feijó. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 13, p.159-164, 1908.
- EGAS, E. São Paulo: a cidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 14, p.287-296, 1909.
- EGAS, E. São Paulo: fundadores da cidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 14, p.297-310, 1909.

- EHRENREICH, P. A etnografia da América do Sul ao começar o século XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 11, p. 280-305, 1906.
- ELLMERICH, L. A música no São Paulo colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 71, p. 61-66, 1974.
- ELLIS JR., A. A aclamação de Amador Bueno. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 40, p. 63-80, 1941.
- FALCÃO, E. de C. Sesquicentenário da criação do ensino médico oficial no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.58, p.191-194,1960.
- FAZENDA, J. V. O voador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.12, p. 229-243, 1907.
- FELICIANO, J. Tiradentes e a educação cívica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.12, p. 347-411, 1907.
- FERREIRA, T. L. Nóbrega, fundador de São Paulo e apóstolo do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 42, p. 33-42, 1943.
- FERREIRA, T. L. Os presidentes efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - discurso do Sr. Tito Lívio Ferreira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.44, p.163-171, 1949.
- FERREIRA, T. L. Grupos escolares paulistas e seus patronos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.47, p.155-160, 1952.
- FERREIRA, T. L. No quarto centenário da chegada à Bahia do fundador de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.49, p.103-116, 1952.
- FERREIRA, T. L. A Universidade de Coimbra, Camões e Manoel da Nóbrega. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.57, p.51-70, 1959.
- FERREIRA, T. L. Os restos mortais de Anchieta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.67, p.33-36, 1970.
- FERREIRA, T. L. Padre Manoel de Nóbrega. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.68, p.141-150, 1970.
- FERREIRA, B. Centenário de Manoel de Nóbrega. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.68, p.427-429, 1970.
- FERREIRA, A. C. Entre a tradição e a modernidade, entre a história e o romance - IHGSP: 100 anos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.90, p.14-26, 1995.
- FLORENCE, A. B. M. Discurso do Sr. Amador Bueno Machado Florence. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.44, p.191-194, 1949.
- FONSECA, A. A. da. Tipos ituanos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 2, p. 253-382, 1896-1897.

- FONTOURA, E. G. da. Os padres do Patrocínio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.26, p. 173-200, 1929.
- FURTADO, A. A colonização do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.18, p. 125-146, 1913.
- FURTADO, A. Os Schetz da Capitania de S. Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.18, p. 5-14, 1913.
- FRANCISCO, M. Em Guararapes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.18, p. 147-184, 1913.
- FREITAS, A. A. de. Os Guaianás de Piratininga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.13, p. 359-396, 1908.
- FREITAS, A. A. de. Os Gusmões. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.13, p. 159-164, 1908.
- FREITAS, A. A. de. Folganças populares do velho São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.21, p. 6-31, 1916-1921.
- FREITAS, A. A. de. Os restos mortais do Padre Diogo Antonio Feijó. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.23, p. 19-56, 1925.
- FREITAS, A. A. de. Quem descobriu os despojos de Feijó? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.23, p. 57-78, 1925.
- FREITAS, A. A. de. Filiação, puerícia e adolescência do Padre Feijó. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.23, p. 79-98, 1925.
- FREITAS, A. A. de. Piratininga exumada. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.23, p. 99-114, 1925.
- FREITAS, A. A. de. A igreja de São Miguel. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.23, p. 301-318, 1925.
- GENTIL, J. da F. Os jesuítas e a fundação de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.29, p. 173-192, 1932.
- GICOVATE, M. Lourenço Filho, o educador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.86, p. 37-47, 1991.
- GODOY, J. F. Rápida notícia histórica da província de S. Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.18, p. 51-56, 1913.
- GIFFONI, M. A. C. Subsídios para a história da Escola de Educação Física da USP. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.82, p. 134-139, 1987.
- GOMES, A. Da homossexualidade ao disformismo sexual entre os indígenas e a questão da moral ameríndia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.52, p. 323-328, 1956.

GOMES, A. O exemplo de Anchieta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.65, p. 123-125, 1968.

GOMES, A. Fundação de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.69, p. 257-268, 1971.

GOMES, A. Educação e religião. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.70, p. 229-242, 1973.

GONZÁLEZ, E. F. y. O venerável padre José de Anchieta e a sua nacionalidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.56, p. 65-94, 1952.

GOULART, A. Alexandre Gusmão: estudo literário-biográfico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 2, p. 221-232, 1896-1897.

GUIMARÃES, M. P. João Ramalho: parecer. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.7, p. 271-279, 1902.

GUISARDI FILHO, F. Convento de Santa Clara. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.28, p. 269-330. 1930.

GURGEL, L. do A. João Ramalho perante a história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.9, p.444-484, 1904.

JAGUARIBE, D. O império dos incas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.17, p. 291-396, 1912.

JAGUARIBE, D. Palavras indígenas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.20, p. 323-328, 1915.

LEITE, A. Amador Bueno, estadista colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.40, p.81-94, 1941.

LEITE, A. Os quatro presidentes honorários do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: discurso do Sr. Aureliano Leite. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.44, p.172-185, 1949.

LEITE, A. A propósito da criação de uma universidade - documento inédito. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.61, p.228-229, 1965

LEITE, S., S. J. A fundação de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.31, p. 247-262, 1933-1934.

LEITE, S., S. J. Os jesuítas e os índios Maromomis na Capitania de São Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.32, p. 253-258, 1937.

LEITE, S., S. J. O Colégio dos Meninos de Jesus em S. Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.32, p. 35-38, 1937.

LESSA, V. do R. T. Um sábio educador (o bispo Azeredo Coutinho). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.35, p. 33-36, 1938.

- LIBERALLI, C. R. H. Anchieta, o naturalista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.65, p. 234-235, 1968.
- MACHADO, L. Anchieta, fundador da literatura brasileira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.65, p. 113-116, 1968.
- MARTINS, I. G. da S. Nóbrega, Portugal, São Paulo e o Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.96, p. 28-36, 2004.
- MATTOS, O. N. de. Padre Quirício Caxa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.83, p. 273-274, 1988.
- MELLO, F. S. de. O Rio de São Francisco a suas tradições. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.23, p. 463-512, 1925.
- MELLO, N. R. Onde se dá conta de mensagem inédita de Campanha da Princesa a Pedro I pleiteando a criação de uma universidade em Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.68, p. 125-140, 1970.
- MESQUITA FILHO, J. de. Reflexões sobre uma grande data. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.61, p. 3-12, 1965.
- MICHALANY, D. Padre Manoel da Nóbrega. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.83, p. 102-113, 1988
- MILLIET, S. Recenseamentos antigos no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.32, p. 283-298, 1937.
- MOTTA, C. J. Feijó: oração fúnebre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 2, p. 233-252, 1896-1897.
- MOURA, G. de A. A primeira lei de liberdade dos índios do Brasil (em 30 de julho de 1609). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.14, p. 333-346, 1909.
- MOURA, G. de A. Um problema histórico-geográfico: onde foi o assento da Villa de Santo André da Borda do Campo: resposta ao Sr. Dr. Theodoro Sampaio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.14, p. 53-70, 1909.
- MOURA, G. de A. As bandeiras paulistas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.19, p. 73-102, 1914.
- OCTAVIO, B. Padre Anselmo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.18, p. 241-260, 1913.
- OLIVEIRA, E. de. Os fundadores ainda vivos - discurso do Sr. Enzo de Oliveira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 44, p. 195-214, 1949.
- OLIVEIRA, H. de. Padre Bartholomeu de Gusmão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.12, p.253-261, 1907.
- OLIVEIRA, J. T. de. A palavra do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 33, p. 5-8, 1937.

OLIVEIRA, J. T. de. Anchieta e a pacificação dos índios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 34, p. 5-38, 1938.

OLIVEIRA, J. T. de. O 44º. aniversário do Instituto e os sócios falecidos durante o ano social findo - discurso proferido na sessão magna de 1 de novembro de 1938. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 35, p. 5-12, 1938.

OLIVEIRA, J. T. de. O Colégio de Itu do meu tempo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 40, p. 5-18, 1941.

OLIVEIRA, S. A. de. Vestígios de hábitos aborígenes nos usos e costumes sertanejos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 35, p. 183-198, 1938.

OLIVEIRA LIMA, M. de. O padre Manoel de Moraes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.12, p. 331-346, 1907.

OLIVEIRA LIMA, M. de A Biblioteca brasileira do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.12, p. 658-662, 1907.

OLIVEIRA LIMA, M. de. Francisco Adolpho Varnhagen (Visconde de Porto Seguro). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 13, p. 61-92, 1908.

LIMA, M. de. A conquista do Brasil, conferência realizada na Sociedade de Geografia de Bruxelas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.17, p. 5-22, 1912.

PÁDUA, C. T. de. O negro no planalto: do século XVI ao século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 41, p. 127-264, 1942.

PAGANO, S. O Brasil e suas relações com a coroa da Espanha ao tempo dos Felipes (1580-1640). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 59, p. 215-232, 1961.

PASSALACQUA, C. Estudo da tribo selvagem do Pury em Campos. Descrição do baptismo de um indígena. Petição de Beatificação do Venerável Anchieta, assumptos comunicados ao Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.3, p. 124-171, 1898.

PASSALACQUA, C. O apóstolo S. Thomé na América. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.8, p. 138-149, 1903.

PEDROSA, M. X. de. C. Esboço histórico da Capitania de S. Vicente no século XVI através do epistolário dos jesuítas: primeira parte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 55, p. 21-74, 1959.

PEDROSA, M. X. de. C. Esboço histórico da Capitania de S. Vicente no século XVI através do epistolário dos jesuítas: segunda parte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 57, p. 375-438, 1959.

PENTEADO, E. G. A instrução popular em São Paulo. **Revista do Instituto Histórico**

e **Geográfico de São Paulo**, v.22, p. 309-348, 1923.

PERECIA M. T. G. A educação pública no interior do estado de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.94, p. 20-40, 1998.

PEREIRA, A. de A. São Paulo, berço da Engenharia nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.30, p. 61-76, 1931-1932.

PEIXOTO, J. B. S. O jornal e os jornalistas nas lutas da independência. . **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.74, p.72-79, 1978.

PINTO, A. L. Monumento comemorativo da Fundação de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.23, p. 331-344, 1925.

PIZA, A. de T. A expulsão dos jesuítas em 1640: trabalho servindo de introdução ao manuscrito sobre o mesmo assunto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.3, p. 33-56, 1898.

PIZA, A. de T. Expulsão dos jesuítas e causas que tiveram para ela os paulistas desde o ano de 1611 até o de 1640, em que os lançaram fora de toda a capitania de São Paulo e S. Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.3, p. 57-123, 1898.

PIZA, A. de T. Sucessos da Província de Santa Cruz, que vulgarmente se chama Brasil, manuscrito lido, com uma introdução. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.3, p. 124-171, 1898.

PIZA, A. de T. Crônicas dos tempos coloniais: o militarismo em São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v4, p. 297-329, 1898-1899.

PIZA, A. de T. Crônicas dos tempos coloniais: a miséria do sal em São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v4, p. 279-296, 1898-1899.

PRADO, E. Discurso do aniversário da fundação do Instituto Histórico de S. Paulo, lido pelo dr. Eduardo Prado, em sessão magna do mesmo Instituto em 10 de novembro de 1898. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.3, p. 523-534, 1898.

REZENDE, C. P. de. A biblioteca em 1963. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.61, p. 242-243, 1965.

RICCI, M. L. R. Prudente de Moraes, primeiro presidente honorário. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.88, p.37-42, 1993.

RIBEIRO, J. C. G. João Ramalho: sua fé e nobreza. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.7, p. 421-438, 1902.

RIBEIRO, J. C. G. Os indígenas primitivos de S. Paulo (Guaianazes, Tapuias ou Tupis?). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.13, p. 93-106, 1908.

RIO, J. P. do. Traços da evolução econômica do Brasil. **Revista do Instituto Histórico**



e **Geográfico de São Paulo**, v.27, p. 5-32, 1929.

RODRIGUES, J. C. Biografia de F. A. de Varnhagen. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.13, p. 93-106, 1908.

SAMPAIO, T. Um problema histórico-geográfico: onde foi o assento da Villa de Santo André da Borda do Campo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 14, p. 23-38, 1909.

SAMPAIO, T. Memoria sobre a igreja do Colégio dos Jesuítas de S. Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 2, p. 1-10, 1896-1897.

SAMPAIO, T. A propósito do nome Caramuru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 2, p. 11-26, 1896-1897.

SAMPAIO, T. São Paulo de Piratininga no fim do século XVI. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 4, p. 257-278, 1898-1899.

SAMPAIO, T. O tupi na Geografia nacional: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 6, p. 488-566, 1900-1901.

SAMPAIO, T.; DERBY, O. A.; PIZA, A. de T.; ALMEIDA JUNIOR, J. M. João Ramalho era analfabeto? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 7, p. 255-270, 1902.

SAMPAIO, T. A propósito de João Ramalho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 7, p. 299-301, 1902.

SAMPAIO, T. Os Guaianás da Capitania de São Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.8, p. 159-169, 1903.

SAMPAIO, T. Da evolução histórica do vocabulário geográfico no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.8, p. 150-158, 1903.

SAMPAIO, T. Restauração histórica da Villa de Santo André da Borda do Campo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 9, p. 1-19, 1904.

SAMPAIO, T. A fundação da cidade de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.10, p.524-528, 1905.

SAMPAIO, T. A proposito dos Guaianazes da Capitania de S. Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.13, p.197-202, 1908.

SAVELLI, M. Meio século da universidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.80, p.15-20, 1985.

SEVERO, R. Origem e fatos da expansão portuguesa no Brasil até 1530. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.29, p. 13-38, 1932.

SILVA, N. D. da. 40º. aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.31, p. 263-276, 1933-

1934.

SILVA, N. D. da. Arquivo e Museu do Instituto: publicação de documentos históricos, documentos sobre a revolução de 1842, em São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.31, p. 277-308, 1933-1934.

SILVEIRA, C.; SILVA, N. D. da.; MOURA, A. B. A. de. O quarto presidente honorário do instituto - a redação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.36, p. 5-6, 1939.

SIQUEIRA, H. Apontamentos históricos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.38, p. 53-58, 1940.

SIQUEIRA, A. P. de. Homenageado o padre Manuel da Nóbrega em sua terra natal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.57, p. 363-368, 1959.

SOARES SOBRINHO, J. E. de M. A fundação de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.46, p. 67-82, 1951.

SOUSA, W. L. P. de. Contribuição para a História da Capitania de São Paulo: governo de Rodrigo Cesar de Menezes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.8, p. 22-137, 1903.

SOUSA, W. L. P. de. Antonio Raposo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 9, p. 485-533, 1904.

SOUSA, W. L. P. de. O testamento de João Ramalho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 9, p. 563-569, 1904.

STELLA, J.B. As línguas indígenas da América. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 26, p. 5-172, 1929.

TAUNAY, A. d'E. Os princípios da moderna crítica histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 16, p. 323-344, 1911.

TAUNAY, A. d'E. Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 19, p. 3-14, 1914.

TAUNAY, A. d'E. João Ramalho e Santo André. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.29 , p. 39-92, 1932.

TAUNAY, A. d'E. A aclamação de Amador Bueno e a controvérsia a esse respeito. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.40, p.19-62, 1941.

TAUNAY, A. d'E. Jubileu do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1944): discurso do Sr. Affonso de E. Taunay. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.44, p.147-162, 1949.

TAUNAY, A. d'E. Discurso pronunciado em 9-11-44, pelo Sr. Affonso de E. Taunay, por ocasião da inauguração do seu retrato a óleo no salão nobre do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.44, p.186-189, 1949.

TAUNAY, A. d'E.; MAGRO, O. S.; PICCAROLO, A.; FERREIRA, T. L. Quem fundou São Paulo? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.41, p.357-366, 1942.

TOLEDO, A. de. Os médicos nos tempos coloniais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 20, p. 369-376, 1915.

VIOTTI, H. A. As relíquias de Anchieta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v.66, p. 221-224, 1969.

VIOTTI, H. A. Carta do Provincial Padre José de Anchieta ao Rei Filipe II. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 81, p.40-44, 1986.

VIOTTI, H. A. Diogo Nunes, herói brasileiro da catequese americana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 82, p.12-21, 1987.

VIOTTI, H. A. Epígonos de Nóbrega e Anchieta na história de Indaiatuba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 86, p.132-138, 1991.

VIOTTI, H. A. Ensino público em São Paulo entre 1551 e 1759. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 92, p.67-72, 1996.

VON MARTIUS, C. F. P. O estado do direito entre os autóctones do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 11, p. 20-82, 1906.

WILLEKE, V. A missiologia de Frei Vicente do Salvador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 62, p. 181-192, 1966.

**APÊNDICE B**

**PATRONOS DOS GRUPOS ESCOLARES DE SÃO PAULO, DE ACORDO  
COM O DECRETO 16.720, DE 15 DE JANEIRO DE 1947.**

<b>Grupo Escolar</b>	<b>Patrono</b>	<b>Traços Biográficos</b>
Grupo Escolar Campos do Jordão	Dr. Domingos Jaguaribe	Entre os pioneiros de Campos do Jordão, salienta-se o dr. Domingos Jaguaribe, ilustre médico, cientista e historiador, que prestou relevantes serviços ao Brasil, representando-o em vários Congressos Internacionais, entre os quais foi notável o de Hipnotismo, realizado em Paris no ano de 1900. Por duas vezes ocupou a cadeira de deputado na Assembleia Legislativa, representando Ceará e São Paulo. Dedicou-se a Campos do Jordão, onde fundou a vila que recebeu o seu nome, e de cujo desenvolvimento inicial foi um dos mais eficientes realizadores. Foi presidente do IHGSP.
Grupo Escolar Tremembé	Manuel Cabral	O nome de Manoel Cabral avulta no passado de Tremembé como o seu fundador em princípios do século XVII. Descendente de Pedro Alvares Cabral, o descobridor do Brasil, Manoel Cabral enfrentou os perigos da selva e a agressividade dos índios que habitavam a região, fazendo surgir o núcleo originário do atual Município de Tremembé. Justo é, portanto, que se homenageiem os seus esforços e a sua coragem, graças aos quais o Brasil do século XVII viu bruxulearem os primeiros fogos em Tremembé.
Grupo Escolar da Vila de São Geraldo, em Taubaté	Amador Bueno da Veiga	A indicação do nome de Amador Bueno da Veiga para o Grupo Escolar da Vila de São Geraldo justifica-se por a mesma. Naquela heroica plêiade constituída pelos moradores de Piratininga, o seu nome foi uma verdadeira bandeira sob cuja sombra reuniram-se os contingentes paulistas que destemerosamente revidaram as ofensas e a ignominiosa conduta dos Emboabas no Capão da Traição. O já então famoso caminho do Vale do Paraíba tornou-se mais célebre quando Amador Bueno da Veiga, o "Cabo Mayor e Defensor da Pátria" palmilhou-o à frente das hostes paulistas. Com toda certeza a Vila de São Geraldo sentir-se-á orgulhosa em inscrever no frontispício do seu Grupo Escolar o nome do heroico e valoroso chefe.
Grupo Escolar Rural de Coruputuba, em Pindamonhangaba	Antonio Bicudo Leme	Pindamonhangaba foi fundada por volta de 1690, pelo Capitão Antonio Bicudo Leme, cujo espirito realizador reuniu em torno de si o irmão Braz Esteves Leme e seus genros João Correia de Magalhães e Pedro de Magalhães, além de um filho, Manoel da Costa Leme. Assinala Pedro Taques na Nobiliarquia Paulistana que, graças aos esforços do Capitão Antonio Bicudo Leme e de sua família, El Rei D. João V concedeu a Bom Sucesso de Pindamonhangaba o título de Vila. Era um dos primeiros serviços prestados a Pindamonhangaba, justo pois que um de seus grupos escolares ostente o nome do Capitão Antonio Bicudo Leme
Grupo Escolar Natividade da Serra	Figueira de Toledo	Em meados do século XIX, José Lopes Figueira de Toledo viu seus esforços coroados pela elevação da antiga Capela do Rio do Peixe à categoria de Freguesia, graças à lei provincial n. 33, de 24 de abril de 1858. Não eram ainda decorridos 10 anos, quando a 18 de abril de 1863, Natividade ganhou o título de Vila, desmembrando-se de Paraibuna. A história primitiva de Natividade da Serra surge Figueira de Toledo como um pioneiro trabalhador e batalhador.
Grupo Escolar de	Cesário Lange	O nome de Cesário Lange já lembrava o seu valor a as

Cesário Lange, em Tatuí		suas realizações, porem, agora ele passará definitivamente a expressar a justa homenagem de que é merecedora a figura ilustre e singular cuja personalidade encheu de vida, de atividades e de operosidade a cidade de Tatuí.
Grupo Escolar de Brigadeiro Tobias, em Sorocaba	Brigadeiro Tobias	Nada mais justo do que confirmar o nome do Brigadeiro Tobias neste Grupo Escolar de Sorocaba, cenário agitado na revolução de 1842, em cujos acontecimentos o valoroso militar e digno homem público desempenhou papel ativo e saliente.
Grupo Escolar de Santa Rosália, em Sorocaba	Santa Rosália	Confirmando em Santa Rosália o nome do seu grupo escolar firma-se mais uma vez o objetivo inicial da sua denominação: gravar perenemente o nome da Patrona de Palermo, a milagrosa solitária do monte Pellegrino, cujas relíquias são veneradas em todo o mundo.
Grupo Escolar Rural da Estação de Rodovalho, em São Roque	Comendador Rodovalho	O nome do Comendador Rodovalho, inscrito neste grupo escolar relembrará os benefícios que prestou a esta região com o seu gênio empreendedor e com a realização de suas dinâmicas atividades. Na Estrada de Ferro Sorocabana, uma estação já ostenta o seu nome e agora este grupo escolar, transmitirá aos alunos que por lá passarem, a história dos seus méritos e do seu valor.
Grupo Escolar Rural de Varnhagen, em Araçotaba da Serra	Adolfo de Varnhagen	Denominando grupo escolar Adolfo Varnhagen o Grupo Escolar Rural de Varnhagen, em Araçoiaba da Serra, o Estado de São Paulo, vem, mais uma vez, homenagear o admirável autor da "História Geral do Brasil", que através de uma vida inteiramente dedicada à sua Pátria, erigiu um dos maiores monumentos da nossa literatura e da nossa historiografia, elucidando inúmeros pontos de nosso passado, até sua época ainda obscuros e cheios dúvidas. Mais do que justo, é necessário e imprescindível que o seu nome lembre em um grupo escolar a nossa gratidão pela sua magnífica obra.
Grupo Escolar de Tapiraí, em Piedade	Vicente Garcia	Dando a seu estabelecimento de ensino primário o nome de Grupo Escolar Vicente Garcia, Piedade renderá homenagem ao magnânimo vulto de seu passado que, concedendo terreno para o patrimônio de primitiva Capela, elevada sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, consolidou a situação de Nossa Senhora da Piedade, consolidou a situação insegura daquela povoação incipiente. Outros nomes enfileiram-se aos de Vicente Garcia, mas entre todos é este o mais preponderante e portanto, o mais indicado para que Piedade renda um tributo de gratidão aos seus fundadores.
Grupo Escolar de Boituva	Coronel José Campos se Arruda Botelho	Ao coronel J. C. de Arruda Botelho deve Boituva sua ereção a Vila, em 1906, além de inúmeros outros benefícios como a doação de terras para o levantamento de utilidades públicas que até hoje servem aos seus moradores e aos habitantes da vizinhança.
Grupo Escolar de Jumirim, em Tietê	Hércules Florence	Em princípios do século XIX, repetindo a proeza dos bandeirantes, Hercules Florence partiu, em monção, Tietê abaixo, em direção a Mato Grosso, e graças aos seus dotes artísticos, pôde fixar em magníficas pinceladas vários aspectos de nosso interior: mata-virgem, campos, portos fluviais, pousos à beira das estradas, plantas, animais, etc. legando-nos precioso material iconográfico. Deixou, além disso, o admirável livro "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825-1829", que mereceu uma tradução e um prefácio do

		Visconde de Taunay, e que ainda recentemente foi de novo editado para que não perdêssemos tão preciosa documentação sobre o Brasil.
Grupo Escolar de Macaúbal, em Monte Aprazível	Porfírio Pimentel	Fundador da antiga povoação de Água Limpa, hoje Monte Aprazível, Porfírio Pimentel, radicado na região, ali desenvolveu suas atividades, impregnando-a com as características de um progresso baseado sempre em trabalho construtivo.
Grupo Escolar de General Salgado	General Salgado	O nome do General Salgado está profundamente gravado no coração dos paulistas e de todos brasileiros que, em 1932, acompanharam o desenrolar da Revolução Constitucionalista, desabafo incontido daqueles que desejavam para o Brasil a segurança dos princípios democráticos e o bem-estar de um regime político, onde imperassem os ideais de um povo livre, governado por seus eleitos, escolhidos também livremente.
3.º Grupo Escolar de São José dos Campos	Ângelo de Siqueira Afonso	Iniciada no século XVI por um aldeamento de índios Guaianazes, emigrados de Piratininga, e congregados pelo Padre José de Anchieta nas margens do Rio Paraíba, a chamada Vila Velha pouco tempo existiu. Em meados do século seguinte, Ângelo de Siqueira Afonso e Francisco João Leme solicitaram sesmarias naquele local, levantando ali a primeira matriz. Seus esforços frutificaram e dentro de poucos anos a pequena povoação já apresentava um aspecto de progresso, reunindo vários fogos e muitas propriedades rurais. Os nomes dos fundadores da atual São José dos Campos irão com justiça perpetuar o primeiro capítulo da sua história dos frontispícios dos grupos escolares de São José dos Campos e de Santana do Parnaíba.
Grupo Escolar de Sant'Ana do Paraíba	Francisco João Leme	
Grupo Escolar de Santa Branca	Barão de Santa Branca	Francisco Lopes Chaves, Barão de Santa Branca, está intimamente ligado ao passado da cidade de Santa Branca, cujo nome ornamentou-lhe o título nobiliárquico, concedido por D. Pedro II. Dotado de grandes virtudes cívicas chefiou o Partido Conservador naquela região, militando na política do País, através da qual teve oportunidade de prestar ótimos serviços ao Brasil. Foi um abolicionista incondicional e seu magnânimo coração beneficiou largamente os moradores de Santa Branca, onde até hoje sua memória é venerada e abençoada.
Grupo Escolar do Bairro de São João, em Jacareí	Barão de Jacareí,	Bento Lúcio Machado, primeiro Barão de Jacareí, distinguiu-se pelas suas obras de caridade e pelos empreendimentos que impulsionaram a já próspera região vizinha de Jacareí. Ali faleceu em 8 de novembro de 1857, dignificado pela Coroa de Barão com grandeza, concedida pelo Imperador D. Pedro II, em virtude de seus méritos e de seu valor.
Grupo Escolar do Preventório de Jacareí	Lamartine Delamare	O nome de Lamartine Delamare Nogueira da Gama impõe-se na escolha para designação do Grupo Escolar do Preventório de Jacareí, graças aos seus méritos e qualidades de educador, alta e sacrossanta missão à qual se dedicou carinhosamente naquela cidade, cujos moradores sentir-se-ão honrados e desvanecidos ao terem o nome de Lamartine Delamare, lembrando naquele grupo um grande amor e uma profunda dedicação pela juventude de Jacareí.
Grupo Escolar de Vila Prado em São Carlos	Bispo Dom Gastão	As virtudes de Dom Gastão Liberal Pinto, o ilustre prelado que, na Diocese de São Carlos, durante todo o

		Episcopado, tão bem soube espalhar benefícios espirituais, físicos e morais entre as ovelhas apascentadas pelo seu báculo de bom pastor, é uma das muitas justificativas para que seu nome, nimbado de uma piedosa auréola e revestido com santidade de um sacerdócio inteiramente dedicado a uma divina missão, perpetue, neste Grupo Escolar, um pouco da imensa gratidão do povo de S. Carlos pelo seu nobre antistete.
Grupo Escolar de São Vicente	Capitão-Mór Gonçalo Monteiro	Ocupando a suprema direção da Capitania de São Vicente entre 1533 e 1538, como seu primeiro Capitão-Mór, Gonçalo Monteiro iniciou a série valorosa dos administradores coloniais da célebre região cujos habitantes fariam durante os séculos XVI e XVII a grandeza territorial do Brasil. Governando a nova terra, concedendo sesmarias, provendo ofícios e encargos, harmonizando as querelas e tendências iniciais, interferindo no apaziguamento das tribos vizinhas, muitas vezes ferozes pela sua belicosidade, Gonçalo Monteiro começou a administração e deu orientação segura à Capitania que no século XX veio a constituir o nosso progressista Estado.
Grupo Escolar de Itarirí, em Itanhaém	Padre Leonardo Nunes	(Para justificar a denominação do Grupo Escolar de Itarirí como Grupo Escolar Padre Leonardo Nunes é suficiente transcrevermos as palavras do Padre José de Anchieta: "Com as pregações e vida exemplar do padre Leonardo Nunes começou Deus a mover e trazer à confissão de seus pecados os moradores daquela Capitania (São Vicente), que os deles trabalhavam por apartar de seus vícios, uns casando-se com índias que tinham por mancebas, outros afastando-se delas, buscando-lhes maridos; outros vivendo bem em seu estado matrimonial e todos com grande espanto de si, conhecendo a cegueira em que tinham vivido". Conhecido também pelo nome de Aberebebê - Padre Voador - Leonardo Nunes exerceu benéfica ação, principalmente no litoral e na região de Itanhaém
Grupo Escolar de Pompéia, em Santos	Marquês de São Vicente	O ilustre homem público, Dr. José Antonio de Pimenta Bueno, originário de Santos, prestou inestimáveis serviços ao nosso País. Formado em direito pela Academia de São Paulo, exerceu em Santos, os cargos de Juiz de Fora e Juiz da Alfândega. Logo depois desempenhou o cargo de Juiz de Direito da Comarca de São Paulo. Desembargador da Relação no Maranhão, em 1844, e na Corte, em 1847, aposentou-se com as honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi presidente da Província do Rio Grande do Sul, e também da de Mato Grosso, Deputado Geral em 1845, exerceu também em 1853 a Senatoria. Ministro dos Estrangeiros e Ministro interino da Justiça em 1847 desempenhou ainda os cargos de Presidente do Conselho e de Ministro Plenipotenciário no Paraguai, onde prestou valiosos serviços ao Brasil. Suas realizações foram notáveis no campo da política, da administração, da economia e em vários outros setores.
Grupo Escolar de Cubatão, em Santos	Júlio Conceição	Gênio empreendedor do ilustre varão dedicado ao bem público e cujas obras de caridade até hoje são lembradas pelos santistas. Suas realizações no campo da assistência social ainda refletem benefícios através do Instituto Escolástica Rosa e de outras instituições da cidade litorânea, que têm por objetivo mitigar as penas e



		os sofrimentos alheios
4.º Grupo Escolar de Rio Claro	Barão de Piracicaba	Antônio Pais de Barros, primeiro Barão de Piracicaba, foi um dos pioneiros da cultura do café no Estado de São Paulo, em sua fazenda São João do Rio Claro, tendo ainda prestado ótimos serviços como Deputado às Cortes Portuguesas (1821-1822) e na Assembleia Geral (2.ª Legislatura - 1830-1833). Deputado à Assembleia Provincial na 1.ª, 4.ª e 6.ª Legislaturas, apresentou o projeto de uma estrada de ferro ligando São Paulo a Santos. Tais méritos possuía que D. Pedro II o agraciou com o título de Barão de Piracicaba.
Grupo Escolar de Ipeúna, em Rio Claro	Desembargador Manuel Jorge Rodrigues	Desembargador, Diretor da tradicional Escola Normal da Praça da República em São Paulo, membro do Conselho de Instrução Pública e Juiz de Direito de Rio Claro onde teve a oportunidade, através de seus conhecimentos jurídicos, de executar com grande serenidade a difícil missão de ajudar a Justiça.
Grupo Escolar de Brotas	D. Francisca Ribeiro Dos Reis	Foi em 1840 a fundadora de Brotas. Dotada de um íntimo piedoso, fez erigir uma Capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, em terreno de sua propriedade, parte integrante da chamada Fazenda Velha. Em redor do pequeno templo, juntaram-se os moradores da região, dando início a pequeno núcleo de povoamento, origem da atual cidade,
Grupo Escolar de Itapuí	Manuel Rodrigues Ferreira	Manuel Rodrigues Ferreira em companhia de sua esposa, d. Avelina Augusta Ferreira do Amaral, constituíram dois lídimos paradigmas dos heroicos bandeirantes de São Paulo, pois foram eles que em fins do século passado chegaram a região onde hoje se levanta Itapuí e desbastando o sertão rude e agreste e derrubando as matas, ali formaram a primeira fazenda de café e construíram a primeira casa de tijolos, quando graças aos seus esforços e aos de sua família, se constituiu o núcleo originário da cidade
Grupo Escolar da Fazenda Ermidia, em Jundiaí	Rafael de Oliveira	O nome de Rafael de Oliveira salienta-se no passado de Jundiaí como fundador da povoação seiscentista, da qual se originou um dos mais prósperos centros industriais no atual Estado de São Paulo. Bandeirante cheio de glórias, Rafael de Oliveira muitas vezes se internou pelo sertão, contribuindo para a conquista do imenso território que o Brasil de hoje ostenta orgulhoso do seu passado. Como administrador, Rafael de Oliveira durante o século XVII desempenhou quase todos os cargos de relevância na Câmara da Vila de São Paulo: Almotacel, Vereador e Procurador do Conselho. Tronco originário de inúmeros paulistas e aureolado com uma vida útil e inteiramente votada ao bem público
Grupo Escolar da Ponte São João, em Jundiaí	Pedro de Oliveira	Pedro de Oliveira manteve a tradição de sua família em bem servir ao Brasil. Bandeirante do século XVII, seu nome prende-se intimamente à história de Jundiaí nos seus primórdios. Radicado na antiga povoação dedicada a Nossa Senhora do Desterro, tanto ele como seus descendentes muito fizeram pelo desenvolvimento e pelo progresso daquela região. Como bom paulista, internou-se varias vezes no sertão, vindo a falecer numa dessas penetrações, graças as quais os celeberrimos "gigantes de botas" fizeram recuar o não menos afamado Meridiano das Tordesilhas
Grupo Escolar de Jarinu, em Atibaia	Jerônimo de Camargo	Fundando Atibaia na segunda metade do século XVII o paulista Jerônimo de Camargo, cujas atividades

		políticas e administrativas ficaram bem marcadas na Câmara da Vila de São Paulo, onde exerceu vários cargos de relevância, bem merece seja dado seu nome ao Grupo Escolar de Atibaia, que a ele deve o seu próprio nascimento.
Grupo Escolar de Murungaba, em Itaiba	Antonio Rodrigues da Silva	Primitivo habitante da região. Graças aos seus esforços, elevou-se por volta de 1814 uma capela na margem do Ribeirão Cachoeira, tendo como patrona Nossa Senhora do Belém. Todos os domingos e dias santos, a missa atraía para a capela os moradores da vizinhança e dentro em pouco ali surgia um pequeno centro donde se irradiou a atual Itatiba.
Grupo Escolar de Santa Rita, em Guaratinguetá	Embaixador Rodrigues Alves	Ainda está bem viva na memória de Guaratinguetá, de São Paulo e do Brasil, a perda irreparável do Embaixador José de Paula Rodrigues Alves que, continuando a tradição de sua família em ser útil ao Brasil, desempenhou-se admiravelmente no estrangeiro, das varias missões a ele confiadas pelo nosso Governo. Representando sua pátria em outras nações, sempre elevou o nosso País com a sua conduta de homem culto, inteligente e de acendrado patriota.
Grupo Escolar de Itagaçaba, em Cruzeiro	Sargento-Mór Antônio Lopes da Lavre	O Sargento-Mór Antônio Lopes da Lavre, que em 1781 elevou uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, núcleo da atual cidade de Cruzeiro. Não fosse o espírito tão piedoso quão empreendedor de Lopes da Lavre, não veria talvez o século XVIII surgir mais uma povoação brasileira, nascedouro do atual município de Cruzeiro.
2.º Grupo Escolar de Presidente Prudente	Coronel José Soares Marcondes	Na ainda recente fundação de Presidente Prudente, que data de 1917 avultam os nomes do Coronel Francisco Whitacker e do Coronel José Soares Marcondes. Enquanto o Cel. Francisco de Paula Goulart iniciava o desbravamento das matas, quando os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana atingiam apenas a cidade de Indiana, cuidou o Cel. José Soares Marcondes da colonização para a qual levou auxílio, contribuindo de modo acentuado para o progresso daquela que futuramente seria considerada a Capital da Alta Sorocabana.
Grupo Escolar de Anhumas, em Presidente Prudente	Coronel Francisco Withacker	
Grupo Escolar de Alvares Machado	Álvares Machado	O nome do ilustre parlamentar da época do Império inscreveu-se nas páginas da história do Brasil e também nas páginas da história de São Paulo, através de uma vida inteiramente dedicada ao bem público. Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, além de médico generoso e caritativo, ocupou altos cargos administrativos, como a presidência da Província do Rio Grande do Sul, onde pode desenvolver influência benéfica e salutar para o apaziguamento da luta fratricida que assolava o solo gaúcho. Batalhando pela proclamação da maioria de D. Pedro II, prestou também valioso serviço ao Brasil.
Grupo Escolar Rural da Usina Bellodi (Bairro do Côco), em Jaboticabal	Sabino Soares de Camargo	O nome de Sabino Soares de Camargo prende-se intimamente ao histórico de Monte Alto, pois foi em sua residência à rua do Comércio, esquina da rua Herculano Livramento, onde funcionou a primeira Câmara Municipal da cidade.
Grupo Escolar do Bairrinho, em Piracicaba	Capitão Antonio Correia Barbosa	A história de Piracicaba permite que se busquem em seu brilhante passado nomes de patronos para seus vários grupos escolares. Foi o Capitão Antonio Correia Barbosa, apelidado o Povoador quem doou e demarcou
Grupo Escolar de	Padre João Manuel	

Campestre, em Piracicaba	da Silva	o pátio primitivo, onde se ergueram a capela e as primeiras construções do povoado. Sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, teve a capela como seu primeiro pároco o padre João Manuel da Silva e dentre os contemplados com as primeiras sesmarias estavam Pedro Moraes Cavalcanti e Felipe Cardoso, tendo sido este último quem abriu a estrada entre Itu e a própria Piracicaba.
Grupo Escolar de Divisa, em Piracicaba	Felipe Cardoso	
Grupo Escolar Rural de Dois Córregos, em Piracicaba	Pedro Moraes Cavalcanti	
Grupo Escolar de Mombuca, em Capivari	Bispo Dom Mateus	Não bastassem as beneméritas atividades e as santas virtudes de Dom Mateus de Abreu Pereira, 4.º Bispo de São Paulo, que se refletiram não só em seu cargo eclesiástico, mas também quando ocupou o Governo Civil de São Paulo, como Governador Interino (1808 a 1819) e quando integrou o Governo Provisório, logo após a Proclamação da Independência - para a qual acentuadamente concorreu - argumentar-se-ia ter sido ele o criador da Capela de S. João Batista, em Capivari, pelo ato de 5 de julho de 1820.
Grupo Escolar da Vila de Ribeirão dos Pintos, em Salto Grande	Coronel Pedro Silvio	Homenageando o Coronel Pedro Silvio Pocai com a escolha de seu nome para o grupo escolar da vila de Ribeirão dos Pintos, a cidade de Salto Grande renderá tributo à memória de seu fundador, falecido em 1913 após laboriosa e fecunda existência devotada ao bem e progresso da região.
Grupo Escolar de São Pedro do Turvo	Jorge Teodoro de Souza	Adotando o nome do sertanista José Teodoro de Souza para seu grupo escolar, São Pedro do Turvo recordará a ação do intrépido bandeirante do século XIX que, por volta de 1856, levantou um arraial naquela região, fazendo erigir uma capela, na qual os devotos levantavam preces a São Pedro e a São João. - Prevaleceu, porém, o nome do primeiro que se estendeu à povoação, aumentada em pouco tempo com novos moradores.
Grupo Escolar de Sapeçado, em São José do Rio Pardo	Euclides da Cunha	Não é necessária uma justificativa para que São José do Rio Pardo ostente no atual grupo escolar de Sapeçado o nome de Euclides da Cunha, pois ela se impõe por si mesma, cheia de autoridade, de razão e de justiça. Homenagear o ilustre homem de letras, autor laureado de "Os Sertões" e cuja vida prendeu-se tão intimamente a São José do Rio Pardo, é dever de todos os que por ali passarem.
Grupo Escolar de Itajobi	Ignácio da Costa	Foi em 1884 que Ignácio Nantes da Costa e sua esposa D. Carlota Luiza de Jesus, doaram a Nossa Senhora da Aparecida um quarto de légua da Fazenda Campo Alegre. Já existia certo desenvolvimento do povoado, conhecido com o nome de Campo Alegre para uns e do Campo Triste para outros. A concessão de Ignácio Nantes da Costa possibilitou-lhe, porém, maior impulso até que, em 1906, foi elevado a Distrito de Paz, recebendo a denominação de Itajobi.
Grupo Escolar de Novo Horizonte	Pedro Teixeira de Queiroz	Nascido em Capão Bonito de Paranapanema, formado na Escola Modelo Complementar de Itapetininga, em 30 de novembro de 1903, o Prof. Pedro Teixeira de Queiroz lecionou em Ibitinga e Jaú inicialmente, mudando-se para Novo Horizonte em dezembro de 1910 e ali permaneceu no magistério até 1935, quando se aposentou, vindo a falecer no ano seguinte. Permaneceu, portanto, 25 anos naquela cidade, derramando benefícios através dos predicados de uma grande alma e de um bondoso coração. Afável,

		modesto, simples, patriota inteiramente dedicado ao mister sublime de preparar as gerações brasileiras, sua memória é venerada em Novo Horizonte
Grupo Escolar de Santa Adélia	Doutor Luis Dumont	Foi justamente o engenheiro Luiz Dumont quem doou o patrimônio para Santa Adélia, tendo sido um dos primeiros agricultores da zona que, graças aos seus esforços, muito progrediu. Era proprietário da grande Fazenda Agrícola Santa Sofia, tendo o seu vulto se projetado no passado da cidade e de tal modo impressionado à sua época que a própria cidade tomou, como era seu desejo, a denominação de Santa Adélia, em homenagem a uma de suas filhas
Grupo Escolar de Orlândia	Grupo Escolar Coronel Francisco Orlando	No Histórico de Orlândia, salienta-se a figura inconfundível do Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira, pioneiro, naquela zona, do plantio do café e proprietário de muitas terras que bem soube aproveitar com a agricultura, contribuindo assim para o desenvolvimento não só da região próxima de Ribeirão Preto, como também do próprio Estado de São Paulo e do Brasil.
Grupo Escolar de Duartina	Bispo Dom Duarte da Costa	Confirmando a homenagem prestada pela Companhia de Estrada de Ferro ao ilustre Prelado Dom Carlos Duarte da Costa, dando àquela estação férrea o nome de Duartina, quando aquele benemérito e insigne antistete, presidiu a instalação da Paróquia de Santa Luzia, nada mais acertado agora do que o grupo escolar de Duartina tomar o seu nome, o primeiro alto dignatário da Igreja, a visitar e abençoar a cidade
Grupo Escolar de Gália	Coronel Eduardo de Souza Porto	Justo é também possuir Gália, em um de seus grupos escolares, o nome do Coronel Eduardo Souza Porto, um dos "bandeirantes do progresso desta próspera região", no dizer acertado de Pedro E. Valin.
Grupo Escolar de Álvaro de Carvalho, em Garça	Álvaro de Carvalho	O esclarecido estadista e prestigioso político, que honrou o Senado da República, ocupando uma das cadeiras do Estado de São Paulo, é um dos melhores modelos de homem público, pelas suas qualidades intelectuais e morais e pelo seu alevantado patriotismo.
Grupo Escolar de Presidente Alves	Coronel José Garcia	Impõe-se o nome do Coronel José Garcia, pioneiro da zona e desbravador das chamadas terras de Jacutinga, cerca de 3.000 alqueires que constituíam seu vasto patrimônio. - Ainda nos fins do século passado, muito antes, portanto, que já tivessem chegado os trilhos da Sorocabana, José Garcia já fazia brilhar a primeira luz civilizadora no sertão de Jacutinga.
Grupo Escolar de Serra Negra	Lourenço Franco de Oliveira	Foi em meados do século XIX que Lourenço Franco de Oliveira fundou a Fazenda das Três Barras, desbravando as matas ínvias e desconhecidas da região. Juntou-se aos moradores da redondeza que, embora residindo a longa distância, sentiram o seu benéfico influxo e, após escolher uma das fraldas da chamada Serra Negra, por eles auxiliado fez ali elevar uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Em frente à capela erigiu uma casa que, junto a outras, logo depois construídas, constituiu o núcleo originário da atual Serra Negra.
Grupo Escolar Rural de Santo Antônio do Jardim, em Pinhal	Romualdo de Souza Brito	As terras onde Romualdo de Souza Brito, sua esposa e outros membros de sua família, abriram uma fazenda no início do século passado, constituíram o núcleo primordial do atual Município de Pinhal. Aos 27 de dezembro de 1849, em escritura pública, Romualdo

		doou um patrimônio para uma capela ereta sob a invocação do Divino Espírito Santo. Eram cerca de 40 alqueires, pertencentes à chamada Fazenda Pinhal e daí se originou a progressista cidade do século XX.
Grupo Escolar de Pedreira	Coronel João Pedro de Godoy Moreira	O nome do Coronel João Pedro de Godoy Moreira impõe-se na História de Pedreira, não só como seu fundador, mas também como seu grande benemérito. Fazendeiro na região, desbravador de matas e de selvas ainda virgens, João Pedro de Godoy Moreira, descendente daquele valoroso Baltazar de Godoy, cujo nome se prende intimamente à história quinhentista de Piratininga, seguiu o exemplo do ancestral, fazendo surgir, em pleno sertão, o povoado e depois a Vila de Pedreira, hoje famosa cidade pelo seu passado e pela sua produção cafeeira de decênios atrás.
Grupo Escolar Rural de Joaquim Egídio, em Campinas	Francisco Barreto Leme	Impõe-se a Campinas homenagear e reverenciar a figura austera e veneranda de seu fundador, Francisco Barreto Leme, destemeroso iniciador da povoação localizada na chamada Campinas Velha. Seus esforços, seu espírito pioneiro e outras qualidades ornamentais de sua personalidade credenciaram-no como pioneiro, destemido e valoroso, verdadeiro bandeirante do século XVIII, possibilitando o aparecimento do núcleo originário da Princesa do Oeste.
Grupo Escolar de Souza, em Campinas	Dr. Thomas Alves	A figura do dr. Thomas Alves avultou na vida campineira como facultativo carinhoso e dedicado, inteiramente integrado no divino afã de curar. Fez jus ao aforisma hipocrático: - <i>Divinus opus sedare dolorem</i> - e sua memória até hoje é abençoada pelos velhos campineiros que ainda se recordam dos benefícios espalhados pelo seu grande saber na ciência médica e pela imensa bondade de seu grande coração. Foi o amigo dos pobres dos desamparados e dos sofredores, a todos consolando e mitigando dores.
Grupo Escolar de Paulínia, em Campinas	Francisco de Araújo Mascarenhas	Pesa ainda tristemente sobre a cidade Campinas, a perda irreparável do dr. Francisco de Araújo Mascarenhas, médico ilustre, magnânimo e bondoso, que, graças às suas virtudes e qualidades, conquistou todos os corações dos campineiros. Sua obra permanece até hoje bem viva nos fastos da cidade. Na época da terrível epidemia de febre amarela que assolou Campinas, em princípios deste século, a dedicação e a coragem de Francisco de Araújo Mascarenhas salvaram muitas vidas e mitigaram muitos sofrimentos não só físicos mas também morais. Toda Campinas, emocionada e entristecida, rendeu-lhe homenagem quando de sua morte, e agora sentir-se-á desvanecida e satisfeita em possuir o seu nome no frontispício de um de seus grupos escolares.
Grupo Escolar de Coqueiros, em Amparo	Francisco da Silveira Campos	O nome de Francisco da Silveira Franco destaca-se na história de Amparo, como organizador, administrador e benemérito. Graças aos seus esforços, obteve Amparo uma capela curada em 1829, sendo 10 anos mais tarde elevada a freguesia. Suas atividades cunharam de progresso a povoação que em breve passou a influenciar vasta zona circunvizinha. Os membros de sua família prestaram e seus descendentes até hoje prestam serviços a Amparo.
Grupo Escolar da Estação, em Franca	Barão de Franca	Tão intimamente se prende o nome de José Garcia Duarte, Barão de Franca, à cidade do mesmo nome, que não seria justo deixar este município de ornamentar um

		de seus grupos escolares com o seu nome. Os empreendimentos e realizações do Barão de Franca se fizeram sentir intensamente na vida e no desenvolvimento daquela região, à qual dedicou grande parte de sua profícua existência.
Grupo Escolar de Ituverava	Fabiano Alves de Freitas	Foi Fabiano Alves de Freitas quem, em 1815, levantou em suas terras uma capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo. Daí surgiu o núcleo inicial do povoado, elevado a freguesia em 1847 e a município em 1855. Não fosse o gesto inspirado de Fabiano Alves de Freitas, o século XIX não teria visto surgir aquele pequeno povoado, hoje a bela cidade de Ituverava.
Grupo Escolar Rural de Batatais	Antonio Lopes de Oliveira (Junior)	Descendente de tradicional família da alta Mogiana, em São Paulo, com ramificações nos Estados de Minas Gerais e Goiás, foi Antonio Augusto Lopes de Oliveira (Junior), um dedicado servidor de sua terra natal - Batatais, - patrocinando e participando sempre de todas as iniciativas que importaram no seu progresso, sem pretender, entretanto, postos na sua administração. Trabalhou, incessantemente pelo bem de seus conterrâneos, sobretudo na assistência aos desprovidos de recursos e na sua instrução. Interessou-se, por isso, de forma decisiva pela instalação de seu primeiro grupo escolar, em 1911. Homem de costumes severos, porém de sentimentos generosos, de inatacável probidade, amigo sincero e leal, foi exemplo de dignidade, na vida pública e particular e pelas suas qualidades era estimado e respeitado por todos, não só de sua terra, como dos municípios vizinhos, pertencentes a todas as classes sociais.
1.º Grupo Escolar de Taquaritinga	Domingues da Silva	Na fundação de Taquaritinga, entre outros salientam-se as figuras de Sebastião, Andreino e José Domingues da Silva, valorosos pioneiros cujos esforços redundaram na fundação da cidade. Sua colaboração unida ao trabalho de outros povoadores e moradores da região, deu impulso ao povoado, hoje próspero município do Estado de São Paulo.
Grupo Escolar da Fazenda Itaquera, em Tabatinga	Nhonhô Magalhães	Fundador da afamada Fazenda Itaquerê, indiscutivelmente o nome de Nhonhô Magalhães impõe-se para patrono de seu grupo escolar. Não bastasse o valioso serviço de tê-la fundado, contribuiu poderosamente para o progresso da região exercendo sobre ela uma atividade benéfica e realizadora. Verdadeiro bandeirante do século XX espalhou imenso mar verde de café, em local onde abundavam a mata e a selva virgens. Sua grande realização foi a fazenda Itaquerê, um dos marcos da civilização do café em São Paulo, e um padrão sociológico, digno de ser visto, estudado e também incluído na História de São Paulo.
Grupo Escolar de Matão	José Inocêncio da Costa	Os arquivos da Municipalidade de Matão, consta terem sido seus fundadores e seus primeiros habitantes José Inocêncio da Costa e Benedito Raposo, desbravadores da mata espessa e exuberante naquela região. Inicialmente conhecida como Bom Jesus das Palmeiras, foi designada mais tarde Matão em virtude das grandes matas ali existentes. Os nomes de seus dois primeiros moradores, estão portanto bem indicados, respectivamente, para os Grupos Escolares de Matão e de Dobrada. Elevada a Município em agosto de 1895, Matão teve como 1.º Presidente de sua Câmara
Grupo Escolar de Dobrada, em Matão	Benedito Raposo	
Grupo Escolar da Fazenda Boa Vista, em Matão	Dr. Leopoldino Meira de Andrade	

		Municipal, o ilustre varão, Dr. Leopoldino Meira de Andrade, nome indicado para um de seus outros grupos escolares, o da Fazenda Boa Vista
Grupo Escolar de Nova América, em Itápolis	Alferes Pedro Alves de Oliveira	O Alferes Pedro Alves de Oliveira foi o fundador de Itápolis por volta de 1862, quando magnanimamente doou mais de 100 alqueires de terra para o patrimônio do Espírito Santo. Levantada a capela nestas terras, dentro em breve as formou um núcleo de povoamento que, decorridos alguns anos, se transformou em próspera vila. Justo, pois, que o nome do Alferes Pedro Alves de Oliveira seja lembrado para o Grupo Escolar de Nova América. Designado inicialmente Boa Vista das Pedras, teve Itápolis o seu definitivo nome consagrado pelo Congresso Estadual em 1910, graças aos esforços e trabalhos do então presidente de sua Câmara, Dr. Antonio Azevedo Silva, cujo nome é justamente merecedor de ser inscrito no Grupo Escolar de Tapinas.
Grupo Escolar de Tapinas em Itápolis	Antonio de Azevedo Silva	
Grupo Escolar de Fernando Prestes	Francisco Sales de Almeida Leite	Entre os primeiros habitantes de Fernando Prestes, salienta-se o nome de Francisco Sales de Almeida Leite, que ali plantou a primeira lavoura de café, exercendo varias atividades construtivas e ocupando vários cargos públicos do então incipiente distrito sertanejo, cujo progresso inicial se fez e em grande parte graças à sua operosidade.
Grupo Escolar do Bairro das Cruzes, em Araraquara	João Manoel do Amaral	Na história de Araraquara, encontram-se fortemente assinalados e perfeitamente individualizados os nomes de João Manoel do Amaral e dos Capitães Domingos Soares de Barros e Joaquim de Moraes Leme, que, nos primórdios do século XIX, obtiveram sesmarias naquela região, enfrentando os perigos das matas circunjacentes e fazendo, graças à sua coragem, suas aptidões pioneiras e seus esforços, surgirem os primeiros núcleos, bases donde nasceu a atual cidade de Araraquara. Justo, pois, que ela, voltando os olhos para sua bela história, homenageie, em seus grupos escolares, aqueles aos quais deve o seu nascimento
Grupo Escolar da Fazenda Jacaré, em Araraquara	Capitão Domingos Soares de Barros	
Grupo Escolar de Rincão, em Araraquara	Joaquim de Moraes Leme	
Grupo Escolar de Maracaí	José Gonçalves de Mendonça	Dando a seus grupos escolares - de Maracaí e de Cruzália - os nomes de seus fundadores, José Gonçalves de Mendonça e Joaquim Gonçalves de Oliveira, a cidade de Maracaí nada mais faz do que retribuir os serviços prestados pelos dois insignes pioneiros que fundamentaram, em fins do século XIX, os alicerces do hoje tão próspero município.
Grupo Escolar de Cruzália, em Macaraí	Joaquim Gonçalves de Oliveira	
1.º Grupo Escolar de Araçatuba	Cristiano Olsen	Na história ainda recente de Araçatuba, surgem dois nomes merecedores da gratidão, da simpatia e da admiração de todos os moradores da cidade. Graças aos seus esforços e à sua dedicação, Araçatuba venceu galhardamente as dificuldades de seu povoamento inicial, que os selvícolas da redondeza tentaram muitas vezes impedir, ocasionando não só pânico mas também a morte de muitas pessoas. O engenheiro Cristiano Olsen, chefiando uma turma de desbravadores, foi massacrado juntamente com muitos de seus comandados e, somente graças aos bons ofícios do engenheiro José Candido, chegado ao local pouco tempo depois, foram os índios apaziguados e conseguiu a civilização penetrar definitivamente naquela zona.
2.º Grupo Escolar de Araçatuba	José Cândido	
Grupo Escolar de Santa Cruz da	Dr. Luiz Narciso Gomes	Médico e grande filantropo, cirurgião emérito e clinico dedicado, o Dr. Luiz Narciso Gomes bem merece ter

Conceição, em Pirassununga		seu nome inscrito no grupo escolar de Santa Cruz da Conceição, um dos muitos lugares até onde chegaram os benefícios, do seu bisturi, do seu alto senso diagnóstico e do seu grande coração. Generosamente atendia a todos os que o procuravam, sempre tendo como objetivo, aliviar as dores e os sofrimentos alheios. Foi indiscutivelmente um grande e dignificante exemplo para a nossa geração, não só porque soube cumprir fielmente a sua sacrossanta missão de médico, mas também porque a limpidez do seu caráter até hoje é reverenciada por todos que o conheceram.
Grupo Escolar da Represa (Santo Amaro), na Capital	Dom Duarte Leopoldo e Silva	A figura singular e venerável de Dom Duarte Leopoldo e Silva felicitou durante muitos anos a cidade de São Paulo com sua benéfica presença na Diocese inicialmente, e depois na Arquidiocese, donde espalhou largamente benemerências e favores morais e materiais por entre as ovelhas do seu rebanho espiritual. Coração generosíssimo, inteligência viva, deixou também inúmeros trabalhos históricos, e suas pastorais honram a intelectualidade paulista e a gloriosa tradição da Diocese de São Paulo, criada no século XV
Grupo Escolar de Vila Olímpia, na Capital	Martim Francisco	Um dos integrantes daquela tríade conhecida em todo o Brasil como "Os Andradas", Martim Francisco Ribeiro de Andrade, originário de Santos, ali fez seus primeiros estudos, completados em São Paulo e finalizados na Universidade de Coimbra, onde se diplomou em Matemáticas. Deixou inúmeros trabalhos, sobre Mineralogia, como a Viagem Mineralógica na Província de São Paulo, em colaboração com o irmão José Bonifácio, o Manual de Mineralogia e o Tratado sobre o Cânhamo. Foi secretário do Governo Provisório de São Paulo em 1821 e Ministro da Fazenda após a Proclamação da Independência, para a qual contribuiu eficazmente. Exerceu os cargos de Deputado à Assembleia Constituinte (1822) e Deputado por São Paulo (1838), Ministro da Fazenda novamente em 1840 após a maioria da qual foi dos mais eficientes colaboradores. Em 1841, foi eleito Deputado Provincial e Geral. Caráter austero, orador eloquente, administrador honesto, patriota acendrado, grande brasileiro.
Grupo Escolar Rural do Butantã, na Capital	Alberto Torres	Intelectual, filósofo e patriota, Alberto Torres focalizou, com sua pena e com sua inteligência e previsão fulgurantes, os problemas brasileiros no campo da economia, da sociologia e da administração. Suas obras ainda hoje servem de exemplo, de estímulo e de orientação para as gerações que o sucederam.
Grupo Escolar de Vila Madalena, na Capital	Brasílio Machado	Poeta, orador emérito, advogado ilustre, abolicionista convicto, líder universitário e católico, Brasílio Machado sonhou com a Abolição e com a República, e "por mais de 40 anos deslumbrou as escolas e os tribunais, servindo à verdade e criando a beleza", na expressão feliz de Afrânio Peixoto, ao receber, na Academia Brasileira de Letras, a Alcântara Machado. Na direção do ensino público, Brasílio Machado deu um cunho todo especial e benéfico, e por todos esses méritos e muitos outros bem conhecidos de todos, merece ter seu nome como patrono de um dos grupos escolares da Capital paulista, em cuja história projetam-se em vários escalões do tempo, seu pai, o Brigadeiro



		Machado de Oliveira, ele mesmo, e por fim o filho José de Alcântara Machado, expresso da cultura paulista, educada e formada no lar espiritual de Brasílio Machado
Grupo Escolar de Vila Anglo Brasileira, na Capital	Clovis Beviláqua	E desnecessário apresentarmos a justificativa para que o nome de Clovis Beviláqua seja indicado como patrono de um grupo escolar, pois já se tornou um verdadeiro padrão de saber jurídico e de integridade moral. Mestre dos mais insígnies, cujas opiniões e pareceres eram acatados não só dentro, mas também fora do Brasil, sua fama tornou-se internacional. Sua vida foi um grande exemplo. Nada mais justo, pois, que o seu nome ornamente o frontispício do grupo escolar de Vila Anglo-Brasileira.
Grupo Escolar de Cajamar em Santana do Parnaíba	Suzana Dias	Natural de São Paulo e casada com Manoel Fernandes Ramos, foi Suzana Dias a feliz genitora de Baltazar Fernandes, fundador de Sorocaba, de André Fernandes, fundador de Parnaíba, de Domingos Fernandes, fundador de Itu, deixando ainda outros filhos e filhas, todos intimamente ligados ao glorioso passado de São Paulo. Em Parnaíba, possuía Suzana uma enorme fazenda ao lado do Rio Juquerí. Seus filhos Baltazar, André e Domingos, foram fundadores, como vim, das Vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba, chantando assim os primeiros marcos do progresso e da civilização naquela região. Justo, pois, que o nome da famosa e veneranda matrona seja indicado para o do grupo escolar de Parnaíba.
Grupo Escolar de Santana do Parnaíba	Tenente-General Gaspar de Godoy Collaço	Bem merece Santana do Parnaíba possuir um grupo escolar com o nome do Tenente-General Gaspar de Godoy Collaço, culto do seu passado seiscentista e cuja vida se liga intimamente à História de São Paulo e também à da valorosa Vila de Parnaíba, centro onde nasceram e se radicaram muitos bandeirantes. Descendente de ilustre família piratiningana, que teve no seu tronco originário a figura singular de Baltazar de Godoy, o Velho, desempenhou Gaspar de Godoy Collaço, seu bisneto, várias missões importantes, delegada pelo Governador Artur de Sá e Menezes, tendo mesmo recebido elogios em carta de El Rei D. Pedro II, de Portugal, Desbravador e profundo conhecedor do chamado Sertão da Vacaria, situado ao Sul de Mato Grosso, lá passou a maior parte de sua vida, em combate aos índios e servindo de anteparo contra as incursões cobiçosas dos espanhóis do Paraguai. Até os arredores de Assunção chegaram suas penetrações e, quase no fim da vida, foi incumbido, com o cargo de Tenente-General da Jornada à Vacaria, de pesquisar metais preciosos, sobretudo a prata, missão que encobria um objetivo político e, graças à qual os castelhanos do Paraguai não puderam invadir nem conquistar a zona Sul de Mato Grosso. Nada mais justo pois que o nome deste bandeirante do século XVII que prestou tão bons serviços ao Brasil, seja indicado para o grupo escolar da atual cidade de Parnaíba, antiga Vila onde viveu e morreu
Grupo Escolar de Perú na Capital	Mathias Ayres	Descendente de velho e primitivo tronco piratiningano, Mathias Ayres Ramos da Silva Eça foi uma inteligência paulista que brilhou no século XVIII, tornando-se respeitado e admirado até em Portugal. Constituiu

		realmente uma das maiores expressões literárias e filosóficas daquele século. Suas obras mais importantes são: Reflexões sobre a vaidade dos Homens ou Discursos Moraes, Problemas de Arquitetura Civil, além de várias outras.
Grupo Escolar de Vila Santa Maria, na Capital	Paulo Setúbal	Uma das mais admiráveis expressões do sentimento caboclo, através de suas poesias reunidas sob o título "Alma Cabocla", e um dos mais operosos propagandistas da História do Brasil, através de seus romances históricos, cuja técnica, arte e exatidão foram perfeitas, Paulo Setúbal, contribuindo poderosamente para que os brasileiros de todas as idades tomassem um contato mais íntimo com a História de nossa terra bem merece ter o seu nome em um dos grupos escolares da Capital paulista
Grupo Escolar de Baquirivú, na Capital	Carlos Gomes	O Brasil e especialmente São Paulo têm procurado homenagear a memória do grande músico e compositor, Carlos Gomes, que soube elevar o nome de nossa Pátria no estrangeiro, através de seus dotes artísticos e de sua inspiração. Não temos, porém, ainda um grupo escolar com o seu nome.
Grupo Escolar de Nitro-Química (Baquirivú), na Capital	Diogo de Faria	O nome do dr. Diogo de Faria impõe-se para patrono de um grupo escolar da Capital, em virtude dos inestimáveis serviços prestados pelo ilustre médico, ornado não apenas com as luzes da ciência, da sabedoria e da medicina, mas dotado também de imensa bondade, à qual se juntou o nobre sentimento da caridade. Durante a epidemia da Gripe, em 1918, patenteou sua coragem, dedicando-se aos doentes com o risco da própria vida.
Grupo Escolar de Guaianazes, na Capital	Pedro Taques	A obra histórica de Pedro Taques avulta na literatura brasileira e tem significado especial para São Paulo, pois graças a ela, chegou até nós um manancial imenso de dados historiográficos, elucidadores de nosso passado. Grande parte da História das Bandeiras foi assim preservada, bem como os fatos e acontecimentos mais destacados da Capitania Paulista. Seus vários livros foram reeditados, merecendo todos a revisão e o prefácio do magistral Afonso d'E. Taunay, que biografou também a figura de Pedro Taques.
Grupo Escolar de Itaquera, na Capital	Álvares de Azevedo	Poeta cuja obra ocupa lugar saliente na literatura brasileira, Álvares de Azevedo bem merece ter o seu nome em um grupo escolar. Foi belo e emocionante tudo o que saiu de sua inspirada pena de poeta. Seus versos transbordam um sentimentalismo profundo, reflexo de sua vida e do tempo em que viveu. E toda nossa mocidade acadêmica, em especial a da Faculdade de Direito, não deixa de venerá-lo como uma das mais lídimas expressões e um dos melhores padrões de glória dos moços que passaram pelo tradicional casarão do Largo de São Francisco
Grupo Escolar de Vila Saiago, na Capital	Barão de Souza Queiróz	Francisco Antônio de Souza Queiroz, graças aos seus dotes administrativos e intelectuais, avultou no São Paulo de seu tempo, deixando bem marcada sua passagem em vários setores da atividade humana. Proprietário de vários estabelecimentos rurais, onde principalmente se cultivava o café, foi um dos fatores do progresso agrícola de São Paulo. Eleito vereador da Câmara Municipal, teve logo sufrágio para Deputado Provincial e Geral, na 6. <sup>a</sup> Legislatura de 1845 a 1847, e,

		mais tarde, em 1848, foi eleito Senador. Nestes cargos públicos, deu vazão ao seu tino político e administrativo, colocado sempre em favor do bem do Brasil e de S. Paulo. Seus dotes intelectuais foram consagrados pela sua entrada para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das mais honrosas e supremas investidas dadas aos brasileiros cultos.
Grupo Escolar de Vila Santana, na Capital	Barão de Ramalho	O Dr. Joaquim Ignácio Ramalho, Barão de Ramalho, nascido em São Paulo aos 6 de janeiro de 1809, possui títulos de sobra que credenciam o seu nome para patrono de um grupo escolar. Serão vejamos: doutorou-se em ciências jurídicas e sociais pela Academia de São Paulo, em 1835, tornando-se, mais tarde, professor da mesma e Presidente do Instituto dos Advogados quando, em 1875, este foi instalado em São Paulo. Exerceu também a Presidência de Goiás em 1845, tendo pertencido ainda ao Conselho de Sua Majestade, tendo pertencido ainda ao Conselho de Sua Majestade. Seu nome, pois, será com toda justiça inscrito no grupo escolar de Vila Santana, na Capital de São Paulo.
Grupo Escolar de Guarulhos	Capistrano de Abreu	Dentre os historiadores do Brasil, destaca-se a figura inconfundível de Capistrano de Abreu que, além de ter levado a efeito grande tarefa pesquisadora, soube também transmitir, com arte e maestria, os resultados e as descobertas de suas buscas, deixando preciosos volumes sobre nosso passado. Dedicou-se também ao magistério, ensinando a mocidade brasileira e, sobretudo, fazendo-a muito amante da pátria querida, cuja formação e histórica conhecia profundamente.
Grupo Escolar do Parque da Moóca, na Capital	Pandiá Calógeras	Pandiá Calógeras, cujo nome se tornou um verdadeiro padrão de caráter, de honestidade e de brasileiro devotado ao serviço da pátria, merece ter seu nome em um grupo escolar. Deixou inúmeras obras, mais de uma centena, referentes a sérios e variados problemas brasileiros. Historiador, intelectual, administrador, homem culto, patriota valoroso, honrará o grupo escolar do Parque da Mooca, em cujo frontispício será inscrito o seu nome.
2º Grupo Escolar de Vila Formosa, na Capital	Orville Derby	Orville Derby, pesquisador incansável da História de São Paulo, elucidador de vários pontos obscuros de nosso passado pelas antigas bandeiras paulistas, merece ter o seu nome indicado para patrono de um grupo escolar da cidade de São Paulo. A sua obra histórica e historiográfica vem assinalada na já preciosa colocação de volumes da Revista do Instituto Histórico e Geológico de São Paulo e em vários livros que deixou publicados. Os alunos que passarem pelo Grupo Escolar Orville Derby sentirão bem perto de si a influência benéfica de quem muito amou ao Brasil através de sua bela história.
Grupo Escolar de Silveiras Grupo Escolar de Silveiras	Emílio Ribas	Médico sanitário, Diretor da Escola de Farmácia, o Dr. Emílio Ribas, na direção do Serviço Sanitário de São Paulo, prestou inestimáveis serviços à população paulistana no campo da Higiene, da Medicina e da Profilaxia, sendo, além disso, um facultativo dedicado e carinhoso, inteiramente devotado ao sublime sacerdócio da Medicina. Cientista ilustre e produtor de muitos e valiosos trabalhos, soube cumprir a sua missão científica e altamente humana, tendo sempre em vista o aforismo hipocrático: <i>Divinum opus sedare dolorem</i> .

		Nascido em Guaratinguetá, justo, pois, que seu nome seja inscrito em um dos grupos escolares pertencentes à Delegacia do Ensino de Guaratinguetá, sendo indicado justamente o de Silveiras, que muito se honrará em tendo-o como patrono de um de seus estabelecimentos de ensino.
Grupo Escolar de Areias	Barão da Bocaina	Por todos os títulos que ostentava e especialmente pelo trabalho fecundo e realizador que desenvolveu em seu tempo Francisco de Paula Vicente de Azevedo, Barão da Bocaina, merece ter o seu nome inscrito no Grupo Escolar de Areias. Nascido em Lorena, sua influência benéfica espalhou-se pelos arredores daquela cidade, alcançando a capital da Província e a própria corte, onde recebeu seu título nobiliárquico. Descendia de linha fidalga, estando entre seus tios maternos o Conde de Moreira Lima e o Barão de Castro Lima. Não permaneceu porém Vicente de Azevedo arraigado às suas credenciais de nobre, pois foi um grande trabalhador: Diretor da Estrada de Ferro São Paulo-Rio exerceu a direção do antigo Banco Comercial de São Paulo, sendo um dos maiores valores da Junta Comercial do Rio de Janeiro. Em Lorena, exerceu o alto cargo de Coletor das Rendas Federais, Comendador da Ordem da Rosa, ilustre pelos títulos, credenciado pelos serviços prestados a São Paulo e ao Brasil, bem merece ter o seu nome no frontispício deste grupo escolar.
Grupo Escolar de Mauá, em Santo André	Visconde de Mauá	Tendo a Estrada de Ferro Inglesa já homenageado o Visconde de Mauá, ao dar o seu nome a uma das estações, nada mais justo que se complete agora a homenagem prestada ao grande vulto do Império denominando a este Grupo Escolar Visconde de Mauá. Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde com grandeza, foi Industrial e banqueiro, construtor em 1854 da primeira estrada de ferro na América do Sul, idealizador da instalação do cabo submarino transatlântico, inaugurado em 22 de junho de 1874, realizador da navegação regular do Rio Amazonas em 1852 e da iluminação da cidade do Rio de Janeiro em 1851. Além disso, representou a sua província natal, Rio Grande do Sul, na Assembleia Geral, nas 9. <sup>a</sup> , 10. <sup>a</sup> , 11. <sup>a</sup> , 12. <sup>a</sup> e 15. <sup>a</sup> , legislaturas de 1853 a 1875. Pertencia a inúmeras sociedades humanitárias, literárias e científicas, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Grande do Império, Comendador da Ordem de Cristo, Dignitário da Ordem da Rosa, merece por todos esses títulos e pelos grandes e inestimáveis serviços prestados ao Brasil, que o seu nome seja dado a este grupo escolar.

Fonte: ALESP, 1947. – Elaboração própria